



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDREW CESAR DE GOES

**GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU:
NARRATIVAS EM LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DO
PARAGUAI**

Londrina
2021

ANDREW CESAR DE GOES

**GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU:
NARRATIVAS EM LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DO
PARAGUAI**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de História Social da Universidade
Estadual de Londrina, para banca de defesa.

Orientador: Prof. Dr. Eder Cristiano de Souza

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Goes, Andrew Cesar de.

Guerra do Paraguai / Guerra Guasu: Narrativas em livros didáticos do Brasil e do Paraguai / Andrew Cesar de Goes. - Londrina, 2021.
220 f. : il.

Orientador: Eder Cristiano de Souza.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Guerra do Paraguai - Tese. 2. Livros Didáticos - Tese. 3. Ensino de História - Tese. 4. Didática da História - Tese. I. Souza, Eder Cristiano de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

ANDREW CESAR DE GOES

**GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU:
NARRATIVAS EM LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DO
PARAGUAI**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de História Social da Universidade
Estadual de Londrina, para banca de defesa.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eder Cristiano de Souza
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana - UNILA

Prof. Dr^a. Ana Paula Squinelo
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul -
UFMS

Prof. Dr^a. Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 05 de outubro de 2021.

Dedico este trabalho à minha filha *Sofia Esperanza Salinas de Goes* e à minha esposa *Alba Beatriz Salinas Benitez*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Eder Cristiano de Souza pela paciência, amizade e inúmeras orientações com dicas e conselhos dados ao longo da redação desta dissertação em meio à época de pandemia.

Agradeço à minha família por ter sido a minha fortaleza nos momentos mais difíceis, por não ter me deixado desistir em nenhum momento e por me possibilitar chegar até aqui.

Agradeço às professoras Ana Paula Squinelo e Marlene Cainelli pelas orientações e ajuda fornecida durante a qualificação que também me possibilitaram orientação para o término desta redação.

Agradeço aos colegas e funcionários da Universidade Estadual de Londrina pelo tempo que passamos juntos ao longo deste período do curso de Mestrado em História Social.

Agradeço a Deus por ter me ajudado a vencer todas as batalhas e me ajudado a chegar até aqui.

GOES, Andrew Cesar de¹. **Guerra do Paraguai / Guerra Guasu**: Narrativas em livros didáticos do Brasil e do Paraguai. 2021. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma análise de conteúdo das narrativas referentes à Guerra do Paraguai/ Guerra Guasu², presentes nos livros didáticos de história do Brasil e do Paraguai, a fim de identificar nas mesmas, elementos da cultura escolar e da cultura histórica que pudessem ajudar a sanar as dúvidas, perguntas e inquietações que levaram à realização deste. O choque entre as perspectivas brasileiras e paraguaias sobre o conflito ocorrido entre 1864-1870 foi o estopim para a investigação que tentou identificar nos materiais escolares, possíveis elementos constituidores das narrativas comumente difundidas entre cidadãos do Brasil e do Paraguai. Para isso, foram elencados alguns critérios que serão apresentados ao longo do trabalho, a fim de guiar a pesquisa e facilitar a investigação sobre os materiais. É possível notar certo distanciamento das narrativas históricas escolares para com as narrativas acadêmicas, evidência do rompimento entre ciência histórica e didática da história (Rüsen, 2006) a partir do século XIX, assim como tendências e posicionamentos que se repetem entre os materiais, os quais podem ser colocados como símbolos presentes da cultura escolar (Forquin, 1993) e da cultura histórica nas narrativas históricas escolares. Dentro do universo de Cultura Histórica (Rüsen, 1994), encontra-se o conceito de Consciência Histórica (Rüsen, 1994) que pode ser interpretado como o conjunto de habilidades de organização e orientação temporal do sujeito com os diferentes tempos históricos (passado-presente-futuro). A consciência histórica abre possibilidades de ressignificação do passado que permitem a busca de novas respostas e soluções para o tempo presente e futuro. O desenvolvimento da consciência histórica está intimamente ligado com o avanço da educação histórica, a qual é marcada pelo desenvolvimento de habilidades e competências de segunda ordem que conduzem à Literacia Histórica (Lee, 2016). O conceito de literacia refere-se à uma alfabetização, ou seja, ao avanço dos estudantes rumo à entendimentos de história mais complexos que a simples memorização de grandes eventos, datas e personalidades. A Guerra do Paraguai / Guerra Guasu sendo um conflito tão marcado pelos revisionismos históricos ao longo do tempo e em diferentes regiões geográficas, sem dúvidas é um tema muito interessante para trabalhar competências capazes de conduzir à uma educação histórica. É possível observar a guerra a partir de diferentes perspectivas, bem como diferentes reivindicações deste conflito são feitas até o

¹ Aluno do Programa de Mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² A presença da multiperspectividade neste tema se manifesta já quando pensamos na nomenclatura ou título que caracteriza o conflito. Entre diferentes revisionismos históricos, há ressignificações sobre quem são os personagens, o que foram os acontecimentos, seus impactos e como se referir a este conjunto que por fim compõem/simbolizam o que foi a guerra e como interpretá-la. Desta forma podemos nomear o conflito tanto como Guerra do Paraguai (pensando a partir de uma perspectiva dos aliados), mas também podemos pensar em Guerra da Tríplice Aliança e Guerra Guasu (Guerra Grande), que são termos que nos remetem à perspectiva mais favorável ao Paraguai ao longo do conflito. A escolha da nomenclatura não é aleatória e possui cargas ideológicas construídas ao longo da história da historiografia como podemos analisar no artigo: “*A historiografia uruguaia sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Trajetos, tradições, ressignificações?*” (CORBO, 2015).

presente, denotando a importância do mesmo para a contemporaneidade e o caracterizando como um tema longe de estar com suas discussões finalizadas. Quando pensamos no caso da trajetória da historiografia brasileira acerca deste conflito, lembramos de ao menos três vertentes principais, uma delas intitulada como nacionalista memorialística-patriótica, outra conhecida como revisionista e por fim uma última que remete aos tempos atuais intitulada de neorrevisionista. Já ao analisar o caso do Paraguai, vemos uma historiografia pouco produzida ao longo dos anos pós-guerra e uma retomada da historiografia nacional a partir do revisionismo novecentista que remete a uma visão extremamente nacionalista sobre a história do Paraguai pós-independência e se consolida ao longo do século XX a partir de diferentes regimes políticos que governam o Paraguai, além de ser uma das bases da cultura popular (música, teatro, danças) que mencionam a nação com bravura e heroísmo, relacionando tais características positivas à Guerra da Tríplice Aliança. Para entender melhor o momento de formação das vertentes historiográficas, faz-se necessário estudar seus contextos histórico, social e regional que impactam diretamente nas intencionalidades e objetivos da narrativa histórica. Por fim, pode-se afirmar sem dúvidas que a Guerra do Paraguai é um campo de intensa disputa de diferentes grupos. É um conflito largo que pode ser dividido em várias fases e cada uma delas possui características muito particulares. A Guerra do Paraguai é um enfrentamento bélico do século XIX e que traz semelhanças de conflitos ocorridos no mesmo período (Guerra de Secessão dos EUA e Guerra da Crimeia), mas que também aponta e apresenta várias semelhanças com os enfrentamentos militares realizados ao longo do século XX. Entender este conflito é essencial para a compreensão sobre a formação dos Estados Nacionais na região da Bacia do Prata e para as relações regionais que se desenvolveram ao longo do século XIX e ao menos metade do século XX.

Palavras-chave: guerra do Paraguai; didática da história; cultura escolar; cultura histórica; livros didáticos.

GOES, Andrew Cesar de. **War of Paraguay / The Big War: Narratives in the scholar books from Brazil and Paraguay**. 2021. 244 p. Dissertação, defesa de mestrado (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The objective of the present work was to perform a content analysis of the narratives referring to the Paraguayan War/Triple Alliance, present in Brazilian and Paraguayan history textbooks, to identify in them, elements of school culture and historical culture that could help to solve the doubts, questions and concerns that led to this work. The clash between the Brazilian and Paraguayan perspectives on the conflict that occurred between 1864-1870 was the trigger for the investigation that tried to identify in school materials possible elements of the narratives commonly disseminated among citizens of Brazil and Paraguay. To this end, some criteria were listed that will be presented throughout the work, to guide the research and facilitate the investigation of the materials. It is possible to notice a certain distance between school historical narratives and academic narratives, evidence of the rupture between historical science and didactics of history (Rüsen, 2006) as from the 19th century, as well as tendencies and positions that are repeated among the materials, which can be placed as present symbols of school culture (Forquin, 1993) and of historical culture in school historical narratives. Within the universe of Historical Culture (Rüsen, 1994), we find the concept of Historical Consciousness (Rüsen, 1994), which can be interpreted as the set of skills of organization and temporal orientation of the subject with the different historical times (past-present-future). Historical consciousness opens possibilities of re-signifying the past that allow the search for new answers and solutions for the present and future time. The development of historical consciousness is closely linked with the advancement of history education, which is marked by the development of second-order skills and competencies that lead to Historical Literacy (Lee, 2016). The concept of literacy refers to a literacy, that is, the advancement of students toward more complex understandings of history than the simple memorization of major events, dates, and personalities. The Paraguayan War / Guasu War, being a conflict so marked by historical revisionism over time and in different geographical regions, is undoubtedly a very interesting topic to work on skills that can lead to historical education. It is possible to observe the war from different perspectives, as well as different claims of this conflict are made until the present, denoting its importance for contemporaneity, and characterizing it as a theme far from being finalized in its discussions. When we think of the trajectory of Brazilian historiography regarding this conflict, we remember at least three main strands, one of them entitled memorialistic-patriotic nationalist, another known as revisionist, and finally a last one that refers to current times, entitled neo-revisionist. In analyzing the case of Paraguay, on the other hand, we see a historiography that was scarcely produced during the post-war years and a resumption of national historiography based on the nineteenth-century revisionism that refers to an extremely nationalistic view of the history of post-independence Paraguay and consolidates itself throughout the twentieth century with the different political regimes that govern Paraguay, besides being one of the bases of popular culture (music, theater, dances) that mentions the nation with bravery and heroism, relating such positive characteristics to the War of the Triple Alliance. To better understand the moment of formation of the historiographical strands, it is necessary to study their

historical, social, and regional contexts that directly impact the intentionalities and objectives of the historical narrative. Finally, it can be stated without a doubt that the Paraguayan War is a field of intense dispute between different groups. It is a broad conflict that can be divided into several phases and each of them has very particular characteristics. The Paraguayan War is a warlike confrontation of the 19th century that brings similarities to conflicts that occurred in the same period (the US War of Secession and the Crimean War), but also points to and presents several similarities with military confrontations that took place throughout the 20th century. Understanding this conflict is essential to an understanding of the formation of national states in the La Plata Basin region and the regional relations that developed throughout the nineteenth century and at least half of the twentieth century.

Key words: war of Paraguay; didactics of history; school culture; historical culture; textbooks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - FONTE: Livro: Paraguay en la visión de dos siglos (1811-2011).....	93
Figura 2 - FONTE: História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. – 2016	157
Figura 3 - Indicação dos símbolos nacionais criados a partir do Congresso de 1842	166
Figura 4 - FONTE: Irala et al. (2017, p. 51)	176
Figura 5 - FONTE: IRALA et al., 2017, p. 57	181
Figura 6 - FONTE: Irala et al., 2017, p. 60.....	188
Figura 7 - FONTE: Irala et al., 2017, p. 64-65	196
Figura 8 - Entrevista de Yataity Corá entre Mitre e López em 1866. FONTE: Irala et al., 2017, p. 72.....	203
Figura 9 - Representação da defesa das tropas paraguaias em Curupaity por Cándido López. FONTE: Irala et al, 2017, p. 72)	204
Figura 10 - La mujer paraguaya del posguerra. FONTE: Irala et al., 2017, p. 77).....	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	–	Capítulos de livro tradicionalista sobre a Guerra do Paraguai	83
Tabela 02	–	Critérios de análise para a pesquisa nas fontes didáticas	117
Tabela 03	–	Antecedentes y Causas Inmediatas de la Guerra	185

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	QUADRO TEÓRICO	19
2.1	O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA CULTURA ESCOLAR	19
2.2	DIDÁTICA DA HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA.....	31
2.3	OS DIFERENTES EPISÓDIOS E CENÁRIOS DE UMA MESMA GUERRA GUERRA	45
2.4	HISTORIOGRAFIA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E CULTURA HISTÓRICA: O CASO DA GUERRA DO PARAGUAI NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	79
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	104
3.1	O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE PARA PESQUISA SOBRE CULTURA HISTÓRICA E CULTURA ESCOLAR	104
3.2	ESTRATÉGIAS DA INVESTIGAÇÃO: METODOLOGIA DE ANÁLISE (ANÁLISE DE CONTEÚDO), PROBLEMÁTICAS LEVANTADAS E QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS	109
4	NARRATIVAS DA GUERRA DO PARAGUAI NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PARAGUAIOS.....	118
4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.....	219
5	CONCLUSÕES	235
	REFERÊNCIAS.....	240

1 INTRODUÇÃO

Gostaria de iniciar o presente trabalho intitulado: “Guerra do Paraguai, fontes para análise da cultura escolar e da cultura histórica”, narrando um pouco de minha trajetória que me levou a investigar este momento histórico, o qual é marcado por algumas importantes transformações dentro do Brasil, bem como gostaria de explicar quais foram os caminhos percorridos, o porquê da pesquisa ter sido feita em livros didáticos e o porquê de alguns conceitos relacionados à Educação Histórica terem sido tão importantes para sanar os questionamentos que resultaram nesta pesquisa.

Primeiramente, realizei minha graduação na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada na cidade de Foz do Iguaçu (fronteira entre Brasil-Paraguai-Argentina). No primeiro ano da graduação, ingressei em um grupo de estudos denominado “Ensinar e Aprender História”, o qual tinha como objetivos o debate, estudo acerca das práticas educacionais e dos conceitos e possibilidades presentes no âmbito da Educação Histórica.

Este grupo foi composto por estudantes dos cursos de História Licenciatura e Bacharelado da UNILA, por professores brasileiros que atuavam na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, e por professoras paraguaias que lecionavam na educação básica do país vizinho. Inicialmente, a Guerra do Paraguai não era um tema previsto no programa, no entanto, em um dia foi mencionado e o choque de perspectivas entre paraguaios e brasileiros foi evidente e porque não dizer que foi interessante também.

Era a primeira vez que eu percebia de forma concreta um choque de perspectivas daquela intensidade. Assim, interessei-me pelo tema. O confronto ocorrido no debate era resultado de diferentes processos de construção de identidade, assim como produto de diferentes formações históricas. Portanto, desenvolveria minha pesquisa, tentando investigar os processos de construção destas identidades através da formação histórica dos indivíduos, tanto no Paraguai, quanto no Brasil.

Porém, é certo que a formação histórica dos sujeitos se dá a partir de diferentes meios. Não podemos afirmar que o livro didático, um filme, ou história oral narrada por um antepassado, definirá a orientação e entendimento histórico do indivíduo em sua integralidade. Por exemplo, um estudante que tem como material-

base de história, um livro didático de tendência marxista, não será necessariamente um marxista no futuro, pois pode ter tido contato com outros tipos de materiais de história de linhas ideológicas distintas. Pensando no ensino de história, esta relação óbvia na qual um elemento necessariamente determina outro, não existe. Assim, para que fosse viável uma pesquisa neste sentido, seria necessário definir uma fonte de investigação que permitisse um entendimento, ainda que parcial, da formação histórica dos sujeitos, e que ainda conseguisse responder às inquietações centrais que levaram a este estudo.

Foram escolhidos os livros didáticos, pelo fato de que estes são documentos concretos e visíveis que desempenham grande importância dentro da cultura escolar, bem como dentro da cultura histórica, já que esses são resultados de políticas e interesses do Estado e do mercado editorial que vão além da simples análise do livro dentro do espaço escolar e pensando no processo de ensino-aprendizagem de história, o livro traz narrativas e interpretações históricas que marcam a cultura histórica predominante. A forma como a história é apresentada nestes materiais escolares, permite-nos refletir sobre o que é ensinado, o que poderia ser ensinado e o que deveria ser ensinado (Bergmann, 1989).

O livro também é importante pelo fato de que os materiais didáticos são ainda objetos presentes e conhecidos pela grande maioria dos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem na atualidade. Ou seja, é um instrumento pedagógico que está presente na formação histórica de muitos indivíduos. Como menciona Oliveira (2016), o livro didático no Brasil é o segundo livro mais vendido e presente nos lares, ficando atrás apenas da Bíblia. Este dado denota a importância que este ocupa no meio econômico e no meio educacional. Portanto, pela sua relevância em quantidade, o livro torna-se uma importante fonte de pesquisa para investigar o desenvolvimento da consciência histórica dos indivíduos dentro do espaço escolar.

A situação vivida durante a graduação, possibilitou a definição do tema da pesquisa e as respostas de como eu responderia as minhas inquietações me levaram a pesquisar o livro didático, já que este desempenha para muitos indivíduos, um dos principais, senão o principal meio de formação histórica. Algumas delimitações e investigações superficiais foram feitas ao longo da graduação, mas como muitas dúvidas ainda pairavam, decidi que para este mestrado aprofundaria a discussão, tentando explorar melhor e de forma mais detalhada os conceitos que aparecerão ao

longo da pesquisa, bem como as narrativas, elementos trazidos pelos livros didáticos brasileiros e paraguaios sobre a Guerra do Paraguai / Tríplice Aliança.

Assim sendo, esta dissertação foi dividida em cinco partes, sendo elas a introdução; quadro teórico; percurso metodológico; resultados de estudo; conclusão. Essa sequência pode ser pensada sob perspectiva didático-metodológica e de certa forma sob um olhar cronológico de desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, busco nesta parte do trabalho (introdução), apresentar os motivos que levaram à pesquisa, explicar o porquê de o tema ser Guerra do Paraguai, o porquê de a pesquisa ser realizada nos livros didáticos, apresentar brevemente alguns conceitos que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa e ainda a apresentação resumida de algumas características que estão presentes ao longo da pesquisa.

Nos três capítulos seguintes estão dispostos o desenvolvimento da pesquisa, sendo que no segundo (quadro teórico) ocorre o aprofundamento dos conceitos que compõem a estrutura teórica da dissertação, no terceiro (percurso metodológico) é mostrado de forma detalhada o passo a passo, ou seja, as etapas da pesquisa – como foram pensadas, estruturadas e colocadas em prática, enquanto no quarto capítulo são mostrados os resultados destas etapas, que conformam os resultados da investigação em si. Por fim, na conclusão são colocados pareceres e aprendizagens obtidas após a realização da pesquisa.

Até este momento já foi apresentada a razão da temática escolhida, bem como o uso das fontes selecionadas para o trabalho, portanto, para a finalização da introdução desta dissertação, serão apresentados os conceitos teóricos que fundamentaram a pesquisa e que foram desenvolvidos no capítulo quadro teórico. Logo serão apresentadas algumas informações referentes às narrativas e apresentação da Guerra do Paraguai ao longo da história nos livros didáticos.

Quando se trata de livros didáticos, temos que lembrar o espaço e contexto no qual e para o qual eles são desenvolvidos. Assim, entender alguns elementos da escola, são fundamentais para compreender o papel e impacto deles na prática. Aqui, o conceito que orientou o estudo da relação livro didático – escola, foi o termo “Cultura Escolar”, o qual abarca uma série de costumes, rituais e características que demarcam o espaço escolar como único/ diferente dos demais. Dentro do estudo sobre cultura escolar, podem ser feitas ainda subdivisões, como “História Documentada e História Não Documentada”, termos empregados pelas escritoras Rockwell e Ezpeleta (2007), para marcar a diferença entre o que é planejado e

pensado na teoria sobre a prática escolar e o que de fato acontece na prática cotidiana dentro das escolas. O livro é um elemento físico-material da chamada história documentada, mas que é aplicado e, portanto, gera impactos na prática. Além disso, o livro didático é muito mais do que um simples objeto ou guia de estudos entre professores e alunos na sala de aula, ele está inserido em uma lógica comercial que estabelece grandes relações monetárias e de interesses entre o Estado e o mercado editorial. Assim, os estudos sobre os livros didáticos abrem uma possibilidade para analisar a cultura escolar de uma forma mais ampla e profunda que vai além do estudo sobre a normatização e prática da e nas escolas.

Partindo de forma mais específica para o ensino dentro da disciplina de história em si, surgem novas discussões teóricas que trazem consigo alguns conceitos a fim de refletir sobre o que é, como deveria ser, e quais os objetivos do ensino de história. O conceito inicial utilizado para tratar desta gama de discussões é o da “Didática da História”, o qual revela estudos realizados no Brasil que foram influenciados por pesquisadores de Portugal como Isabel Barca (2007), da Inglaterra como Peter Lee (2016) e da Alemanha como Jörn Rüsen (2006).

A Didática da História é uma subdisciplina da ciência da história que havia sido desvinculada da ciência histórica em si no século XIX, quando ocorreu o processo de cientificação desta última. A história foi vinculada a um meio erudito da academia e preocupou-se muito na questão metodológica de como a historiografia era produzida. Enquanto isso, a didática da história passou a ser entendida como a área pedagógica que tinha como objetivo traduzir em uma linguagem mais acessível os conhecimentos acadêmicos aos estudantes das escolas, ou seja, era uma área de conhecimento restrito ao meio escolar e à relação professores-alunos.

É a partir da segunda metade do século XX que essa realidade começa a sofrer processos de transformação e a didática da história passou a ser a área que buscava entender os impactos/motivos/sentidos/significados da produção historiográfica na práxis. Se estudamos história na escola, por que a estudamos? Se estudamos história da Idade Média, por que a estudamos? Por que estudamos Egito Antigo e não estudamos de forma mais aprofundada civilizações pré-colombianas?

São estes tipos de perguntas que nos levam a investigar o ensino de história como um produto de um processo de construção histórica, começamos a sair do senso comum que este é imutável, ou algo determinado e finalizado. Além disso, podemos ir além e realizar perguntas que extrapolam o espaço escolar, como por

exemplo: Por que devo conhecer a história da Guerra do Paraguai e para que isso serve na minha vida?

A partir da pergunta acima começamos a caminhar no sentido de uma relação entre a história com a vida e os interesses pessoais do indivíduo. Estudar algo em história, ou conhecer algum passado, deve contribuir para alguma orientação ou significado prático em minha vida. Assim, adentramos em um conceito que é central para a didática da história e conseqüentemente para esta dissertação, trata-se da “Consciência Histórica”.

Este conceito é trabalhado por teóricos como Rüsen, Körber, Barca, Pandel, entre outros, que desenvolvem não só o significado da terminologia, como também explicações teóricas do desenvolvimento da consciência histórica, sua relação com a práxis a partir da cultura histórica e com o ensino e aprendizagem histórica. Em síntese, para esta introdução, podemos entender consciência histórica como um conjunto de operações mentais entre passado-presente-futuro que nos permite orientar e significar as nossas vidas a partir de interesses pessoais.

As somas das operações mentais geram atitudes, narrativas e posicionamentos na prática. É a estas ações que englobam o universo prático que denominamos Cultura Histórica, e aos elementos que existem na práxis, podemos classificá-los em três níveis: cognitivo, político e estético (RÜSEN, 1994). Nas palavras de Rüsen (1994) “De la conciencia histórica hay solamente un pequeño paso a la cultura histórica” (Rüsen, 1994, p. 04). A cultura histórica se manifesta das mais diferentes formas que ajudam na criação de narrativas sobre o passado, como museus, filmes, livros, entre outros. Desta forma, o livro didático também é uma fonte para análise da cultura histórica, tal qual sugere o título deste trabalho.

Adentrando no conteúdo sobre os livros didáticos de história, pode-se observar que as narrativas sobre a Guerra do Paraguai dentro dos livros didáticos brasileiros e paraguaios, passaram por algumas transformações ao longo do tempo. Pensando no caso brasileiro, é possível notar a predominância de três vertentes que já foram debatidas por vários autores como Squinelo (2014), Jardim (2015), Salles (2017). Ora as vertentes aparecem de forma mesclada, dando a entender que compõem uma grande narrativa sobre o conflito, ora aparecem diferenciadas, deixando clara a multiperspectividade e possibilidade de mais de uma narrativa possível para o passado em questão.

As três vertentes em questão são: tradicional patriótica; revisionista;

neorrevisionista. A primeira de caráter positivista e nacionalista, a segunda de tendências marxistas e a terceira com característica restauracionista. É interessante notar que dentro do meio acadêmico, historiadores notam as limitações que possuem a última vertente historiográfica, já que acaba por resgatar questões da vertente tradicionalista já superadas pelos revisionistas. No entanto, tais críticas ao neorrevisionismo, sobretudo à obra intitulada “Maldita Guerra” de Francisco Doratioto (2002) ainda são ausentes nos materiais escolares, dando a entender que a terceira vertente historiográfica é a definitiva sobre o conflito. Ou seja, é possível notar a partir deste exemplo que ainda há certas desconexões entre o espaço escolar e o meio acadêmico, reflexos talvez da divisão entre história e didática da história, tal qual já mencionado nesta introdução.

Referente aos livros paraguaios, a pesquisa está buscando justamente investigar se há mudanças nas narrativas de forma similar ao que acontece nos materiais escolares brasileiros. Até o momento é possível notar que as mudanças são menos visíveis, pois nos materiais paraguaios investigados ainda há elementos patrióticos muito visíveis, com algumas pinceladas do revisionismo. Ao final deste trabalho, foi possível investigar de forma mais precisa e detalhada como estão compostas as narrativas nos materiais do país vizinho.

No que se refere à realização da pesquisa, foram estabelecidas três grandes perguntas centrais como norteadoras das estratégias de investigação. As perguntas foram pensadas e elaboradas a fim de possibilitar uma pesquisa sobre a relação dos livros didáticos de história com a cultura histórica, bem como com as intencionalidades das narrativas sobre a Guerra do Paraguai, a partir da forma como ela é apresentada e por fim, a relação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar a partir da atualização / desatualização das discussões presentes nos livros didáticos com a os debates acadêmicos, a fim de possibilitar uma análise também sobre a relação da História com a Didática da História. Sintetizando, portanto, podemos resumir as três grandes perguntas norteadoras em:

1. Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos?
2. Como a Guerra do Paraguai está sendo apresentada e o que ela busca com isso, ou seja, suas intencionalidades?
3. O conhecimento histórico nas escolas está acompanhando as

produções acadêmicas? Há perspectiva de mudanças?

Para responder a estas perguntas, foi traçado um percurso metodológico a fim de instituir alguns critérios / estratégias de análise sobre o conteúdo dos materiais. Tais critérios buscam investigar como a Guerra do Paraguai é apresentada através das narrativas, títulos, subtítulos, imagens, entre outros recursos pedagógicos e o que ela está tentando ensinar a partir disso, algo que fica mais claro ao analisar a parte de exercícios solicitados aos estudantes. Sintetizando também o percurso metodológico, pode-se afirmar que foram traçados sete critérios, sendo eles:

1. O critério de escolha dos livros didáticos a serem pesquisados;
2. O lugar social das editoras/autores;
3. Estrutura didático-pedagógica das obras;
4. Análise de conteúdo dos elementos que compõem a narrativa sobre a Guerra do Paraguai (títulos, subtítulos, capítulos, causas, consequências etc.);
5. Intencionalidade do conhecimento histórico trazido através dos exercícios propostos aos estudantes;
6. A relação entre a narrativa da obra didática com a renovação teórica produzida na academia de história;
7. Como a cultura histórica apresenta-se e busca consolidar-se a partir dos elementos presentes nos livros didáticos.

Espero a partir das estratégias acima apresentadas, responder às três perguntas centrais traçadas, além de investigar de forma prática como se dá atualmente a relação entre História e Didática da História; a maneira como manifesta-se de forma distinta a cultura histórica em países que estiveram envolvidos em um mesmo episódio histórico, porém de lados opostos no passado, o que é um elemento que gera confronto e atrito no presente e por fim, contribuir para os estudos no âmbito da educação histórica.

2 QUADRO TEÓRICO

Neste capítulo, o objetivo será apresentar e aprofundar os conceitos brevemente citados na introdução, tais como: Cultura Escolar, Didática da História, Cultura História e Consciência Histórica. Tais conceitos são centrais para o andamento da investigação, pois são conceitos-chave para que possamos aproximar-nos das respostas das inquietações que levaram a este estudo. O segundo objetivo, é relacionar os conceitos com a discussão que se refere aos livros didáticos sobre a Guerra do Paraguai, ou seja, como estes conceitos nos ajudam a entender a conformação das narrativas, seus objetivos e impactos para os indivíduos e suas vidas sociais.

2.1 O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA CULTURA ESCOLAR.

A escola é uma das instituições centrais da maioria das sociedades contemporâneas. Entendida e construída historicamente (JULIA, 2001) como o local formador de cultura, cidadania e erudição, esta ganhou certas características, costumes e rituais que lembramos imediatamente ao pensar neste espaço. Podemos tomar como exemplos: usar o uniforme da instituição; copiar informações passadas pelo professor no quadro da sala de aula; salas organizadas com carteiras enfileiradas etc.

Notando estes elementos constituidores do espaço escolar, pode-se induzir que a escola se constitui em um ambiente particular, com uma cultura própria, que a diferencia das demais instituições e organizações sociais, com hábitos e práticas únicos, logo, observa-se o surgimento de uma cultura escolar.

A despeito dessas diferentes abordagens, um elemento está sempre presente quando o objeto de estudo é a escola, qual seja o reconhecimento da existência de uma cultura própria dessa instituição. Cultura que a conforma de uma maneira muito particular, com uma prática social própria e única. Ainda que os primeiros trabalhos tenham surgido nos anos 1980, a ideia de uma cultura escolar se fortaleceu nos anos 1990, apresentando atualmente diferenciadas tendências investigativas. (SILVA, 2006, p. 202)

No entanto, deve-se levar em consideração algumas informações que

a autora coloca no trecho acima. O termo cultura escolar não pode ser entendido tão somente a partir de uma única definição. Autores, como Forquin (1993) e Julia (2001), chegaram a distintas conclusões e explicações sobre o que seria a cultura escolar.

Forquin apresenta a “Cultura Escolar” como sendo aquele conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos. E nessa ideia está pressuposta uma seleção prévia de elementos da cultura humana, científica ou popular, erudita ou de massas. (SILVA, 2006, p. 205)

Em Julia vamos encontrar a cultura escolar, dentro de uma abordagem histórica, como sendo uma mescla de normas e práticas, aquelas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” e como um conjunto “que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (JULIA, 2001, p. 2, apud SILVA, 2006, p.206)

Percebe-se que a área de estudos relacionada à cultura escolar é recente, tendo sua origem nos anos 1980 e expansão a partir dos anos 1990, mas que em um curto espaço de tempo despertou interesse para diferentes abordagens investigativas. Seguindo a linha desenvolvida por Forquin (1993), vemos que o teórico francês entende a escola como um espaço de formação, a qual desempenha a atividade de sistematizar conhecimentos, selecionando e organizando-os de forma a didatizá-los ao público estudantil.

É interessante destacar a etapa na qual são selecionados os conhecimentos que serão trabalhados na escola, pois essa influencia diretamente na composição dos currículos escolares, ou seja, na série de conteúdos que os alunos terão de estudar ao longo de sua vida escolar, que por sua vez, acabam de certa forma influenciando na escolha dos livros didáticos a serem utilizados a fim de cumprir os objetivos almejados. Os saberes são criteriosamente escolhidos sob intencionalidades, ou seja, não podemos afirmar que existam currículos neutros de ideologias, pois considerar um saber mais importante que outro, já sinaliza um posicionamento e uma finalidade para com o ensino.

É verdade que existem bases curriculares no Brasil que têm como objetivo, estipular saberes comuns a todas as escolas, no entanto, cabe ressaltar que na prática pedagógica, as instituições de ensino, dependendo de seus valores e da comunidade que está presente naquele espaço, acabam por dar mais enfoque em determinadas temáticas e ao mesmo tempo minimizar ou simplesmente ignorar outras.

Imaginemos a situação hipotética de um cursinho preparatório para o

vestibular com uma escola pública. A primeira observa que a temática “A” é mais recorrente nas provas de ingresso à universidade, portanto, tentará dar maior enfoque naquele tema. No entanto, a escola pública nota que o assunto “B” tem uma finalidade social muito mais relevante que o tema “A” e gerará um impacto positivo para a comunidade na qual está inserida. Neste caso, podemos supor que a escola priorizará o assunto “B”.

Com o exemplo acima, podemos começar a entender por que existe uma definição de cultura escolar mais comum, como uma série de rituais e práticas, mas ao mesmo tempo nos deparamos com culturas escolares, sob diferentes abordagens e investigações. A escola é um ambiente complexo e dinâmico, no qual diversas situações, práticas e atores estão misturados, em constante construção e modificação. O professor da escola pública, por exemplo, poderia ter sido orientado pela coordenação a dar enfoque na temática “B”, mesmo assim preferiu dar prioridade ao tema “A”, devido à sua formação, ou por outros fatores. Portanto, faz-se necessário a partir desta discussão, refletir sobre o que seriam as culturas escolares, como e porque elas se formam.

Quando me refiro à cultura, tenho consciência de que este é um termo complexo e amplamente debatido no âmbito das ciências humanas, sobretudo no campo da antropologia. Como mostra Cucho (1999), cultura é um termo historicamente construído e passou por diversas interpretações. No entanto, gostaria que o conceito seja entendido de forma similar à definição de Williams (1961), a qual podemos notar a partir da leitura do parágrafo escrito por Schimdt (2012).

A perspectiva conceitual que referencia a obra desse autor incorpora a cultura numa totalidade, como resultado da condição humana universal, como um conjunto ou produto da experiência humana, como um processo da tradição seletiva e como a ação humana na vida prática. Nesse sentido, entende-se a cultura como algo vivido de um momento e um lugar; a cultura como produto histórico de um determinado período e sociedade e a cultura como seleção intencional da história da humanidade. Assim, pode-se falar em elementos da cultura, referindo-se aos artefatos, idéias, signos e símbolos, as linguagens e tudo o que permite e realiza as mediações dos e entre sujeitos, em relações sociais historicamente determinadas, onde estes sujeitos são produto e também produtores de cultura, podendo admitir-se também a existência de abordagens categoriais da cultura, tais como a cultura histórica e a cultura escolar. (SCHMIDT, 2012, p. 92).

Portanto, pode-se entender cultura como um conceito que expressa uma série de ações e rituais historicamente e localmente selecionados. É uma condição humana universal, no entanto, composta por elementos que transformam os

indivíduos em reprodutores e produtores de culturas surgidas a partir das relações sociais.

Assim, torna-se impossível entender a realidade da escola, sem ter em mente que a escola é composta por uma cultura própria deste espaço (cultura escolar), mas que também é ocupada por sujeitos que a constroem, como alunos, professores, coordenadores, merendeiras etc. Estes indivíduos, trazem consigo culturas que formam suas personalidades, identidades, suas histórias de vida. Podemos definir essas como culturas na escola. Essas culturas na escola, vão de encontro à cultura escolar, a qual define as normas e comportamentos a serem seguidos dentro da instituição escola. A partir do que vimos em definição de cultura, esse encontro gerará relações que reproduzirão elementos da cultura escolar, mas também produzirão adaptações e novas práxis, o que podemos entender como a cultura da escola.

A cultura da escola, assim sendo, é o resultado das relações entre as culturas dos indivíduos que constituem a escola, com a grande cultura que caracteriza o espaço escolar, como vimos antes, a chamada cultura escolar. Deste modo, entendemos por que a cultura escolar em sua origem é capaz de definir a práxis de um espaço peculiar (escola) sobre as demais instituições, mas em determinado torna-se limitado ao analisar a complexidade das relações sociais na escola, sendo necessário pensar não mais em cultura escolar, mas em culturas escolares.

Fica evidente que o elemento humano, portanto, deve ser levado em consideração, pois é a base da construção do espaço escola na práxis. Funcionários, alunos e comunidade, a partir de suas culturas de origem, transformam as escolas, tornando-as em espaços únicos:

Os principais elementos que desenhariam essa cultura seriam os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo). (SILVA, 2006, p. 202)

Os indivíduos e suas práticas são basilares para o entendimento da cultura escolar, particularmente no que se refere à formação desses indivíduos, à sua seleção e ao desenvolvimento de sua carreira acadêmica. Dessa forma, os discursos, as formas de comunicação e as linguagens presentes no cotidiano escolar, constituem um aspecto fundamental de sua cultura. (SILVA, 2006, p. 204)

Desta forma, entendemos por que as escolas não são todas iguais,

mesmo estando geograficamente próximas. Cada instituição de ensino é lapidada e moldada pelos indivíduos que a compõem. Como Forquin (1993) afirma, podemos entender isto como o mundo social da escola, ou seja, uma cultura escolar que em sua prática acaba dando lugar à cultura da e na escola. O conceito cultura da escola pode ser entendido como a prática escolar acontecendo a partir das culturas na escola, ou seja, a cultura escolar modificada e adaptada pelos elementos humanos que ocupam e constroem o espaço.

Rockwell e Ezpeleta (2007) utilizam o contraste entre os termos “História documentada” e “História não documentada”, quer dizer, o espaço escolar é composto por diretrizes e normativas provenientes de órgãos reguladores, como o Ministério da Educação (MEC), ou as secretarias estaduais/municipais da Educação, o que caracteriza a chamada história documentada das escolas. No entanto, tais documentos sofrem influência da cultura da e na escola, gerando a história não documentada, ou seja, as práticas que ocorrem de fato nas escolas, a partir da interação entre normativas e comunidade (s).

A escola tem uma história documentada, geralmente escrita a partir do poder estatal, a qual destaca sua existência homogênea. Nesta interpretação, a escola é difusora de um sistema de valores universais ou dominantes que transmite sem modificação [...] (ROCKWELL, EZPELETA, 2007, p. 135). Coexiste, contudo, com esta história e existência documentada, outra história e existência, *não documentada*, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características. A homogeneidade documentada decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não-documentada, nesta dimensão cotidiana, os trabalhadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola. (ROCKWELL, EZPELETA, 2007, p. 135).

Portanto, podemos entender o espaço da escola, como um ambiente em que múltiplas culturas estão entrecruzadas e atuando de forma relacional entre si, bem como com a cultura escolar. Estas culturas trazidas e praticadas pelos elementos que formam as escolas, dão identidade às instituições, gerando as culturas das escolas a partir das culturas nas escolas.

A partir da discussão realizada até aqui, podemos concluir que a escola pode ser entendida não apenas como um espaço de reprodução de hábitos e costumes sociais, mas também como um espaço de produção de novas culturas que são criadas diariamente a partir das interações sociais e culturais. Pode-se notar também, que por mais que haja uma cultura específica que define o que é a escola,

existe também a diversidade cultural dos elementos humanos e comunitários que compõem as culturas das escolas, gerando identidade própria a cada instituição escolar. Agora, pensando na presente pesquisa, gostaria de ressaltar um elemento da cultura escolar que é um dos pilares para este estudo e um dos principais elementos da cultura escolar, trata-se do livro didático.

Se mentalizamos o que é uma sala de aula na escola, ou caso pesquisemos na internet “Sala de aula”, teremos como resultado imagens típicas como, o professor escrevendo no quadro e explicando a disciplina que está ensinando, e estudantes sentados, geralmente na disposição de fileiras, em silêncio com seus cadernos e livros didáticos sobre as mesas. Ou seja, é quase automático que associemos ensino escolar com o livro didático. Tratando-se do ensino de história, as narrativas presentes nos livros didáticos nos trazem também elementos da cultura histórica. Por isso, as narrativas dos manuais didáticos são ao mesmo tempo fontes para análise da cultura escolar e da cultura histórica, tal qual sugere o título desta dissertação.

Neste caso, a abordagem é sobre a temática da Guerra do Paraguai, também chamada Guerra da Tríplice Aliança, já que busco uma orientação para entender o processo de construção da cultura histórica brasileira e paraguaia sobre o conflito, que quando confrontadas geram diferentes interpretações sobre o mesmo evento. Mas é possível que façamos estudos similares com livros didáticos sobre outros conteúdos, buscando orientações para outras problemas e respostas do presente, considerando que no processo de de-construção (Körber, 2015) das narrativas dos materiais escolares, conseguimos identificar articulações de raciocínios e pensamentos que compõem não somente o texto, mas a consolidação de um posicionamento e perspectiva sobre o assunto tratado a partir de partículas de um passado selecionado e de uma auto orientação que leva à pesquisa. Este é um ponto importante para que possamos analisar as operações mentais que interligam passado, presente e futuro no âmbito da consciência histórica dos indivíduos. Para Körber (2015), entendemos de-construção como:

[...] é o processo correspondente ao usar relatos históricos reunidos por outra pessoa, ou seja, narrativas. Para usá-los para o próprio processo de orientação, a construção narrativa precisa ser analisada e vinculada às próprias perguntas. Portanto, é necessário extrair as 'partículas do passado' usadas (e invocadas) pelo autor, as conexões sincrônicas e diacrônicas estabelecidas por ele e as conexões derivadas por ele para: presente / futuro.

Esse processo é chamado de 'de-construção' no modelo FUER. (KÖRBER, 2015, p. 25).³

O livro didático pode ser entendido, portanto, como um documento visível da chamada história documentada das escolas. Os manuais nos permitem uma análise ampla da cultura escolar, pois além de permitir investigações sobre os usos e apropriações das narrativas dentro das salas de aula, esses também nos permitem pesquisar elementos mais abrangentes da cultura escolar como programas de distribuição dos livros didáticos, ou ainda, interesses dos mercados editoriais em priorizar e difundir alguns materiais em detrimento de outros. Ou seja, no próprio momento da escolha editorial de quais livros serão ofertados para as escolas, já há a presença de interesses econômicos e ideológicos, bem como a seleção de determinadas narrativas e conhecimentos históricos. Tais elementos também aparecem quando as escolas escolhem os livros que adotarão no ensino.

Podemos entender que a partir desta escolha dos livros didáticos de história, são elencados os conhecimentos históricos criteriosamente selecionados a serem difundidos no meio escolar. Desta forma, o livro torna-se uma importante fonte de pesquisa sobre os interesses que estão presentes no âmbito documental da cultura escolar, bem como em um objeto para análise dos conhecimentos históricos selecionados, suas intencionalidades e relação com o mundo acadêmico. Como afirma Oliveira (2016): “Essas relações entre Estado, Academia, mercado e Escola tornam o livro um objeto formado por vários discursos, muitos em choque, sendo ruidoso e polissêmico, por isso a importância em entender seus limites.” (OLIVEIRA, 2016, p. 82).

Partindo desta definição do livro didático como um objeto polissêmico, inserido entre grandes pilares: a Escola, o Estado, a Academia e o Mercado, podemos entender a complexidade de interesses que estão por trás da construção do livro. Como vemos na passagem acima, os interesses e discursos destes pilares estruturantes, muitas vezes são conflituosos. Neste ponto, podemos conceber os manuais didáticos como produtos resultantes de um ponto de equilíbrio dos interesses

³ Tradução nossa, conforme o original: [...] is the corresponding process when using historical accounts put together by someone else, i.e., narratives. To use them for one's own process of orientation, their narrative construction needs to be analyzed and linked to one's own questions. It is therefore necessary to extract the 'particles of the past' used (and relied upon) by the author, the syn- and diachronical connections established by her or him, and the connections derived by her or him to her/his present and future. This process is called 'de-construction' in the FUER model. (KÖRBER, 2015, p. 25)

editoriais, estatais e acadêmicos. Para chegar à discussão sobre como o equilíbrio é alcançado, creio que seja necessário entender a historicidade da produção dos livros didáticos no Brasil, bem como as alterações das narrativas e estruturas ao longo do tempo.

Souza (2018) aponta que durante a década de 1930, é possível identificar no Brasil, a inserção dos livros didáticos na cultura escolar resultante de ações governamentais, com manuais de orientação aos docentes e livro de estudos para os alunos. Oliveira (2016) afirma que no período da Ditadura Militar (1964-1985), mais especificamente na década de 1970, a indústria cultural no Brasil entrou em grande crescimento, financiado diretamente pelo Estado.

O programa de distribuição do livro didático no Brasil começa a se configurar a partir dos anos 70, a partir de uma parceria entre o Estado e mercado de livros. Os incentivos fiscais do Estado fizeram crescer a indústria de papel no Brasil e, desde então o país passou a ser exportador de papel e a indústria de livros cresceu e o livro didático teve papel preponderante nesse processo. (OLIVEIRA, 2016, p.82).

Como podemos observar, os incentivos fiscais durante o governo Médici, propiciam uma expansão da produção de papel e livros no Brasil, em especial, os livros didáticos. É claro que o país inserido em um processo de Lei de Segurança Nacional, perseguindo ideologias de esquerda, especialmente o comunismo, terá interesse em propagar uma cultura de repúdio a tudo aquilo que fosse subversivo ao governo. Pensando nos livros de história, isso fica muito claro, já que a disciplina praticamente desapareceu dos currículos escolares, dando lugar a outras como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, ou ainda Organização Social e Política no Brasil, conhecida como OSPB.

Nesse cenário, no qual o governo militar interferiu diretamente na produção dos livros e na ideologia presente nas escolas, podemos destacar dois pontos interessantes, que se pensarmos estão presentes até a atualidade. Primeiramente, o Estado é o maior cliente e financiador das produções didáticas, dando grande impulso econômico ao mercado editorial. Isso significa que sim, devemos entender o livro didático também como mercadoria e de grande peso cultural e econômico. O segundo ponto trata-se de que há a interferência ideológica do Estado sobre o mercado editorial, algo que também ocorreu nos governos democráticos subsequentes, ainda que de forma menos visível.

Dita interferência estatal pode ser entendida pelo fato de que o Estado é cliente, consumidor, financiador do mercado editorial e, portanto, deve ser levado em consideração na hora de elaborar os materiais.

Na década de 1980, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) tornou-se o programa oficial de avaliação, aquisição e distribuição de manuais didáticos para as escolas públicas (SOUZA, 2018). Analisando a proposta do PNLD para os livros didáticos de história do triênio 2010, 2011, 2012, encontramos as intencionalidades e objetivos almejados com os materiais e narrativas escolares na área do ensino da história:

Os dezoito critérios específicos que devem ser observados nas obras de História relacionam-se com esses pressupostos e objetivos, as obras didáticas devem contribuir não só para a apropriação do conhecimento histórico, abordado como uma construção social e historicamente produzida, mas também para a compreensão dos processos de escrita da História, a fim de possibilitar que os jovens atribuam sentidos ao estudo da História, relacionados tanto com a análise de diferentes sociedades ao longo do tempo quanto com a percepção da historicidade de suas práticas sociais e com a reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea (Guia de livros didáticos, PNLD 2012, História, 2011, 10 apud OLIVEIRA, 2016, p. 87).

É possível ver também nas páginas 12 e 13 do guia do livro didático 2010, 2011, 2012, um tópico é destinado à análise da área da história, e nesse, é enfatizado que as narrativas não podem mais ser consideradas verdades absolutas sobre o passado, mas uma das verdades que contribuirão à construção do pensamento histórico do aluno e ainda, deve-se deixar de lado o senso comum de que a história é a simples memorização de datas e grandes personagens, mas que:

[...] os profissionais de História entendem que, mais que uma data, um fato ou uma personagem (embora isso não deixe de ser considerado), a construção do conhecimento precisa se pautar pelo pensar historicamente, *compreendendo os diferentes processos e sujeitos históricos, as relações que se estabelecem entre os grupos humanos, nos diferentes tempos e espaços, sempre a partir de uma efetiva dimensão de contemporaneidade* (Edital PNLD 2008, p.44 apud Guia de livros didáticos PNLD 2010, 2009, p. 12-13).

Nota-se que o guia de livros didáticos do PNLD tece sua proposta sobre o que deve ser o conhecimento histórico nos materiais, de forma semelhante ao que está sendo proposto por alguns teóricos da Educação Histórica, principalmente ingleses e alemães, como Peter Lee, Jörn Rüsen, entre outros. Estes, trazem alguns conceitos relevantes para a análise do conhecimento histórico no âmbito escolar. Lee

(2016), por exemplo, aborda a chamada “literacia histórica” que seria o entendimento dos aspectos e elementos de segunda ordem que conformam as narrativas históricas, ou seja, o ensino de história não se trata do mero conhecimento e memorização dos textos escolares, mas também do entendimento de elementos e processos mentais que compuseram tais obras. Desta forma, o estudante estaria apto a partir da aprendizagem histórica a negar interpretações simplistas da história e de sua realidade para agir de forma crítica e racional frente aos problemas sociais do presente.

Isso significa que o ensino de história seria uma via de mão dupla, tendo como objetivos a aprendizagem do conhecimento histórico, mas também a construção do pensamento histórico, como afirma Souza (2018).

Nesse sentido, Lee propõe objetivos que se relacionam a dois polos epistemológicos. Por um lado, a História como campo do conhecimento com regras e métodos próprios, que disciplinam as possibilidades de compreensão, interpretação e representação do passado, deve ser um conteúdo do aprendizado histórico. Por outro, a compreensão por si só destes conceitos e fundamentos não é suficiente, pois uma reflexão epistemológica mais abrangente sobre o conhecimento histórico reconhece sua presença como fator motivador das ações e intenções dos indivíduos, assim como base para a construção de compreensões e explicações sobre o mundo, favorecendo o agir e o pensar em relação ao mundo em que se vive. Os objetivos para o Ensino de História relacionar-se-iam, então, a esse duplo caráter epistemológico da História. (SOUZA, 2018, p. 145).

Podemos afirmar também, que a literacia histórica, possibilitaria ao aluno entender que não existe uma verdade absoluta sobre o passado, mas que são possíveis diferentes interpretações sobre uma mesma história, tal qual propõe o guia de livros didáticos do PNLD antes mencionado. Entender o processo de construção dos argumentos e narrativas, envolve também refletir sobre a intencionalidade e historicidade destes. Lee define a literacia como:

Literacia histórica envolve tratar o passado como uma ecologia temporal interconectada capaz de suportar uma gama indefinida de histórias, não apenas algo que usamos para contar a história que melhor se adapte aos nossos objetivos e desejos imediatos. (LEE, 2016, p. 108).

A aprendizagem histórica, indubitavelmente traz consigo outro importante conceito: a consciência histórica (Rüsen, 2010). Esta pode ser entendida como a capacidade mental de realizar operações que interligam diferentes temporalidades (passado, presente, futuro), a fim de obter orientações para a práxis

do tempo presente na vida dos indivíduos. Ou seja, a partir dos problemas do presente, os sujeitos recorrem ao passado, selecionando elementos deste, que possam gerar soluções práticas para a atualidade e orientações para o futuro. Souza (2018) afirma que:

Para o teórico alemão, há uma natureza própria do pensamento histórico que consiste no ato de se buscar, no passado, explicações que deem subsídios para a construção das identidades e ações dos sujeitos no presente. Ao movimento de construção dessas referências de passado que explicam o presente e orientam expectativas de futuro, Rüsen chama de Consciência Histórica. (SOUZA, 2018, p. 146).

O conhecimento histórico, neste sentido, é fundamental para o estabelecimento dessa práxis e as narrativas presentes nos livros didáticos de história, sem dúvidas desempenham um papel fundamental para diversos estudantes, que muitas vezes, têm nas narrativas dos livros escolares o seu principal referencial de conhecimento sobre história.

Portanto, poderíamos afirmar que os livros didáticos de história mais atuais, a partir da perspectiva do guia do PNLD, abordam o conhecimento histórico de uma forma até então inexistente nos materiais mais antigos, caminhando de forma concreta à aprendizagem histórica. Mas será que as propostas de fato avançaram nos manuais?

Bem, as propostas do PNLD e do meio acadêmico, devem entrar em consonância com os interesses estatais e conseqüentemente com o mercado editorial, assim:

[...] mostra-se a relação Estado, mercado e Academia, na configuração do livro didático. Como os gastos do programa são grandes, o Estado quer obras adequadas as suas demandas, mas sem correr riscos com obras ousadas demais; o mercado, tendo em vista os grandes lucros que pode obter ao ter no governo um cliente poderoso, segue à risca – muitas vezes de modo artificial - os parâmetros do Programa, que é chancelado pela academia através da rede de especialistas que configura os livros a partir da definição de critérios, que vão desde a relação com a historiografia a tipos de exercícios. Por isso o cuidado, cada vez maior, que as editoras têm dado as coleções didáticas na última década. Contando, inclusive, com grandes nomes da Historiografia nacional na confecção dos livros. (OLIVEIRA, 2016, p. 88)

Segundo o estudo de Oliveira (2016), as editoras intencionalmente limitam os conhecimentos a serem publicados, a fim de que as narrativas presentes não sejam “ousadas” ao ponto de colocar em risco a relação comercial com o Estado.

Portanto, tenta-se abordar os assuntos e propostas do PNLD, mas temas “delicados” ao Estado são tratados de forma artificial e para estabelecer a ponte entre mercado editorial e Estado, os livros geralmente contam com a presença de nomes influentes do mundo acadêmico a fim de chancelar legitimidade ao material.

A artificialidade mencionada nos induz à conclusão de que o livro didático acaba trazendo novas questões e abordagens sociais às narrativas históricas, mas de forma estrutural não aprofunda as discussões com elementos que caminhariam à aprendizagem histórica. A multiperspectividade, por exemplo, que permitiria ao estudante visualizar concretamente a possibilidade de várias interpretações sobre um mesmo passado, é algo que não está presente em todos os materiais e segundo Rüsen (1997) seria um dos pontos centrais para o “livro didático ideal”.

Outra questão que preocupa, é o fato de que um dos pilares antes mencionado (a escola), tem uma importância muito reduzida no processo de aquisição dos livros didáticos. Uma vez que o equilíbrio é alcançado e os livros didáticos são aprovados pelo PNLD, cabe ao professor escolher três materiais a serem adquiridos para o uso em sala de aula. Quer dizer, o professor que é um dos atores centrais no processo ensino-aprendizagem, não participa do processo de construção dos livros didáticos e sim do processo de escolha quando esses já estão finalizados. A situação torna-se ainda mais grave quando são as próprias secretarias estaduais/municipais de educação que escolhem os materiais a serem aplicados nas escolas.

Apontamos que, os professores dos níveis básicos têm papel restrito na formatação desses livros, mesmo que sejam cortejados pelas editoras que oferecem de *kits* escolares a palestras no processo de divulgação dos livros. Sua atuação se concentra em apenas escolher uma lista de três obras para sua escola. Salientando que, em muitas redes municipais é a própria secretaria de educação que seleciona os livros, tirando do professor a única atuação dentro do processo. (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

O panorama apresentado dificulta o avanço à aprendizagem histórica, uma vez que o livro didático em grande parte das escolas no Brasil ainda é o principal instrumento pedagógico nas aulas. A curta duração das aulas, a carga horária elevada de trabalho dos professores somada ao pouco tempo destinado ao planejamento pedagógico, muitas vezes impossibilitam o docente a trazer outras fontes didáticas, resultando na utilização exclusiva do livro didático em sala de aula. Isso reforça a importância do livro didático na prática escolar e a necessidade de que tenham

elementos como multiperspectividade, charges, exercícios que levem o estudante a refletir sobre a narrativa histórica, entendê-la como subjetiva com objetividades, compreendê-la como processo e atribuir sentidos/significados a ela (Rüsen, 1997)

Por fim, pode-se concluir que o livro didático ainda ocupa um importante espaço dentro da cultura escolar documentada, é uma mercadoria de grande valor dentro da produção de livros no Brasil, principalmente devido à relação com o Estado. A pesquisa sobre os livros didáticos, mais especificamente os de história, nos possibilita investigar processos amplos da cultura escolar documentada que envolve a escola e outras áreas que se relacionam com esta. Além disso, o conhecimento histórico presente nas narrativas são fontes para que possamos analisar alguns conceitos como a Didática da História, a cultura histórica e a consciência histórica, tal qual será colocado no capítulo seguinte.

2.2 DIDÁTICA DA HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Nesta seção serão tratados alguns conceitos elementares para esta pesquisa, tais como: Didática da História, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Começarei expondo o conceito de Didática da História, trabalhado pelo historiador alemão Jörn Rüsen (2006).

Durante o século XIX, podemos identificar o surgimento da História como uma ciência na Europa, sobretudo a partir dos estudos rankenianos na Alemanha. Segundo Rüsen, desde a antiguidade até o século XVIII a história tinha uma característica marcante, o princípio da *historia magistra vitae*, ou seja, a história como mestra da vida. Desta forma, o conhecimento histórico produzido tinha uma preocupação real com os problemas práticos da vida e com a formação de uma moralidade. No entanto, ao tornar-se uma ciência, a história passou por uma mudança paradigmática que resultou em uma perda desta preocupação com os problemas práticos e passou a focar em discussões metódicas.

Com isso, a ciência histórica começou a perder gradativamente uma reflexão sobre sua própria natureza, bem como o pensamento sobre os impactos do conhecimento histórico na vida prática, algo que era pensado na *historia magistra vitae*.

A “cientificação” da história acarretou um estreitamento consciente de perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história 2 . A

esse respeito, a cientificação da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (RÜSEN, 2006, p. 9).

Assim, Rüsen define que a racionalização da ciência histórica do século XIX foi, na verdade, uma irracionalização, já que a história perdeu sua capacidade reflexiva sobre a vida prática. Neste momento, há um rompimento dentro da ciência histórica. Um grupo erudito, “os historiadores” vinculados à academia, passaram a ser considerados como os intelectuais produtores de conhecimento histórico e vinculados com a ciência histórica.

Por outro lado, surge uma subdisciplina denominada de Didática da História. Esta, erroneamente foi associada à simples didatização da história acadêmica. Ou seja, os professores de história, sujeitos da didática da história, teriam a missão de compilar os conhecimentos eruditos e “didatizá-los” aos estudantes nas escolas, significa transformar em uma linguagem mais simples e acessível. Esta divisão, nos permite, portanto, entender que os grupos acadêmicos eruditos são os produtores de conhecimento, enquanto os professores são os reprodutores. Da mesma forma que, a universidade é o espaço de produção e a escola é o espaço de reprodução.

Entretanto, este pensamento começou a mudar a partir da década de 1970 na Alemanha Ocidental e posteriormente se expandiu para outras regiões da Europa e do mundo. O fato de não existir uma autorreflexão da produção do conhecimento historiográfico, bem como, uma reflexão sobre os impactos e usos destes saberes na vida prática, incomodou alguns estudiosos que causaram uma mudança paradigmática dentro da Didática da História.

Segundo Rüsen (2006), entendemos que essa mudança paradigmática da Didática da história, deu-se em dois âmbitos. Primeiramente, estabelecer-se-ia uma relação da história com as outras ciências do campo social. Segundo, pensar-se-ia sobre a relação entre o estudo da história acadêmica e sua relação com a vida prática. Desta forma, é possível notar uma retomada da autorreflexão sobre o fazer historiográfico. Significa também, que o campo de estudo da didática da história ampliou-se. Anteriormente, a didática da história era pensada como estando presente quase que exclusivamente no espaço escolar, mas agora, o refletir da produção do conhecimento histórico permitiu que outros espaços também

pudessem ser campos de análise desta ciência.

A Didática da História agora analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações na mass media; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar. (RÜSEN, 2006, p. 12)

A expansão das análises da Didática da História para outros campos além-escola, nos mostram de forma implícita a mudança paradigmática que ocorre dentro desta área a partir dos anos 1970. O objetivo desta ciência não é mais traduzir a linguagem erudita da academia para que estudantes aprendam ao longo de suas trajetórias escolares, mas, usando as palavras da passagem acima, “analisar todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana prática”. Isso significa, que um dos objetivos centrais da Didática da História será: entender as operações mentais que os sujeitos estabelecem a fim de orientar sua práxis. Este processo de operacionalização do pensamento histórico em busca de orientação e significado para o presente, ocorre em todos os espaços e em todas as fases de desenvolvimento dos indivíduos, já que constantemente somos colocados frente a situações que exigirão novos significados e tomadas de decisões. A este conjunto de operações mentais a fim de orientar e significar a práxis, dá-se o nome de consciência histórica.

Pode-se dizer, segundo Rüsen (2006), que o objetivo central da Didática da História é o aprendizado histórico. O aprendizado histórico seria o produto resultante da chamada Educação Histórica. Esta, é um modelo ideal do ensino de história, na qual os estudantes têm acesso à autorreflexão do conhecimento histórico, ou seja, possibilidades de entender a formação das historiografias, seus objetivos, historicidades e limitações. Nesse sentido, o ensino de história seria emancipador, pois daria aos estudantes a capacidade reflexiva de pensar o conhecimento historiográfico como algo aberto, passível de modificações. Também possibilitaria entender a história como um conhecimento que não trata apenas do tempo passado, mas como uma ciência que possibilita a partir do conhecimento sobre o passado, o desenvolvimento da consciência histórica, o que possibilita a tomada de decisões no presente e prospecções para o futuro.

A educação histórica possibilita também a lapidação e construção de

identidades a partir do conhecimento e desenvolvimento da consciência histórica, pois as interpretações sobre os saberes do passado, geram orientações e perspectivas distintas. Consequentemente os significados dados ao presente são alterados, assim como as fontes históricas e o passado são apropriados de formas diferentes, a fim de justificar um discurso no tempo presente. Desta forma, podemos entender que a Didática da História, relacionada à educação e aprendizagem histórica, aproxima-se novamente da ciência histórica “tradicional” criada no século XIX, pois tal qual ocorria até o século XVIII, é possível observar uma preocupação com os usos e impactos do passado sobre a práxis social.

Outro importante autor que trabalha com o conceito de Didática da História é Klaus Bergmann (1989), o qual defende que esta área do conhecimento está relacionada de forma direta com o processo de ensino-aprendizagem da história. Para Bergmann, há grande preocupação em entender o que está sendo ensinado e aprendido no ensino de história (na práxis), bem como os possíveis usos dos conhecimentos resultados deste. Assim, Bergmann faz uma análise sobre o processo de ensino-aprendizagem de história a partir de três níveis, sendo eles: empírico (o que é aprendido); reflexivo (o que pode ser aprendido); normativo (o que deveria ser aprendido).

Desta forma, entende-se que Bergmann tem uma preocupação com o conteúdo, a forma e o que está sendo ensinado e aprendido nas escolas, dentro da disciplina de história, pois este processo tem impacto direto na formação e desenvolvimento da consciência histórica, bem como no processo de formação das identidades individuais e coletivas dentro dos espaços sociais. Para ele, a Didática da História:

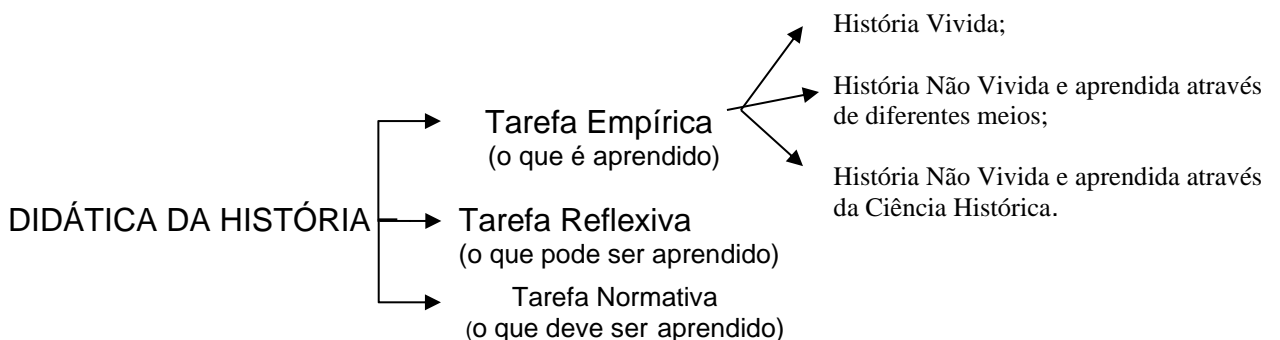
[...] tem por tarefa investigar, descritivo-empiricamente, a consciência histórica e regulá-la didático-normativamente pois esta consciência é um fator essencial da auto-identidade humana e um pressuposto insubstituível para uma práxis social dirigida racionalmente (Bermann/Rüsen, 1978 apud Bergmann, 1989, p. 30).

Pensando no âmbito do campo empírico da Didática da História, não podemos levar em consideração somente o ensino formal das escolas como espaço de ocorrência do ensino-aprendizagem da história. Assim como Rüsen colocava que a Didática da História é uma ciência que pode realizar análises também fora das escolas, Bergmann coloca que podemos analisar processos de transmissão e

reprodução de saberes históricos a partir de ferramentas da chamada *Mass Media*, filmes, rádio, imprensa etc.

Além disso, a história pode ser aprendida de três formas. Podemos aprender história a partir das experiências que temos no dia a dia, o que pode ser entendido como a história vivida. Também podemos aprender histórias que não experimentamos diretamente, como por exemplo: História do Segundo Reinado. Esta pode ser transmitida através da disciplina de história escolar, assim como por filmes, livros, museus, entre outros meios de reprodução de conhecimento histórico, o que abrangeria o âmbito da cultura histórica dentro da didática da história. Por fim, Bergmann entende que é necessária uma análise mais específica sobre a aprendizagem de história não vivida por meio do ensino de história “formal”, ou seja, a aprendizagem de história a partir do conhecimento científico da história, a qual abarca conceitos, teorias, paradigmas, intencionalidades etc.

Portanto, podemos sistematizar as divisões que Bergmann faz no âmbito da Didática da História da seguinte forma:



Seguindo a mesma linha de pensamento de Rüsen, Bergmann afirma que com a especialização da Ciência Histórica, perdeu-se a capacidade reflexiva de pensar de forma autorreflexiva sobre a importância e o porquê de estudar ou produzir conhecimentos históricos, ou ainda, analisar os impactos dos conhecimentos e memórias históricas em determinadas sociedades e em épocas específicas. Por isso, a Didática da História é essencial ao desenvolver esta tarefa dentro desta área de conhecimento.

Agora, se por um lado Bergmann e Rüsen entendem a possibilidade de que a Didática da História tenha como análise a autorreflexão da própria ciência histórica, o que abrange diversos espaços de investigação, é verdade que por outro lado o Ensino de História também é enfatizado como sendo o principal

de todos eles, ou ao menos, um setor privilegiado, como afirma Bergmann:

Um setor privilegiado da pesquisa empírica da Didática da História é o Ensino de História como uma instituição social que deveria oficialmente formar uma determinada consciência histórica e que, ao mesmo tempo, revela a consciência histórica predominante. (BERGMANN, 1989, p. 32).

O conhecimento pensado e transmitido no ensino de história escolar, demonstra uma consciência histórica predominante que está relacionado a uma objetividade e intencionalidade. Os conteúdos e currículos escolares não são aleatoriamente escolhidos. Pelo contrário, eles são criteriosamente pensados, dentro de seus respectivos contextos históricos e locais, a fim de que os estudantes que tenham contato com estes, possam desenvolver uma identidade individual e social para integrar-se a grupos mais abrangentes, como a própria sociedade a qual pertencem.

Sendo a história uma ciência que tem como um de seus objetivos, emancipar os sujeitos a partir de um conhecimento e pensamento racional dos tempos históricos (passado-presente-futuro), deve-se levar em consideração que dentro do planejamento do currículo de história, há a necessidade de pensar o que pode ser aprendido em história e como isso pode afetar a práxis dos indivíduos e da sociedade.

Isso demonstra como as três tarefas (empírica, reflexiva e normativa) se entrelaçam dentro do campo da Didática da História e como estas são peças fundamentais para a autorreflexão do conhecimento histórico. Pensando nesta pesquisa, podemos entender que a partir da área da Didática da História, os livros didáticos podem ser fontes de análise da tarefa normativa, quando analisamos o currículo que se apresenta no livro sob forma de conteúdos e capítulos dispostos. Efetivando uma reflexão sobre o porquê de um livro didático dar mais importância a um conteúdo A em detrimento de um conteúdo B, entendemos que existe uma intencionalidade a partir desta ação. Ou seja, podemos observar uma preponderância de uma cultura e consciência histórica predominantes que determina o que deve ser aprendido e o que é importante para os jovens nas escolas.

O livro didático pode ser também objeto de análise do campo empírico, quando lemos o que está colocado no material e pensamos o que está sendo aprendido a partir daquilo. Ou seja, se realizamos uma pesquisa com estudantes, questionando-lhes sobre o que eles aprenderam a partir da leitura daquele conhecimento histórico ou se colocamos uma situação-problema hipotética e

solicitamos que o estudante articule uma solução a partir do conhecimento histórico adquirido. Neste tipo de observação, entenderemos o que é aprendido a partir da leitura do livro didático.

Por fim, podemos também entender o livro como base para uma pesquisa do campo reflexivo da Didática da História. Pensar nas inúmeras possibilidades do que pode ser aprendido a partir do conhecimento histórico disposto no livro didático, ou ainda pensar, o que poderia ser colocado no livro didático a fim de sanar determinada problemática social latente na sociedade.

Desta forma, entendemos que a Didática da História, assim como a Ciência Histórica, são ciências subjetivas que possuem objetividades expressas, ou seja, as pesquisas são orientadas por interesses e inquietações pessoais de distintos pesquisadores, mas ao mesmo tempo este tipo de investigação possui regras e objetivos gerais. Pensando no caso da Didática da História, o campo para pesquisas é abrangente, sendo possível trabalhar com diferentes conteúdos e reflexões acerca de diferentes conhecimentos históricos já produzidos. No entanto, há elementos de fundo que devem ser comuns como: a investigação sobre a relevância e impacto dos conhecimentos históricos sobre a práxis; os usos do passado; a contribuição para a formação individual e social dos indivíduos; os impactos sobre a consciência histórica. A despeito disto, Bergmann entende que:

Entender o ensino da História como objeto da Didática da História significa que ele deve contribuir para a formação histórico-política e também que essa formação deve ser a mais objetiva possível, pensando nos assuntos e, ao mesmo tempo, correspondendo, subjetivamente, a interesses atuais de juventude. (BERGMANN, 1976 apud BERGMANN, 1989, p. 36).

Longe de chegar em um esgotamento das discussões sobre Didática da História, gostaria de entrar em outro tópico que já foi mencionado algumas vezes neste trabalho e é de fundamental importância para este trabalho, trata-se da consciência histórica – que é também central no campo das discussões da Didática da História. Pensar sobre a consciência histórica e o desenvolvimento desta, é essencial para que possamos entender do que se trata a Educação e Aprendizagem histórica, a qual busca desenvolver uma autorreflexão sobre como e o que é aprendido na e pela história, bem como seus impactos na prática que se manifesta no âmbito da

cultura histórica.

Consciência histórica é um termo amplo e complexo que tem sido objeto de investigação para vários teóricos em diferentes países, sobretudo na Alemanha, onde Rüsen, Körber, Pandel, Schörken, Bodo von Borries, entre outros que buscaram entender o que é, como se desenvolve, a importância e outros aspectos que orbitam na consciência histórica. Portanto, meu objetivo ao tratar da consciência histórica neste trabalho é apresentar as principais características e elementos que serão úteis à presente investigação que está sendo realizada sobre os livros didáticos. Tal qual ocorreu na parte referente ao termo Didática da História, as discussões sobre consciência histórica aqui estarão longe de chegar a um esgotamento teórico.

A consciência histórica pode ser entendida como a capacidade/habilidade mental do sujeito em relacionar os diferentes tempos históricos (passado-presente-futuro). A fim de dar sentido/significado ou respostas aos problemas e inquietações do presente, parte-se em busca de um passado criteriosamente selecionado que, será resgatado a partir da interpretação e análise do pesquisador, e significará o presente ao mesmo tempo em que dará projeções, orientações, perspectivas ao futuro.

Assim, a consciência histórica não se trata de um status, mas de um conjunto de capacidades que o indivíduo possui em estabelecer relações com os diferentes tempos históricos, em especial com o passado. Menciona Körber (2015) ao tratar do conceito de consciência histórica partindo da teorização de Rüsen:

Nesse modelo, a consciência histórica é o processo mental pelo qual os indivíduos se orientam na dimensão do tempo sempre que experimentam uma diferença entre o esperado e / ou planejado e o curso realizado de mudanças ao longo dessas dimensões. A consciência histórica aqui é um processo mental e a capacidade do indivíduo para executar esse processo, como Rüsen formula no subtítulo de seu livro sobre orientação histórica de 1994/2008: 'Sobre o trabalho da consciência histórica para se orientar no tempo', com a necessidade de orientação, o processo descrito por Rüsen segue um caminho de processamento empírico metódico de experiências que surgiram em nosso tempo desde os tempos antigos em direção a uma narrativa formulada que produz orientação. (KÖRBER, 2015, p. 10-11).⁴

⁴ Tradução nossa, conforme o original: In this model, historical consciousness is the mental process by which individuals orientate themselves in the dimension of time whenever they experience a difference between expected and/or planned and the realised course of changes along this dimensions. Historical Consciousness here is a mental process and the ability of the individual to perform this process, as Rüsen formulates in the subtitle of his 1994/2008 book on Historical Orientation: 'On the work of historical consciousness to orientate itself in time'. Starting with a need for orientation, the process described by Rüsen follows a path of methodical empirical processing of experiences which have come upon our time from earlier times towards a formulated narrative yielding orientation. (KÖRBER, 2015, p. 10-11).

Segundo Rösen, podemos dividir ainda a capacidade de orientação da consciência histórica em duas partes: orientação externa e orientação interna. Estas estão diretamente relacionadas com a capacidade de orientação prática e temporal dos seres humanos. Primeiramente a orientação externa, “revela a dimensão temporal da vida prática, descobrindo a temporalidade das circunstâncias incluídas na atividade humana” (RÜSEN, 2010, p. 58), enquanto a orientação interna “revela a dimensão temporal da subjetividade humana” (RÜSEN, 2010, p. 58). Assim, podemos entender que a orientação e raciocínio possibilitados a partir da consciência histórica, agem de forma objetiva, bem como de forma subjetiva, fornecendo ao sujeito uma orientação e perspectiva do que seria a sociedade de uma forma mais geral, bem como uma autorreflexão sobre a construção do próprio sujeito dentro do grupo ao qual está submetido.

A partir deste autoconhecimento o indivíduo molda sua identidade de forma que consegue tomar decisões e interpretar o presente a partir de experiências que vão desde seu nascimento até sua morte, mas também a partir de elementos que transpõem sua vida física, através de histórias de passados distantes que atravessam gerações e continuam dando sentido para ações do presente. Por exemplo, um militar do exército brasileiro do tempo presente, acredita que ele e sua instituição devem intervir diretamente na política a fim de sanar os males do país, já que o exército desde sua criação durante a Guerra do Paraguai tinha a missão de salvar a pátria de todo e qualquer perigo, assim como segue tendo esse objetivo no tempo presente. Ou seja, um passado anterior ao nascimento do próprio sujeito, é utilizado como argumento para uma ação do presente.

Portanto, tendo em mente a consciência histórica como a capacidade de orientação e significação a partir da relação entre os tempos históricos, Rösen acredita que podemos classificar em diferentes níveis a consciência histórica, de acordo com a complexidade dos argumentos e raciocínios estabelecidos na construção dos discursos. Desta forma, a consciência histórica pode ser classificada em quatro diferentes níveis: tradicional, exemplar, crítica, genética. Os quatro níveis estão dispostos em ordem crescente, ou seja, pode-se dizer que a consciência histórica tradicional seria o nível mais elementar, enquanto a consciência histórica genética refere-se ao estágio mais complexo do desenvolvimento desta.

A consciência histórica tradicional, refere-se ao pensamento de que o

passado é imutável, ou seja, as ações do passado criaram padrões de moralidade e atitudes que devemos obedecer no presente e não devemos questioná-lo. A consciência histórica exemplar, nos mostra que o passado gerou uma série de regras/normas que guiam e orientam a nossa vida no presente, portanto, devemos entender o passado como o tempo histórico que gerou os princípios e valores que temos na atualidade.

Já a consciência histórica crítica, acaba por criticar o passado de forma a negá-lo. O sujeito que se encontra no nível da consciência histórica crítica, para Rüsen, não aceita o passado narrado e dedica-se a juntar uma série de elementos a fim de criar uma versão sobre o passado que contraria o modelo tradicional e exemplar. Por fim, o indivíduo que está no nível genético da consciência histórica, não nega o passado tal qual faz o crítico, ele aceita, mas não da mesma forma que os sujeitos da consciência histórica tradicional e exemplar, pois aqui entra um elemento central que é a ideia de mudança. Ou seja, o passado ocorreu tal qual os indivíduos de consciência tradicional e exemplar dizem, no entanto, ele não pode ser intocável, a ponto de considerá-lo imutável e não pode ser um passado que estabelece normas para o presente, pois a história se transforma, novos elementos, tecnologias, características de forma geral emergem e ressignificam o presente.

Neste ponto é interessante pensar no papel que desenvolve a consciência histórica, pois ela é um elemento chave para a construção das narrativas e para a tomada de decisões no presente. Ao desenvolver o raciocínio, a operação mental que abarca a relação passado-presente-futuro, devemos levar em consideração a ideia de mudança como um dos pontos centrais que embasarão nossa tomada de decisão e construção narrativa. Assim, o desenvolvimento da consciência histórica é algo essencial e o objetivo da aprendizagem histórica para os alemães.

Para Rüsen (LEE, 2012), o desenvolvimento da consciência histórica implica na “evolução” do indivíduo dentro da história a partir do aumento de experiências, pois significa maiores capacidades de raciocínio, perspectivas e possibilidades de ver o passado e articular pensamentos a partir de diferentes tempos históricos. Assim os conteúdos dentro do ensino de história para ele são importantes, assim como a autorreflexão sobre o próprio ensino de história, significa dizer que o ensino de história possui duplo sentido. Uma vez que a sociedade possua mais pessoas no estágio de consciência histórica genética, ela passará a ser mais justa e tolerante e seria possível superar o passado para atingir uma humanidade mais

fraterna, solidária e tolerante no presente, que resultaria no sucesso da aprendizagem histórica.

Essa perspectiva será contestada pelos ingleses, que defendem sim o desenvolvimento da educação e aprendizagem histórica dentro do ensino de história, também a fim de alcançar uma sociedade mais compreensiva e tolerante com as alteridades. No entanto, Peter Lee (2016) acredita que a aprendizagem histórica a partir dos quadros conceituais é o caminho para desenvolver os chamados conceitos de segunda ordem e a partir disso avançar no processo de literacia histórica. Para o autor inglês, não faz muito sentido estarmos atentos aos conteúdos para aumentar as experiências tal qual sugere Rüsen, pois uma vez que serão discutidos conceitos de segunda ordem, qualquer temática pode ser abordada e analisada, já que os elementos estruturantes estarão lá, compondo as narrativas da mesma forma. Além disso, ao estudar conceitos ao invés dos tradicionais conteúdos, o estudante terá muito mais liberdade para estudar e usar para o que ele quiser o que foi aprendido.

Uma vez que se avança no processo de aprendizagem histórica e de literacia histórica, o sujeito será capaz de ter uma visão histórica mais aguçada em qualquer tema que envolva história, pois estará apto a identificar elementos que apontam para opiniões, intenções, ideologia, orientações e significações do autor ao escrever a narrativa. Enquanto em Rüsen, Lee (2012) dá a entender que existe a possibilidade do indivíduo se desenvolver muito em determinado tema, atingindo um nível de consciência histórica genética em um assunto A devido ao grande número de informações e experiências naquela área, mas apresentar um nível exemplar em um assunto B.

Mesmo com as críticas, provocações e debates que devem acontecer no espaço acadêmico, não se pode negar a importância da ideia de consciência histórica para sistematizar o raciocínio, significação e orientação do pensamento histórico na práxis. No entanto, para dar este passo adiante e começar a entender os impactos e elementos da história na vida prática, faz-se necessário o entendimento de outro conceito essencial dentro da Didática História, trata-se da Cultura Histórica. A cultura histórica está a um pequeno passo da consciência histórica (RÜSEN, 1994) e pode ser entendido como a materialização do pensamento histórico através de elementos como museus, livros, filmes, monumentos, entre outros. Ou ainda, como os usos da história na vida pública, a forma como ela é apropriada para a legitimação de discursos, ideologias etc. Segundo Rüsen:

La cultura histórica es, por tanto, la memoria histórica (ejercida en y por la conciencia histórica), que se señala al sujeto una orientación temporal a su praxis vital, en cuanto le ofrece una direccionalidad para la actuación y una autocomprensión de sí mismo. (RÜSEN, 1994, p. 12)

Segundo Itamar Freitas Oliveira e Margarida Maria Dias de Oliveira:

[...] a cultura histórica é um conceito que tem a função de nomear esse modo particular (rememorado e narrado) de produzir sentido (orientar-se no tempo) e que está presente (é observável) nas atividades da pesquisa histórica, no ensino de História, nas exposições museais e na mídia, dentre outras dimensões da vida prática (cultura histórica em sentido amplo). (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2014, p. 227).

Da mesma forma que há uma classificação dos níveis de consciência histórica, Rüsen também classifica a cultura histórica em três diferentes dimensões, para que possamos entender de forma mais clara a disposição dos elementos históricos na sociedade, sendo elas: cognitiva, política e estética. No entanto, as dimensões não devem ser entendidas como hierárquicas tal qual ocorre nos níveis de consciência histórica. A primeira dimensão, dita cognitiva, tem a ver com a relação direta entre a aprendizagem histórica no ensino de história, ou seja, no âmbito das ciências históricas. Seria a materialização do desenvolvimento da consciência histórica dita anteriormente, quer dizer, a forma como se concretiza a significação/orientação na vida prática. Rüsen define como:

La dimensión cognitiva de la cultura histórica se realiza, en las sociedades modernas sobre todo a través de las ciencias históricas. Con su regulación metodológica de la actividad de la conciencia histórica de percibir, interpretar y orientar se hacen responsables del principio que regula sus operaciones cognitivas: Se trata del principio de coherencia de contenido, que se refiere a la fiabilidad de la experiencia histórica y al alcance de las normas que se utilizan para su interpretación. (RÜSEN, 1994, p. 20)

Já a segunda dimensão que trata do aspecto político, relaciona-se com a operacionalização da memória histórica no sentido de estabelecer sentidos e orientações relacionados às lógicas de poder. Significa dizer, resgatar passados selecionados a fim de construir narrativas que busquem legitimar discursos, hierarquias e estruturas de poder/dominação. O exemplo mais visível que podemos ter a respeito desta dimensão, é a conformação de ideologias. Se tomarmos como demonstração, uma narrativa neoliberal, poderemos ver o resgate de elementos do

liberalismo, livre mercado, desenvolvimento do capitalismo, fracasso dos intervencionismos estatais ao longo da história, enfim, uma série de características que terão como objetivo deslegitimar outros modelos de pensamento e enfatizar a estrutura que está sendo defendida. No exemplo acima, poderíamos identificar também a legitimação de estruturas de poder que seriam necessárias para manter a ordem social.

A terceira dimensão definida como estética, como o nome sugere, trata de elementos estéticos que se relacionam com a história na práxis. Podemos tomar como exemplo: as músicas que abordam aspectos históricos em suas letras, estátuas, museus, cinema (novelas, filmes, séries), entre outros.

En la dimensión estética de la cultura histórica, los recuerdos históricos aparecen ante todo en forma de creaciones artísticas, como por ejemplo novelas y dramas históricos. Parece como si tales creaciones no fueran realmente históricas, como si la dimensión estética fuera por tanto básicamente ajena a la historia. El carácter histórico de tales obras de arte, su recurso a un pasado que también se tematiza o podría tematizarse en la historiografía, se encuentra en una relación tensa con su carácter artístico, con su dignidad específicamente estética. La construcción de sentido y significado que se realiza aquí, parece estar tan lejos de una memoria histórica verdadera como la ficción literaria o plástica (o también musical) se alejan de la experiencia, que la construcción disimula, con las fuerzas de la imaginación, y tiene que anular su importancia como factor condicionante de la praxis de la vida, para poder apurar el potencial de sentido de la ficcionalidad artística (RÜSEN, 1994 apud SOUZA, 2014, p. 219).

É errôneo pensar a partir da apresentação das três dimensões da cultura histórica, que elas estão hermeticamente isoladas umas das outras, pelo contrário, Souza (2014) aponta a partir de Rüsen (1994) que a dimensão estética justamente revela uma tensão existente entre a dimensão cognitiva e política da cultura histórica, como vemos na passagem de Rüsen:

Creo que es especialmente engañoso hablar de ficciones cuando nos referimos a esta transformación imaginativa de las 'ocupaciones' del pasado en 'historia' para el presente. Porque eso le da al acto conmemorativo de la conciencia histórica la falsa apariencia de irrealización, exactamente allí donde opera con las fuerzas vitales de la contemplación sensitiva. La fuerza imaginativa de la conciencia histórica no aleja de la experiencia histórica, sino que, interpretándola, conduce a ella (RÜSEN, 1994 apud SOUZA, 2014, p. 219).

As produções na dimensão estética da cultura histórica, sendo elas “reais” ou fictícias, geram sentidos e orientações que atuam no âmbito da consciência

histórica e se operacionalizam na vida prática a partir da cultura histórica. Dependendo da perspectiva que a obra artística dá ao narrar determinada história, pode gerar afetos e desafetos que implicam em posicionamentos que favorecem determinados atores em detrimento de outros, ou seja, seguindo este raciocínio, produções que se relacionam às memórias históricas são relevantes, independentemente de sua cientificidade e compromisso com a história.

Pensando no livro didático, podemos inferir que este é um importante elemento no âmbito da cultura histórica, pois é um dos principais instrumentos de ensino-aprendizagem de história em várias regiões do planeta até a atualidade. Este possibilita o aumento das experiências históricas a partir das narrativas e com o maior conhecimento sobre o passado, os indivíduos são capazes de estabelecer significados e aproximações identitárias mais amplas, sentindo-se pertencentes a comunidades mais amplas, como aos Estados Nacionais.

Rüsen afirma que “antigamente, o livro didático de História era um dos canais mais importantes para levar os resultados da investigação histórica até a cultura histórica de sua sociedade” (RÜSEN, 2010, p. 110). Hoje, a “verdadeira finalidade” de um livro didático de História é “tornar possível, impulsionar e favorecer a aprendizagem da História” (p. 112). Esse chega a afirmar que o “livro de História é o guia mais importante da aula de História” (p. 115). Pensamos que nesse conjunto de citações estão explicitadas, ao menos, duas relações fundamentais entre os conceitos de cultura histórica e de livro didático. A primeira é a ideia de livro didático como (resultado da) cultura histórica, ou seja, um artefato que materializa (encarna) esse modo particular de produção de sentido (memorização/narração). A segunda relação é a ideia de livro didático como meio/processo/instrumento da cultura histórica, cuja finalidade é potencializar as capacidades mentais, ou seja, o livro viabiliza a aquisição e o desenvolvimento das capacidades de perceber, interpretar, orientar e construir a identidade do aluno. (RÜSEN, 2010 apud OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2014, p. 227).

Portanto, é possível inferir o livro didático como um meio de desenvolvimento de consciência histórica, já que os estudantes aumentam suas experiências individuais com o passado e adquirem através do conhecimento histórico maiores possibilidades de operacionalizar as relações temporais a fim de estabelecer sentido ao presente e orientação ao futuro, ao mesmo tempo em que o livro é importante, pensando-o como elemento presente na dimensão cognitiva da cultura histórica, que permite aos estudantes aplicarem os conhecimentos e operações mentais na práxis, ou seja, realizarem os usos práticos da história em suas vidas sociais.

Pensando no tema desta pesquisa, é fundamental entender este papel do livro didático, pois a evidência inicial que tive e que me levou a pesquisar a Guerra do Paraguai, foi justamente o fato de haver presenciado o choque entre elementos presentes na cultura histórica no Paraguai com elementos presentes na cultura histórica no Brasil. Sendo o livro didático um elemento da cultura histórica, podemos entender, ainda que em partes, como vão sendo construídas as identidades e narrativas nos países, que quando confrontadas geram choques e desencontros. Portanto, o próximo passo é entender como as narrativas sobre este conflito aparecem nos livros didáticos e suas relações com a consciência e cultura histórica.

2.3 OS DIFERENTES EPISÓDIOS E CENÁRIOS DE UMA MESMA GUERRA

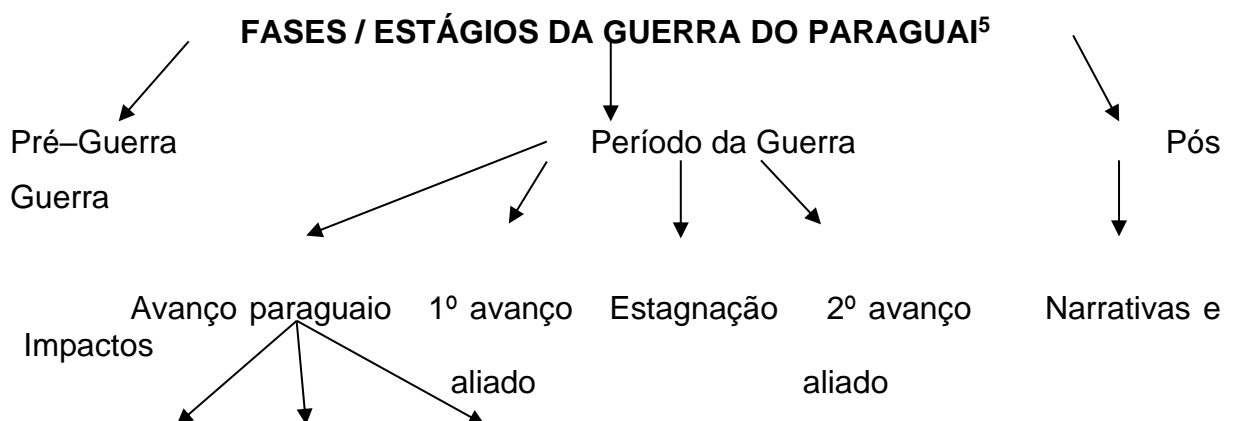
A Guerra da Tríplice Aliança é um conflito multifacetado, ou seja, podemos encontrar diferentes capítulos dentro desta guerra, que marcam os estágios/fases dela. Portanto, o objetivo neste capítulo é fornecer uma narrativa sobre os diferentes estágios da guerra, a fim de localizar e situar geograficamente e historicamente o leitor, para que seja possível posteriormente estudar e refletir as diferentes narrativas ou perspectivas criadas por autores brasileiros e paraguaios, narrativas estas carregadas de intencionalidades que se relacionam com a historicidade delas, ou seja, estas se relacionam com o contexto histórico do momento de suas produções.

Cabe então mostrar aqui, quais foram estes estágios desta guerra. Em linhas gerais podemos dizer que existe todo um contexto, um cenário, que marca acontecimentos anteriores ao estopim do conflito, seja este estopim considerado a invasão brasileira ao Uruguai ou o ataque paraguaio ao Mato Grosso do Sul. A este período, podemos dar o nome de momento pré-guerra, ou seja, neste momento entenderemos o contexto histórico que levou à guerra propriamente dita. O segundo estágio é o período em que está acontecendo o conflito. A esta temporalidade podemos criar subdivisões, já que como comentado anteriormente a guerra foi em si multifacetada, temos muitas guerras dentro da mesma guerra. Temos, por exemplo, o ambiente de ocupação paraguaia na região da província do Mato Grosso que é diferente da ocupação paraguaia no nordeste argentino e da ocupação paraguaia no Rio Grande do Sul.

Pensando quando a guerra começa a acontecer dentro do território paraguaio, vemos uma característica desde a Batalha do Riachuelo até a Batalha de Curupaity, na qual os aliados sofrem uma derrota épica e se inicia no conflito um período de estagnação em trincheiras. Esta fase de trincheiras não é igual ao primeiro período de avanço aliado, trata-se de uma fase particular com elementos típicos deste momento. Por fim, podemos ver um terceiro período marcado pelo avanço aliado e a derrota definitiva do Paraguai, na qual vemos a tomada da fortaleza de Humaitá, as batalhas de Avaí, Lomas Valentinas, a tomada de Asunción, a batalha de Acosta Ñu, entre outros episódios. Todas estas subdivisões acontecem ao longo do período em que está acontecendo a guerra, este período terminará com a morte de Solano López no dia 01 de março de 1870 em Cerro Corá, considerado “Día Nacional de los Héroes”, feriado no Paraguai.

Após a morte de López começa o terceiro momento, chamado de pós-guerra, na qual os países envolvidos tiveram de lidar com os impactos da guerra, além de ser o momento em que as historiografias começaram a ser produzidas narrando o conflito. Os impactos da guerra serão abordados no final deste capítulo, enquanto a parte das narrativas históricas sobre o conflito será trabalhada no capítulo seguinte, enfocando nas narrativas escolares, ou seja, como a guerra é contada a partir dos livros didáticos, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

Abaixo, pode-se ver um quadro que sintetiza a ideia transmitida até aqui.



⁵ A criação deste quadro ilustrativo é de autoria própria e representa uma tentativa de explicar as diferentes fases da Guerra do Paraguai. Cada estágio é marcado por características que as diferenciam umas das outras e retratam distintas realidades dentro do conflito. A nomenclatura dos períodos também é de autoria própria e expressam uma tentativa de sintetizar a ideia principal do que ocorria na guerra no referido período.

Mato Nordeste Rio Grande
Grosso argentino do Sul

Iniciando com o período do pré-guerra, podemos notar que a região sul da América do Sul, mais especificamente a Bacia do Prata que engloba o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e a região sul do Brasil, era uma região de intensas disputas desde a época da colonização de Portugal e Espanha. Fatídicos episódios como a fundação da Colônia de Sacramento no estuário do Prata, guerras guaraníticas nas missões jesuíticas, entre outros, marcavam esta região do América como uma das mais disputadas em todo o continente.

Espanha e Portugal por séculos tentaram estabelecer limites territoriais, fronteiras que demarcassem os territórios de cada uma das coroas ibéricas. Durante o século XVIII, uma vez que os bandeirantes e colonizadores portugueses haviam adentrado e ocupado várias das regiões espanholas delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas do ano de 1494, fazia-se necessário o estabelecimento de um novo tratado delimitador de fronteiras. A partir daí, surgiram inúmeros tratados como, por exemplo, o Tratado de Madrid e o Tratado de San Ildefonso.

Pode-se notar que estabelecer uma fronteira nesta região é algo de extrema complexidade e dificuldade. Uma vez que começam os processos de independência e formação de novos Estados Nacionais na América do Sul, é visível que os problemas de delimitação de fronteiras continuam. Pensando concretamente no caso Brasil – Paraguai, notamos que a questão de limites do Paraguai com a região do Mato Grosso, foi um dos elementos que contribuiu para o desgaste das relações diplomáticas entre os dois países. Mesmo após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, algumas fronteiras da região ainda eram palcos de disputa entre os Estados Nacionais. Quando pensamos na Questão de Palmas, por exemplo, vemos que as fronteiras da região sul do Brasil com a Argentina foram delimitadas somente no final do século XIX.

Quando surgem Brasil, Argentina, Paraguai e algo chamado Uruguai (que já havia sido palco de disputa entre o Império Brasileiro e a República Argentina), surgem elementos políticos internos dos Estados Nacionais que se externalizam na disputa sobre a região do Prata. Por exemplo, a disputa entre unitaristas e federalistas na Argentina é um problema interno que impacta a política argentina nas Relações Internacionais com os países vizinhos. Bem como nas políticas imperiais para a região

do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul que quase sempre entravam em rota de colisão com o Paraguai e com o Uruguai respectivamente e talvez o exemplo mais claro de todos: a disputa política interna entre Blancos e Colorados no Uruguai, que foi o estopim para o enfretamento da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

A região platina seria marcada por padrões que a acompanharam desde o período entre o processo de emancipação colonial no início do século XIX até a eclosão do conflito (WHIGHAM, 2010, p.25-26). Dentre os quais, podemos ressaltar: os limites instáveis e/ou indefinidos; fronteiras marcadas por episódios recorrentes de violência fomentados pela lógica econômica que dependia do uso da força para a conquista e/ou controle de recursos e rotas comerciais, excedendo as soberanias; fraqueza do poder central em estender sua autoridade sobre todo o território; internacionalização dos conflitos partidários, em especial entre ramos do unitarismo e federalismo, e por fim, a conservação da autonomia e da independência dependia de grupos e organizações políticas e militares locais. (CORONATO, 2020, p. 7)

Podemos pensar também na mudança da postura do Paraguai independente. O país enquanto colônia do antigo Império espanhol, era parte do Vice-Reino do Rio da Prata, que abarcava outras regiões como a futura Argentina e o Uruguai. Pode-se observar que existe certo pioneirismo por parte do Paraguai ao decretar sua independência já no ano de 1811, dando início a sua fase independente. O governo portenho (Buenos Aires) passou por momentos de instabilidade em sua postura de reconhecer ou não a independência paraguaia. Ora Buenos Aires respeitava o governo independente de Asunción, ora mencionava o Paraguai como uma província a mais das Províncias Unidas do Prata. A relação tensa com o governo Portenho, com os orientais (uruguaios) liderados por Artigas e com o governo português, principalmente na questão de litígio de fronteiras, levou o governante paraguaio (Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia) a instaurar uma doutrina política ditatorial no país a fim de salvaguardar três objetivos, conforme apresenta Moreira (2016):

“La política del Dictador Francia se basó en tres objetivos fundamentales: El mantenimiento de la Independencia Nacional; La defensa de los límites nacionales; La libre navegación de los ríos.” (MOREIRA, 2016, p. 147)

A fim de manter o Paraguai distante dos inúmeros problemas e disputas que assolavam a região do Prata no período de formação dos Estados Nacionais Modernos, o ditador Francia adotou a política de isolamento. O Paraguai

literalmente se fechou ao mundo exterior, consolidando uma economia agrícola fechada na produção interna. Além do tabaco e da erva-mate que estavam entre os principais produtos de comercialização no país, desenvolveu-se muito também o cultivo de outras plantações como arroz, milho, legumes e algodão. As antigas ferramentas que eram importadas, passaram a ser desenvolvidas pela própria população que necessitava destas para trabalhar. Segundo Moreira (2016), este isolamento obrigou que o Paraguai se autodesenvolvesse de forma independente, o que contribuiu para o aspecto econômico do país.

“No obstante, el aislamiento desarrolló al país considerablemente en el aspecto económico, pues la situación ayudó a que los habitantes se bastasen a sí mismos. Era una economía dirigida por el Estado, con la intervención directa del Dictador intervino en todos los asuntos relacionados. Se fomentó la producción de las industrias caseras y se incrementó la riqueza agroganadera, se reguló su distribución e impidió el enriquecimiento excesivo de la ciudadanía” (MOREIRA, 2016, p. 154).

Desta forma vemos uma política de completa estatização da economia no Paraguai, levada adiante pela ideia de defesa da independência nacional dentro da Ditadura de Francia. Quando pensamos ainda em aspectos econômicos deste período, devemos lembrar das chamadas “Estancias de la Patria”. As estâncias eram campos desabitados no Paraguai que foram apropriados pelo Estado e arrendados a baixos custos aos camponeses. As famílias que nos campos se estabelecessem, deveriam obrigatoriamente plantar, cultivar, criar plantas e animais, movimentando a economia agropecuária. Muitos associam este processo a uma Reforma Agrária e a uma política de proto-socialismo já no século XIX.

“Con relación a los campos deshabitados, el Dictador los convirtió en *estancias de la patria* o fueron arrendados a los campesinos a precios muy accesibles con la condición de ser cultivados o poblados con ganado. De esta forma, grandes extensiones de tierras improductivas fueron empleadas para el fomento de la agricultura y ganadería.” (MOREIRA, 2016, p. 157)

No que tange aspectos sociais, vemos uma perseguição a grupos da elite paraguaia ligados a Buenos Aires ou aos antigos colonizadores espanhóis, da mesma forma que a igreja, também relacionada às monarquias europeias, especialmente à espanhola, sofrerá duras perseguições durante o regime ditatorial de

Francia. Já no campo educacional, vemos que desde a década de 1810 há políticas públicas de obrigatoriedade da alfabetização de crianças dentro do Paraguai, ou seja, quando estudamos o momento em que se inicia a Guerra do Paraguai em 1864, vemos que há uma grande diferença entre a realidade educacional brasileira (neste momento praticamente toda a população brasileira é analfabeta), com a população paraguaia completamente alfabetizada na década de 1860, o que possibilitou inclusive a criação e propagação de jornais satíricos de Campanha como o Cacique Lambaré e o Cabichuí.

A mudança (abertura econômica e política) se deu no Paraguai somente a partir da década de 1840, quando Rodríguez de Francia falece e o primeiro presidente paraguaio foi eleito pelo congresso: Carlos António López. Carlos López iniciou na década de 1840 uma série de medidas que viria a consolidar a independência paraguaia, bem como avançar importantes pautas sociais e econômicas no país. O antigo autoisolamento imposto por Francia começara a ceder e o agora presidente paraguaio Carlos López colocava novamente o país no cenário internacional, estabelecendo relações comerciais com os vizinhos a fim de expandir a economia nacional. López tentou também modernizar o Paraguai com as tecnologias de seu tempo. É em sua gestão que vemos na região de Ybycuí (departamento de Paraguarí) o surgimento de Minas Cue, importante siderúrgica que será essencial inclusive na fundição de ferramentas e armamentos para o Paraguai nos anos da guerra. Surgem também estaleiros e um dos primeiros ferrocarris da América do Sul, que tinha sede em Asunción.

No entanto, deve-se lembrar que o Paraguai não era uma nação plenamente industrializada e desenvolvida, conforme algumas correntes revisionistas da segunda metade do século XX apontam. O Paraguai tampouco representava uma ameaça aos interesses comerciais britânicos da região, tido que grande parte da economia paraguaia ainda era baseada na agropecuária e exportação de produtos como erva-mate, madeira, tabaco, entre outros. Outro ponto a ser lembrado é que a abertura paraguaia chocava novamente em antigos problemas que levaram Francia a uma política de isolamento anos antes. O processo de formação dos Estados Nacionais na região ainda era uma realidade. Antigos territórios ainda estavam em litígio envolvendo o Paraguai com seus vizinhos. Ou seja, inevitavelmente surgem inúmeros atritos entre o Paraguai e as demais nações que compõem a Bacia do Prata.

É possível observar essa realidade e evidenciar a tensão regional,

quando abrimos um livro didático paraguaio e observamos que o período de Carlos António López é repleto de tratados e missões diplomáticas resultantes de situações de quase guerra com o Brasil e com a Argentina. É neste momento que surge a figura de Francisco Solano López, filho de Carlos António López. Durante a presidência de seu pai, Solano López é enviado em diversas ocasiões como um diplomata paraguaio a fim de negociar questões envolvendo não só o Paraguai, como outras situações como conflitos internos da Argentina. Após a morte de seu pai, Solano López assumiu em 1862 como presidente paraguaio a fim de avançar, expandindo e consolidando a política de abertura paraguaia iniciada por Carlos López. A grande diferença é que enquanto Carlos López sempre usou de todos os meios diplomáticos possíveis para evitar uma guerra na região, Solano López não desconsidera o uso de ações militares que garantam os interesses paraguaios nas relações do Prata.

Portanto, nota-se que entre 1811-1864 – período que abarca a história paraguaia desde sua independência até o estopim da Guerra Guasu, o Paraguai tem apenas três governantes que ficariam conhecidos posteriormente pela historiografia revisionista paraguaia como: “Los Karai Guasu”, ou seja, os grandes senhores. O Paraguai orbita de um isolamento autoimposto em busca da consolidação de sua independência nacional até uma abertura política e econômica que situa o país em uma perigosa região de confronto com as duas potências regionais: Brasil e Argentina. Através das políticas internas desenvolvidas neste período, entende-se a formação das condições e características do Paraguai ao longo da Guerra da Tríplice Aliança, um país agrário, camponês, com excelentes condições sociais, mas pouco industrializado quando comparado aos vizinhos.

Apresentado todo este cenário, podemos notar como a linha entre a paz e um conflito generalizado era tênue e frágil. A parte da instabilidade política e territorial que marcam os Estados Nacionais em seu processo de formação ainda há outro elemento que podemos colocar como a causa principal para a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança, os rios. A Bacia Hidrográfica do Prata, é na verdade, a geradora da intensa disputa que começa ainda com Portugal e Espanha. Composta pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, este conjunto de rios possibilita o transporte e escoamento de mercadorias entre a Europa e o interior da América do Sul, além de possibilitar o acesso às regiões mais interioranas do continente.

Isto fez com que a região do estuário do Prata, localizada entre Montevideu e Buenos Aires adquirisse fundamental importância para o Brasil que

precisava deste canal para chegar ao Mato Grosso, bem como para o Paraguai que não possuía nenhuma saída ao mar e necessitava deste espaço para comercializar com o mundo externo. Portanto, questões políticas internas tanto da Argentina, quanto do Uruguai, tinham impacto direto para o Paraguai e para o Brasil neste momento e no caso do acesso brasileiro ao Mato Grosso, ainda havia outro entrave, pois após cruzar o estuário do Prata e navegar continente adentro pelo Rio Paraná, era necessário ainda atravessar o Rio Paraguai que corta o país de mesmo nome ao meio. Impasses diplomáticos com o Paraguai, poderiam resultar no estrangulamento econômico da província do Mato Grosso. Como será colocado mais adiante, veremos que em várias situações anteriores ao ano de 1864 houve desentendimentos entre a República do Paraguai e o Império do Brasil que quase levaram a um conflito armado antes mesmo do ano de 1864, como vemos na passagem abaixo:

Ao longo da década de 1850, as missões diplomáticas almejavam solucionar tais pendências. Em 1854, recorreram à missão liderada pela Armada Imperial, após a expulsão do representante brasileiro Felipe José Pereira Leal (1834-1884) de Assunção. Em seguida, a Missão Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855) detinha as instruções eram para não conduzir toda a esquadra, solucionar questões e empregar a esquadra apenas para coagir a passagem do rio. No entanto, por problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo Pedro Ferreira de Oliveira (1801-1860) ao navio *Ipiranga* de menor calado. Na chegada, o Comandante Pedro Ferreira de Oliveira incumbido de assinar um tratado de limites e navegação, buscou concluir a missão.

Entretanto, o Presidente Carlos López argumentava que a livre navegação seria concedida apenas mediante demarcação dos limites de acordo com os seus interesses. Para prosseguir com as negociações, o governo paraguaio enviou o diplomata José Berges (1820-1868) para a Corte. Além de não conseguir cumprir os objetivos, o encalhamento dos navios foi vexatório para o país que buscava demonstrar força, mas acabou revelando falta de planejamento. No Rio de Janeiro, após a desistência em retificar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, o Estado já considerava recorrer à guerra. (GONZAGA, 2020, p. 29).

É possível notarmos a partir da passagem acima, que o Império Brasileiro uma década antes do início das hostilidades já buscava demonstrar força como nação imperialista que detinha o maior poder nas decisões bilaterais. A diplomacia brasileira de certa forma, utilizou de uma espécie de *Smart Power*⁶, tentando forçar decisões diplomáticas a partir da demonstração de forças com a armada imperial. No entanto, vemos que essa tática é um fracasso total. O encalhamento dos navios brasileiros no Rio Bermejo, localizado em território argentino

⁶ Conceito empregado por Joseph Nye que faz referência a uma tática de conciliar a diplomacia com a força bélica de um país nas relações internacionais.

próximo à fronteira com o Paraguai representa o despreparo e o desconhecimento dos elementos geográficos da região por parte da armada imperial. Este desconhecimento do território paraguaio ficaria ainda mais evidente a partir do período entre 1865-1866, quando as tropas aliadas tentam avançar sentido à fortaleza de Humaitá já durante a guerra e acabam sofrendo alguns reveses como na Batalha de Curupaity. Parte destas derrotas são justamente causadas pelo desconhecimento geográfico.

Retornando ao período pré-guerra, vemos que é totalmente desqualificado o argumento de que o Paraguai foi o país que quis iniciar as hostilidades e a guerra contra o Brasil. A política imperial era favorável à guerra para manter a hegemonia e integridade do Império. Após o vexame da missão Pedro Ferreira de Oliveira no rio Bermejo, um tratado seria assinado por 06 anos entre o Paraguai e o Brasil, baseado no critério para a posse de terras *Uti Possidetis*, que significa dizer que o proprietário das terras será quem de fato as ocupa, e o Paraguai permitiria a livre navegação brasileira no Rio Paraguai apenas para belonaves com menos de 600 toneladas e sem artilharia. O navio que ultrapassasse as 600 toneladas ou portasse artilharia seria fiscalizado e inspecionado pelo governo do território competente. Ou seja, com este tratado o Paraguai consegue inibir as pretensões imperiais de livre uso do Rio Paraguai.

A despeito da assinatura de um novo tratado, em 6 de abril de 1856, entre Ministro Plenipotenciário José Berges e o Chanceler José Maria da Silva Paranhos, a negociação dos limites foram suspensas por 6 anos, respeitando o princípio de *uti possidetis* e a livre navegação foi autorizada apenas para os navios com menos de 600 toneladas e sem artilharia, cabendo aos demais sujeição às inspeções e ressaltando que cabia a cada país o direito de adotar as medidas para coibir o contrabando e prover a segurança (ALCALÁ; ALCÁZAR, 2007, p. 299). O documento era um artifício legal, adquirido pelos paraguaios para permanecerem com os regulamentos proibitivos contra o trânsito brasileiro. (GONZAGA, 2020, p. 31)

O historiador paraguaio Fidel Miranda Silva (2016) narra os acontecimentos descritos acima por Gonzaga sob a perspectiva paraguaia. Com riqueza de detalhes, é descrito não só os entraves diplomáticos trazidos por Gonzaga, mas também as ações imperialistas brasileiras na região do Rio da Prata que antecedem a expedição de Pedro Ferreira de Oliveira.

O Paraguai desde sua independência no ano de 1811, enfrentou pressões externas que ameaçavam o próprio processo histórico de emancipação

nacional. Na região leste, as fronteiras mal delimitadas com o império português, posteriormente império brasileiro, geravam um mal-estar diplomático com o mundo luso-brasileiro nas disputas por territórios litigiosos, sobretudo na fronteira com a região do Mato Grosso. Ao sul, a Confederação Argentina era também um problema histórico, já que o governo de Buenos Aires não reconhecia a independência paraguaia e, várias vezes houve inclusive tentativas de invadir o território do Paraguai.

Os históricos problemas com Buenos Aires dariam trégua após a derrota de Juan Manuel de Rosas no ano de 1852. No entanto, os problemas com o Brasil a partir de então só cresceram até a eclosão do conflito no ano de 1864.

El eterno conflicto entre Buenos Aires y Paraguay, había terminado con la derrota definitiva del Dictador Juan Manuel de Rosas, en la Batalla de Caseros el 3 de febrero del año 1852, vencido por el General entrerriano Justo José de Urquiza, con el apoyo del Imperio Brasileño. Luego de esta contienda, Argentina reconoció la independencia de Paraguay. Sin embargo, el problema con el Brasil persistía, y que en corto tiempo desembocaría en una contienda bélica sin precedente. (SILVA, 2016, p. 89).

Silva ressalta que desde a década de 1840 há uma tentativa por parte do governo do então presidente paraguaio Carlos António López, em solucionar de forma pacífica e diplomática a questão de territórios litigiosos entre Paraguai e Brasil localizados na região dos rios Blanco e Apa. No entanto, todos os esforços diplomáticos são em vão, já que o Império do Brasil se recusa em assinar qualquer tipo de acordo diplomático sobre o território em questão, pois Pedro II afirma com veemência que os territórios litigiosos são de posse do Brasil, mesmo sem haver uma população brasileira de fato ocupando a região.

En el año 1847 el presidente paraguayo don Carlos António López, envía nuevamente a Andrés Gelly en carácter de embajador plenipotenciario, ante el Gobierno del Emperador don Pedro II, llevando otra propuesta para la firma del Tratado de Amistad de Navegación y Límites, en donde los territorios comprendidos entre los Ríos Apa y Blanco, quedasen neutros y que ninguno de los dos países, tendrían a sus respectivos ejércitos en el lugar. Sino hasta por lo menos dos leguas de ambas orillas. Este proyecto de Tratado también fue infructuoso. Brasil insistía que esos territorios les pertenecían, sin embargo nunca ha ocupado (SILVA, 2016, p. 90)

Por parte do governo paraguaio, há uma nova tentativa no ano de 1852 em neutralizar a região que compreende os rios Apa e Blanco a fim de diminuir a tensão entre as partes, novamente o governo brasileiro recusa o tratado de limites

proposto por Carlos António López. As seguidas recusas do governo imperial mantinham a incerteza e conseqüentemente certa tensão na fronteira paraguaia com o Mato Grosso.

Em 1853, Pedro II de forma intimidatória a fim de solucionar a questão de limites e navegação sobre o Rio Paraguai, mandou o representante Felipe Pereira Leal com um ultimatum em tom de ameaça. Carlos António López deveria reconhecer a margem direita do rio Apa como território brasileiro. Indignado com a conduta do governo brasileiro e com o representante de Pedro II, López reage de forma imediata, expulsando Felipe Leal do Paraguai, além de alguns mineradores brasileiros que exploravam Salitre de forma clandestina no nordeste paraguaio.

É este acontecimento do ano de 1853 que enfureceria Pedro II, levando-o a ordenar a fatídica e já mencionada expedição naval de Pedro Ferreira de Oliveira em 1855, a qual era uma demonstração de força do poderio da marinha imperial, mas acaba em um completo fracasso após o encalhamento de navios no Rio Bermejo em território argentino. A notícia de que uma grande esquadra brasileira rumava ao Paraguai, colocou todas as forças paraguaias em alerta total e gerou uma verdadeira movimentação de guerra. Os paraguaios se prepararam para um possível ataque brasileiro.

Al enterarse don Carlos del apresto militar del Imperio, ordenó la inmediata evacuación de la población civil de Paso de Patria, y trasladó el fuerte de su ejército a Humaitá, comandado por el entonces Coronel Wenceslao Robles, posterior General. Este mandó echar árboles, realizando una limpieza en toda la explanada en donde instaló su Cuartel General. Posteriormente llegaron el General Francisco Solano López y el Coronel Wisner. El ejército estaba compuesto por 6.000 hombres de las tres armas. Una vez en el terreno, ordenó que se instalaran las Baterías en las barrancas del Río Paraguay, a lo largo desde Curupayty hasta Humaitá. (SILVA, 2016, p. 92)

O Almirante Pedro Ferreira de Oliveira ao alcançar território paraguaio de forma inesperada, já que parte da esquadra havia ficado encalhada no rio Bermejo, tenta provar de todas as formas possíveis que a missão brasileira era pacífica e que não buscava de forma alguma a realização de um ataque ao Paraguai. Neste episódio, vemos a figura de Francisco Solano López entrando em ação. Ele assume as negociações do lado paraguaio e propõe o *Uti Possidetis* como solução para o já longo e cansativo tratado de limites e navegação, o que para o Paraguai era vantajoso, pois nos já mencionados territórios litigiosos possuía mais territórios habitados que o Brasil. Ao propor uma terceira via, que não era o Tratado de San

Ildefonso nem o Tratado de Madrid, Pedro Ferreira de Oliveira não se dá conta de que aquilo que Solano López propunha era na verdade uma vantagem ao Paraguai, Oliveira interpreta o *Uti Possidetis* como uma solução justa para o impasse entre Brasil e Paraguai e avança nas negociações baseado no princípio proposto por Solano López.

Paraguay desde la época del Tratado de San Ildefonso, venía ocupando normalmente con todos los establecimientos militares y civiles, que le hacía acreedor de esas tierras que le pertenecía por heredad. Sin embargo el Brasil, jamás lo ocupó, es decir que conforme el principio declarado por su encargado de negocios, esos territorios pertenecían al Paraguay y no al Brasil. (SILVA, 2016, p. 95-96).

Em 1856 é assinado entre o Visconde de Rio Branco e José Berges o já mencionado acordo de 06 anos baseado no *Uti Possidetis* que representou na prática em um adiamento das discussões territoriais e em um status quo. Cessaram-se as hostilidades e impasses diplomáticos entre as nações, mas uma decisão em caráter definitivo sobre a matéria de definição de limites territoriais ainda não era uma realidade. Segundo Silva (2016), seria este completo fracasso das expedições brasileiras entre 1853 – 1855, é o que teria levado Pedro II a intensificar a preparação militar para uma guerra contra a República do Paraguai. Da mesma forma que o historiador interpreta o posicionamento de Carlos António López como uma saída estratégica para as relações com o Brasil, pois esse adiamento daria mais tempo para preparar o Paraguai para uma guerra que ficava cada vez mais clara em breve.

Esta humillación sufrida por el emisario portugués, ante el Gobierno de don Carlos Antonio López, fue imperdonable. Prácticamente aceleró, la maquinación de la guerra de parte de Brasil contra Paraguay. La retirada sin pena ni gloria del Almirante Ferreira de Oliveira con su escuadra, tuvo profunda repercusión en el ámbito político del vecino país. (SILVA, 2016, p. 96)

Evidentemente que Don Carlos António López, veía que su vecino no iba a solucionar el problema de límites de forma pacífica. Decidió ganar tiempo para preparar mejor al Paraguay, para una probable contienda bélica en un futuro no muy lejano. (SILVA, 2016, p.98)

Durante o período 1856 – 1864 a política do Império do Brasil para com a região do Prata e sobretudo para com o Paraguai será marcada por uma espécie de paz armada. A mentalidade imperial tendia para a linha de que para

alcançar a paz com o Paraguai e os objetivos de conectar o Rio de Janeiro com o Mato Grosso, seria necessário estar preparado para uma guerra, o que caracteriza o princípio *si vis pacem para bellum* (AUBERT, 2015, p. 2272).

Esta preparação brasileira para um possível breve conflito com a República do Paraguai pode ser notado através da criação de novas colônias militares como as de Itapura e Avandava, aquisição de baterias flutuantes utilizadas na recém terminada Guerra da Crimeia (1853 – 1856) que poderiam ser utilizadas contra os paraguaios em Humaitá, da mesma forma que foram utilizadas pelas marinhas inglesas e francesas contra os russos, além de uma série de expedições científicas de reconhecimento territorial, que buscavam evitar novos vexames como os da missão Pedro Ferreira de Oliveira e espionar as forças paraguaias.

Nota-se que a República do Paraguai, antes considerada pelo Brasil como um território estratégico por ser uma nação tampão que poderia equilibrar as forças e neutralizar a tensão entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina, além de possibilitar o acesso à província do Mato Grosso, passa a ser vista como uma nação incômoda que dificulta as ações brasileiras na região do Prata e gera, segundo a corte brasileira, uma ameaça à unidade imperial devido aos litígios territoriais com o isolado interior brasileiro.

Enquanto as tensões entre o Império Brasileiro e a República do Paraguai aumentam em torno do Rio Paraguai e da fronteira com o Mato Grosso, a situação diplomática entre o Império do Brasil com a República Uruguaia também começam a se deteriorar. O Uruguai, território histórico de intensa disputa entre Portugal e Espanha e posteriormente, entre a Argentina e o Brasil, pode ser considerado outro território que pode desequilibrar as relações geopolíticas da região do Prata e terminar causando um conflito de grandes proporções entre os países que compõem essa região.

No Uruguai era possível encontrar uma intensa disputa política entre grupos políticos, sendo que dois deles possuíam importância considerável para Argentina, Paraguai e Brasil. Os Blancos que em 1864 estavam no poder, possuíam boas relações com alguns grupos provincianos de Entre Ríos e Corrientes na Argentina, além de também possuir boas relações com o Paraguai já governado pelo Marechal Francisco Solano López neste momento. Para o Paraguai, manter este vínculo político com o Partido Blanco uruguaio é de extrema importância, pois é o

que garante a saída ao mar para a nação mediterrânea governada por López. A saída dos blancos do poder, poderia resultar no desastroso fechamento do estuário do Prata para os paraguaios.

Por outro lado, o governo de Buenos Aires e do Império do Brasil necessitam do apoio político do Partido Colorado uruguaio, para que assim seus interesses sejam mantidos no território da República Oriental. No caso brasileiro, os estancieiros do Rio Grande do Sul, que possuíam propriedades no Brasil e no Uruguai, começam a denunciar supostos abusos e ataques da política do governo blanco aos interesses rio-grandenses / brasileiros na região. Esta elite rio-grandense começou a pressionar intensamente o governo imperial no Rio de Janeiro a tomar uma ação militar que colocasse os colorados uruguaio na presidência da República Oriental, a fim de assim defender os interesses brasileiros. Em 1864 fica claro ao governo imperial que uma guerra no Sul era inevitável, se não fosse contra o Uruguai, seria novamente contra a Província do Rio Grande, que ameaçava uma nova separação em relação ao Brasil, como menciona Chiavenatto:

Os rio-grandenses punham a questão clara: se o Império do Brasil não intervir no Uruguai, satisfazendo suas aspirações – que contrariam o governo “blanco” que já lhes proibiu a escravidão e aumentou os impostos sobre o gado e as terras – a província do Rio Grande do Sul pode se voltar contra o Império, numa ameaça que sempre fez tremer a corte de Pedro II: a quebra da unidade nacional. Claríssima a continuação da nota no *Jornal do Comércio*: “Se a nacionalidade não serve aos nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, para nada mais lhes presta.” Esses comentários foram transcritos de um jornal rio-grandense: a própria transcrição já era uma pressão sobre a Corte. Em 24 de fevereiro de 1864, transcreviam os jornais do Rio de Janeiro esse apelo divulgado no Rio Grande do Sul: “Os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental devem apelar para o seu próprio valor, para a sua força, emprestando apoio ao elemento colorado e rasgar em mil pedaços o xiripá sangrento dos ferozes *blanquillos*.” Essa violência era apoiada e transcrita no Rio, nada menos que por José Maria do Amaral, ex representante do Império no Uruguai. (CHIAVENATTO, 1979, p. 92-93)

O governo uruguaio de Bernardo Berro aliado aos interesses de Solano López, pede ajuda do líder paraguaio para que intervenha na possível ameaça do envio de tropas do Império do Brasil ao Uruguai, que já havia sido aprovada pelo Congresso no Rio de Janeiro. O argumento utilizado por Berro era o de que uma invasão brasileira ao Uruguai colocava em risco imediato a independência das duas pequenas repúblicas da região Paraguai e Uruguai. Solano López consternado pela ação e tendo como postura ideológica a intervenção

paraguaia nos assuntos do sai em socorro do Uruguai, mas por vias diplomáticas. Em 1864, López através de correspondência afirma à corte do Rio de Janeiro que uma invasão militar ao Uruguai, resultaria em retaliações por parte do Paraguai ao Império Brasileiro. Os avisos foram completamente desconsiderados pela corte no Rio de Janeiro e por Buenos Aires, neste momento já com interesses aliados no tocante à causa uruguaia. Segundo Rufino de Elizalde, ministro das Relações Exteriores da Argentina: “o Paraguai não faz, não fará, nem pode fazer nada” (DORATIOTO, 2002, p. 60).

Contudo, o receio de que o Paraguai poderia de fato declarar abertamente uma guerra contra o Brasil começou a crescer devido ao grande aumento do número de soldados nas forças armadas paraguaias e à preparação destas forças para uma possível guerra. Intensamente pressionado e com medo de uma nova quebra na unidade nacional, Dom Pedro II atende aos interesses gaúchos e invade em 1864 a Banda Oriental. Solano López ao saber da invasão brasileira faz cumprir sua promessa. López em 1864 quebrou as relações diplomáticas entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, aprisionou o navio mercante Marquês de Olinda que navegava nas águas do Rio Paraguai rumo ao Mato Grosso, com o presidente desta província dentro da mencionada embarcação. Ao mesmo tempo, como uma tentativa de frear, retardar ou ainda distrair as tropas imperiais no Uruguai, López planejou ataques diretos ao território brasileiro. Começava assim, o maior conflito da história da América do Sul, resultado imediato de uma invasão brasileira ao Uruguai, mas ao mesmo tempo, produto de um longo e conflituoso processo histórico de disputas que datam desde as colonizações de Espanha e Portugal, perpassando pela formação dos Estados Nacionais e seus interesses na região.

AVANÇO PARAGUAIO

Para o primeiro estágio da guerra propriamente dita, decidi nomear como “avanço paraguaio”. Neste momento, as forças paraguaias realizaram avanços sobre o território brasileiro e argentino, muitos dos quais eram históricos territórios litigiosos entre os países. Os paraguaios costumam dividir a guerra em “campanhas”. Segundo a historiografia paraguaia, podemos dividir o avanço paraguaio em três campanhas militares: Campanha do Mato Grosso; Campanha de Corrientes; Campanha de Uruguaiana.

A chamada Campanha de Mato Grosso, provavelmente foi a mais rápida de todas. Como já mencionado, o Mato Grosso era uma província isolada do Império do Brasil devido ao seu difícil acesso. Neste momento, para chegar ao Mato Grosso o único meio viável ou de fato acessível era a navegação. As embarcações que saíam do Rio de Janeiro, rumavam ao sul, entravam no Estuário do Prata localizado entre Buenos Aires e Montevideu, subiam o Rio da Prata até atingirem o Rio Paraguai, que passa bem ao meio do país com mesmo nome e permite chegar à Província mato-grossense. O Mato Grosso em 1864 não contava com uma força defensiva que pudesse deter o avanço de tropas paraguaias e em caso de um ataque, até que reforços de tropas imperiais pudessem chegar à região seria tarde demais.

Solano López conhecendo esta realidade, organizou ao final do ano de 1864 uma força de ataque ao Mato Grosso que em torno de duas semanas, havia ocupado sem nenhum problema todos os territórios litigiosos, além de algumas regiões mais interioranas. Segundo Fidel Miranda Silva, historiador paraguaio, é possível encontrar no Tomo I do livro “Reminiscencias Históricas de la República del Paraguay” de Juan Crisóstomo Centurión (1897), o discurso que teria feito Solano López aos seus soldados antes do ataque. No discurso encontramos elementos nacionalistas que exaltam a bravura dos soldados paraguaios, assim como as inúmeras tentativas fracassadas de López em resolver as questões litigiosas com o Brasil de forma amistosa e pacífica. Solano López deixava claro aos seus soldados que eram os brasileiros que os haviam empurrado para a guerra, como vemos abaixo:

“Soldados: Mis esfuerzos por el mantenimiento de la paz han sido estériles. El Imperio del Brasil poco conocedor de vuestro valor y entusiasmo los provoca a la guerra: la honra, la dignidad nacional y la conservación de los más caros derechos nos mandan aceptarla. En recompensa de vuestra lealtad y largos servicios, he fijado mi atención sobre vosotros, eligiéndoo entre las numerosas legiones que forman el ejército de la República, para que seáis los primeros en dar una prueba de la pujanza de nuestras armas, recogiendo el primer laurel que debemos añadir a aquellos que nuestros mayores pusieron en la corona de la Patria, en las memorables jornadas de Paraguarí y Tacuarí. Vuestra subordinación y disciplina, y vuestra constancia en las fatigas, me responden de vuestra bravura y del lustre de las armas que a vuestro valor confió. Soldados y Marinos: Llevad ese mismo voto de confianza a vuestros compañeros que de nuestras fronteras del norte, han de unirse a vosotros, y marchad serenos al campo de honor, y recogiendo gloria para la patria y honra para vosotros y vuestros compañeros de armas, mostrad al mundo entero cuánto vale el soldado paraguayo.” (SILVA, 2016, p. 161-162)

Considerando que a partir dos anos 1900 houve o revisionismo novecentista do Paraguai que reinterpretou a história nacional, colocando Solano López como o mártir e herói número 01 da república paraguaia, podemos inferir que esse discurso é sem dúvidas uma fonte histórica importantíssima para a cultura histórica paraguaia e sobretudo, para o nacionalismo construído em torno da figura de López. Contudo, Silva (2016) traz esse discurso em tom de crítica à figura de López, dando a entender que os soldados neste momento teriam sido coagidos a irem para um front de batalha incerto e que sem saber, aqueles soldados estavam sendo levados ao matadouro que destruiria a República. Segundo Silva (2016), López teria esquecido de suas reais condições de lutar contra um país que tinha uma população aproximadamente oito vezes maior que a sua, com um exército que possuía armamentos limitados e como se não bastasse López ainda declararia guerra à Argentina, que daria início a segunda campanha: A campanha de Corrientes – nordeste argentino. Além disso, não houve resistência por parte dos soldados, porque segundo o autor, o povo paraguaio neste momento estava mergulhado em uma ditadura absolutista, sem condições de opinar sobre as questões políticas do país. Aqueles que se atreviam a tal feito, tinham como destino o exílio ou os paredões de fuzilamento.

É interessante notar essa perspectiva de Silva (2016), pelo fato de ela ser totalmente contrária a visão oficial da historiografia paraguaia. O autor paraguaio se aproxima das narrativas históricas brasileiras, ou ainda, das narrativas paraguaias produzidas logo após o término da guerra, quando o país ainda se encontrava sob forte influência ideológica dos países da Tríplice Aliança.

No tocante ao episódio da Campanha do Mato Grosso, podemos notar que este resultou em um sucesso para o Paraguai. Sem oferecer muita resistência, as forças defensivas brasileiras tiveram que bater em retirada em regiões como Corumbá, Albuquerque, Miranda, Coimbra, entre outros. Em regiões como Coimbra, alguns fortes carregados com armamentos caíram em posse das forças paraguaias que também saquearam as vilas localizadas nesta região. É possível notar que a rápida vitória sobre o Mato Grosso, levantou a moral paraguaia e incentivou o avanço das tropas. Quase de forma paralela, Solano López organizava uma força expedicionária com destino ao Rio Grande do Sul, província localizada próxima ao Uruguai que havia pressionado a corte do Rio de Janeiro à invasão militar da banda

oriental em 1864. Contudo, a chegada ao Rio Grande do Sul não era possível sem atravessar o território argentino, mais especificamente a província de Corrientes.

Se por um lado a província do Mato Grosso era um território isolado e vulnerável que não oferecia muita resistência a uma invasão paraguaia, o território de Corrientes era um território ocupado por argentinos culturalmente muito próximos ao Paraguai. Muitos correntinos se sentiam mais paraguaios do que argentinos. Esta região é uma demonstração do conturbado processo histórico de formação da República Argentina, marcado pela intensa disputa entre Buenos Aires unitarista e as províncias federalistas. Nas províncias de Corrientes e Entre Ríos, o caudilho Justo José de Urquiza era o homem mais poderoso e a força política que controlava a região. Urquiza, além de possuir uma população culturalmente próxima ao Paraguai, era amigo e compadre de Francisco Solano López, já que uma das filhas de Urquiza teria sido batizada pelo general paraguaio.

Como podemos ver através de algumas narrativas didáticas, assim como em alguns livros que narram este momento histórico, López considerava Urquiza como um aliado regional e acreditava que não sofreria resistência em atravessar Corrientes rumo ao Rio Grande do Sul. Contudo, quando feito formalmente o pedido de passagem à Buenos Aires, o general Mitre alinhado aos interesses brasileiros, negou a passagem das forças paraguaias. O rechaço portenho daria início a segunda campanha militar ofensiva do Paraguai, a Campanha de Corrientes. López em 1865 declarou guerra à Argentina e invadiu a província de Corrientes, resultando novamente em uma vitória paraguaia rápida e quase sem resistência. Muitos soldados argentinos debandaram das batalhas contra os paraguaios por não acreditar em um conflito contra um povo que era considerado um aliado ou por não acreditar em uma aliança com um inimigo histórico que era o Brasil.

Enquanto a moral paraguaia se encontrava em uma ascendente com o expansionismo, na Argentina não existia sequer alguma moral para lutar contra o Paraguai. Para que o exército argentino fosse formado, muitos camponeses pobres foram recrutados à força e muitos imigrantes europeus que chegavam ao território argentino na esperança de se tornarem colonos e terem condições de vida melhores que aquelas apresentadas na Europa, eram automaticamente recrutados e levados aos fronts para lutarem em nome da Argentina. Como León Pomer afirma em 1968 em seu livro "La guerra del Paraguay, Gran Negocio!", o número de argentinos mortos por resistirem em ir à guerra foi maior do que o número de argentinos mortos nos

fronts paraguaios. As propagandas migratórias da Argentina inclusive foram denunciadas por Solano López, já que elas prometiam terras e uma nova vida no continente americano, mas na realidade foram utilizadas por Mitre para recrutar soldados que ingressavam na chamada “Legião Militar”. Chiavenatto, narra inclusive que Napoleão III proibiu a migração de franceses à Argentina e conta a história do suíço Ulrich Lopacher recrutado nas forças argentinas em 1865.

“(…) nos esperavam os companheiros do acampamento, dando-nos sinais corriam curiosos para nos receber e saudar; pareciam espíritos; enfraquecidos pela fome, apequenados; lamentavam-se maldizendo a vida de cães ou de escravos que levavam, da arbitrariedade reinante em baixo ou em cima e do absoluto desconhecimento dos direitos humanos”. “Para nós, os gringos em serviço militar argentino, não havia nem direitos nem justiça. Fomos entregues ao capricho e à má fé dos nossos superiores, começando desde os suboficiais; eles tinham sempre a autoridade, ou pelo menos a usurpavam, para castigar-nos, por fatos irrisórios, arbitrariamente, com punhos, sabres, bastões ou o que tivessem nas mãos. Podiam, a seu desejo, desembainhar seu pesado sabre; para as feridas, as mutilações e até as mortes, só encontravam, elevando os ombros, as palavras: Um gringo menos! (...) É característico o seguinte fato: o capitão de nossa quarta companhia, Paunero, de Buenos Aires, se vangloriava desse costume. Quantas vezes ao ordenar ‘volver à direita’, marchava ao longo da formação brandindo um agudo sabre perto do peito dos soldados que, como podiam, olhavam à direita, para formar a linha de maneira mais exata possível. Desse brutal modo transpassou o peito extraordinariamente avultado de um companheiro, que caiu morto. Nós tínhamos que assistir indiferentes a essa cena escandalosa”. (CHIAVENATTO, 1979, p. 120-121).

Os abusos narrados acima expressam o recrutamento brutal e a desmotivação total entre as tropas argentinas. Uma vez que as tropas paraguaias ocuparam a província de Corrientes, estava livre o caminho para a ocupação de territórios localizados no Rio Grande do Sul. Em junho de 1865, as tropas paraguaias lideradas pelo Coronel Estigarribia e pelo Major Duarte atravessaram o Rio Uruguai e ocuparam a cidade gaúcha de São Borja, dando início a terceira campanha ofensiva paraguaia: A campanha de Uruguaiana. Dias depois, marcharam ao sul ocupando a cidade de Uruguaiana. A conquista dos povoados gaúchos novamente foi rápida e sem maiores resistências aos paraguaios. A população de Uruguaiana, inclusive, foi orientada a abandonar a cidade para juntar forças e recuperá-la posteriormente. Da mesma forma que a Argentina não contava com um exército preparado para uma guerra de grandes magnitudes, o Brasil não contava com uma força armada forte o suficiente para uma guerra contra o Paraguai. Da mesma forma que na Argentina se deram recrutamentos violentos, no Brasil Dom Pedro II inaugurou através do Decreto nº 3.371 em 07 de janeiro de 1865 a Companhia

Voluntários da Pátria que também resultou em recrutamentos forçados de brasileiros obrigados a lutarem no Paraguai.

A ocupação de Uruguiana marca o expansionismo máximo e o auge da ofensiva paraguaia na guerra. Contudo, neste momento a Tríplice Aliança já havia sido formada e as forças aliadas começaram a organizar as primeiras tropas para lutarem contra os paraguaios. Uma vez que Uruguiana fora conquistada, as tropas paraguaias se dividiram. As tropas do Major Duarte estacionaram na região de Yatay, próximo à cidade de Paso de los Libres, localizada na margem argentina do rio Uruguai – território de Corrientes. Enquanto isso, as tropas do Coronel Estigarribia estacionaram na cidade de Uruguiana, localizada na margem brasileira – território do Rio Grande do Sul.

De junho a setembro de 1865, o Paraguai conheceu a primeira série de derrotas para a Tríplice Aliança. Em 11 de junho de 1865 a esquadra aliada liderada pelo Almirante Barroso impôs importante derrota ao Paraguai na Batalha Naval do Riachuelo, fechando as hidrovias do Plata ao Paraguai, que resultaria no isolamento geográfico paraguaio e no estrangulamento da economia deste país, que estaria impossibilitado a partir deste momento de importar ou exportar produtos. Em agosto de 1865 as forças de Duarte estacionadas em Yatay na Argentina foram cercadas e aniquiladas pelas tropas aliadas, que neste momento contavam com o apoio de Urquiza. O caudillo argentino é considerado pelos historiadores revisionistas como um mercenário traidor a partir destes incidentes, que não tinha caráter ou moral e deixava-se levar apenas pelos interesses financeiros. Ele apoiaria quem pagasse mais por seus cavalos, couro, carne, entre outros produtos e neste caso, O Império Brasileiro a partir de empréstimos ingleses havia ocupado essa posição de clientela. López Jordan foi um dos subordinados de Urquiza que não aceitou lutar contra as tropas paraguaias e debandou das forças argentinas escrevendo ao caudillo:

Você nos chama para combater ao Paraguai. Nunca, general. Esse povo é nosso amigo. Chame-nos para lutar contra portenhos e brasileiros. Estamos prontos. Esses são nossos inimigos. Ouvimos ainda os canhões de Paissandu. Estou seguro do verdadeiro sentimento do povo de Entre Rios. (CHIAVENATTO, 1979, p. 123)

No tocante à lealdade de Urquiza às tropas aliadas, os brasileiros inicialmente desconfiavam e temiam uma possível aliança do caudilho com seu compadre Solano López, que seria desastrosa ao avanço aliado. No entanto, o

influyente Barão de Mauá que já conhecia a personalidade do latifundiário argentino tranquilizou o governo imperial, pois dando ouro suficiente a Urquiza, este estaria alinhado aos interesses aliados. Em setembro de 1865, o Paraguai sofre a terceira derrota na Batalha de Uruguaiana. As tropas de Estigarribia enfraquecidas se renderam aos aliados. Os paraguaios sofreram os mais diferentes destinos: alguns foram mortos, outros foram escravizados e alguns foram obrigados a trabalharem e/ou lutarem ao lado dos aliados contra o Paraguai.

Após a terceira derrota o avanço paraguaio se encerra. Os territórios de Corrientes e Rio Grande do Sul são definitivamente ocupados pelas forças aliadas. O Mato Grosso ainda seguiu ocupado pelas forças paraguaias. Forças expedicionárias brasileiras foram enviadas por terra para a província do Mato Grosso na tentativa de expulsar as tropas de Solano López, no entanto, as largas distâncias, condições climáticas desfavoráveis, doenças, foram elementos que contribuíram para o enfraquecimento das tropas de Pedro II. As tropas paraguaias muito mais próximas de Asunción do que os brasileiros do Rio de Janeiro, levaram vantagem na defesa e impuseram importantes derrotas à Tríplice Aliança, como é o caso da imortalizada Retirada da Laguna narrada pelo Visconde de Taunay.

1º AVANÇO ALIADO

Uma vez que as tropas aliadas conseguiram expulsar os paraguaios da região de Corrientes, Rio Grande do Sul e controlar a navegação da Bacia do Prata após a Batalha do Riachuelo, deu-se início a fase que chamo aqui de Primeiro Avanço Aliado. Este período histórico abarca o período de 1865 – 1866 marcado por uma série de vitórias das forças da Tríplice Aliança na atual região de Ñeembucú no Paraguai (sudoeste do país). As tropas aliadas confiantes com as vitórias em Corrientes e no Rio Grande do Sul, desembarcaram em Paso de Pátria (território paraguaio), acreditando que a guerra estava praticamente ganha e que era questão de algumas semanas para que as forças estivessem em Asunción.

O primeiro objetivo seria atingir e conquistar a Fortaleza de Humaitá, localizada às margens do Rio Paraguai, passagem obrigatória para se chegar na capital paraguaia. Os paraguaios chamam esta fase da guerra de fase defensiva e assim como a fase ofensiva que era dividida em três campanhas (Mato Grosso, Corrientes e Uruguaiana), a defesa também se divide em três grandes campanhas:

Campaña de Humaitá (desde a entrada dos aliados no Paraguai até a tomada do forte de Humaitá); Campaña de Pikysry (desde as batalhas de dezembro de 1868 até a tomada de Asunción em janeiro de 1869); Campaña de las Cordilleras (desde a batalha de Piribebuy em agosto de 1869 até a batalha de Cerro Corá em 01 de março de 1870).

Nesta época da guerra, é possível notar que a tática adotada por Solano López é realizar ataques surpresas a fim de atingir as forças aliadas despreparadas, causando muitas baixas. A primeira tentativa é um ataque liderado pelo Coronel José Eduvigis Díaz na região de Estero Bellaco. Os paraguaios levam vantagem ao início da batalha, mas as tropas aliadas conseguem se organizar e impõem nova derrota aos paraguaios. Para evitar novos ataques surpresas, o líder das tropas aliadas e presidente da Argentina – Bartolomé Mitre, desloca-se à região de Tuyutí, local em que ocorreria a maior batalha da guerra.

Em maio de 1866, Solano López ordena um ataque surpresa massivo a fim de expulsar definitivamente as forças da Tríplice Aliança do território paraguaio. Em torno de 24.000 paraguaios iniciam um ataque às forças coligadas de Brasil, Argentina e Uruguai que contavam com aproximadamente 52.000 homens. O ataque resulta em uma nova derrota ao Paraguai que apesar de sofrer muitas baixas, também causa danos consideráveis às forças aliadas. Após a Batalha de Tuyutí, Mitre ordena que as forças aliadas avancem em direção ao forte de Humaitá dando início a uma série de enfrentamentos que impuseram uma série de derrotas ao Paraguai e levantaria perigosamente a moral das tropas aliadas. De junho a setembro de 1866 ocorreram as Batalhas de: Boquerón, Sauce, Curuzú, Yataity Corá.

Em Yataity Corá, ocorre um dos momentos mais marcantes do conflito. Solano López chamou Bartolomé Mitre para um encontro que buscava firmar um acordo de paz. Para o revisionismo e nacionalismo paraguaio, este é um dos momentos que contradizem as narrativas que colocam López como um tirano que queria a guerra, pois ele havia tentado a paz. A guerra continuou pelo fato de que os aliados não aceitaram a trégua, ou seja, seriam os aliados aqueles que cegados pela vingança, ódio e interesses próprios os grandes responsáveis pelo conflito.

Como é possível notar, no episódio chamado de *Entrevista de Yataity Cora*, Bartolomé Mitre recusa a proposta de paz oferecida por Solano López, alegando que para aceitá-la, era necessário seguir os protocolos estabelecidos nas cláusulas do Tratado Secreto da Tríplice Aliança de 1865. Mitre, assim como nenhum dos

aliados, tinha a autonomia de negociar de forma independente um cessar-fogo com o Paraguai e o único meio para que a paz fosse selada naquele encontro seria que Solano López aceitasse se render e se entregar às forças aliadas, abdicando definitivamente à presidência do Paraguai, termos que López se recusou a aceitar.

Silva (2016) traz a passagem escrita pelo Coronel Juan Crisóstomo Centurión que narra o memorando do encontro de 05 horas com as palavras do Mariscal López:

“S.E. el Sr. Mariscal López, Presidente de la República del Paraguay en su entrevista del 12 de Setiembre invitó a S.E. el Presidente de la República Argentina, General en Jefe del Ejército Aliado, a procurar medios conciliatorios e igualmente honrosos para todos los beligerantes, a fin de ver si la sangre hasta aquí derramada no puede considerarse suficiente para lavar sus mutuos agravios, poniendo término a la guerra más sangrienta de Sud-América, por medio de satisfacciones mutuas e igualmente honrosas y equitativas, que garantan un estado permanente de paz y sincera amistad entre los beligerantes” (SILVA, 2016, p. 255)

Segundo relatos de pessoas que presenciaram este encontro, como o próprio Centurión, Bartolomé Mitre se negou a escutar as palavras escritas por López e reforçou que para que a paz fosse selada, era necessário que o presidente paraguaio aceitasse os termos do Tratado da Tríplice Aliança e se entregasse. Para López aquilo era absurdo e impossível. Ao final do encontro López e Mitre teriam trocado um com o outro suas espadas e o presidente paraguaio teria presenteado o argentino com cigarros especiais. As palavras finais de Mitre foram de que a guerra continuaria a pleno vigor.

Mesmo com a postura fiel de Mitre ao Tratado Secreto da Tríplice Aliança, o governo brasileiro viu com preocupação o encontro do líder argentino com o líder paraguaio. Pedro II não acreditava realmente na postura de Mitre e acreditava que o argentino poderia ferir o Tratado da Tríplice Aliança a qualquer momento, arrastando o Brasil para um acordo de paz totalmente indesejado com Solano López.

O encontro de Iataití-Corá criara, no Rio de Janeiro, suspeitas quanto ao real conteúdo da conversa entre o presidente argentino e Solano López. Essas suspeitas ampliaram-se devido à autorização dada pelo gabinete argentino para que se negociasse a paz. A insegurança brasileira levou dom Pedro II a escrever que “tenho muito medo da diplomacia de Mitre” e que este pretendia arrastar o Império para fazer, com Solano López, “uma paz que nossa honra não nos permite”. (DORATIOTO, 2002, p. 248)

Mitre fazendo valer suas promessas de Yataity Corá, dez dias depois

do encontro com Solano López lança um ataque frontal massivo próximo à fortaleza de Humaitá. Neste momento, após a série de vitórias alcançadas nas batalhas anteriores, as tropas aliadas estão convictas de que uma vitória final sobre os paraguaios estava próxima. Contudo, a batalha de Curupayty travada em 22 de setembro de 1866, resulta em uma grande derrota e humilhação para as tropas da Tríplice Aliança. Os paraguaios com um número de soldados quatro vezes menor que o número de aliados vitimam em torno de 1000 soldados inimigos e ferem mais de 2000, enquanto o número de paraguaios feridos ou mortos não passa de 300. Curupayty faz com que a moral das tropas aliadas caia violentamente, é o momento que podemos identificar como o final do primeiro avanço aliado. Após a derrota, os aliados ficam com receio de lançar outro ataque que poderia terminar com o mesmo desfecho de Curupayty. Mitre pressionado pelos assuntos políticos internos da Argentina e consumido por críticas feitas pelos generais e almirantes brasileiros saiu do comando das forças aliadas, que passou para o Marquês de Caxias, futuro Duque de Caxias. Se por um lado o desentendimento e crise tomou conta do exército aliado, a moral de Solano López e dos paraguaios foi aos céus. Os periódicos de campanha feitos nas trincheiras paraguaias como o Cabichuí, El Centinela e Cacique Lambaré, caçoavam dos brasileiros, argentinos e uruguaios.

ESTAGNAÇÃO

A fase que denomino como estagnação, é o período em que os exércitos beligerantes ficam entrincheirados, sem conflitos diretos. Semelhante à fase das trincheiras que marcou a Primeira Guerra Mundial na Europa, a Guerra da Tríplice Aliança passou também por este processo em que os exércitos ainda que muito próximos um do outro, não atacam, pois possuem medo de sofrerem grandes baixas em campo aberto antes de atingir às trincheiras inimigas. Doratioto (2002) apresenta em uma passagem de seu livro “Maldita Guerra” a real aproximação que os inimigos tinham entre si.

A proximidade entre ambos era tão grande que os soldados brasileiros escutavam os paraguaios conversarem, em voz baixa, em guarani. À noite, um paraguaio mais audaz, arrastando-se em silêncio absoluto pelo solo, podia surpreender o soldado brasileiro em sentinela avançada, meio adormecido, e matá-lo com um golpe de espada ou baioneta. Às vezes, o paraguaio era surpreendido quando a sentinela era um sertanejo, habituado

a tocaiar a caça, e, então o atacante se tornava a vítima: “ouvia-se a detonação, um grito, um ai de agonia e o estrebuchar de um corpo”. (DORATIOTO, 2002, p. 285)

Doratioto (2002) menciona também logo após a passagem acima, a audácia de Dionísio Cerqueira que em sua “Reminiscências da Campanha do Paraguai” (1980), narra o fato de em uma noite ter levantado uma bandeira branca e solicitado aos paraguaios para ir conversar. Durante a conversa, Cerqueira conta ter visto como eram as trincheiras do lado paraguaio e que López conseguia muito bem manter as tropas ali estacionadas em posição defensiva, mas não tinha condições de organizar uma nova ofensiva, contribuindo para a estagnação. Além disso, o jovem militar brasileiro em conversa com um já experiente oficial paraguaio, questionou por que os paraguaios não passavam para o lado aliado, que seriam muito bem recebidos, já que ouvira que López era terrível com seus subordinados. A resposta teria sido que o dever deles ali como soldados, da mesma forma que Cerqueira, seria morrer defendendo a pátria. Ao final da conversa, Cerqueira teria entregado como presente um cachimbo e um lenço de seda amarelo que eram as suas coisas de maior valor naquela ocasião, o experiente militar paraguaio teria agradecido e entregue um pouco de erva-mate ao militar brasileiro que retornou às trincheiras brasileiras.

No entanto, a fase da estagnação não foi marcada por ser um período de poucas mortes. O terreno pantanoso próximo à Humaitá, bem como o grande número de doentes e mortos, propagou com facilidade a Cólera, doença que se espalhou pelos acampamentos paraguaios e aliados e vitimou grande número de soldados. É possível encontrar relatos da guerra que contam que a água que os soldados bebiam muitas vezes, possuía uma coloração amarelada, resultado de substâncias liberadas no solo forrado com corpos em decomposição que muitas vezes eram mal sepultados. Em meio às doenças, era comum ter brigas e desentendimentos entre os soldados que bebiam e faziam festas nos acampamentos.

Se por um lado, a estagnação do conflito não resultou em grandes atrocidades causadas entre os exércitos, nela também podemos sentir o drama e terror da guerra, marcados pelo constante medo de um ataque inimigo que estava a poucos metros de distância ou ainda pela cólera que açoitava ambos os exércitos e contribuía para o terror psicológico sofrido pelos soldados.

SEGUNDO AVANÇO ALIADO

Uma vez que Caxias conseguira organizar as tropas aliadas, começou a trazer tecnologias de guerras internacionais, como os balões de observação, que permitiam observar com clareza as posições das tropas inimigas, bem como o terreno de batalha. Traçar uma tática de ataque ficava desta forma muito mais fácil. Em agosto de 1868, três navios da esquadra brasileira conseguiram passar pela inexpugnável fortaleza de Humaitá. Grande parte das tropas paraguaias bateram em retirada, considerando que Humaitá não era mais uma fortaleza que garantia uma forte posição defensiva. As tropas aliadas finalmente puderam avançar e tomar aquilo que tinha sido a principal barreira paraguaia na guerra. Por isso, chamo este momento como o Segundo Avanço Aliado e o considero como a última etapa da guerra, pois daqui em diante, as tropas paraguaias estão praticamente aniquiladas e o que teremos é o avanço das tropas aliadas em direção ao interior do Paraguai.

Para os paraguaios, a queda da fortaleza de Humaitá representa o fim da Campaña de Humaitá e o começo da Campaña de Pikysyry. A queda do forte às margens do rio Paraguai, faz com que López comece a receber duras críticas em Asunción, alguns inclusive recorrem às forças aliadas pensando no pós-guerra, já prevendo que o Paraguai não tinha mais chances reais de reverter o conflito. Esta ação teria sido descoberta por Solano López que enfurecido e a partir deste momento cada vez mais paranoico com as possibilidades de traição inclusive de pessoas próximas a ele, começou de forma muito mais intensa os paredões de fuzilamento contra todos aqueles que levantavam suspeitas de conspiração. Os chamados “Tribunales de San Fernando”, tribunais nos quais Solano López condenava possíveis conspiradores e traidores, sendo eles de fato ou não, demonstra a face tirânica do governante paraguaio que foi colocada em evidência pelas tropas aliadas, sobretudo pelas narrativas memorialísticas brasileiras que buscavam enquadrar o presidente na figura de um ditador e grande responsável pelo conflito.

De fato, muitos inocentes foram mortos ou torturados durante este período ao mando de Solano López. As mulheres dos “conspiradores” (mães, esposas, filhas, etc) eram destinadas à longínquas e inóspitas regiões do Paraguai, uma espécie de exílio. Essas mulheres que são menos lembradas pela historiografia oficial paraguaia, ficaram conhecidas como destinadas.

A campanha de Pikysyry foi marcada pelas batalhas ocorridas, no mês de dezembro de 1868. A esta altura da guerra, as tropas que López tinha a seu comando eram compostas em sua grande maioria por velhos, crianças ou mutilados de batalhas anteriores. Ocorreram neste período as batalhas de Ytororó, Avay, Itá Ybaté e por fim Lomas Valentinas, local em que estava instalado o quartel general de Solano López, alguns dias após a derrota em Lomas Valentinas, as tropas aliadas rendem as últimas forças paraguaias localizadas no forte de Angostura. Pode-se dizer que o resto das tropas paraguaias foram destruídas nessas batalhas. No Brasil, as vitórias de dezembro de 1868 ficaram conhecidas como “Dezembrada”.

Aproximadamente uma semana após queda de Angostura, as forças de Caxias entraram e ocuparam a cidade de Asunción. Solano López sem se render transfere a capital do Paraguai primeiramente para a cidade vizinha de Luque e posteriormente para a cidade de Piribebuy, que foi a capital paraguaia de Solano López até agosto de 1869. A ocupação de Asunción é marcada por acontecimentos terríveis. Segundo o historiador paraguaio Hérib Caballero Campos (2013), Asunción estava assolada pela fome e miséria em diversos sentidos e as tropas brasileiras contribuíram para o agravamento desta situação. Conta-se que os aliados (neste momento marcado quase que exclusivamente por brasileiros) desenterraram e saquearam tumbas e cadáveres nos cemitérios asuncenos em busca de ouro e joias preciosas. Além disso, sequestraram crianças da cidade e mandaram ao Brasil como “presentes” aos seus familiares, bem como estupraram e cometeram todo tipo possível de violência contra as mulheres.

Uma vez que Asunción foi tomada, Caxias – líder das tropas aliadas até aquele momento, afirma que sua missão estava cumprida. Para acabar com a guerra da forma como previa o Tratado da Tríplice Aliança, capturando ou matando López, segundo Caxias seria necessário ser um coveiro, matando o último paraguaio ainda no ventre da mãe (Chiavenatto, 1979). Para substituir Caxias, Pedro II envia o seu genro ao front de batalha, o Conde d’Eu que inicia o avanço aliado final e a completa destruição do Paraguai.

No Paraguai, este último momento é conhecido como a Campaña de Cordillera e é marcado por três batalhas finais: Batalha de Piribebuy, Batalha de Acosta Ñu e a Batalha de Cerro Corá. Se na tomada de Asunción cometeram-se atrocidades, vemos que nas batalhas da campanha de Cordillera os horrores e a barbárie da guerra se tornam ainda maiores. Em agosto de 1869, Conde d’Eu entrou

com as tropas aliadas na então capital paraguaia de Solano López, a cidade de Piribebuy. Após poucas horas de batalha, as poucas forças paraguaias se rendem. O príncipe e líder das tropas aliadas até então, mandou executar prisioneiros de guerra, bem como mandou incendiar um hospital cheio de feridos dentro. Em torno de uma semana após a queda de Piribebuy, no dia 16 de agosto de 1869 as tropas aliadas em um campo aberto se deparam com uma força paraguaia composta por crianças disfarçadas de adultos. A batalha de Acosta Ñu talvez marque o cenário mais macabro de todos desta guerra. A insanidade do conflito atingiu o seu máximo neste momento, de um lado está Solano López que não aceita se entregar e absurdamente manda crianças em nome da nacionalidade paraguaia a morrerem nos campos de batalha para retardarem o avanço aliado. Do outro lado estão as insanas tropas aliadas, liderados por um líder sádico que aceita a batalha contra as crianças e aumenta ainda mais a mortandade já estabelecida no Paraguai. Nas palavras de Chiavenatto (1979):

Acosta Ñu é o símbolo mais terrível da crueldade dessa guerra: as crianças de seis a oito anos, no calor da batalha, apavoradas, agarravam-se às pernas dos soldados brasileiros, chorando, pedindo que não as matassem. E eram degoladas no ato. Escondidas nas selvas próximas, as mães observavam o desenrolar da luta. Não poucas pegaram em lanças e chegaram a comandar grupos de crianças na resistência. Finalmente, após todo um dia de luta, os paraguaios foram derrotados. Pela tarde, quando as mães vieram recolher as crianças feridas ou enterrar os mortos, o conde d'Eu mandou incendiar a macega – no braseiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas. (CHIAVENATTO, 1979, p. 158).

Em homenagem às crianças mártires de Acosta Ñu, o dia 16 de agosto passou a ser o dia das crianças no Paraguai. O revisionismo paraguaio interpretou este acontecimento anos mais tarde, como um dos símbolos máximos do heroísmo e da bravura do povo paraguaio. A insanidade desta batalha chegou ao ponto de que o conde d'Eu não só matou crianças no calor do momento, mas também após a batalha, sem oferecer risco algum, mandou incendiar os feridos e as mães das crianças cercadas no campo. A destruição do Paraguai seguiu conforme Solano López se deslocava pelo interior do território paraguaio, até o dia 01 de março do ano de 1870. López se encontrava cercado em Cerro Corá, quando foi surpreendido pelas forças aliadas. Com pouco mais de 500 homens, a grande maioria deles anciãos ou feridos, a resistência contra o General Câmara foi baixa. No conflito, o vice-presidente do Paraguai Domingo Francisco Sánchez morreu em combate contra as tropas

brasileiras, bem como o filho de Francisco Solano López – Panchito López.

A frase que pode ser considerada como o ápice do heroísmo e bravura da garra guarani após a reconstrução historiográfica nacionalista paraguaia do século XX é dita também neste dia. Mortalmente ferido com uma lança, Solano López se encontra gravemente ferido às margens do Rio Aquidabán. O General Câmara ordena que ele se renda, e manda alguns soldados em direção à López que teria se levantado, resistindo, empunhando sua espada e proferindo as palavras “Muero con mi Patria”, sendo que em algumas versões a frase seria na verdade “Muero por mi Patria”. Não se sabe da veracidade deste acontecimento, ou seja, se de fato López teria proferido estas palavras. Possivelmente tenha sido uma invenção por parte da historiografia revisionista nacionalista paraguaia. Verdade ou não, é uma frase que nos convida a uma profunda reflexão sobre a ação de López no conflito. Será que levar o Paraguai à morte realmente pode ser considerada uma ação de heroísmo ou bravura nacionalista? Será que o Paraguai de fato estava disposto a morrer com López? A rendição não evitaria uma destruição em maior escala e consequentemente consequências menos severas ao povo paraguaio?

A reação de López fez com que um soldado disparasse a queima roupa, ceifando a vida do então presidente da República do Paraguai. A guerra terminou quando mataram Solano López, mas as atrocidades do conflito ainda continuaram. O ódio e o caráter sádico das tropas brasileiras ainda mutilariam o cadáver de López, como narra Chiavenatto (1979):

Morto López, precipitou-se sobre o cadáver um oficial nortista, o Tenente Genésio Gonçalves Fraga, cortando-lhe uma orelha. Outro soldado arrancou-lhe um dedo; ainda outro, o couro cabeludo e por fim, o último arrebitou-lhe a boca com a coronha do fuzil, para recolher seus dentes. A violação do cadáver de Francisco Solano López, que foi cuspidado e chutado pela soldadesca, também é um símbolo dessa guerra feita de ódio.

Finalmente, entregaram o cadáver mutilado de Francisco Solano López à sua companheira, Madame Lynch. Ela, enquanto a batalha final se desenvolvia, protegida pelo Coronel Panchito (seu filho de 18 anos) estava numa carruagem, junto à outra filha. Panchito morreu, junto ao vice-presidente do Paraguai, um ancião semiparalítico que enfrentou as tropas brasileiras de sabre nas mãos, às vistas de Madame Lynch. O cadáver violado de Francisco Solano López uniu-se ao de Panchito, e Madame Lynch, com suas próprias mãos e ajudada pela filha menor, cavou com uma lança a sepultura do herói, em Cerro Corá. (CHIAVENATTO, 1979, p. 162)⁷

⁷ Muitas passagens de Chiavenatto foram utilizadas nesta parte de dissertação, a fim de ilustrar com detalhes alguns episódios que foram momentos-chave durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Contudo, isso não significa que se está dando maior credibilidade à obra deste autor em detrimento das demais produções historiográficas realizadas antes e após a obra “Genocídio Americano”. Pesquisas inseridas no âmbito do neorrevisionismo indicam para diversas fragilidades do

Pode-se dizer que nesta guerra é impossível afirmar que um lado está correto e outro errado. As atrocidades são visíveis dos dois lados. Existiam muitas possibilidades para que a guerra não atingisse os níveis extremos que visualizamos, sobretudo entre 1869-1870. Após a queda de Asunción, o Paraguai estava teoricamente derrotado, talvez fosse possível encontrar meios de encontrar a Solano López através da diplomacia ou medidas não bélicas que pudessem evitar o alastramento do sofrimento paraguaio pelo interior. As incursões lideradas pelo Conde d'Eu a frente das tropas aliadas serviu para manchar ainda mais a história desta guerra.

Contudo, não se pode dizer que Solano López e o Paraguai foram vítimas deste processo, já que a mortalidade ocorre também pelo fato de que o presidente paraguaio, completamente derrotado, recusa-se a uma rendição. Se por um lado é revoltante o fato de brasileiros terem assassinado crianças nos campos de Acosta Ñu, também é revoltante o fato de López ter mandado essas crianças para o front de batalha quase em estado de inanição. O avanço aliado pelo interior do Paraguai é devastador, Solano López claramente percebe isso, então não seria mais inteligente ter negociado uma rendição a fim de evitar o sofrimento de seu povo? Os aliados avançam ao interior para encontrar a López, ou seja, a guerra total e a destruição também recaem sobre os ombros do líder paraguaio, já que se não houvesse recuo e fuga, tampouco haveria avanço e destruição por parte do outro lado.

Portanto, caso queiramos encontrar vítimas neste conflito, devemos olhar às populações que foram forçadas a se dizimarem entre si em nome dos interesses de seus países. Indígenas, escravizados, pessoas do interior recrutadas à força, pobres, mulheres e crianças, estes grupos sim podemos dizer que de certa forma correspondem às vítimas do conflito. Agora, se olharmos para os Estados Nacionais envolvidos, seja o Paraguai ou qualquer país membro da Tríplice Aliança, encontraremos apenas culpados.

PÓS-GUERRA, NARRATIVAS E IMPACTOS

trabalho de Chiavenatto como a própria questão do Imperialismo Britânico e números exacerbados referentes à mortalidade da população paraguaia ao longo do conflito, os quais podem estar um pouco distantes da realidade. Sendo assim, a escolha de colocar passagens do Genocídio Americano neste momento, está diretamente relacionada à intencionalidade de colocar evidência os detalhes dos episódios narrados.

A guerra deflagrada em 1864 com a invasão brasileira no Uruguai e o ataque de Solano López ao Mato Grosso no final daquele ano, foi levada até as suas últimas consequências. A população masculina do Paraguai foi dizimada, crianças foram mortas ou sequestradas para servirem como “presentes” às famílias das tropas brasileiras, mulheres foram estupradas e porque não dizer que algumas foram também escravizadas, junto a outros prisioneiros de guerra. Em 1870, acredita-se que um número entre 50% e 70% da população paraguaia foi morta.

Com um governo imposto pelas forças aliadas em Asunción desde 1869, o Paraguai agora era governado por liberais com interesses alinhados à Buenos Aires e ao Rio de Janeiro. Em pouco tempo, as antigas Estancias de la Patria, terras estatais que eram arrendadas à população paraguaia, começaram a ser vendidas para grandes capitalistas de diferentes países. O Paraguai foi forçado a pagar pesadas indenizações de guerra aos aliados, bem como teve que ceder todos os territórios conquistados, assim como aqueles litigiosos que eram disputados antes de 1864.

O Paraguai passou a ser conhecido como a República das Mulheres, já que grande parte de sua população passou a ser composta por pessoas do sexo feminino. Elas tiveram um importante papel no processo de reconstrução do país que tivera sido arrasado por completo. Assim como o conde d’Eu havia queimado os campos de Acosta Ñu em agosto de 1869, antigas plantações e terras foram completamente saqueadas e destruídas ao longo do avanço aliado.

No que tange à memória histórica nacional, os liberais – perseguidos desde a época de José Gaspar Rodríguez de Francia – relacionaram o período entre 1811 – 1870 como um momento a ser esquecido. Nas áreas das humanidades, o ensino abrangia principalmente a história do continente americano. A história do Paraguai era considerada um anexo e grande parte do estudo se destinava à história colonial. Solano López era um líder odiado, considerado tanto pela historiografia paraguaia pós-guerra, como pela historiografia brasileira tradicionalista como o grande tirano e responsável pelo conflito. Contudo, mesmo neste conturbado e apocalíptico cenário paraguaio, já existia principalmente dentre alguns paraguaios e argentinos as sementes da historiografia revisionista, que olharia a história sob outro ponto de vista.

Alberdi, teórico argentino que antes mesmo do início da guerra era totalmente contrário às hostilidades de seu país contra o Paraguai, considerava López

um mártir, que havia sido injustiçado e violentamente forçado a lutar contra três forças estrangeiras que serviam aos interesses do grande capital internacional. Pode-se dizer que além de terem destruído fisicamente o Paraguai, destruíram sua essência. Tentaram apagar a memória histórica do que foi o Paraguai do período pós-independência até o final da Guerra da Tríplice Aliança, pode-se considerar esta como uma das tantas agressões mais feitas ao povo paraguaio.

Contudo, a geração dos anos 1900 conhecida como novecentista reverteria esse quadro, reinterpretando e ressignificando a história paraguaia em seus mais diferentes contextos. Solano López, antes considerado o maior tirano e responsável pelo conflito, foi resgatado como o grande herói nacional, símbolo do heroísmo e bravura de um povo que não se entrega e luta até o último momento. Com os expoentes O'Leary e Cecílio Báez nascia um nacionalismo ufanista que buscava criar a essência do que era ser paraguaio. Ao longo do século XX, as artes visuais, a música, a cultura, a dança se tornaram aliadas deste processo. Entre 1932-1935, um novo conflito com a Bolívia (a Guerra do Chaco), faria o sentimento de ser paraguaio crescer ainda mais. As guarânias, as polcas, as danças, as poesias, todas essas artes imortalizadas a partir de Emiliano R. Fernández, José Asunción Flores, Agustín Barrios "Mangoré", Luis Alberto del Paraná, entre outros, concretizaram a formação de uma nova memória e cultura histórica no Paraguai.

No aspecto político, as forças liberais predominantes no período pós-guerra e defensoras do anti-lopizmo se desgastaram, sobretudo após a guerra do Chaco. Após o regime autoritário de Higínio Morínigo ao longo da década de 1940 e a guerra civil que assolou o país no ano de 1947, as forças do Partido Colorado ganharam forças e estabeleceram a hegemonia política no país. O Partido Colorado correspondeu desde começos do século XX, a principal força de oposição aos liberais. Um dos pontos de conflito entre as duas ideologias estava justamente sobre a figura de Solano López, já que os colorados seguiam a perspectiva revisionista e consideravam López o principal herói do país.

A ditadura de Alfredo Stroessner entre 1954 e 1989 (a mais longa da América Latina), enraizou o revisionismo paraguaio. Stroessner, ressignificou a história a seu favor. Ele mesmo em várias ocasiões chegou a se comparar à figura de Solano López e assim como López caçou os possíveis traidores ligados às forças aliadas durante a guerra, Stroessner utilizou de um argumento comparativo para caçar seus opositores que em sua grande maioria eram relacionados ao comunismo no

contexto da Guerra Fria. Durante a ditadura, não era possível a realização de críticas e as ciências humanas ficaram com debates e discussões praticamente estagnadas durante o regime Stronista. Isso nos permite entender o nacionalismo paraguaio presente até a atualidade. É um nacionalismo revisionista impregnado há gerações no Paraguai e que se faz presente na cultura em diversas áreas.

No tocante ao Brasil, a guerra trouxe certa glória e honra à figura do Império e do imperador. Mas foi algo bastante efêmero. As forças militares, insatisfeitas com o imperador que não atendia uma série de reivindicações dos ex-combatentes, gradualmente foram se tornando importante força de oposição que colocaria em xeque o sistema monárquico brasileiro. O positivismo, somado a ideais republicanos que começaram a se espalhar entre alguns militares de alto rango, contribuíram para desestruturar uma das bases de apoio do Império. É certo que entre militares da marinha, por exemplo, a ideia de constituir uma República era praticamente inexistente, mas entre as forças do Exército, essa realidade era mais evidente. O sentimento abolicionista também crescia em alta velocidade, devido à pressão dos escravos libertos que lutaram como soldados a partir do Decreto da Companhia Voluntários da Pátria no Paraguai. Além das rugas com o Exército, Pedro II fizera muitos empréstimos com os bancos ingleses para conseguir financiar seis anos de guerra contra o Paraguai.

Na década de 1880, vemos nas fotos e nas charges Pedro II com um semblante cansado. Realmente, a guerra contra Solano López causara o envelhecimento precoce do imperador e uma crise que terminaria por implodir o Império em 1889 fazendo de Pedro II o último monarca do Brasil. No que tange à historiografia, o Império Brasileiro com narrativas tradicionalistas, vinculadas à monarquia brasileira contribuiu para a construção da história oficial brasileira criada por Pedro II ao longo da segunda metade do século XIX. A Guerra do Paraguai foi um episódio importante para este processo, pois expressava o heroísmo brasileiro, a unidade nacional com soldados de várias partes do país lutando em nome do Brasil e criara os heróis como: Almirante Tamandaré, General Osório, Duque de Caxias, Almirante Barroso, entre outros. Basta lembrarmos dos quadros de Victor Meirelles e Pedro Américo que foram ordenados pelo próprio imperador e ministros de Estado. Entre as obras, encontramos episódios chaves da guerra contra o Paraguai, como a Batalha do Riachuelo e a Batalha de Avaí. Segundo o tradicionalismo brasileiro, Solano López era o grande culpado e responsável pelo conflito. Por outro lado, o Brasil

podia ser considerado uma nação agredida que lutaria em nome de sua honra e pelo “povo paraguaio oprimido pela ditadura Lopizta”.

Com o episódio da Proclamação da República em 1889, a primeira grande vertente opositora que conseguimos identificar fazendo frente ao tradicionalismo é o positivismo-ortodoxo, que é contrário aos abusos cometidos pela política imperial não somente em território paraguaio, mas em toda a região do Prata. Pode-se considerar que foi uma espécie de primeiro revisionismo histórico sobre a Guerra do Paraguai no Brasil, mas ainda não atingiria o patamar do revisionismo propriamente dito, desenvolvido na segunda metade do século XX.

O revisionismo brasileiro pós – 1964 faz críticas diretas ao Exército Brasileiro, pelos abusos e crimes cometidos em solo paraguaio. A ideia de Solano López como um herói que tivera de lutar sozinho contra três nações hipnotizadas pelo imperialismo britânico chegara ao Brasil. A essência da crítica estava primeiramente relacionada ao sistema capitalista que causara o genocídio de um povo, bem como ao Exército Brasileiro que neste momento histórico comandava o país a partir da Ditadura Civil-Militar instaurada com o golpe à João Goulart em 1964 e propagava em suas narrativas o heroísmo militar das tropas brasileiras na sangrenta campanha do Paraguai.

Aqui deve-se fazer uma observação sobre a expressão utilizada por Chiavenatto ao longo de sua obra: “genocídio”. Tomando como base a definição semântica da palavra, vemos que genocídio se refere sim a uma grande mortalidade ou mesmo extermínio de um povo. Contudo, quando usamos deliberadamente a expressão genocídio, nos referimos a uma intencionalidade de causar a morte de um grande grupo étnico, religioso, cultural, pelas crenças e características deste povo, ou seja, por sua particularidade. O grande exemplo que temos disso é o extermínio de judeus e outros grupos por parte da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial. Estes indivíduos foram mandados aos campos de concentração especificamente pelo fato de não pertencerem ao seletivo grupo da raça ariana defendido pelo Partido Nazista Alemão.

No conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, não podemos afirmar que houve um genocídio como intencionalidade pelo fato de que o objetivo era a derrocada de Solano López do poder e não matar a população paraguaia pelo fato de serem paraguaios, guaranis ou qualquer característica étnico-racial, religiosa referente àquele povo. Ou seja, como afirma o filósofo Mário Sérgio Cortella no

documentário exibido pelo canal History Channel Brasil e intitulado “Guerra do Paraguai: A nossa grande guerra” (2015), neste conflito não se pode falar em um genocídio como uma intencionalidade, mas sim como uma consequência, tido que os aliados conforme avançavam, Solano López marchava ao interior com a população que restava no Paraguai. A cada novo avanço, mais pessoas morriam em detrimento das batalhas, fome, doenças, exaustão e outros motivos, gerando uma catástrofe demográfica paraguaia. Portanto, o extermínio, intitulado como genocídio por Chiavenatto, sim existiu, mas não como uma intencionalidade e sim como um resultado a partir dos rumos tomados durante o conflito.

A finais do século XX, podemos identificar através de Moniz Bandeira, Doratioto, André Toral, André Mendes Salles, entre outros, o chamado neorrevisão. Na mais nova vertente sobre estudos da Guerra do Paraguai no Brasil, foram traçadas novas perspectivas e buscam-se novas personagens como a figura dos indígenas, negros, crianças e mulheres na guerra. Pode-se dizer que o grande elemento enriquecedor desta vertente é o fato de que com novas perguntas e questionamentos, novas informações são extraídas das fontes históricas, trazendo à tona detalhes da guerra historicamente inexplorados ou esquecidos. Desta forma, pode-se dizer que o campo de estudos sobre o Paraguai e sobre a Guerra da Tríplice Aliança ainda é farto, sendo possível explorá-lo de diferentes maneiras. Vale lembrar que o conflito ainda é uma ferida aberta na história e nas relações dos países beligerantes.

2.4 HISTORIOGRAFIA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E CULTURA HISTÓRICA: O CASO DA GUERRA DO PARAGUAI.

A Guerra do Paraguai é um tema que pode ser encontrado nos livros didáticos de história do Brasil e sem dúvidas pode ser também encontrado nos livros didáticos de história do Paraguai. Aqui cabe ressaltar que o tema da Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai já teve uma importância muito maior na historiografia escolar brasileira. Como será mostrado, os livros até a primeira metade do século XX traziam capítulos inteiros dedicados a narrar a temática, enquanto nos livros mais recentes, vemos algumas poucas páginas dedicadas ao tema, ou seja, o assunto foi gradativamente perdendo importância nos livros escolares brasileiros.

Pode-se afirmar que ao abrir um livro didático de história brasileiro,

que envolva a periodização “Segundo Reinado”, encontraremos algumas páginas que tratam do conflito ocorrido na Bacia do Prata no período entre 1864-1870. Nos livros paraguaios, o tema aparece após serem tratados os períodos dos governos de José Gaspar Rodríguez de Francia e Carlos António López. Ao estudar o terceiro governo do Paraguai independente, que tinha como presidente Francisco Solano López, aparecem as discussões sobre a Guerra contra a Tríplice Aliança, também conhecida como Guerra Guasú (Guerra Grande) para os paraguaios.

No entanto, as historiografias coincidem em alguns pontos, mas divergem-se expressivamente em outros, o que pode ser entendido como um primeiro indicativo de multiperspectividade sobre o tema e reforça mais uma vez a visão de que a história não é um elemento final que denota a verdade absoluta sobre o passado, mas a construção de pontos de vista que interpretam o passado a partir de interesses, realidades, historicidades particulares. Neste ponto é interessante notar as intencionalidades e objetivos das narrativas a partir dos conceitos de segunda ordem mencionados por Lee (2016).

Adentrando na discussão sobre as narrativas presentes nos materiais escolares brasileiros, pode-se identificar a presença de três grandes vertentes historiográficas, que marcam de certa forma o período histórico em que estas foram produzidas, através dos elementos constitutivos das narrativas (conceitos de segunda ordem). As três vertentes em questão já foram trabalhadas por alguns teóricos no Brasil como Squinelo (2014) e outros que serão apresentados ao longo da discussão. Quanto aos nomes que as vertentes levam, podemos identificar que são estes: Tradicional – também conhecida como positivista, memorialista ou militar-patriótica; Revisionista; Neorrevisionista.

A primeira vertente (tradicionalista), está muito ligada à metodologia historiográfica positivista, pois busca narrar os acontecimentos de forma cronológica, ressaltando os grandes feitos, personagens e eventos da guerra. Foi muito utilizada nos livros didáticos de história do Brasil do final do Império até meados da segunda metade do século XX, período no qual o Brasil era governado pelos militares. Nesta versão, Solano Lopez foi o grande culpado, vitimando inclusive o seu próprio povo e o principal motivo pela ocorrência do conflito, seria seus sonhos expansionistas, ou ainda, megalomaniacos como alguns afirmam no Brasil.

É possível notar que grupos nacionalistas, geralmente ligados ao espectro político da direita no Brasil, costumam ter esta versão da guerra como a mais

aceita, já que colocando a culpa do conflito no Paraguai, isenta em grande parte a atuação violenta do Brasil na guerra, além de justificar a contenda imperial nesta. Podemos destacar obras como as de Dionísio Cerqueira “Reminiscências da Campanha do Paraguai 1865 – 1870” (1980), bem como o relato de outros oficiais de alto escalão do exército brasileiro. A narrativa tradicionalista sobre a Guerra do Paraguai, marcada pelo caráter patriótico militar, contribui para a expansão de um pensamento de que o exército é o estandarte da proteção e dos interesses do povo brasileiro e que ele sempre age em prol da defesa da liberdade, contra as ameaças ao Brasil. Com este discurso, os militares proclamaram a República em 1889 e tomaram o poder em 1964.

A narrativa tradicionalista patriótica militar começa a propagar-se após o término da guerra em 1870 em um contexto no qual o Segundo Reinado de Dom Pedro II buscava consolidar a ideia de um Brasil civilizado, um império tropical aos moldes europeus. É o momento em que a narrativa historiográfica oficial brasileira está se consolidando a partir da criação de alguns institutos como o IHGB, com o objetivo de construir o sentimento nacional brasileiro.

Ao reconstruirmos os passos que levaram à fundação do IHGB em 1838, interessa-nos recolocá-lo na tessitura social que permite entender a criação de uma instituição cultural nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do iluminismo, tendo contudo como projeto o traçar a gênese da nacionalidade brasileira – preocupação particular da historiografia do século XIX. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Sob influência da escola prussiana, o ensino de história se consolidava na América Latina como um claro projeto político, o qual buscava popularizar entre os cidadãos do Estado-Nação moderno típico do século XIX, um sentimento de pertencimento e origem comum. Neste sentido, a história tinha como por objetivo criar a narrativa oficial a qual caracterizava a cultura e história particular da nação em relação às demais. Tal qual ocorreu no cenário prussiano do século XIX que passou por grandes transformações desde a invasão napoleônica à ascensão do Império Germânico que conseguiu importante vitória sob os franceses na Guerra Franco-Prussiana sob a liderança de Otto Von Bismarck. Sobretudo, pode-se marcar o período de ocupação napoleônica na Prússia como o marco de emergência do sentimento nacionalista e o embrião para o que seria a unificação alemã anos mais tarde.

Assim, historiadores como Leopold von Ranke, Johann Droysen, entre outros começaram a ganhar importantes espaços dentro da aristocracia alemã do século XIX, como condutores à unificação e sentimento nacional alemão a partir da historiografia. O projeto político era a constituição de uma cultura histórica nacionalista, para este fim, um importante meio seria sem dúvidas a cultura e ensino escolar.

[...] formava-se a ciência histórica e se constituía uma esfera pública onde começava a se destacar a figura do intelectual ocupando espaço privilegiado no cenário político, na burocracia estatal e se projetando junto àquela sociedade aristocrática. E muitos destes intelectuais foram, depois de Leopold von Ranke, historiadores, tal como Georg Gervinus, Johann Gustav Droysen, Karl Wecker, Friedrich Dahlmann, Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Maximilian Duncker, Karl Rotteck, Ludwig Häusser, Theodor Mommsen, Rudolf Haym, Heinrich Treitschke e Hermann Baumgarten, que pareciam ter o estudo do passado e a atuação política no presente como vocações. A atividade deles foi marcada não somente pelo vivo sentimento de agir integrando o pensamento histórico e seus conceitos às palavras de ordem usadas na imprensa e na luta política, mas também por um compromisso com determinadas forças e seus projetos políticos. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 27)

Podemos deduzir que em dito contexto histórico, ficaria difícil predominar uma historiografia a qual não contribuísse justamente ao processo de formação do sentimento nacional brasileiro. Essa é uma explicação para o fato de Solano López ser visto como um ditador, tirano, ao mesmo tempo em que o Brasil era colocado como uma vítima.

Ao ler o livro escolar datado de 1899, escrito pelo professor João Vieira de Almeida, vemos como é clara a construção da narrativa historiográfica escolar deste período e o posicionamento patriótico brasileiro. No capítulo XXX do livro, que narra de forma breve o segundo reinado, o professor conta aos alunos de forma cronológica os anos com os principais acontecimentos ocorridos durante a gestão de Pedro II. Em um parágrafo é mencionado que em 1865 “rompe a tremenda guerra do Paraguay, que formará o assumpto de uma palestra especial. Essa campanha só terminou em 1870” (Almeida, 1899, p. 168). Após o término do capítulo XXX, o autor do livro didático dedica vários capítulos seguintes para descrever o heroísmo e glória do exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai e capítulos para contar a vida dos comandantes que lideraram o exército e marinha na luta contra os paraguaios, como pode-se notar no quadro abaixo:

CAPÍTULO	TÍTULO
XXXI	Guerra do Paraguay, suas causas.
XXXII	Explosão do Patriotismo: O 7º de voluntários paulistas
XXXIII	O combate naval do Riachuelo
XXXIV	A batalha de 24 de maio, em Tuyuty
XXXV	A passagem de Humaitá
XXXVI	Campanha das Cordilheiras: Aquidaban e a morte de Lopez
XXXVII	O General Caxias
XXXVIII	O General Osório
XXXIX	O General Porto Alegre
XL	O Brigadeiro Andrade Neves
XLI	General Camara
XLII	O Almirante Tamandaré
XLIII	O almirante Delfim de Carvalho
XLIV	O almirante Silveira da Motta

TABELA 1 – Capítulos de livro tradicionalista sobre a Guerra do Paraguai.

Ao todo são 63 páginas dedicadas à Guerra do Paraguai e aos principais oficiais das forças armadas que constantemente são lembrados pelos feitos contra o “ditador paraguaio”. Ao introduzir o tema, o professor ironiza a uma outra escola que ensina que o Paraguai teria sido uma vítima da espada brasileira

A palestra de hoje, meu filho, versará sobre a epopéa do Paraguay, escripta com a ponta da espada brasileira. Bem sei que ha uma certa escóla, que préga doutrina opposta á opinião geral, sobre esta campanha. Essa escóla, felizmente restricta entre nos, acha que a guerra do Paraguay foi uma carnificina de irmãos, promovida pela barbaridade brasileira! ... A morte de Lopez foi um assassinato, conmettido pelo exercito Brasileiro, ás margens do Aquidaban; e toda essa lucta gigantesca de cinco annos, não passou de um attentado contra a liberdade de um povo americano! E para que O povo brasileiro pudesse offerecer uma reparação ao povo paraguay ultrajado, pelo exercito e marinha brasileira; propuzeram que se entregassem os trophéos daquelle campanha, figurando no primeiro plano a corrente que interceptava a passagem do rio Paraguay, em frente das formidaveis baterias de Humaytá! Pouco faltou, para que não propuzessem a abertura de uma subcripção nacional, para indemnisar os paraguayos sobreviventes ou os orphams, daquelles que o cannibalismo brasileiro exterminou; penitenciando-se o Brazil, em San Justo, do crime imperdoavel de ter vingado a sua honra ultrajada e a vida de seus filhos, violentamente arrancada pelo despota da Assumpção! Attende, e comprehenderás, com a intuição da tua idade, que o Brazil não podia proceder de outra fórma (ALMEIDA, 1899, p. 169)

Nota-se que o autor deixa claro a posição de culpabilidade do Paraguai, inocência do Brasil, já justificando que as ações tomadas pelas tropas imperiais foram necessárias para vingar a “honra ultrajada” do povo brasileiro atacado nas províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Pelo que o professor coloca na página seguinte, é possível notar a perspectiva com a qual os estudantes tinham contato. Esta era marcada pela afirmação constante de que Solano López, era um tirano louco e sanguinário com sonhos megalomaniacos, já que este planejava há anos um ataque contra o Brasil e encontrou a oportunidade perfeita quando o Império estava fragilizado com o ataque ao Uruguai para defender os interesses dos brasileiros que aparentemente eram injustiçados na Banda Oriental.

A republica do Paraguay, por antiphase, era de origem hespanhola e povoada pelos missionaros jesuitas, dessa nacionalidade. Governada pelo systema de compressão usado por elles nas suas missões; esse povo não passava de um pupillo da Companhia. Passando do estado selvagem, para o de uma theocracia ferrenha, era esse um typo social, digno de um estudo, que se faz já esperar, por demais. Habitados esses guaranys á uma obediencia passiva, facilmente se deixaram dominar pelos aventureiros que delles se quizeram servir, como os famosos Dr. Francia, Lopez I e Lopez II . Tractarei do ultimo, pois que foi o que nos declarou essa guerra tão injusta, quanto prolongada. Havia já muito tempo que Francisco Solano Lopez se preparava para fazer a guerra ao Brazil. Nesse intuito, mandou vir da Europa abundante material de guerra, que depositou em diferentes pontos do paiz, e engenheiros e operarios, para os seus arsenaes. Organizou tambem uma esquadra respeitavel e um exercito numeroso. Ao nos declarar a guerra, as suas forças de terra subiam a mais de oitenta mil homens! Quando se julgou preparado, externou velleidades de estabelecer o equilibrio da Prata, para talvez macaquear a Napoleão III, com a sua estulta pretensão de equilibrio europeu! Dizem que chegou a sonhar com um imperio, no Prata, e com a alliança matrimonial, na unica familia imperial da America. Dissipadas, ao que parece, as fumaças de seus loucos projectos, a féra volveu á furna e aguçou as garras! No anno de 1864, o Brazil estava em lucta com a Republica Oriental do Uruguay, por causa do mau tractamento dos subditos brazileiros, residentes em territorio oriental. (ALMEIDA, 1889, p.170).

Algo interessante desta segunda passagem, é o fato de que ela mostra outro elemento utilizado pela vertente historiográfica tradicionalista da guerra. Para fixar o papel de tirano/vilão aos líderes paraguaios Francisco Solano López, Carlos Antonio López, José Gaspar Rodríguez de Francia e exaltar o papel do exército brasileiro como o libertador, os autores mencionavam ao povo paraguaio. Este era colocado como um grupo de pessoas que historicamente foram ensinados a obedecerem e serem pacíficos desde a época da colonização espanhola, já que no território paraguaio, houve grande influência dos padres jesuítas da Companhia de

Jesus. Desta forma, o povo em si, não tinha culpa do que acontecia, estaria apenas seguindo ordens de um tirano que se aproveitou desta situação e, portanto, a missão do exército brasileiro seria também libertar ao povo da ditadura e opressão de seus líderes.

Squinelo (2008) ao escrever sobre a primeira fase de narrativas da Guerra do Paraguai no Brasil:

Respeitando as devidas diferenças a serem levadas em consideração pelo historiador em seu ofício ao trabalhar com memórias, reminiscências, diários e cartas, em linhas gerais essa primeira produção que se iniciou logo após o conflito platino legou uma visão sobre a Guerra na qual foi consagrada a vitória brasileira, tendo o exército imperial, em nome de d. Pedro II, “cumprido com sua missão” ao “libertar o Paraguai do governo de um tirano”; para tal incumbiu-se de registrar as glórias do Império brasileiro representada nas grandes batalhas e nos feitos heróicos. (SQUINELO, 2008, p. 2)

A vertente tradicionalista também está marcada por uma metodologia positivista da história, que narra grandes heróis e grandes batalhas, tal qual mostra o quadro acima com os capítulos abordados no livro didático. Ao mencionar o povo paraguaio, os autores do período não estão querendo fazer um estudo social sobre as dificuldades deste e tampouco estão o colocando como centro da análise. O professor busca em sua narrativa apenas explicar as razões para que várias ditaduras tenham se instaurado e governado sem maiores problemas no país vizinho por décadas. Os estudos que tentaram colocar o povo em uma posição de maior proximidade ao protagonismo da história de fato, só ganham popularidade a partir da segunda metade do século XX, como será possível visualizar as características da vertente revisionista sobre o conflito.

Por fim, podemos analisar que as narrativas presentes nos materiais, iam ao encontro aos objetivos do Estado Brasileiro ao alimentar o sentimento nacionalista a partir do constante resgate dos “heróis da pátria” e da ideia de Brasil como uma grande nação defensora de valores e costumes “civilizados”. As narrativas identificadas permitem-nos identificar um ensino de história defensor de ideias e valores atemporais, como a defesa da superioridade nacional e a defesa da pátria.

Resgatando os níveis de consciência histórica de Rüsen, podemos identificar estas narrativas como possibilitadoras e propiciadoras de operações mentais entre os estágios tradicional e exemplar. A criação do IHGB durante o Segundo Reinado, Academia Imperial de Belas Artes, a criação do IPHAN durante a

Era Vargas, bem como os livros didáticos de história do período são marcos que nos indicam a criação de versões oficiais sobre a história do Brasil e o estabelecimento de elementos patrimoniais e culturais da cultura histórica brasileira.

A segunda vertente historiográfica que pode ser notada no Brasil é a intitulada de revisionista, a qual começa a ganhar destaque em meados da década de 1960. No que abrange esta vertente é interessante notar duas obras que tiveram grande importância, sendo elas: “La Guerra del Paraguay: Gran negocio”, do escritor argentino León Pomer datada do ano de 1968; “Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai”, do escritor brasileiro Julio José Chiavenatto datada do ano de 1979.

É neste momento que surge na historiografia sobre a Guerra do Paraguai, a ideia do imperialismo britânico. Segundo essa vertente, o Paraguai após a abertura iniciada pelo governo de Carlos Antônio López havia iniciado uma expansão comercial e industrial que ameaçaria a hegemonia comercial britânica na região, pois Brasil e Argentina, grandes consumidores de produtos britânicos, reduziriam suas relações comerciais com a nação europeia em detrimento da economia regional.

Assim, a Inglaterra teria armado e lançado a tríplice aliança conformada por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai para destruir este “mau exemplo” para a região. Salles (2012) analisando uma obra didática datada de 1999 feita por Cotrim, traz a abordagem do livro didático sobre a Guerra do Paraguai:

Os sucessores de Francia, quer dizer, Carlos Antônio López e Francisco Solano López, conforme o autor, “prosseguiram sua obra [de Francia] buscando fazer do Paraguai um país soberano e livre da exploração do capitalismo internacional” (COTRIM, 1999: 334). O professor Gilberto Cotrim, nesta edição de 1999, defende que “o desenvolvimento do Paraguai desagradava a Inglaterra, que tinha interesse em manter os países latino-americanos como fornecedores de matérias primas e consumidores dos seus produtos industrializados” (COTRIM, 1999: 334). Cotrim (COTRIM, 1999) reforça a ideia defendida por muitos outros autores de livros escolares, sobretudo aqueles que escreveram nas décadas de 1980 e 1990, de que o Paraguai representava um “mau exemplo”. Assim, “como o Paraguai não se enquadrava no esquema do capitalismo industrial inglês [...] precisava ser destruído” (COTRIM, 1999: 334). Nesse sentido, novamente a Grã-Bretanha aparece como a articuladora do conflito, pois “estimulou Brasil, Argentina e Uruguai, que formaram a **Tríplice Aliança**, na luta contra o Paraguai” (COTRIM, 1999: 334); há, desta forma, uma valorização/preponderância das causas econômicas para a explicação do conflito, reportando-o ao contexto do capitalismo internacional. (SALLES, 2012, p. 71)

Como é possível identificar na passagem de Salles (2012), observa-se uma grande produção de materiais didáticos entre os anos 1980 e 1990 que

possuem esta abordagem revisionista. Novamente, faz-se necessário entender o cenário histórico brasileiro que possibilitou tal aderência dos livros escolares à esta vertente histórica. Em 1964 quando os militares deram o golpe e iniciaram o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi possível identificar no Brasil a instauração de medidas repressivas anticomunistas em um cenário internacional de disputa bipolar entre Estados Unidos e União Soviética, como é o caso da Doutrina de Segurança Nacional. Mesmo com a repressão, sobretudo aos grupos de esquerda, foi possível ver produções artísticas, literárias e acadêmicas destes emergindo no país. Se pensarmos no meio musical, vemos por exemplo o caso da tropicália como um movimento de resistência à ditadura.

Pensando no tema deste trabalho, vemos a criação de Genocídio Americano de Chiavenatto no ano de 1979, que traz em sua narrativa uma perspectiva sobre a Guerra do Paraguai com elementos intrínsecos que demonstram a sua historicidade. Por exemplo, ao colocar o imperialismo britânico como uma causa relevante para o estopim do conflito, Chiavenatto de certa forma está fazendo também uma crítica ao sistema capitalista que causou a destruição quase completa do Paraguai. Ou seja, a partir do posicionamento de Chiavenatto, podemos observar o estabelecimento de uma articulação de raciocínio e pensamento histórico vinculados ao materialismo e luta de classes. Por isso, é comum que estudiosos do assunto relacionem a vertente revisionista com o pensamento marxista.

Ao colocar no título da obra a palavra “genocídio”, Chiavenatto aponta para o que o exército fez à população paraguaia no passado, ou seja, é a alteração da perspectiva das forças armadas como salvadoras e heroicas, para uma visão na qual o exército cometeu atrocidades e não temos do que nos orgulhar pelo que foi feito ao Paraguai⁸. Solano López deixa de ser interpretado como o tirano tal como havia sido caracterizado na primeira vertente e o povo paraguaio, bem como soldados, escravos e outros sujeitos do baixo escalão do exército aliado, começam a ganhar maior destaque dentro da narrativa histórica.

Se pensamos em uma consciência histórica entre o tradicional e o exemplar durante a predominância da primeira vertente, aqui podemos observar no

⁸ Conforme mencionado anteriormente, a palavra genocídio é utilizada aqui para refletir sobre o termo expresso por Chiavenatto, no entanto, a semântica da palavra deve ser sempre questionada no contexto da Guerra do Paraguai, já que o extermínio da população paraguaia se dá como uma consequência e não como intencionalidade por parte da Tríplice Aliança ao longo do conflito.

âmbito da consciência histórica, um raciocínio que paira entre os níveis exemplar e crítico, já que existe um retorno ao passado mostrando certas lições negativas sobre o passado, ao mesmo tempo em que também há um negacionismo às tradições e valores promovidos, sobretudo, pelo Exército Brasileiro que governava o país durante o período em que Chiavenatto lança sua obra.

Podemos pensar que a grande aceitação dessa narrativa nos livros didáticos entre as décadas de 1980-1990, pode estar vinculada justamente às mudanças estruturais que vemos no país. A década de 1980, é conhecida pelas altas inflações e cenário de crise econômica no Brasil, mas também é lembrada pelo período da chamada redemocratização que impactou de certa forma na cultura histórica nacional, pois busca-se, principalmente após a instauração da Nova República e da promulgação da Constituição Federal de 1988, a criação de um Brasil fortemente enraizado nas instituições e valores democráticos, ou seja, caminhar no sentido oposto ao período 1964-1985, marcado pelo autoritarismo.

Contudo, mesmo com o ganho de força da vertente revisionista no Brasil, podemos identificar o surgimento de uma nova corrente a partir da década de 1990 chamada de neorrevisionista, a qual busca justamente trazer com novos dados e informações, algumas críticas a alguns elementos do revisionismo brasileiro, como a questão do imperialismo inglês ou o fato de o Paraguai ser uma nação em pleno desenvolvimento industrial, além de novos protagonistas historicamente esquecidos que estiveram presentes no conflito, como é o caso da participação de indígenas, mulheres e negros. No entanto, quando pensamos no caso do Paraguai, vemos uma realidade bastante distinta no campo da historiografia. A narrativa predominante no país vizinho é a revisionista, que se inicia muito tempo antes da década de 1960 e permanece com força e uma presença considerável no imaginário nacional paraguaio até a atualidade.

O Paraguai tendo sido a nação derrotada, de longe foi a que sofreu as consequências mais severas dentre todos os países envolvidos. Com grande parte da população dizimada e uma considerável perda territorial para o Brasil e para a Argentina, o Paraguai após a morte de Solano López em 1870 foi ocupado por tropas brasileiras e argentinas que permaneceram na capital Asunción e regiões próximas por alguns anos. Com um território totalmente arrasado, o Paraguai passou a adotar o modelo econômico/político liberal, semelhante ao existente na Argentina no mesmo período. Como menciona Quinteros (2020): “As elites tiveram que conciliar a

necessidade de reestruturar a economia com uma população dizimada e organizar um Estado que surgia, segundo a Constituição de 1870, fiel ao modelo liberal argentino.” (QUINTEROS, 2020, p. 182). Grande parte das terras, antes pertencentes ao Estado, foram vendidas para companhias e capitalistas de várias regiões do mundo, incluindo ingleses, brasileiros e argentinos.

Sobre influência do modelo político/econômico argentino e sendo governado por uma junta liberal opositora ao agora falecido Marechal Francisco Solano López, os antigos “legionários” – paraguaios exilados, opositores à López, que lutaram ao lado das tropas aliadas – agora estavam no governo e claramente o pensamento que se tinha ao antigo líder paraguaio era justamente o de que aquele tinha causado a completa destruição do país. Na verdade, estes paraguaios que se encontravam anteriormente exilados em Buenos Aires, são críticos da antiga política paraguaia desde a época do governo ditatorial de José Gaspar Rodríguez de Francia. Membros da burguesia, foram perseguidos ou ameaçados durante a ditadura popular de Francia, restando-lhes o exílio na Argentina e o desejo de retornar ao Paraguai e depor primeiramente “El dictador supremo Dr. Francia” e posteriormente, os outros Karai Guasu (governantes) que tomaram o poder: Carlos António López e Francisco Solano López.

Em um episódio emblemático que envolve o mal-estar diplomático entre os Estados Unidos da América e o Paraguai, datado de 1853, os marines dos EUA são enviados em uma missão de ataque ao Paraguai, acontecimento histórico no qual podemos ver o apoio desta burguesia paraguaia exilada em Buenos Aires. Segundo Chiavenatto (1979):

O fato mais importante deste incidente com os Estados Unidos, na formação política de Solano López, é saber que muitos paraguaios podem se unir aos estrangeiros para derrubarem o governo da República. São os remanescentes da burguesia despojada desde os tempos de Francia, permanecendo fora do saque nacional negado às oligarquias ligadas ao imperialismo inglês, por Carlos António López. Quando a esquadra norte-americana chega a Buenos Aires, esses paraguaios dissociados da sua nação, solidarizam-se com as forças invasoras (CHIAVENATTO, 1979, p. 52)

Portanto, as condições históricas e sociais para o estabelecimento de uma interpretação ou narrativa histórica de caráter revisionista, que pudesse rever a figura de Solano López e dos governantes antecessores, durante a década de 1870, eram praticamente nulas. No entanto, posta a completa destruição física e agora

também histórica da nação paraguaia, membros de instituições intelectuais como o “Colégio Nacional” e o “Ateneu Paraguaio”, começaram a buscar fontes que pudessem interpretar com outro olhar o Paraguai anterior à Guerra contra a Tríplice Aliança. É neste momento da história paraguaia, que começa a surgir um nacionalismo exacerbado com elementos que ressaltam a bravura/garra associada com o povo guarani, uma identidade nacional, o ser paraguaio, a defesa da bandeira tricolor, a determinação de viver e morrer pela pátria, entre outros tantos exemplos que chegam à atualidade de maneira intensa e se mostram muito presentes na população paraguaia até os dias atuais.

Desta forma nascia ao final do século XIX uma leva de intelectuais paraguaios que reconstroem a historiografia nacional e criam elementos que constituem a história oficial do Paraguai. Os teóricos mais lembrados como fundadores do revisionismo no Paraguai são Juan O’Leary e Cecílio Báez, no entanto, segundo Junior e Izecksohn (2020), Brezzo e Reali (2020), bem como Quinteros (2020), podemos entender que as origens do revisionismo histórico e da construção da identidade nacional no Paraguai, estão presentes em intelectuais argentinos que começaram a produzir ainda no século XIX durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. É o caso do argentino Juan Bautista Alberdi, intelectual argentino que viveu a instabilidade política entre unitaristas e federalistas na Argentina do século XIX, assim como a Guerra da Tríplice Aliança. Durante o período em que acontecia a guerra contra o Paraguai, o teórico argentino se encontrava exilado na Europa, crítico do governo de Bartolomé Mitre, Alberdi entendia o Paraguai como uma nação heroica e valente que oferecia resistência ao imperialismo do Brasil para com a região da Bacia do Prata, pois era uma nação juntamente com o Uruguai, capaz de limitar o expansionismo imperial e equilibrar as forças na região.

América del Sud, pues siendo todas sus repúblicas, excepto Chile, países limítrofes del Brasil, cada victoria del Paraguay es victoria de todas ellas, cada triunfo del Brasil es pérdida que ellas hacen en la balanza de poder americano. La campaña actual del Paraguay contra las pretensiones retrógradas del Brasil y Buenos Aires es la última faz de la Revolución de Mayo de 1810. Levantando el estandarte y haciéndose campeón de las libertades de América interior, esta joven república devuelve hoy a las puertas del Plata la visita que le hizo Belgrano en 1811. (ALBERDI, 1962, p.105)

O Império Brasileiro e a política imperial eram muito mal-vistos não somente por Alberdi, mas por quase todas as Repúblicas vizinhas na América do Sul,

as quais conviviam com a insegurança e a desconfiança de que um intervencionismo militar direto, como o ocorrido no Uruguai em 1852 e em 1864, pudesse acontecer por parte de Pedro II em qualquer momento. Em um contexto histórico e regional em que a dicotomia civilização e barbárie estavam muito presentes, a organização política brasileira em uma monarquia já era entendida por muitos intelectuais na Argentina como a expressão da barbárie. Portanto, era inconcebível aceitar o argumento de que Solano López era quem representava a barbárie por ser um tirano ou ditador como afirmava o Império Brasileiro aliado ao gabinete de Mitre.

Neste caso, podemos identificar uma resistência grande por parte dos argentinos para não irem à guerra, primeiramente por não terem desenvolvido até este momento uma identidade nacional, sendo as identidades regionais as que prevaleciam, além de não entenderem o fato da Argentina estar aliada a um antigo inimigo histórico, o Império do Brasil, contra uma nação vizinha republicana que apresentava inúmeras semelhanças culturais, sobretudo quando pensamos na relação entre Paraguai e a província argentina de Corrientes. A expressão desta realidade se encontra quando vemos as primeiras tentativas do caudillo argentino Justo José de Urquiza em organizar tropas para lutar contra os paraguaios nesta região. Vários soldados argentinos desertam se recusando a lutar ao lado do Brasil contra o Paraguai, mas que aceitariam ficar tranquilamente no exército caso a luta fosse contra as tropas imperiais de Pedro II ou contra Buenos Aires. Nas palavras do caudillo Ricardo López Jordán, respondendo às ordens de Urquiza em organizar tropas para lutar no que seria a batalha de Jataí em Paso de los Libres - Corrientes - Argentina, que levaria à rendição paraguaia em Uruguiana no Rio Grande do Sul:

“Usted nos llama para combatir al Paraguay. Nunca, general, ese pueblo es nuestro amigo. Llámenos para pelear a porteños y brasileños. Estamos prontos. Estos son nuestros enemigos.”⁹

Desta forma, as críticas de alguns teóricos argentinos, como é o caso de Alberdi, utilizado posteriormente como uma das referências do revisionismo

⁹ É possível encontrar essa resposta de Jordán à Urquiza na parte 02 do documentário argentino intitulado “Guerra Guasú: La Guerra del Paraguay” produzido pelo canal “Televisión Pública” e disponibilizado na plataforma de vídeos YouTube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=iTKVqIBixM8&ab_channel=Televisi%C3%B3nP%C3%ABlica

brasileiro, defendem que o governo de Mitre havia se entregue ou se vendido aos interesses do Império do Brasil, esquecendo de quem eram os inimigos e quem eram os aliados da Argentina naquele momento. Como comentado anteriormente, o Paraguai considera como os próceres do seu revisionismo histórico, os intelectuais Juan O’Leary e Cecílio Báez em sua polêmica jornalística datada do ano de 1902, tal como afirma Quinteros (2020): “A polêmica jornalística travada em 1902, entre Cecílio Báez e Juan O’Leary, é considerada o ponto inicial do revisionismo paraguaio e a base para que a sociedade paraguaia se reerguesse depois do trauma da guerra” (QUINTEROS, 2020, p. 182). Contudo, como a própria autora menciona posteriormente, podemos identificar outros autores que não concebem a Báez e a O’Leary, a totalidade do pioneirismo revisionista e a criação do nacionalismo paraguaio.

“[...] para Liliana Brezzo (2007), a origem dos mitos fundadores da memória nacional deve ser rastreada alguns anos antes, nos escritos do paraguaio Blas Garay e do argentino Martín Goicochea Menéndez. Garay contribuiu para construir dois mitos patrióticos: o da pátria indígena e o da idade de ouro. O autor situava o início da nação paraguaia no povo guarani estabelecido na região antes da conquista europeia. Este mito não teve peso na reconstrução da memória nacional, mas acabou evoluindo em outro mito fundador – que foi o da pátria mestiça. O mito que prosperou foi o da idade de ouro, identificada com a presidência de Carlos Antonio López. Por sua vez, Goicochea Menéndez, que morava em Assunção desde 1901, destacou a coragem do povo paraguaio e o papel heroico das mulheres (MOREIRA, 2010).” (QUINTEROS, 2020, p. 182).

Desta forma, na transição do século XIX para o século XX, nascia no Paraguai um movimento de construção da identidade e memória nacional a partir da revisão das fontes e acontecimentos históricos do país durante e antes da Guerra contra a Tríplice Aliança. Este movimento de reconstrução intelectual do que era o Paraguai e o ser paraguaio, ficou conhecido como “El novecentismo paraguay”. Báez e O’Leary, como comentado anteriormente, são considerados os principais mentores deste movimento, no entanto, segundo Raúl Amaral (professor argentino-paraguayo) é possível destacar um quadro com o nome de 18 principais teóricos novecentistas, retratado abaixo:

1.	López Decoud, Arsenio	(1867-1945)
2.	Domínguez, Manuel	(1868-1935)
3.	Gondra, Manuel	(1871-1927)
4.	González, Teodosio	(1871-1932)
5.	Moreno, Fulgencio R.	(1872-1933)
6.	Garay, Blas	(1873-1899)
7.	Pérez Acosta, Juan Francisco	(1873-1968)
8.	Ayala, Eusebio	(1875-1942)
9.	Mosqueira, Silvano	(1875-1954)
10.	Cardozo, Ramón I.	(1876-1943)
11.	Cardús Huerta, Gualberto	(1878-1949)
12.	Ayala, Eligio	(1878-1930)
13.	O'Leary, Juan E.	(1879-1969)
14.	Mallorquín, Juan León	(1880-1947)
15.	Brugada (h), Ricardo	(1880-1920)
16.	Pane, Ignacio A.	(1880-1920)
17.	Lezcano, J. Inocencio	(1880-1935)
18.	Soler, Juan José	(1880-1963)

FONTE: Livro: Paraguay en la visión de dos siglos (1811-2011), página 77.

O novecentismo foi um movimento que impactou não somente a construção histórica e nacionalista do Paraguai, como também atingiu esferas sociológicas, filosóficas, literárias e artísticas. Pode-se dizer que é uma revolução intelectual pela qual o país passa, redescobrimdo o que é o Paraguai e todos os elementos presentes nele. No livro “Paraguay en la visión de dos siglos” (2011), podemos encontrar o novecentismo paraguaio definido com as seguintes palavras:

“El Novecentismo ha querido ser o significar, en el Paraguay, la renovación de modos de vida, de sistemas de orientación intelectual y, por sobre todo, un método distinto para enfocar los desencuentros de la historia, latentes aun a treinta años de terminada la guerra de la Triple Alianza. Por lo demás, un ansia de cultura lo invadía todo, y, como las promociones del resto de América, a esta generación novecentista no le preocupaba la inextensión de fronteras ni el alejamiento de los centros de información, principalmente biográfica y artística; El medio más propicio a su actuación será e Colegio Nacional de Asunción, fundado en 1877, habilitado un año después y en el que estudiaron u profesaron, sin excepción, los representantes de aquel núcleo.” (Comisión Nacional de Conmemoración del Bicentenario, 2011, p. 80).

Pode-se dizer, portanto, que o embrião do novecentismo paraguaio é a fundação do Colégio Nacional de Asunción no ano de 1877, momento muito importante para o Paraguai, já que é o momento em que o país vai novamente resgatando sua independência. Vale lembrar, que mesmo a Guerra da Tríplice Aliança tendo sido terminada no ano de 1870, os aliados mantiveram suas tropas no Paraguai até o ano de 1876, quer dizer a fundação do Colégio Nacional é o aparecimento de

uma das primeiras instituições em solo paraguaio independente pós-guerra contra a Tríplice Aliança.

A historiografia paraguaia, mesmo nos livros didáticos escolares que se dedicavam a contar a história nacional, era praticamente inexistente. No ano de 1879 ao estudar o livro intitulado “Compendio de geografia e historia del Paraguay”, de autoria de Terán e Gamba, encontramos que:

“[...] la historiografía paraguaya figuraba como parte del capítulo americano. En los estudios superiores el panorama no se presentaba más alentador. No solo eran conocidos parcial e interesadamente los periodos correspondientes al Dr. Francia y ambos López, sino que el propio pasado colonial permanecía envuelto en injusta penumbra.” (Comisión Nacional de Conmemoración del Bicentenario, 2011, p. 80).

Como colocado anteriormente, o Paraguai pós-guerra da Tríplice Aliança não era um país devastado apenas em aspectos territoriais, políticos ou econômicos, mas também um país que tinha passado por uma destruição histórica. É compreensível que os governos de Francia, Carlos López e Solano López, tenham sido evitados pelos políticos de cunho liberal que governavam o país após o término da guerra, já que muitos deles eram antigos membros dos legionários ou descendentes do grupo que tivera de buscar o exílio em Buenos Aires durante as perseguições, sobretudo durante a ditadura de Francia. Contudo, é possível interpretar a partir da passagem acima, que toda a história paraguaia passou por um ocultamento, incluindo a época colonial. Portanto, neste caso, a tarefa dos novecentistas no campo da historiografia, seria justamente reconstruir essa história paraguaia que se encontrava aos pedaços.

Primeiramente podemos notar a presença de uma geração de autores mais ligados a correntes românticas, como é o caso do coronel e ex-combatente da Guerra da Tríplice Aliança, Juan Crisóstomo Centurión, que em seu livro “Memorias del Coronel Juan Crisóstomo Centurión: ó sea Reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay”, narra com detalhes muitas das atrocidades do conflito, como também momentos que o mesmo presenciou e narravam cenas de um Solano López muito mais humanizado, que sentia as mesmas dores que seu povo e sofria junto com os demais paraguaios. Um exemplo deste outro olhar sobre a figura de López, é mostrada no documentário argentino “Guerra Guasú: la Guerra del Paraguay”, quando menciona uma passagem em que Centurión narra a reação de Solano López ao

receber a notícia da derrota e morte de vários soldados paraguaios em Uruguiana no Rio Grande do Sul, segundo Centurión: “La noticia de tan triste y transcendental suceso, le arrancó a López copiosas lágrimas, el golpe no era para menos. La fuerza material y moral, la base que servía de sostén a todas las esperanzas, esa campaña abierta con tanto entusiasmo como precipitación fue destruida del día a la noche y con ella, el probable éxito de tan gigantesca empresa.”

Autores como José Decoud também seguiram uma narrativa mais melancólica sobre o conflito, no entanto, o próprio movimento novecentista na transição do século XIX para o século XX deu-se conta de que seria necessário um novo tipo de olhar para a história paraguaia que não fosse tão somente dependente da emoção e melancolia. A partir deste momento, intelectuais começam a buscar fontes e produzir materiais que pudessem contribuir para uma nova narrativa histórica de caráter mais científico sobre o passado paraguaio. Pode-se destacar, segundo informações contidas no livro paraguaio de comemoração ao bicentenário que a “Colección de documentos relativos de América y particularmente a la historia del Paraguay”, datado de 1899 de autoria de Blas Garay; “El Archivo de Asunción”, de autoria de Manuel Domínguez em 1901; “Antecedentes históricos de la Universidad Nacional de Asunción”, de autoria do argentino Julio Bambill em 1906; o ensaio “La Nación”, datado de 1908, também de autoria de Manuel Domínguez. Pode-se dizer que estes trabalhos são tentativas de desvincular a história paraguaia como um simples anexo da história do continente americano e colocá-la como uma história particularizada, com elementos significativos e próprios dela mesma.

Começava a nascer com estes autores, a história oficial da nação paraguaia a ser ensinada nas escolas e junto com a importância dos elementos nacionais, renascia a figura de Francisco Solano López como o grande herói nacional, que lutou com sua espada em mãos até o momento de sua morte em Cerro Corá em 1870. Solano López era o herói nacional que naquele momento não existia, “El mariscal” passou a ser o símbolo máximo de bravura e heroísmo da nação paraguaia.

“Es de creer que esta reaparición producida por la pluma de O’Leary y a cuya seducción mítica tampoco pudieron escapar sus adversarios, contribuyó a dotar al Paraguay de un héroe paradigmático del que había carecido, con todos los atributos de luces y sombras humanamente inexplicables. Cualesquiera fueran los motivos contradictorios de quienes atacaban o defendían su memoria y su actuación, lo indudable es que el Mariscal había defendido espada en mano la independencia de su tierra y más que nada su derecho de seguir existiendo”. (Comisión Nacional de Conmemoración del

Bicentenario, 2011, p. 82)

A partir deste momento, o movimento novecentista apoiado em reformas educacionais, filosóficas, sociológicas e literárias, gerou uma profunda transformação no ensino de história, delegando uma importância significativa para a história nacional, bem como começou a criar figuras heroicas da nação paraguaia, sobretudo, os governantes de Francia até Solano López, que passou a ser o grande herói nacional. Figuras como a das mulheres também passam a fazer parte do heroísmo nacional, já que o Paraguai contou com a participação de muitas delas de forma direta ou indireta nos combates e adversidades das guerras, além do fato de estas terem sido o grupo majoritário ao lado de idosos e crianças que sobreviveram e reconstruíram o país após 1870. Ou seja, o movimento novecentista também resgata essa particularidade feminina paraguaia que chega ao presente e se expressa através de alguns símbolos e frases, como a professada pelo próprio Papa Francisco há torno de seis anos atrás que passou a ser repetida constantemente entre a população: “La mujer paraguaya es la más gloriosa de América”. Além desta frase, é recorrente escutar outra expressão em jopará (mescla do guarani com o espanhol) que também denota a grande capacidade e habilidade da mulher paraguaia em solucionar problemas diversos: “Kuña Guapa”.

Outra característica muito presente como símbolo da identidade nacional e cultural do Paraguai é o idioma guarani. Diversas vezes proibido no país e muitas vezes recusado pela elite do Paraguai, a partir de movimentos nacionais literários/artísticos e o surgimento de novas expressões como as Polcas e as Guaranias no seio do movimento novecentista, resgata-se a origem heroica do povo guarani como aquele que havia dado a bravura ao paraguaio. Este não é um elemento particular do Paraguai, pois está muito presente no processo de construção de outras narrativas oficiais de países sul-americanos, como é o caso do resgate ao povo tupi no Brasil, os charrúas no Uruguai e assim por diante. A grande diferença no caso paraguaio é que vemos essa característica de forma exacerbada no país, resultando inclusive no fato de o guarani ser uma das línguas oficiais do país e elemento incontestável da identidade nacional. O grande problema em delimitar ao povo guarani à bravura e exclusividade da origem paraguaia é o fato de que todos os demais povos indígenas que compõem o país, ficam automaticamente excluídos.

A reconstrução simbólica teve seus desdobramentos na produção cultural, com o resgate da cultura guarani ocupando um lugar privilegiado, principalmente em torno da língua e da mitologia. Cabe salientar que os outros povos indígenas que habitavam o território paraguaio ficaram à margem dessa narrativa, invisibilizados e, portanto, negados como parte da “paraguaidade”.

Assim, no século XX, o elemento “guarani” passou a estar presente no cotidiano dos paraguaios – através da música, da literatura, da língua, da escola, da economia. A nível do Estado, basta lembrar a reforma econômica de 1942, quando o guarani passou a ser a nova unidade monetária até os dias de hoje (SCAVONE YEGROS, 2010, p. 253). Pouco menos de uma década após o fim da Guerra do Chaco, na qual o Paraguai tinha utilizado estrategicamente a língua guarani como técnica de combate, para impedir a captação das mensagens militares por parte do inimigo boliviano, o “guarani” ressurgia oficialmente no imaginário social. Atrás foram ficando os preconceitos liberais de fins do oitocentos – em que as culturas indígenas eram associadas à barbárie. Agora, a língua guarani era resgatada no outro extremo da dicotomia sarmientina: o da civilização. (QUINTEROS, 2020, p. 189)

Essa construção em grande parte levada por Báez e O’Leary causou um impacto que começou na transformação de como interpretar e estudar a história paraguaia e que rapidamente atingiu em cheio outros âmbitos no imaginário social. O ex-general e amigo próximo de Francisco Solano López, Bernardino Caballero, em 1887 havia fundado o Partido Nacional Republicano, que posteriormente ficaria conhecido como Asociación Nacional Republicana (ANR), popularmente conhecido no Paraguai como “Partido Colorado”.

O Partido Colorado paraguaio toma em grande parte essa narrativa histórica construída a partir do novecentismo como sua base teórica política, afirmando-se e posicionando-se como o partido que resgata este heroísmo paraguaio e principalmente fazendo frente à política do Partido Liberal que foi predominante no Paraguai desde o final da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, até a década de 1940, quando o coloradismo a partir do revisionismo começou a delimitar os novos inimigos da pátria e se fixar no poder como partido hegemônico. Isso se dá sobretudo após a Guerra do Chaco contra a Bolívia terminada em 1935 e principalmente após a Guerra Civil Paraguaia de 1947, na qual os colorados apoiando o regime de Higinio Morínigo, derrotam as forças coligadas de febreristas/liberais/comunistas.

O nacionalismo do Paraguai com seus heróis nacionais, construída a partir do novecentismo, fica evidentemente consolidado quando vemos a construção do Pantón Nacional de los Héroes na cidade de Asunción sendo consolidada após o término da Guerra do Chaco. Nele se encontram os restos mortais dos principais heróis da nação, sendo o principal deles Francisco Solano López. Posteriormente, a

Guerra Civil paraguaia de 1947 que marca o fim do período de Morínigo como presidente, bem como o início do período de consolidação do Partido Colorado, dá-se ao mesmo tempo em que no cenário internacional começou a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. A América Latina, considerada área de influência norte-americana, começa a ser alvo de ações anticomunistas, fato que originaria as ditaduras civis e militares na região ao longo da segunda metade do século XX.

O Partido Colorado e principalmente o general ditador Alfredo Stroessner, soube interpretar muito bem esse contexto internacional. Aliados aos interesses norte-americanos e aproveitando-se do ufanismo nacionalista paraguaio, primeiramente os moriniguistas (apoiadores de Higinio Morínigo) e colorados começam a identificar os novos “legionários” daquele momento. Legionários eram os paraguaios que durante o período de Francia e dos López, haviam se exilado em Buenos Aires e eram diretamente ligados ao pensamento liberal argentino. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, estes apoiaram as tropas aliadas contra Solano López, o que fez deles a partir do revisionismo nacionalista paraguaio, os grandes traidores do Paraguai. Resgatando este elemento, moriniguistas e colorados começam a afirmar a partir do final da década de 1940 que os novos legionários são agora os liberais; os comunistas; e os apoiadores de Rafael Franco que compunham o grupo dos febreristas, apoiadores da Revolução Febrerista de 1936. Ou seja, os antigos rivais do coloradismo durante a Guerra Civil de 1947, eram agora os novos traidores da nação.

O oficialismo passou a empregar a denominação “Tríplice Aliança” para designar os franquistas, liberais e comunistas sublevados, estigmatizados como “legionários”, evocando diretamente o grupo de paraguaios que tinha lutado do lado das tropas argentinas durante a Guerra Grande, no batalhão dos “Legionários”. A categoria seria longamente utilizada pelos revisionistas, e muito especialmente pelo governo de Morínigo, para denominar os adversários considerados “traidores” ou antiparaguaios (MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, 2011 apud QUINTEROS, 2020, p. 187-188).

Finalmente, a conspiração foi vencida pelo governo após cinco meses de guerra civil, graças a essa propaganda oficial que conseguiu mobilizar os *pynandis*, os “camponeses de pés descalços com lenço vermelho”, do lado das tropas governistas, evitando a tendência inicial a favor dos sublevados (GÓMEZ FLORENTÍN, 2013, p.15 apud QUINTEROS, 2020, p. 187-188)

Após a guerra civil, podemos ver uma série de colorados que se sucedem na presidência paraguaia, entre eles Natalício González, intelectual que tinha uma estreita relação com o movimento novecentista paraguaio. A construção

histórica nacionalista, baseada no heroísmo centrado, sobretudo na Guerra da Tríplice Aliança e posteriormente na Guerra do Chaco, somado ao cenário de perseguição anticomunista no âmbito da Guerra Fria, abriria caminho à ditadura mais longa que a América Latina presenciou no século XX, a ditadura de Alfredo Stroessner, que governou por 35 anos de forma ininterrupta. Stroessner consolidou de vez a narrativa histórica oficial, comparando-se diversas vezes ele mesmo com a figura de López.

A ditadura de Stroessner é uma marca na história do Paraguai. A produção no campo da historiografia foi fortemente afetada pelo regime ditatorial, pois questionar aquilo que o governo defendia como a verdade incontestável era condenar-se às mais distintas perseguições ou ao exílio. Neste momento, o revisionismo que ajudara os colorados a se consolidarem como herdeiros de López era a história correta. É possível ver a formação de uma clara dicotomia entre as principais forças políticas do Paraguai, de um lado estavam os colorados, que se consideravam descendentes e defensores do heroísmo de Solano López e da bravura paraguaia, do outro estavam os liberais, vistos como os novos legionários, anti-lopiztas, o lado completamente oposto. Desta forma, podemos ver uma certa estagnação do campo científico historiográfico paraguaio até o fim do Stronismo no ano de 1989. Durante a década de 1990, o Paraguai passou por diversas crises e instabilidades, além de ser um período marcado pela gradual e lenta abertura política, ainda com muitos resquícios do governo de Stroessner. Portanto, pode-se dizer que apenas nos últimos anos é que conseguimos ver uma nova abertura da academia paraguaia em resgatar novos elementos e revisitar o passado construído principalmente a partir do movimento nacionalista novecentista. Desta forma, o ufanismo de ser paraguaio e defender a pátria a todo custo é o pensamento predominantemente hegemônico até os dias atuais.

Retornando ao caso brasileiro, no ano de 2002 uma obra de grande destaque é lançada no Brasil. “Maldita Guerra, nova história da Guerra do Paraguai”, escrita pelo brasileiro Francisco Doratioto, busca através de um compilado de estudos diplomáticos no Paraguai e no Brasil, novas explicações sobre o que havia motivado o conflito e quais teriam sido os principais acontecimentos e desdobramentos da Guerra. Neste leque temático, são tratadas com relativa importância as disputas políticas ocorridas na Região do Prata, como o contexto de Rosas na Argentina, as guerras civis do Uruguai, a intervenção imperial no Uruguai contra Aguirre e ainda, acontecimentos diplomáticos entre as nações sul-americanas, bem como destas com

nações externas, tal qual é o caso da Questão Christie entre Brasil e Inglaterra.

Cabe ressaltar, que Doratioto (2002) não foi pioneiro nessa “nova versão” narrativa do conflito, escritores como Moniz Bandeira (1995) anos antes já lançavam críticas ao revisionismo historiográfico da Guerra do Paraguai, sobretudo, na questão da origem do conflito. Os historiadores identificados no grupo neorrevisionista afirmam que não é possível entender a causa da Guerra do Paraguai como um resultado do imperialismo britânico, já que não existia um “mau exemplo” de industrialização do Paraguai, pois este também era cliente dos produtos britânicos.

O Brasil, na verdade, não articulou a Tríplice Aliança nem moveu a guerra contra o Paraguai, como instrumento da Grã-bretanha, conforme certos escritores, sobretudo nos países da Bacia do Prata, propalaram. Pelo contrário, rompera desde 1863 as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, conforme certos escritores, onde a firma John & Alfred Blyth e a casa bancária do Barão de Rothschild já faziam negócios com o Governo Francisco Solano López e não tinham interesse na deflagração da guerra contra o Paraguai. O próprio Barão de Mauá, por alguns autores hispano-americanos apontado, equivocadamente, como representante financeiro de Rothschild, tudo vez para evitar, opondo-se à política do Governo brasileiro na Bacia do Prata, e só se dispôs a conceder-lhe financiamento, depois de iniciadas as hostilidades, porque não tinha alternativa. (BANDEIRA, 1995 apud SQUINELO, 2008, p. 5)

Assim como o contexto da construção do nacionalismo influenciou a produção memorialística-patriótica do conflito e o contexto da Ditadura Civil Militar acabou sendo o período no qual emerge a versão revisionista, cabe destacar o período no qual surge o chamado neorrevisionismo. A década de 1990 no Brasil, assim como em outras regiões da América Latina é marcada pela aplicação de modelos econômicos neoliberais que pudessem superar as crises inflacionárias que assolavam vários países do continente desde a década de 1980. Resgatando o cenário brasileiro, identificamos como marca deste período as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo pode ser entendido como o sistema global que marca o mundo capitalista informacional a partir da década de 1980, triunfante sobre o decadente modelo socialista que entra em colapso simbolizado na queda do muro de Berlim e na fragmentação da URSS.

Referente às narrativas historiográficas emergem novos teóricos marcados pelo contexto, que buscaram, ainda que de forma indireta, criar narrativas que pudessem superar conhecimentos que estivessem vinculados ao modelo de pensamento marxista, como é o caso da vertente revisionista da Guerra do Paraguai. Alambert (2001), comenta sobre este cenário.

Esses autores puseram-se então, com ares de novos subversivos de cátedra ou de redação de suplemento culturais (portanto aparentemente longe de qualquer partidização ideológica), a atacar os supostos reducionismos do bem-sucedido historiador. Esses neorrevisionistas aproveitam-se daquelas supostas fragilidades do contendente para instaurar uma nova Guerra das Letras, Documentos e Interpretações. No bojo do debate, entretanto, aliam-se ao discurso dominante, em tempos de triunfo neoliberal, para atacar as práticas historiográficas inspiradas pelo marxismo, especialmente aquelas que se baseiam em algum pressuposto ligado à teoria do imperialismo, que foi a base das interpretações de Chiavenato e daqueles que com ele compactuaram. Independentemente dos erros e dos acertos em questão quanto às interpretações historiográficas polêmicas – no mais sempre necessárias –, o que se vê por trás dessa nova batalha é a utilização, ainda esta vez, da máscara criada com a Guerra do Paraguai para esconder outros propósitos, nem sempre conscientes aos sujeitos em questão. (ALAMBERT, 2001 apud SQUINELO, 2008, p. 6).

Retornando a Doratioto (2002), ao propor uma nova história da Guerra do Paraguai, tal qual o título de seu livro sugere, podemos identificar que o mesmo trouxe novas informações diplomáticas e geopolíticas sobre o conflito, além de novas imagens e interpretações de grupos populares, tanto do lado da Tríplice Aliança como do lado paraguaio, mas Doratioto acaba restaurando em partes vários elementos da historiografia memorialista/tradicional/patriótica, apontando para o retorno de interpretações já realizadas na primeira vertente historiográfica, como aponta Salles (2012), dialogando com o professor brasileiro Mário Maestri:

Recentemente, o professor Francisco Doratioto (2002) vem restaurando/revigorando algumas perspectivas da historiografia memorialístico-patriótica e, com uma visão extremamente nacionalista, aponta para o Estado paraguaio e, especialmente, para a figura de Francisco Solano Lopez como o grande culpado não só pelo início do conflito, mas também pelo excessivo número de mortos na guerra (SALLES, 2012, p. 76)

Esse “restauracionismo” da versão patriótica da Guerra do Paraguai, vem ganhando força nos últimos anos, sobretudo a partir da dimensão estética da cultura histórica sobre a Guerra do Paraguai no Brasil. Em 2015, um documentário intitulado “Guerra do Paraguai, a nossa grande guerra”, produzido pelo canal History Channel, buscou trazer uma visão multiperspectivada sobre o conflito, reunindo uma série de pessoas que estudam o tema e que são de vertentes distintas. Por exemplo, no vídeo é possível identificar León Pomer, Chiavenatto, assim como Doratioto explanando sobre suas visões referentes à guerra.

No entanto, os elementos estéticos presentes no documentário,

apontam para uma deturpação do posicionamento revisionista, dando a entender que é um absurdo acreditar na teoria do imperialismo britânico como fator motivador do conflito. Também é possível identificar a predominância em vários momentos de um heroísmo brasileiro nas batalhas, enquanto o outro lado é retratado como selvagem, cruel e violento, ora na figura dos soldados paraguaios saqueando cidades brasileiras, ora na figura de Solano López que várias vezes é encenado como um louco.

As divergências são apresentadas de forma simplista, a narrativa de fundo evidencia preferência por determinadas visões, e o aparente esforço por mostrar que a história pode ser um conhecimento provisório e multiperspectivado fica ofuscado por um relativismo simplista, que foca a discussão nas opiniões dos indivíduos, e não em dados históricos ou análises aprofundadas. Para além dessa característica, de fazer um jogo de contrapontos de opiniões e informações, privilegiando determinados enfoques e desqualificando outros, ressaltamos também outro aspecto, que definimos como a evidente parcialidade do documentário. Entendemos que essa parcialidade se revela na forma como a obra ressalta aspectos do conflito que interessam ao público brasileiro, mas que não contemplam perspectivas que são abordadas de forma relevante na cultura histórica paraguaia. O documentário exclui fatos que historicamente são estudados especificamente no Paraguai. As imagens de soldados paraguaios em campo de batalha atacando os inimigos, muitas vezes de surpresa e com certa crueldade, são predominantes, ele não se vê do lado oposto. A única batalha vencida pelos paraguaios, a batalha de Curupayty, sequer foi mencionada [...]. (SOUZA, BENITEZ, 2019, p. 88)

Da mesma forma, é possível identificar elementos similares na série “Brasil – A última cruzada, capítulo 05: O Último Reinado”, produzida pelo canal Brasil Paralelo, na qual reforçam-se elementos de nacionalismo brasileiro, já que Solano López novamente é colocado na figura de um tirano, louco, ao mesmo tempo em que o Império é lembrado de forma nostálgica, como um grande modelo produtor de cultura e erudição ao Brasil, simbolizado na figura do imperador. A esquerda novamente é ironizada a ponto de um dos palestrantes comentar que no Brasil é comum ver “professores de história usando camiseta do Che Guevara realizarem associações do “desenvolvimento paraguaio” com o “desenvolvimento cubano”, ou seja, ao mesmo tempo em que é criticado Solano López e o que ele representava, aproveita-se o momento para estabelecer a crítica ao modelo socialista novamente.

Contudo, não podemos entender a vertente neorrevisionista do conflito, interpretando-a como um simples restauracionismo que legitimou discursos ultranacionalistas ligados às vertentes mais tradicionalistas. O neorrevisionismo está inserido em um período de ebulição dos movimentos democráticos e civis no Brasil. Grupos até então excluídos da história nacional, começaram a reivindicar seus

espaços e participação nas narrativas que inclui a discussão sobre a Guerra do Paraguai. Com o neorrevisão, tivemos a possibilidade de ver diferentes abordagens do conflito emergindo e mostrando o papel das mulheres, escravos, indígenas etc. Toral (1995) mostra, por exemplo, a questão do recrutamento de escravos no conflito.

Aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato. A população do corte e das províncias rebelavam-se contra as autoridades recrutadoras, os delegados de polícia e seus prepostos, que "iam caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, a caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes" (Queiroz Duarte, apud Salles, 1990:102) (TORAL, 1995, p. 292).

Estas novas abordagens que resgatam a questão da mulher, do escravo, no cenário da guerra, estão começando a aparecer gradativamente nos livros didáticos mais atuais no Brasil, como aponta Jardim (2015).

Aparentemente os livros didáticos no Brasil tem passado por uma reformulação. Apesar de não haver uma massificação das informações e produções acadêmicas nos livros didáticos, presenciou-se que aos poucos versões oficiais têm dado lugar a novas produções. Ainda assim, os livros didáticos no Brasil estão longe de um ideal de produção. As novas pesquisas, as novas contribuições da historiografia especializada têm demorado muito a chegar nas classes escolares. (JARDIM, 2015, p. 18).

Discussões mais atuais apontam para as limitações entre a historiografia acadêmica e as narrativas dos livros escolares, ou seja, há uma desconexão entre estes dois campos que pode ter ainda como uma de suas origens a divisão entre Ciência Histórica e Didática da História.

Nos capítulos seguintes serão colocados os percursos metodológicos pelo qual a pesquisa passou, bem como os resultados obtidos a partir dela. Espero com isso, identificar nos livros didáticos, a distribuição dos elementos aqui já mencionados, bem como novos elementos que possibilitam a realização de uma análise vinculada à Didática da História que busque responder às inquietações que levaram a este estudo. Também a partir da análise de conteúdos sobre os livros didáticos de história do Paraguai, quero identificar os processos de transformação das narrativas dos livros escolares ao longo do tempo no país vizinho, da mesma forma que buscarei apresentar os resultados obtidos de forma que possibilite o estudo a partir da Didática da História.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE PARA PESQUISA SOBRE CULTURA HISTÓRICA E CULTURA ESCOLAR.

O livro didático, como já mencionado em algumas passagens deste trabalho, é sem dúvidas importante elemento compositor da cultura escolar, por se tratar de um elemento da história documentada (ROCKWELL e EZPELETA, 2007), ou seja, um documento que nos permite entender os objetivos almejados pelo Ministério da Educação, pelos mercados editoriais, pelo governo vigente e pelos autores que o escrevem. Pode-se dizer que o caso brasileiro no tocante a produção dos materiais escolares é bastante particular, pois o complexo e burocrático processo que engloba desde a produção dos livros, perpassando pela escolha do mercado editorial, MEC, autores, escolas, professores, até chegar aos estudantes é realmente longo e vemos que em muitos outros países do mundo não há este percurso. O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), responsável pela compilação dos materiais didáticos a serem propagados e entregues às escolas, é uma comissão que dificilmente encontraremos ao analisar os materiais produzidos em outros países como o caso do Paraguai – país que também será estudado nesta pesquisa.

A partir de pesquisas, é possível notar que o PNLD é um programa que passa por constantes transformações e assim como todo o universo que engloba este mundo de materiais escolares, vemos a influência direta do mercado editorial e das posturas ideológicas dos governos vigentes nos diferentes momentos históricos em que os livros são produzidos. O próprio PNLD está inserido em um contexto de transformações na relação Estado Brasileiro x Livros Escolares. É possível observar que o PNLD surgiu com esta nomenclatura somente no ano de 1985, no entanto, a relação entre o governo brasileiro para com os seus livros a serem estudados nas escolas é muito mais antiga. Já no ano de 1938, durante o período da Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, pensou-se na primeira ideia de relacionar a produção ou organização de livros a partir de uma espécie de tutorial estatal. A chamada “Comissão Nacional do Livro” nascia como embrião daquilo que se desenvolveria durante as décadas seguintes e atingiria o estágio do PNLD na década de 1980.

Sobre as políticas públicas para livros didáticos, vale lembrar que a relação Estado/livro didático não é recente. Em 1938, instituiu-se a primeira ideia de

uma avaliação de livros didáticos brasileiros, que foi nomeada de “Comissão Nacional do Livro”. Desde então, as exigências, o aperfeiçoamento do livro didático e a legislação sobre esses materiais pedagógicos alteram-se em programas e comissões singulares. Como exemplo, tem-se as comissões e programas conhecidos como a “Comissão Nacional do Livro Didático” (1945), a “Fundação Nacional do Material Escolar” (Fename, 1967), a “Comissão do Livro Técnico e Didático” (Colted, 1966), o “Instituto Nacional do Livro” (INL, 1972) e os “Programas do Livro Didático” (Plid) abrangendo os diferentes níveis de ensino.

Nos anos 1980, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) absorveu os projetos responsáveis pelos livros didáticos. Foi também nessa década que o Ministério da Educação (MEC) passou a ser o único comprador dos livros produzidos para o Programa. Em agosto de 1985, o Plid recebeu a denominação de “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD). O programa tinha como objetivo atender a todas as alunas e alunos da 1ª à 8ª séries, hoje Ensino Fundamental I e II, das escolas públicas federais, estaduais e municipais (HÖFLING, 2000, pp.162-164). Entre outras atribuições, o Decreto n 91.542/1985 propunha que os professores do antigo ensino de 1º grau participassem da escolha e da “indicação dos títulos dos livros a serem comprados pelo governo e adoção de livros reutilizáveis” (CAIMI, 2017, p.34). Nos anos 1990, a distribuição de livros às alunas, alunos e professores das redes de ensino público, tornou-se política de Estado. (MOSCATO, 2018, p. 89-90)

Moscato (2018) permite algumas reflexões a respeito desta evolução histórica dos programas didáticos ao longo do século XX no Brasil, sobretudo quando nas últimas linhas da passagem acima, vemos algumas práticas ainda muito presentes na realidade escolar, como a participação dos professores no processo de escolha dos livros que seriam utilizados em suas escolas e a questão da reutilização dos materiais nas unidades de ensino. Quanto ao fato de o livro ser uma política de Estado, isso nos permite induzir de que os interesses estatais também estão por detrás dos materiais em uma relação de equilíbrio com os interesses do mercado editorial que imprime os livros a serem distribuídos. Toda essa cadeia produtiva e de interesses termina moldando os conteúdos a serem expostos/estudados nos livros, o que por sua vez limita a atuação dos autores sobre aquilo que pode ou não ser colocado nos materiais para os estudantes, dos professores que são limitados a aprovar obras e acabam não tendo a devida participação na construção do conteúdo acadêmico, bem como limita a atualização das discussões entre a academia e o meio escolar.

Além desses aspectos, que dizem respeito à presença e ao uso dos manuais didáticos na escola, sua análise também pode ancorar-se em observar o que Medeiros (2006) chama de “Economia Política do Livro Didático”, que consiste em observar os processos de produção dessas obras e como esses são condicionados a uma complexa rede de relações. Essa rede envolve prioridades empresariais das editoras, tendências e limitações na ação dos

autores, a atualização teórica do campo científico e, o que o autor considera preponderante, os interesses dos professores como clientes preferenciais, ou seja, como os principais compradores/consumidores dessas obras. (SOUZA, 2018, p. 143)

Tendo-se em mente o livro didático como produto de uma política de Estado, inserido em um programa maior chamado PNLD e considerando que a história pode ser entendida como um campo de disputa de discursos, identidades e legitimações para ações concretas, sejam elas praticadas por movimentos sociais ou pelo Estado, podemos inferir que o livro didático de história trata-se de objeto de grande valor político e ideológico, sobretudo para o governo que está exercendo seu mandato e busca legitimar suas perspectivas no período de publicação dos materiais. Evidências disso, são os constantes ataques que os livros das áreas de ciências humanas vêm sofrendo recentemente por parte do governo, contrário ao avanço das discussões que envolvem feminismo, comunidade LGBTQUIA+, entre outros assuntos que são pautas de movimentos sociais que chocam com a perspectiva do governo vigente. Para que as editoras consigam aprovar os livros didáticos na atual gestão federal, é possível que temas como esses sejam diminuídos, generalizados, ou até mesmo ocultados das páginas.

Contudo, não se deve simplificar ou generalizar a questão colocada acima, dando a entender de que a vontade do Estado é suficiente para decidir os novos caminhos que os livros didáticos seguirão. Pelo contrário, como já foi colocado, a produção do livro didático abrange um amplo e complexo processo que inclui sim interesses governamentais, mas também uma comissão técnica organizadora composta por estudiosos da área que buscam o aprimoramento e o avanço das discussões historiográficas nos livros didáticos de história no Brasil. Para isso são traçados critérios, eixos temáticos, elementos que permitem afirmar quais materiais são mais apropriados para o ensino de história nas escolas.

Rüsen (1997) apresenta alguns elementos que seriam indispensáveis a um livro didático de história que se diga ideal, como por exemplo, promover a multiperspectividade sobre os conteúdos históricos trabalhados, ou seja, apresentar aos estudantes mais de uma história possível para o mesmo passado, mostrando a narrativa não como uma verdade incontestável do que aconteceu, mas sim uma produção estruturada a partir de determinada interpretação de um grupo de fontes históricas que levaram o pesquisador ao resultado exposto. Estas capacidades

quando desenvolvidas, permitem aos estudantes das escolas o avanço cognitivo do raciocínio histórico ou da consciência histórica, o que é muito diferente de quando ocorre a simples assimilação dos conteúdos expostos nos livros didáticos.

Quando há o desenvolvimento da consciência histórica, as narrativas são assimiladas pelos estudantes com um sentido vital para a orientação prática do presente e perspectivas de futuro, ou seja, estabelece-se uma estreita relação entre passado presente e futuro carregada de sentido e orientação prática, moldada pelas realidades que variam de indivíduo para indivíduo. Na nomenclatura dada por Rüsen a este processo, podemos encontrar os conceitos “percepção, interpretação e orientação”.

[...] consciencia histórica se puede describir como la actividad mental de la memoria histórica, que tiene su representación en una interpretación de la experiencia del pasado encaminada a poder comprender las actuales condiciones de vida y a desarrollar perspectivas de futuro de la práctica vital conforme a la experiencia. El modo mental de este potencial de recuerdo es el relato de la historia (relatar no en el sentido de entender una mera descripción, sino en el sentido de una forma de saber y de entendimiento antropológicamente universales y fundamentales). Esta forma narrativa que da una interpretación de la historia del pasado representado cumple una función de orientación para la vida actual. (RÜSEN, 1997, p. 81-82)

Infelizmente, o que é possível notar a partir de pesquisas realizadas sobre os livros didáticos de história é que a fomentação para o desenvolvimento da consciência histórica dificilmente acontece. Ao ler as páginas escritas nos materiais, encontramos interpretações conclusas, pensamentos a serem assimilados pelos jovens como descrições do passado a serem memorizadas por relatarem “o que aconteceu” em determinado contexto histórico.

O que o livro didático de História ainda não alcançou é a capacidade de permitir ao aluno, a partir de sua leitura, chegar aos sentidos, despertar a fascinação e os raciocínios históricos. A forma de apresentação do passado nas narrativas do livro didático de História não incita a percepção das experiências históricas. Segundo Rüsen (2001, p.119) “[...] o livro didático de história deveria abrir os olhos das crianças e jovens para as diferenças históricas e as diferentes qualidades da vida humana através dos tempos.” Não apresentando como fazem hoje os livros didáticos “[...] unicamente experiências históricas já interpretadas e a percepções já assimiladas de forma cognitiva” (p.119). (CAINELLI, OLIVEIRA, 2018, p. 24-25)

Não podemos esquecer ainda do fato de que o livro didático também é um elemento da cultura histórica, por se tratar de fonte documental que aborda elementos representativos da memória histórica de determinada localidade, além de

ser um documento inserido em sua historicidade, ou seja, está relacionada com os elementos culturais e históricos de seu tempo. Se tomarmos como exemplo o tema desta pesquisa – A Guerra da Tríplice Aliança – podemos notar com nitidamente que os materiais didáticos produzidos a finais do século XIX são muito diferentes dos materiais produzidos a finais do século XX ou mesmo no século XXI. E não se trata apenas de elementos estéticos como o uso de imagens, gráficos e afins, mas na própria estrutura narrativa que foi se modificando com o passar dos anos a medida em que os debates acadêmicos foram sendo atualizados e os livros escolares os foram assimilando.

Esta é uma característica típica a qualquer país, quando tomamos como exemplo o Paraguai, vemos uma grande diferença entre as interpretações históricas da década de 1880 para as interpretações da década de 1920, momento em que os autores revisionistas novecentistas já conseguiam uma transformação na perspectiva histórica do Paraguai, da identidade nacional e de seus líderes.

Desta forma, para que possamos entender elementos dos livros didáticos das últimas coleções do PNLD, precisamos necessariamente entender também o contexto social e acadêmico brasileiro dos últimos anos que exercem pressão sob as narrativas e conteúdo a serem estudados nos materiais escolares. Por exemplo, é visível o crescimento de movimentos sociais de pessoas negras, indígenas ou ainda movimentos feministas. Estes grupos sociais, trouxeram consigo problematizações e novas perspectivas que possibilitaram novos enfoques nos livros de história, até então inexistentes.

Como exemplo tem-se a História da África e dos africanos antes da escravização no Brasil, assim como a abordagem da História indígena antes da chegada dos portugueses por estas terras, bem como a continuidade da existência de indígenas para além do mundo colonial brasileiro. Além deles, há outros temas, já abordados pela historiografia contemporânea, mas que demoraram para serem trabalhados nos livros didáticos de História, como a História das mulheres, dos idosos ou mesmo das crianças. (CAINELLI, OLIVEIRA, 2018, p. 25)

Desta forma, conclui-se que no mundo da historiografia os conhecimentos estão passando por constantes transformações. Com o passar dos anos, novos problemas e novas realidades atingem a sociedade, possibilitando o surgimento de novas interpretações sobre o futuro, o presente e também sobre o passado. Diferentemente do que muitas vezes se afirma no senso comum: “o passado

não pode mudar”, o passado pode mudar sim a depender dos novos desafios e possibilidades de reinterpretação das fontes históricas. A cultura histórica é moldada junto com o desenvolvimento da sociedade que observamos, e como podemos afirmar que o livro didático é um elemento da cultura histórica, este conseqüentemente também é modificado de acordo com as inovações dos discursos e das práticas sociais.

Um dos grandes objetivos para o livro didático de história ainda hoje, é conseguir despertar o chamado fascínio e desenvolvimento da consciência histórica nos estudantes, permitindo não somente uma assimilação cognitiva dos conhecimentos e interpretações já alcançados por historiadores, mas uma assimilação cognitiva que faça sentido para a realidade do estudante e o permita utilizar o conhecimento histórico adquirido para posicionar-se frente as suas inquietações, em sua história social. Sabemos que não se trata de uma tarefa fácil posto que o livro didático é uma mercadoria, ao mesmo tempo que é uma política estatal e está rodeado por interesses diversos que muitas vezes limitam as possibilidades de avanços mais significativos em direção a uma educação histórica. Mas ao mesmo tempo, o fato de os livros didáticos possuírem a “habilidade” de sofrer modificações ao longo das gerações de acordo com os avanços teóricos e sociais, permite-nos acreditar que ainda sim é possível chegarmos próximos às características do livro didático ideal.

3.2. ESTRATÉGIAS DA INVESTIGAÇÃO: METODOLOGIA DE ANÁLISE (ANÁLISE DE CONTEÚDO), PROBLEMÁTICAS LEVANTADAS E QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS.

Como já foi mencionado anteriormente neste trabalho, a causa para a realização desta pesquisa foi um choque de perspectivas e discursos sobre a Guerra do Paraguai entre professores brasileiros e paraguaios há alguns anos em um curso de extensão intitulado “Ensinar e Aprender História”. Tal choque, gerou-me inquietação e ao mesmo tempo curiosidade e me levou a realizar este estudo. A manifestação dos discursos promovidos pelos discentes de ambos os países, pode ser considerada como elemento do universo da cultura histórica, já que se trata de usos práticos do passado que buscam significar a realidade do presente.

A soma de conhecimento e experiências históricas que são a base do raciocínio e organização do pensamento histórico e que atuam no âmbito da

consciência histórica, podem ser obtidos a partir de diversos elementos como filmes, museus, livros, entre outros, como o próprio livro didático. Este, considerado fonte de análise para esta pesquisa, foi escolhido por ser talvez o objeto que abrange maior número de pessoas no campo do ensino de história e, portanto, um dos mais relevantes para que possamos trilhar os caminhos da formação do pensamento histórico.

Contudo, o livro didático, tal qual também já foi mencionado anteriormente, não é somente um objeto de ensino escolar, mas também um elemento de cultura histórica, pois apresenta características, dados, perspectivas de uma cultura histórica dominante, bem como é objeto possibilitador de um estudo aprofundado sobre a cultura escolar, já que está inserido em um espaço normativo que compõe a escola, mas também é marcado por interesses editoriais, estatais, entre outros.

Não podemos afirmar que o livro didático é o caminho determinante para que possamos decifrar a formação do pensamento e da cultura histórica dos indivíduos e das localidades que estamos pesquisando, existem outros elementos da cultura histórica que podem ser ainda mais determinantes que os materiais escolares, como o caso dos filmes mencionados acima. No entanto, o livro didático é uma das referências centrais para o ensino de história da sociedade como um todo e o fato de termos professores (conhecedores da literatura histórica escolar) tentando explicar e legitimar a guerra sob distintas perspectivas, poderia ser um indicativo de que havia uma aceitação e reprodução das narrativas escolares.

Assim sendo, este objeto didático foi escolhido como fonte de investigação para esta dissertação e já que o estopim para o início da pesquisa foi o choque de perspectivas indicando um litígio entre diferentes culturas históricas nacionais, a primeira pergunta que elaborei para investigar os materiais foi: Como a cultura histórica se apresenta e busca propagar-se a partir dos livros didáticos na temática Guerra do Paraguai?

Com este questionamento inicial e ao mesmo tempo abrangente, busquei colocar como meta de investigação alguns elementos chave que indicam perspectivas, ideologias, estratégias de convencimento etc. e que são alicerces que estruturam as narrativas para os estudantes das escolas. De forma geral, poderia colocar a nomenclatura que Peter Lee denomina como “Conceitos Estruturantes de Segunda Ordem”. A partir desta primeira análise, possivelmente ficariam mais claras

as origens das argumentações e pensamentos que se manifestaram entre brasileiros e paraguaios ao tratarem sobre a Guerra do Paraguai.

A segunda pergunta central que elaborei para minha investigação, seria basicamente a geradora de uma exploração mais profunda e detalhada da primeira pergunta. Como a Guerra do Paraguai está sendo apresentada e o que ela busca (intencionalidades) com isso?

Reafirmo que é uma pergunta muito próxima à primeira, mas que neste momento busquei investigar de forma mais minuciosa os detalhes que compõem, embelezam e buscam propagar a perspectiva presente do livro didático a partir do ensino de história nas escolas. Aqui, foram analisadas as estruturas das narrativas didáticas, títulos, subtítulos, imagens, exercícios, causas e consequências do conflito, número de páginas, elementos de multiperspectividades das obras, recomendações de estudo, entre outros que serão detalhados posteriormente.

Creio que a investigação destes detalhes é fundamental, pois eles mostram elementos das culturas históricas locais (nacionais/regionais), elementos coercitivos que tentam mostrar que aquela é a forma “correta” de pensar e estudar a história da guerra e as intencionalidades da obra didática, ou seja, o que o autor e a editora querem que o aluno aprenda. Portanto, com estas abordagens é possível que tenhamos um olhar mais preciso de como são feitos os usos do passado na prática, as tentativas de projeção coerção e perpetuação desta cultura histórica.

Agora, um ponto importante que não pode ser deixado de lado, é o fato de que por mais que haja a tentativa de perpetuação / permanência de uma visão sobre o passado em determinado tema, isso não é possível pelo fato de que a história não é uma ciência terminada, com visões elaboradas e já finalizadas sobre o passado. Rüsen coloca que um dos elementos mais importantes da ciência histórica é justamente a ideia de mudança constante que é perceptível aos indivíduos que se encontram no nível de consciência histórica genética.

Pegando o caso da Guerra do Paraguai, é visível essa mudança quando vemos as principais vertentes historiográficas que tentaram explicar o conflito ao longo do tempo, a partir de diferentes explicações sobre as causas que levaram ao início da guerra, os desfechos, a atribuição de valores e símbolos aos líderes dos países envolvidos, entre outros. Estas mudanças, também impactaram o ensino de história e as narrativas dos materiais didáticos. Se pegarmos, por exemplo, três livros de história brasileiros, sendo estes datados de 1900, 1990, 2019, veremos diferenças

interpretativas sobre o conflito, mesmo todos eles sendo brasileiros. Isso acontece porque a academia com o passar dos anos foi trazendo novas fontes, problemáticas e situações à temática. Neste cenário apresentado, encaixa-se a terceira pergunta central para esta investigação: Por que o conhecimento histórico nas escolas não está acompanhando as discussões/produções acadêmicas?

O meu objetivo ao tentar responder essa pergunta é realizar uma investigação pertinente a uma problemática já apresentada nesta dissertação, trata-se da ruptura ocorrida entre História e Didática da História. Afinal, será que os professores estão sendo pesquisadores, questionadores, produtores ou simplesmente atuam como reprodutores das narrativas sobre a Guerra do Paraguai presente nos livros didáticos? Será que existe esta tentativa de apresentar aos estudantes as visões multifacetadas e também limitadas sobre a Guerra do Paraguai, chamando-os para o debate ou busca-se apenas apresentar que aquela é a verdadeira e única história já finalizada sobre o conflito? De forma geral, os atores escolares e a escola encontram-se no mesmo nível hierárquico de investigação que os historiadores e a academia, ou ainda é reproduzido o processo do segundo repassar informações finalizadas ao primeiro.

Pensando nas estratégias propriamente ditas, foram elaborados alguns critérios de análise que possibilitassem avançar rumo às respostas dos questionamentos centrais antes mencionados. Para sintetizar e aclarar, as perguntas centrais as quais me refiro são:

1. Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos?
2. Que conhecimento as narrativas e sobretudo os exercícios propostos sobre a Guerra do Paraguai presentes nos livros didáticos querem formar e/ou consolidar?
3. Por que o conhecimento histórico nas escolas não está acompanhando as produções acadêmicas?

Para aproximar-me das respostas para as perguntas feitas acima, estabeleci sete grandes critérios de análise que se ramificam como é mostrado logo abaixo:

Número	Critério e Explicação.
1	<p>Critério: A escolha das fontes (livros didáticos).</p> <p>Explicação: A escolha dos livros pode ser considerado o critério primário, pois para esta pesquisa trata-se da seleção inicial das fontes de pesquisa. A seleção das fontes por si só, já indicam certa intencionalidade do pesquisador, pois restringem uma temática, um passado, um fato a ser investigado sob determinada perspectiva. Como as intencionalidades e perspectivas são diferentes de pesquisador para pesquisador, é possível que a mesma fonte seja utilizada para estudos distintos, ou ainda, para estudos que abordem a mesma temática, mas que cheguem a conclusões distintas. Fatos podem ser mais ressaltados ou ignorados, contribuindo para a consolidação de uma perspectiva.</p> <p>No caso desta pesquisa, escolhi trabalhar com os livros didáticos da atualidade mais utilizados nas escolas, pois são materiais que atingem a muitos alunos no ensino de história e, portanto, podem ter contribuído para a modificação ou consolidação da cultura histórica, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Pensando no Brasil, os livros mais utilizados nas escolas, sobretudo nas escolas públicas, são aqueles aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, reuni alguns livros aprovados nos últimos PNLD que possibilitarão avançar sobretudo na investigação sobre a relação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar, já que se trata de materiais atualizados.</p> <p>Pensando no Paraguai, foram coletados alguns livros, que também serão apresentados abaixo, e que da mesma forma foram utilizados recentemente no ensino de história nas escolas paraguaias. A partir da investigação dos materiais brasileiros e paraguaios, é possível entender de forma mais clara a questão da multiperspectividade sobre o conflito, já que os países estiveram em lados opostos na Guerra do Paraguai e possuem perspectivas distintas sobre o conflito.</p>
1.1	<p>Livros Didáticos utilizados:</p> <p>BRASIL:</p> <p>01 – Livro: Historiar; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental; Editora: Saraiva; PNLD 2020;</p>

	<p>02 – Livro: História.doc; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental; Editora: Saraiva; PNLD 2020;</p> <p>03 – Livro: Projeto Teláris; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental; Editora: Ática; PNLD 2020;</p> <p>04 – Livro: História Passado e Presente; Seriação: 2º ano do Ensino Médio; Editora: Ática; PNLD 2018;</p> <p>PARAGUAI:</p> <p>01 – Livro: Historia y Geografía; 3º ciclo; Editora: Santillana; 2010;</p> <p>02 – Livro: Historia y Geografía; 8º grado; Editora: El Mensú; 2017;</p> <p>03 – Historia y Geografía; 8º grado; Editora: Don Bosco; 2005.</p>
2	<p>Critério: Mostrar e explicar o lugar social de fala da editora e da obra.</p> <p>Explicação: Identificar o lugar social de fala da editora e da obra é outro critério que contribui para aclarar as intencionalidades e particularidades da obra. Segundo Michel de Certeau:</p> <p style="padding-left: 40px;">Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 66-67 apud SQUINELO, 2014, p. 268).</p>
3	<p>Critério: Estrutura da obra.</p> <p>Explicação: Fazer uma análise de conteúdo sobre como a obra é organizada pedagogicamente em capítulos, títulos, subtítulos, número de páginas, local da inserção da temática Guerra do Paraguai dentro do livro didático. Busco a partir disso, saber em qual contexto histórico o conflito sul-americano é encaixado dentro dos materiais didáticos, como é classificado, a relevância que é dada ao tema pela quantidade de páginas.</p>
4	<p>Critério: Análise da construção da narrativa.</p>

	<p>Explicação: Buscar elementos específicos que compõem a narrativa histórica escolar em si, sobre a Guerra do Paraguai, dentro dos livros didáticos, como por exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Início e estopim da guerra; 2. Caracterização dos governantes; 3. A abordagem dos setores populares em meio ao conflito; 4. O uso das imagens; 5. Identificar se a narrativa é colocada de forma multiperspectivada e em caso positivo, observar se ela ocorre de forma implícita ou explícita; 6. Fontes utilizadas pelo autor do livro didático e as indicações de leitura que são dadas aos estudantes; 7. Desfecho e impactos da guerra; 8. Preponderância de qual vertente historiográfica sobre a Guerra da Tríplice Aliança;
5	<p>Critério: Intencionalidade do conhecimento histórico a ser alcançado através dos exercícios e tarefas solicitadas.</p> <p>Explicação: Creio que a partir dos critérios anteriores (apresentados no ponto 4), somado à temática dos exercícios solicitados aos estudantes, é possível entender melhor os objetivos do autor e da obra, assim como pode-se compreender a qual perspectiva é dada maior importância e ainda, o que aquela obra quer que o aluno aprenda, algo que fica claro quando analisamos as tarefas e os exercícios que os alunos devem fazer.</p> <p>Pensando no âmbito da educação histórica, este é um ponto fundamental para que possamos observar quais habilidades a obra didática almeja alcançar com os estudantes, que tipo de história está buscando ser ensinada e aprendida, se o ensino de história está buscando uma abordagem que tenha relação com os elementos de segunda ordem, se está buscando um pensamento e raciocínio histórico ou se apenas está apresentando uma visão fechada da história como produto já finalizado, etc.</p>

	<p>Ou seja, a partir da soma das narrativas escolares com os exercícios propostos, creio que é possível avançar consideravelmente no entendimento e estudo acerca de qual ensino de história está sendo proposto, o transformador que busca o desenvolvimento do raciocínio e consciência histórica dos estudantes, que busca propor o conhecimento de elementos estruturantes, que fazem pensar a história como uma ciência passível de transformações e infinitas possibilidades de perspectivas sobre os tempos históricos, ou ainda está sendo proposto nos livros um ensino de história que busca ensinar uma verdade sobre o passado, mostrando “o que aconteceu de fato” e cobrando apenas uma memorização dos estudantes sobre essa “verdade absoluta”.</p>
6	<p>Critério: Por que o livro não acompanha a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p> <p>Explicação: Este é um ponto que não poderia estar ausente de minha investigação, como venho mencionando desde o início desta dissertação, um dos objetivos deste trabalho é justamente identificar a falta de nexos entre a historiografia acadêmica e as narrativas que são apresentadas nos livros didáticos.</p>
7	<p>Critério: Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p> <p>Explicação: Este último critério busca justamente fazer uma síntese das informações coletadas pelas estratégias de análise anteriormente mencionadas a fim de responder a uma das perguntas centrais desta dissertação, entender como a cultura histórica se manifesta e busca propagar-se a partir de elementos presentes na narrativa histórica escolar. Podemos afirmar que algumas estratégias podem ser utilizadas pela obra didática neste processo, de acordo a intencionalidade do material.</p> <p>No caso do Paraguai, por exemplo, é possível que no ensino de história sobre a Guerra contra a Tríplice Aliança sejam utilizadas estratégias narrativas, visuais, entre outras, que expandam o sentimento nacionalista, de defesa do território que foi invadido pelas principais potências imperialistas da região, valorizando um Paraguai heroico do</p>

	<p>passado, com grandes líderes corajosos como o próprio presidente da república morto em Cerro Corá pelas tropas brasileiras. Coloco essa como uma possibilidade ao ensino de história do Paraguai, baseando-me no comportamento da população paraguaia de forma geral, frente ao tema aqui estudado. É claro que somente após o estudo sobre os materiais poderei colocar de forma mais concreta e mais próxima à realidade, o que leva a este uso prático da história no presente, ou seja, a esta forma de comportamento a partir dos livros didáticos.</p>
--	---

TABELA 2 – Critérios de análise para a pesquisa nas fontes didáticas.

Os critérios de análise serão investigados livro a livro e, uma vez que todos os materiais tenham sido pesquisados, será montada uma tabela que possibilite compilar todos os resultados obtidos a fim de sintetizar as informações e estabelecer um panorama geral de como estão sendo estruturadas as narrativas sobre a Guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros e paraguaios. A partir da tabela sintetizada, o objetivo será apresentar os resultados da investigação de forma entrelaçada com a fundamentação teórica já colocada, possibilitando assim, uma aproximação às respostas das perguntas centrais colocadas como norteadoras da pesquisa.

4 NARRATIVAS DA GUERRA DO PARAGUAI NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PARAGUAIOS.

Neste capítulo serão apresentadas as informações levantadas durante a análise de conteúdos sobre os livros didáticos a partir dos critérios estabelecidos (mencionados anteriormente). O objetivo será em um primeiro momento demonstrar o que foi encontrado no livro didático de forma expositiva, ou seja, apresentar as informações necessárias que possam responder as perguntas colocadas nos critérios, em um segundo momento, o objetivo será fazer uma análise aprofundada, relacionando com as perguntas que levaram à pesquisa e em consonância com o referencial e discussão teórica estabelecida até o momento.

A metodologia escolhida para apresentação dos resultados foi no formato de quadros que se encontram no presente capítulo deste trabalho. Creio que neste formato os resultados ficam didaticamente mais visíveis e organizados. Uma vez que todos os materiais tenham sido apresentados, a discussão referente aos resultados obtidos e a análise deles em consonância com o referencial teórico, serão colocados novamente em formato de texto e estarão disponibilizados ainda neste capítulo do trabalho. Pensando na didatização desta pesquisa, as análises dos critérios estabelecidos serão colocadas tópico a tópico nos quadros presentes no capítulo de apresentação dos resultados da pesquisa e ao final deste capítulo será feito um estudo que estabeleça relações entre estes tópicos, que possam dar um panorama geral dos resultados da investigação, já que os critérios de certa forma estão todos interligados, pois todos são estruturas conformativas dos materiais escolares e das narrativas históricas.

Um critério que não foi colocado de forma explícita anteriormente é a comparação dos elementos das narrativas históricas sobre a Guerra da Tríplice Aliança entre os livros didáticos brasileiros e paraguaios. Este é um elemento que não será apresentado ponto a ponto, justamente por se tratar de uma análise comparativa a ser feita de forma conclusiva, ou seja, apresentando resultados em um panorama geral. Significa que é necessário um compilado de materiais dos dois países para que possamos iniciar análises dentro deste critério. Portanto, essa será uma discussão feita ao final do presente capítulo, uma vez que todos os resultados e demais análises tenham já sido realizadas.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.

Uma vez concluída as análises das fontes de pesquisa, os materiais didáticos de história do Brasil e do Paraguai com narrativas sobre a Guerra da Tríplice Aliança, o objetivo a partir deste momento será responder as perguntas orientadoras do estudo, localizadas no tópico 3.2 desta pesquisa, baseado no resultado da análise de conteúdo dos livros didáticos brasileiros e paraguaios apresentados nos quadros abaixo. Neste momento, tentaremos responder as perguntas propostas baseadas nas informações encontradas nas fontes para realizar uma análise comparativa em consonância com o embasamento teórico estabelecido ao longo da dissertação.

LIVROS BRASILEIROS

Livro 01 - Historiar; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental; Editora: Saraiva; PNLD 2020

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
Lugar social de fala da editora e do autor	<p>A editora Saraiva, responsável por esta obra, bem como pelo livro 02 é uma das mais antigas e tradicionais editoras de livros no Brasil. Há anos a Saraiva vem lançando livros didáticos aprovados pelo PNLD, o que significa dizer que vários estudantes que estão na escola atualmente, bem como os jovens que saíram há pouco da escola, tiveram contato com este material durante o ensino escolar.</p> <p>Os autores que compõem esta obra didática da Editora Saraiva são Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, que também já possuem uma larga caminhada no universo dos livros didáticos de história. Ambos são educadores e já lecionaram história em escolas públicas e privadas.</p> <p>Interessante lembrar da característica mencionada sobre os livros didáticos na parte de fundamentação teórica desta dissertação, que fala a respeito dos interesses</p>

	<p>entre o mercado editorial e o Estado no âmbito do conteúdo apresentado para o ensino escolar. Comento isso, pois para minha pesquisa de conclusão de graduação, foi pesquisado o livro Historiar para o 8º ano do Ensino Fundamental, datado do ano de 2012, também de autoria de Cotrim e Rodrigues e da Editora Saraiva. Ou seja, trata-se de um livro da mesma coleção, sendo apenas mais antigo.</p> <p>Os textos, as imagens, os quadros didáticos, que tratam da Guerra do Paraguai, são exatamente os mesmos, sem nenhuma modificação, quer dizer, é possível enxergar praticamente uma cópia entre as versões de 2012 e 2020. Isso pode ser considerado um indicativo de que o livro vem sendo aprovado nos PNLD's e segue sendo uma das referências didáticas para o ensino de história nas escolas, pois segue mantendo o conteúdo e, portanto, não rompe com a relação/cadeia de interesses entre Estado e Mercado Editorial. O conhecimento selecionado é exatamente igual. Vejo isso com certa preocupação, pois se pensarmos que não foi alterado nada ao longo de oito anos, é possível que futuramente o material siga propagando o mesmo tipo de conhecimento e informação, sem rever suas limitações e sem sofrer atualizações, contribuindo para a perpetuação do distanciamento entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar.</p>
Estrutura da obra	A obra é dividida em quatro grandes unidades que possuem títulos propondo um grande conjunto/contexto de acontecimentos históricos que marcaram o período a ser discutido. Em seguida as unidades são divididas em capítulos que trazem nomenclaturas mais específicas sobre os acontecimentos pontuais daquele contexto anunciado no título da unidade. Por fim, dentro dos

	<p>capítulos desenvolvem-se as narrativas, sendo que elas são divididas novamente em subtítulos que enfatizam aspectos ainda mais particulares sobre o que está sendo estudado.</p> <p>Tratando do tema desta dissertação (Guerra do Paraguai), o conflito pode ser localizado na:</p> <p>UNIDADE 03 – Brasil Império; CAPÍTULO 12 – Da Monarquia à República; SUBTÍTULO – Do apogeu à guerra; NÚMERO DE PÁGINAS QUE ABORDAM A TEMÁTICA – 03 páginas.</p>
<p>Construção da narrativa</p>	<p>1. Início e estopim da guerra.</p> <p>Disputa pelo controle de navegação dos principais rios da Bacia Hidrográfica do Prata. O início do conflito foi motivado pelo governo paraguaio que buscou uma saída ao mar para alterar a sua condição de país mediterrâneo.</p> <p style="text-align: right;">“A guerra foi motivada principalmente por questões de fronteiras e disputas pelo controle de navegação dos rios da região platina. O Paraguai era um país sem acesso ao mar. Em certo momento, o governo paraguaio, chefiado por Solano López (1827 – 1870), pretendeu conquistar uma saída para o mar e, assim, melhorar as vias de acesso ao comércio exterior.” (COTRIM, RODRIGUES, 2020, p. 182)</p> <p>Já no que se refere ao estopim do conflito, os autores optam por trazer a perspectiva dos militares brasileiros, que colocam o apresamento do navio mercante brasileiro “Marquês de Olinda” como uma declaração de guerra ao Brasil. O navio encontrava-se no rio Paraguai rumo à província do Mato Grosso e nele estava o governador da referida província, o qual terminou sendo sequestrado pelos paraguaios.</p> <p style="text-align: right;">“De acordo com os militares brasileiros, o estopim da guerra ocorreu em novembro de</p>

1864, quando autoridades paraguaias capturaram o navio brasileiro Marquês de Olinda, que atravessava o Rio Paraguai rumo à província do Mato Grosso.” (COTRIM, RODRIGUES, 2020, p. 182)

Caracterização dos governantes;

Não há uma caracterização dos governantes na obra. O único citado em alguns momentos é Solano López, mas para demonstrar como sua imagem foi construída e desconstruída ao longo do tempo a partir das novas vertentes historiográficas sobre a Guerra do Paraguai.

A abordagem dos setores populares em meio ao conflito;

O único setor popular abordado durante o debate sobre a Guerra do Paraguai foi o das mulheres. A obra traz a importância que elas tiveram para a questão logística do exército brasileiro, sobretudo no trato dos feridos, alimentação, costura de uniformes/roupas e preparação de armas como os canhões da artilharia.

O uso das imagens;

Ao todo são trazidas quatro imagens sobre o conflito. A primeira delas é uma foto de Jovita Alves Feitosa, uma das mulheres que pelo decreto nº 3.371 de 1865 se alistaram na Companhia Voluntários da Pátria para auxiliar o exército aliado na campanha do Paraguai. A segunda imagem é um mapa que representa o movimento de tropas aliadas e paraguaias ao longo do conflito, bem como os territórios que o Paraguai perdeu após o conflito para a Argentina e para o Brasil. A terceira imagem é outra foto que representa os oficiais do exército argentino tomando mate e tocando violão, sentados no que aparenta ser um acampamento militar do exército aliado. Por fim, a quarta imagem trata-se de outra foto que

mostra um oficial da cavalaria do exército brasileiro ao lado de um soldado paraguaio feito prisioneiro.

De modo geral, as imagens são colocadas de forma meramente ilustrativa. No caso das duas últimas fotos, elas sequer apresentam algum tipo de relação direta com o texto apresentado. Significa dizer que as imagens ainda não são colocadas ou entendidas como fontes primárias de conhecimento histórico no livro didático, ao menos na parte em que foi analisada para a pesquisa. Elas seguem estando dispostas como elementos de embelezamento, curiosidade, apêndices do texto escrito.

Identificar se a narrativa é colocada de forma multiperspectivada e em caso positivo, observar se ela ocorre de forma implícita ou explícita;

A narrativa ao longo da primeira e segunda páginas, busca desenvolver-se da forma mais objetiva possível, colocando linhas do tempo, causas e consequências do conflito. Até este ponto, o livro não traz uma abordagem multiperspectivada. É fato que os autores ressaltam e evidenciam em alguns momentos a perspectiva escolhida, como no caso em que se referem ao estopim do conflito, contudo isso não fica explícito quando são colocadas as causas da guerra. Ao afirmarem que o motivo principal que levou ao conflito foi a disputa pelos rios da região do Prata e quem motivou sobretudo o conflito foram os paraguaios, já há um lugar social, ou seja, uma perspectiva escolhida e propagada. É neste momento que evidenciamos uma cultura histórica prevaiente sendo apresentada e que busca ser perpetuada a partir do ensino de história para as novas gerações.

Já na terceira página, existe um bloco intitulado “Outras Histórias” que traz um subtítulo com a nomenclatura “Versões sobre a Guerra do Paraguai”. É apresentado um quadro afirmando que existem diferentes interpretações e vertentes entre os historiadores sobre a guerra. São destacadas as vertentes: tradicional, revisionista e neorrevisionista. Acima do quadro, os autores colocam uma frase do historiador brasileiro Boris Fausto (1994) afirmando que as diferentes interpretações sobre o conflito “é um claro exemplo de como a história, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins” (FAUSTO, 1994, p. 203 apud COTRIM e RODRIGUES, 2020, p. 184).

Neste momento vemos, portanto, a apresentação do elemento multiperspectividade, colocado de forma explícita aos estudantes.

Fontes utilizadas pelo autor do livro didático e as indicações de leitura que são dadas aos estudantes;

Imagem 01: Litografia de Jovita Alves Feitosa – Jornal Liga e Progresso, 1865;

Imagem 02: Mapa das batalhas da Guerra do Paraguai – Atlas Histórico Escolar de Manoel M. de ALBUQUERQUE et al., 8ª edição, Rio de Janeiro, FAE, 1986, p. 40-41;

Imagem 03: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

Imagem 04: Não identificado.

Referências Bibliográficas utilizadas que tratam especificamente sobre a Guerra do Paraguai:

01 - BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995;

02 – DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002;

Desfecho e impactos da guerra;

Os autores trazem na parte do desfecho e impactos da guerra, pontos que estão bastante relacionados ao título do capítulo “Da Monarquia à República”. No início é mencionado que não se sabe ao certo quantas vidas foram perdidas ao final do conflito, sendo que possivelmente tenham morrido entre 100 mil combatentes entre brasileiros e paraguaios.

Em seguida de forma mais detalhada, o material traz as principais consequências para o Brasil, que contribuíram para o enfraquecimento futuro do Império brasileiro e conseqüentemente com o advento da Proclamação da República no ano de 1889. Os três pontos destacados como impactos para o Brasil são:

1 – Territórios (anexação de parte do território paraguaio ao Brasil na região do Mato Grosso, garantindo o tráfego fluvial);

2 – Aumento da dívida externa (grandes empréstimos feitos pelo governo brasileiro junto aos bancos ingleses, que aumentou consideravelmente a dívida externa brasileira);

3 – Fortalecimento do exército (aproximação do exército com ideais abolicionistas e republicanos).

Preponderância de qual vertente historiográfica sobre a Guerra da Tríplice Aliança;

Vertente tradicionalista - neorrevisionista.

<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>O livro traz como atividade ao terminar a discussão sobre a Guerra do Paraguai, justamente uma tarefa que busca mostrar aos estudantes que a história é uma disciplina em permanente processo de construção e mudança e que jamais deve ser entendida como uma ciência com conhecimento finalizado. Ou seja, o objetivo principal foi trabalhar a questão da multiperspectividade e de certa forma uma autorreflexão sobre a história em si. A atividade propõe o seguinte:</p> <p style="text-align: center;">“Explique com suas palavras a seguinte frase: As diferentes versões sobre a Guerra do Paraguai ajudam a entender que a História é um conhecimento em permanente construção.” (COTRIM e RODRIGUES, 2020, p. 184).</p> <p>O aluno pode estar desenvolvendo um elemento estruturante de segunda ordem (LEE, 2016) a partir disso, já que entender a história como uma ciência em construção constante, resulta pensá-la como um produto que foi elaborado a partir de intencionalidades/objetivos, ou seja, usos do passado na vida prática, que entendemos como definição da cultura histórica.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>Não, isso fica evidente quando o livro ao tratar da multiperspectividade, finaliza a discussão apresentando a vertente neorrevisionista, sem colocar nenhum comentário de que já existem críticas e limitações a ela no mundo acadêmico. Ao realizar a leitura do livro didático, é perfeitamente possível interpretar que a última vertente, sobretudo promovida por Doratioto (2002) é a palavra final até o momento sobre o conflito.</p>
<p>Como a cultura histórica se</p>	<p>É possível ver a Guerra do Paraguai como um episódio auxiliar da história brasileira. O tema não é tratado com</p>

<p>apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>centralidade, mas colocado como um apêndice/acessório do grande contexto de crise do sistema monárquico que resultou no fim do Império e no surgimento do período republicano. Os paraguaios são quase que completamente ignorados, a catástrofe demográfica é minimizada e de certa forma é propagada a ideia de que o principal motivador do conflito teria sido o governo paraguaio, representado na figura de Solano López que quis criar uma saída ao mar para o Paraguai. Os ataques imperiais ao território do Uruguai não são mencionados, o que contribui para a perspectiva do Brasil como vítima do conflito ao ter seu navio mercante “Marquês de Olinda” sequestrado pelos paraguaios e logo ter sido atacado nas províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.</p>
---	---

Livro 02 - Livro: História.doc; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental;
 Editora: Saraiva; PNLD 2020;

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
<p>Lugar social de fala da editora e do autor</p>	<p>O livro intitulado “História.doc” também é do grande mercado editorial da empresa Saraiva, a mesma produtora do primeiro livro trazido acima e como é possível ver, a editora é uma das que mais detém força e popularidade no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).</p> <p>No entanto, os autores que compõem esta obra são outros. Os nomes dos autores que aparecem na capa do livro são: Ronaldo Vainfas; Jorge Ferreira; Sheila de Castro Faria; Daniela Buono Calainho. Os dois primeiros são doutores em</p>

	História pela Universidade de São Paulo (USP), enquanto as duas últimas são doutoras em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Estrutura da obra	<p>Da mesma forma que acontece na obra Historiar, esta também é dividida em quatro grandes unidades. No entanto, os títulos de tais unidades nos indicam outra perspectiva. Enquanto, o primeiro estava mais preocupado em fazer grandes divisões contextuais no âmbito político-organizativo, este claramente tem um olhar mais voltado aos modelos econômicos e aos modos de produção. Isso ocorre também com as nomenclaturas dos capítulos que se encontram dentro das unidades do material. Por exemplo, é possível encontrar o comparativo/choque no âmbito da história dos Estados Unidos e na história do Brasil, o modo de produção escravista com o modo de produção liberal, de forma que podem ser estabelecidos inclusive contrastes entre estes.</p> <p>Neste contexto dentro da referência bibliografia, está inserido o tema da Guerra do Paraguai, que podemos localizar:</p> <p>UNIDADE 03 – Escravidão e Liberdade;</p> <p>CAPÍTULO 10 – Crise da Escravidão e da Monarquia no Brasil</p> <p>SUBTÍTULOS – A monarquia e o Paraguai; A região do Rio da Prata; A Guerra do Paraguai (Decreto Voluntários da Pátria e as enormes perdas geradas pelo conflito).</p> <p>NÚMERO DE PÁGINAS QUE ABORDAM A TEMÁTICA – 03 páginas.</p>
Construção da narrativa	<p>1. Início e estopim da guerra.</p> <p>Como é trazido na própria estrutura da obra, podemos ver que os subtítulos nos indicam a construção de uma narrativa que coloca a questão diplomática da disputa na região da</p>

Bacia do Prata como o principal fator motivador pelo estopim do conflito.

Para os autores a questão política no Uruguai é um tema fundamental para que possamos entender o início do conflito. Solano López preocupado com a queda do governo blanco uruguaio, aliado ao Paraguai e que, de certa forma garantia a entrada e saída de produtos do Paraguai com o mercado internacional, haveria mandado um ultimato ao Imperador Pedro II, que respondeu com a invasão militar sobre o Uruguai.

Francisco Solano López tornou-se presidente do Paraguai em 1862. Para garantir a participação de seu país na navegação do rio da Prata, meteu-se na disputa política interna do Uruguai. Dois partidos uruguaio, o Blanco e o Colorado, disputavam o governo.

Solano López acreditava que, ao se aliar ao Uruguai, a livre navegação no rio da Prata estaria assegurada. Apoiou, então, o Partido Blanco, que estava no poder, e enviou um aviso ao Brasil para que não se metesse nos problemas internos do Uruguai.

A resposta brasileira foi invadir o Uruguai e apoiar o Partido Colorado, que acabou tomando o poder. Solano López rompeu relações diplomáticas com o Império e, em dezembro de 1864, declarou guerra ao Brasil. A Argentina e o Uruguai, este liderado pelo Partido Colorado, se uniram ao Brasil contra o Paraguai na chamada Tríplice Aliança, em 1865. (VAINFAS et al., 2018, p. 176).

Caracterização dos governantes;

Nenhum dos líderes mencionados durante a narrativa presente neste livro didático são caracterizados de alguma forma, os mesmos quando citados, não são colocados ao lado de adjetivos qualitativos ou pejorativos.

A abordagem dos setores populares em meio ao conflito;

Os escravos são brevemente mencionados na campanha de alistamento para a Companhia Voluntários da Pátria, criada a partir do decreto imperial de 1865. Os autores tocam no tema de setores populares de forma direta, quando trazem a informação sobre as bandas de música que foram recrutadas e criadas nas tropas durante a Guerra. É colocado que os setores mais populares não tinham nenhum tipo de formação militar e por isso foram designados para este espaço musical. Uma vez findada a guerra, o costume ficou enraizado no meio militar, sendo que até hoje é comum encontrarmos soldados que se dedicam a este tipo de ofício dentro das corporações.

O uso das imagens;

Este material da mesma forma que o “Historiar”, também da Editora Saraiva, não traz as imagens como fontes elementares para uma análise histórica. As imagens novamente são colocadas de forma meramente representativa, explicitando o que as narrativas textuais abordam.

Imagem 01: No caso da primeira imagem, é um tradicional mapa da América do Sul que destaca na cor amarela, a extensão geográfica da Bacia do Prata, demonstrando aos estudantes o cenário que foi palco de disputa entre os países envolvidos na Guerra do Paraguai.

FONTE: elaborado com base em Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. P. 40 e 41.

Imagem 02: A segunda imagem é uma foto tirada entre os anos de 1867-1868, retratando o 26º Batalhão de Voluntários da Pátria em campanha no Paraguai. Na descrição sobre a

foto é possível encontrar a informação de que os soldados que compunham este batalhão, eram provenientes do Ceará, uma província muito distante do Paraguai. O ponto de encontro do texto com a imagem pode ser identificado na questão das promessas que foram feitas aos voluntários e que não foram cumpridas. Muitos dos soldados que se alistaram nos primeiros batalhões de fato eram voluntários, pois havia promessas de doação de terras, empregos públicos, pensões, soldos, alforria para os escravos, etc. Uma vez que o Império não cumpriu com suas promessas, a guerra se estendeu e a mortandade no conflito foi imensa, o número de alistamentos reduziu drasticamente. Após tal redução, os alistamentos não foram mais tão voluntários como o nome sugeria, sendo que, como sugere Toral (1995), muitos foram violentamente apresados e levados à força para lutarem no Paraguai.

FONTE: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ.

Imagem 03: A terceira imagem está inserida no tópico que busca explicar o desfecho e as consequências da Guerra. No entanto, neste caso, não há um ponto de encontro entre o texto e a imagem. Enquanto o texto escrito traz dados referentes ao número e porcentagem de mortos tanto do Paraguai, como dos aliados, a imagem representa uma foto da ocupação das tropas aliadas na capital paraguaia Asunción. Na foto é possível ver soldados paraguaios feitos prisioneiros em frente a uma construção de dois andares, a qual no segundo andar possui uma sacada com soldados brasileiros que aparentemente vigiam os prisioneiros. Como colocado no início deste critério de análise, a foto é trazida de forma meramente representativa, não há nenhum texto

que discorra sobre a imagem ou alguma proposta de análise da imagem aos estudantes.

FONTE: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ.

Identificar se a narrativa é colocada de forma multiperspectivada e em caso positivo, observar se ela ocorre de forma implícita ou explícita;

Não existe o elemento da multiperspectividade durante a narrativa explicativa sobre o conflito em si. A narrativa apresentada pelo livro didático busca apresentar os acontecimentos de forma objetiva, deixando os elementos de subjetividade ocultos. 4343

Fontes utilizadas pelo autor do livro didático e as indicações de leitura que são dadas aos estudantes;

Imagem 01: Litografia de Jovita Alves Feitosa – Jornal Liga e Progresso, 1865;

Imagem 02: Mapa das batalhas da Guerra do Paraguai – Atlas Histórico Escolar de Manoel M. de ALBUQUERQUE et al., 8ª edição, Rio de Janeiro, FAE, 1986, p. 40-41;

Imagem 03: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

Imagem 04: Não identificado.

Referências Bibliográficas utilizadas que tratam especificamente sobre a Guerra do Paraguai:

01 - BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995;

02 – DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002;

Desfecho e impactos da guerra;

O livro didático enfatiza no subtítulo “As enormes perdas geradas pelo conflito”, o custo humano da guerra que envolveu quatro países da América do Sul. O Paraguai é colocado como o país mais afetado pelo conflito, tendo 75% de sua população masculina dizimada além de ter perdido grande parte de seu território.

Referente aos países da Tríplice Aliança, o livro didático menciona que Argentina e Brasil tiveram perdas e prejuízos também consideráveis, ambos se endividaram para comprar equipamentos bélicos e tiveram, respectivamente 30 mil e 50 mil baixas durante o conflito. Por outro lado, o Uruguai foi um país muito pouco afetado pelo conflito, pois teve 5 mil baixas, número consideravelmente inferior aos demais países, além de quase não ter investido em equipamentos bélicos, ou seja, o Uruguai quase não foi afetado no âmbito econômico. O livro não faz neste momento nenhuma referência às consequências posteriores que o conflito gerou para o Império e para os demais países da região ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

Preponderância de qual vertente historiográfica sobre a Guerra da Tríplice Aliança;

Se nota preponderantemente a vertente neorrevisionista.

<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>Juntamente ao mapa que apresenta a extensão da Bacia do Rio do Prata, é possível identificar três perguntas, sendo elas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Para enviar mercadorias para o exterior, os navios paraguaios precisariam percorrer quais rios? 2. Quais países poderiam impedir a navegação dos navios paraguaios para o Oceano Atlântico? 3. Por que era importante para o Brasil controlar ou se aliar aos países banhados pelo Prata? (VAINFAS et al., 2018, p. 175). <p>As perguntas são propostas de forma dissertativa e buscam desenvolver a capacidade do estudante em articular a importância geopolítica da região com o estopim da guerra. As situações do Brasil e do Paraguai são especialmente cobradas como países que possuíam as maiores demandas de uso dos rios. O primeiro para ter acesso à isolada província do Mato Grosso e o segundo para conseguir comercializar com o mundo exterior, já que é um país mediterrâneo (sem saída ao mar). Já Argentina e Uruguai são colocados como os países estratégicos que poderiam fechar o acesso da bacia hidrográfica com o Oceano Atlântico.</p> <p>É possível notar que neste caso, a explicação da versão revisionista de que a Guerra teria sido gerada pelo imperialismo britânico ou pelo supercrescimento econômico do Paraguai, é completamente superada, sendo a explicação diplomática/geopolítica a única explicação possível para entender o início do conflito.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico</p>	<p>Não está, nota-se que não existe uma preocupação em apresentar diferentes visões sobre o conflito, mas sim a tentativa de “contar exatamente o que aconteceu no passado”, através de uma narrativa histórica factual. Essa narrativa traz diversos elementos que podem ser</p>

<p>produzido na academia?</p>	<p>encontrados no livro “Maldita Guerra” de Doratioto (2002) e que não são colocados como temas geradores de debate, o que claramente não significa que os professores não possam fazê-lo.</p>
<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Ainda que de forma mais indireta, existem traços da cultura histórica brasileira sobre a Guerra do Paraguai na narrativa didática apresentada. Ao explicar o que teria sido o estopim da guerra, a narrativa menciona que Solano López, presidente paraguaio desde 1862, “meteu-se na disputa política interna do Uruguai” (Vainfas et al., 2018, p.176). Logo após essa intromissão, López havia mandado uma carta ao imperador Pedro II dizendo para que o Brasil não interferisse no Uruguai, sendo que a resposta foi a invasão brasileira ao Uruguai, a fim de colocar no poder o partido opositor à López naquele país. Como retaliação a essa ação brasileira, o Paraguai rompeu relações diplomáticas e declarou guerra ao Brasil em 1864.</p> <p>O que se entende do esquema cronológico apresentado é que Solano López ainda atua como um dos principais protagonistas causadores da guerra, já que ele teria primeiramente “se metido” nos assuntos políticos uruguaios. Não se comenta ou resgata as inúmeras investidas (militares e civis) feitas pelo Império no território uruguaio anos antes de Solano López ser presidente do Paraguai. Os interesses de poderosos fazendeiros e comerciantes de charque do Rio Grande do Sul – também proprietários de terras localizadas no norte do Uruguai, por exemplo, estavam em consonância com os interesses comerciais e políticos do Império. A invasão ao Uruguai em 1864, bem como situações similares ocorridas nos anos anteriores, para beneficiar o Partido Colorado, tinha como motivo justamente favorecer relações comerciais destes latifundiários pecuaristas do Rio Grande do Sul.</p>

	<p>Ou seja, essa instabilidade da região da Bacia do Prata, já era visível antes mesmo da abertura paraguaia ao cenário regional. No entanto, ainda é colocada a interferência paraguaia como o começo do que viria a desembocar na Guerra da Tríplice Aliança.</p>
--	---

Livro 03 – Livro: Projeto Teláris; Seriação: 8º ano do Ensino Fundamental; Editora: Ática; PNLD 2020;

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
<p>Lugar social de fala da editora e do autor</p>	<p>A obra trazida pelo Projeto Teláris, como a grande maioria das demais obras estudadas nesta pesquisa, conta com dois autores: Os professores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino. A formação do primeiro não é especificamente na área de história, mas em ciências sociais, sendo que ele atua como professor na disciplina de história em cursos pré-vestibular. Já o segundo autor sim possui formação acadêmica específica na área de história. Segundo o livro didático, o autor é bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).</p> <p>Em pesquisa realizada em alguns sites de bibliotecas virtuais é possível encontrar que as obras mais recentes de história da coleção didática do Projeto Teláris, contam com a participação dos dois autores que também trabalharam em outras coleções de livros como por exemplo, o “Projeto Mosaico” da Editora Scipione. Contudo, é possível encontrar em uma gama maior de livros didáticos o nome de Cláudio Vicentino que também participou de outras obras e projetos como o “Projeto Radix”, “História para o Ensino Médio”. Desta forma, nota-se que os autores, sobretudo o primeiro, já possuem uma</p>

	<p>certa caminhada como autores de obras didáticas no mercado editorial brasileiro.</p> <p>O mesmo ocorre com a editora responsável pelas obras do Projeto Teláris, a Editora Ática. Atualmente, está possui um grande espaço no mercado editorial de livros didáticos no Brasil e é uma das que mais disponibiliza materiais. A editora oferece uma série de livros didáticos na disciplina de história que vão desde os anos iniciais até os anos finais do Ensino Médio. As obras estão distribuídas em várias coleções e projetos, como é o caso da obra aqui estudada que faz parte do Projeto Teláris.</p>
Estrutura da obra	<p>A obra do Projeto Teláris está dividida em quatro grandes unidades temáticas. A primeira delas com o título “Mundo contemporâneo: A era das revoluções” enfatiza o episódio da Revolução Francesa e os episódios de emancipação política da América Ibérica após a invasão napoleônica à Espanha e Portugal. A segunda unidade, intitulada como: “Europa e América após o Antigo Regime” é uma continuação histórica e cronológica da primeira unidade, trabalhando com os mesmos lugares antes estudados, mas agora com a situação após a queda de Napoleão Bonaparte em 1815. Ou seja, trata de questões como a reorganização europeia a partir do Congresso de Viena e os processos de independências da América Espanhola e da América Portuguesa. Podemos notar nestas duas unidades temáticas iniciais da obra do Projeto Teláris, que há uma tentativa dos autores em estabelecer um estudo interligado entre o contexto histórico europeu com o contexto histórico americano, o que acontecia em ambos os continentes na mesma época.</p> <p>A unidade temática 03, faz um salto histórico para a Era dos Imperialismos da segunda metade do século XIX, no título “Centros de Poder e dominação colonial da África e</p>

da Ásia” podemos identificar o conteúdo a ser trabalhado, que abarca a partilha da África e as dominações coloniais na Índia, China e Japão. Da mesma forma que nas unidades temáticas anteriores, os autores tentam trabalhar o conteúdo central, neste caso “Imperialismo”, de maneira interligada, ressaltando que houve o imperialismo europeu na África e na Ásia marcando o chamado neocolonialismo, mas também houve imperialismo na América, liderado pelos EUA sobre o território da América Latina.

Contudo, a quarta e última unidade temática do livro é a que mais interessa para este estudo, pois trata justamente do período e contexto histórico que abarca a Guerra da Tríplice Aliança. Intitulado como: “O Brasil Monárquico: Primeiro e Segundo Reinado”, notamos que é a única unidade temática que enfoca exclusivamente em uma histórica local, ou seja, não existe uma análise mais ampla e interligada dos acontecimentos entre Europa e América, como acontece nos capítulos anteriores. Dividido em 05 capítulos, esta parte da obra busca explicar os três períodos monárquicos da história brasileira entre (1822 – 1889), englobando o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado. Enquanto o reinado de Pedro I e o Período Regencial englobam apenas um capítulo cada, dedicam-se três capítulos para o reinado de Pedro II, sendo o primeiro deles para explicar sobre a economia e a sociedade do Segundo Reinado, o segundo capítulo destinado à política imperial e o último explicando os motivos que levaram ao fim do império brasileiro.

O capítulo referente à política imperial é o que nos interessa por ser aquele que aborda, ainda que de forma breve, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Neste capítulo, os assuntos políticos trabalhados são: A disputa entre liberais e conservadores no Brasil; A

	Revolução Praieira de 1848; as guerras contra Oribe e Rosas na Argentina e contra Aguirre no Uruguai, chegando por fim no subtítulo: “A Guerra do Paraguai”.
Construção da narrativa	<p>No subtítulo anterior ao que aborda especificamente o conflito contra o Paraguai, os autores da obra didática já começam a dar algumas pinceladas de que as intensas e várias disputas que ocorrem na região do Prata logo após a Independência do Uruguai em 1828 são a base para que possamos entender o início do conflito contra o Paraguai no ano de 1864. O tópico é intitulado como “Brasil contra Oribe e Rosas”, trazendo a discussão sobre a disputa política uruguaia entre blancos e colorados. Este conflito político do Uruguai era algo que impactava diretamente os interesses argentinos e brasileiros, assim como posteriormente impactou o Paraguai. Isso se deve à importante posição geopolítica que possui o Uruguai, localizado no Estuário do Prata que, neste momento, é a porta de entrada para o então isolado interior do continente sul-americano.</p> <p>O subtítulo mencionado anteriormente, faz menção ao posicionamento direto de Pedro II no contexto político uruguaio, até então governado pelo presidente Oribe do Partido Blanco e aliado com o presidente unitarista argentino Juan Manuel de Rosas. Pedro II, com o apoio do caudilho argentino federalista Justo José de Urquiza e o político colorado José Fructuoso Rivera iniciam um ataque contra Oribe e Rosas em Montevideo, resultando na queda de Rosas e Oribe em 1852. O livro didático nesta parte dá grande enfoque a partir de um desenho à Batalha de Monte Caseros que marcou a derrocada dos opositores de Pedro II tanto na Argentina como no Uruguai, assim como ressalta-se também o fato de que o exército imperial já estava sendo liderado neste momento pelo Coronel Luís</p>

Alves de Lima e Silva, nesta época o Barão de Caxias, que durante a campanha do Paraguai viria a ser o Duque de Caxias, o mesmo militar que lideraria as tropas aliadas à Asunción na Guerra da Tríplice Aliança.

O subtítulo que antecede ao conflito contra o Paraguai é muito semelhante ao que inicia as discussões na Bacia do Prata, os autores agora colocam “Brasil contra Aguirre”. Tratando de forma muito mais breve e com menos detalhes, nota-se que o objetivo dos autores em criar este subtópico é justamente relacionar os conflitos platinos com o Paraguai que agora é mencionado como aliado ao Partido Blanco que está novamente no poder com Atanásio Cruz Aguirre. Na primeira citação à Francisco Solano López, o marechal paraguaio é colocado como: “criador de uma respeitável marinha fluvial e de um poderoso exército em seu país” (VICENTINO, VICENTINO, 2018, p. 225).

Aqui não há especificações da campanha militar imperial no Uruguai para colocar o colorado Venâncio Flores no poder, há apenas a informação de que as tropas brasileiras invadiram sob o pretexto de que o blanco Aguirre se recusou a indenizar os fazendeiros gaúchos que sofreram ataques em suas estâncias na guerra contra Oribe e Rosas e essa invasão terminou no rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai.

Finalmente chegando ao subtítulo “A Guerra do Paraguai”, diferentemente das obras anteriores estudadas e descritas anteriormente, a obra do Projeto Teláris inicia as discussões sobre a Guerra da Tríplice Aliança com o debate historiográfico atual sobre o confronto, demonstrando que não se trata de um episódio da história superado, mas com novas possibilidades, inacabado. Nas palavras dos autores:

O confronto foi explicado pela história de diferentes maneiras e até hoje rende

discussões sobre o tema. Entre o final do século XX e início do século XXI, muitos anos após o fim da guerra, os historiadores passaram a questionar a visão que se tinha – principalmente no Brasil – sobre o confronto. Os pesquisadores acharam novas fontes, que levaram a interpretações diferentes das quais existiam até então. (VICENTINO, VICENTINO, 2018, p. 225)

No primeiro subtítulo “Diferentes Visões” ressalta-se duas narrativas hegemônicas da historiografia brasileira a respeito da situação do Paraguai antes do início da guerra no ano de 1864. A primeira narrativa, mesmo que não mencionado o seu nome, tem a ver com a perspectiva revisionista muito desenvolvida no Brasil por Chivenatto. Menciona-se o Paraguai como um país modelo para a região, com grande desenvolvimento econômico e, sobretudo, social. No entanto, para o aumento do desenvolvimento paraguaio, era necessário que Solano López participasse das questões geopolíticas que envolviam a região da Bacia do Prata. Os interesses do governante paraguaio teriam esbarrado nos interesses imperiais de Pedro II e da Inglaterra. Os autores da obra didática ainda neste primeiro momento, ressaltam quais seriam estes interesses de López, entre eles estão: “Manter o desenvolvimento do Paraguai, ampliar o poder militar e seus exércitos e obter maior influência nas regiões vizinhas” (VICENTINO, VICENTINO, 2018, p. 226). Ou seja, nota-se a partir da interpretação dos autores brasileiros, uma postura paraguaia que se aproxima de um imperialismo na Bacia do Prata.

Já a segunda narrativa que aparece sobre o Paraguai pré-1864, é uma visão que os próprios autores da obra didática afirmam ser uma citação direta do teórico brasileiro

Francisco Doratioto, o qual afirma que na verdade o Paraguai era muito diferente daquele modelo de desenvolvimento trazido pela historiografia brasileira do final dos anos 1970 – 1980. Segundo essa segunda versão, o Paraguai era na verdade um país quase sem indústrias com um mercado consumidor interno praticamente nulo e sob um governo autoritário da família López, detentora de 90% das terras e 80% do comércio nacional, que confundia os seus interesses privados com os interesses públicos nacionais. Outra crítica trazida por essa segunda narrativa, faz referência à Inglaterra, que na verdade não estava incomodada com o avanço paraguaio, aliás, estava presente no comércio paraguaio e ofereceu ajuda para que o conflito fosse evitado.

Uma vez colocadas essas diferenças nas perspectivas históricas, chega-se a um consenso ao final: O domínio do Prata era de interesse tanto para os países membros da Tríplice Aliança como para os paraguaios, assim como a guerra ganhou formato, sobretudo, devido à instabilidade e formação dos jovens Estados Nacionais que faziam parte da região, especialmente no caso do Uruguai e da Argentina, que passavam por fortes crises e disputas políticas internas.

Se por um lado as discussões sobre as diferentes perspectivas do conflito na historiografia brasileira ganharam mais destaque e importância em comparação às obras didáticas analisadas anteriormente, por outro a campanha militar em si é trabalhada de forma resumida/compacta. Em poucas linhas os autores colocam uma série dos principais acontecimentos que são aqueles que marcaram a transição de uma fase à outra da Guerra, como por exemplo, o estopim do conflito que envolve a invasão militar brasileira ao Uruguai para depor Aguirre, a

retaliação paraguaia com o aprisionamento do navio Marquês de Olinda e a declaração formal de guerra de Pedro II contra López.

A segunda série de acontecimentos colocada, menciona o ataque paraguaio à província brasileira do Mato Grosso e ao norte da Argentina, episódios que geraram a formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai. O avanço começou a ser detido após a formação da Companhia Voluntários da Pátria, criada mediante decreto expedido por Pedro II em janeiro de 1865 e que inicialmente conseguiu atrair várias pessoas a se alistarem no Exército Imperial nos primeiros anos da guerra, situação que se alterou com o prolongamento do conflito. Não é mencionado em nenhum momento os ataques paraguaios ao Rio Grande do Sul, a campanha no Mato Grosso ou as primeiras batalhas para entrar em solo paraguaio, como a batalha naval do Riachuelo e as batalhas campais de Tuyutí e Curupaity. Também não é mencionada a fase de estagnação da guerra, ocorrida entre 1866 e 1868 marcada pelo entrincheiramento de aliados e paraguaios próximos à fortaleza de Humaitá no sudoeste paraguaio. Os autores do livro didático saltam para os acontecimentos de dezembro de 1868, conhecidos no Brasil como “Dezembrada”, que se referem a uma sequência de vitórias militares do exército aliado, liderado pelo Duque de Caxias, que levariam à tomada da cidade de Asunción em janeiro de 1869, episódio que marcou a retirada de Caxias da guerra, a chegada do Conde d’Eu, genro de Pedro II e a entrada no último estágio do conflito que ficou conhecido por ser a perseguição à Solano López no interior do Paraguai.

Nesse sentido, os autores delimitam bem essa fase da guerra, pois colocam como subtítulo “A última fase da

Guerra”. Nela ressaltam justamente essa caça à López que foi resultando na completa destruição do Paraguai e na grande mortandade de sua população. Em uma reflexão sobre o pós-guerra, os autores trazem que o Paraguai, sem dúvidas, foi a nação mais atingida pelo conflito, já que além de sair com sua população quase exterminada e suas terras completamente arrasadas, foi a nação responsabilizada pelo conflito e teve de arcar com indenizações às tropas aliadas. O Brasil e principalmente a monarquia brasileira, teria sido um dos vencedores na teoria, mas na prática mais perdeu do que ganhou, pois saiu com um saldo de aproximadamente 50 mil pessoas mortas, uma enorme dívida causada pelo conflito, além de que muitos militares voltaram consagrados ao Brasil e anos mais tarde ingressariam nas linhas teóricas positivistas, progressistas, republicanas e abolicionistas, que causaram a ruína do Império brasileiro.

Quem de fato ganhou com o conflito foi a Inglaterra que enriqueceu com a venda de armamentos e outras mercadorias, assim como a Argentina, que apesar de sair com um saldo de aproximadamente 18 mil mortos, foi a principal fornecedora de carne, couro, cereais, roupas, cavalos, entre outros produtos para as tropas aliadas, ou seja, as regiões argentinas que estavam próximas do front de guerra, como a província de Corrientes, saiu da guerra enriquecida.

Algo interessante a se destacar neste livro didático é que na última parte que trata sobre a Guerra da Tríplice Aliança, novamente é colocada uma citação do livro *Maldita Guerra* do teórico Francisco Doratioto (2002), contudo, ao mesmo tempo é colocada uma charge satirizando a participação inglesa no conflito. Na legenda da charge os autores colocam que: “Nesta charge, a rainha inglesa presta apoio

	<p>à Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai. Observe o aspecto irônico da rainha – sentada na cadeira de balanço e fumando um charuto -, que se beneficiava com a continuidade dos conflitos” (VINCENTINO, VICENTINO, 2018, p. 228). A charge encontra-se um pouco deslocada do texto que defende uma perspectiva mais próxima neorrevisionista. A sátira da rainha inglesa foi muito associada com a vertente revisionista brasileira do conflito, na qual a crítica que Chiavenatto (1979) estabelece é justamente essa, a de um apoio contundente do imperialismo inglês na Guerra contra o Paraguai para destruir o suposto avanço expressivo da industrialização paraguaia que representava um mal exemplo para o avanço do mercado consumidor inglês na região. Ou seja, por mais que no começo o livro tenha estabelecido as diferenças das narrativas, bem como as ideias defendidas por cada uma delas, ao final há uma certa confusão de ideias entre o que é expresso no texto e na charge escolhida.</p> <p>Por fim, pode-se destacar também o pouco uso de mapas do livro didático. Ao iniciar o capítulo sobre Guerras Platinas, há um pequeno mapa representando os diferentes conflitos ocorridos desde a época da Guerra da Cisplatina que culminou com a Independência do Uruguai, até a Guerra do Paraguai, mas diferente de outros materiais já analisados, não há um mapa específico ilustrando a Campanha no Paraguai de forma particular.</p>
<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>A obra do Projeto Teláris conta com três exercícios sobre a Guerra da Tríplice Aliança, exercícios que exigem dos alunos interpretação de fontes históricas, bem como uma análise contextual do conflito ocorrido entre a Tríplice Aliança e o Paraguai entre 1864-1870.</p>

O primeiro exercício exige dos estudantes a construção de um texto que fale sobre as diferentes visões da Guerra do Paraguai, o que cobra dos alunos o desenvolvimento de uma importante competência de aprendizagem histórica que é a multiperspectividade. O roteiro para que o trabalho seja desenvolvido cobra que os discentes: Identifiquem o acontecimento; os países participantes; Citem as principais motivações que levaram ao conflito; Descrevam as diferentes visões dos historiadores a respeito deste conflito; Apontem as semelhanças e diferenças destes diferentes pontos de vista; Sintetizem as principais conclusões dessas versões; Produzam um resumos das duas visões abordadas sobre o conflito.

É uma atividade que possui a capacidade de desenvolver o questionamento nos estudantes sobre as diferentes visões do conflito, ainda que não abarque as primeiras narrativas tradicionalistas e positivistas, e que possibilita entender o conhecimento e produção histórica não como processos finalizados/acabados, versões definitivas sobre um passado, mas como uma área do conhecimento aberta a novas interpretações, desde que baseadas em uma estrutura teórica/científica, que aceita novas perspectivas e descobertas.

O segundo exercício provoca o estudante a realizar uma interpretação com questões sociais a partir de uma charge de 1867 representando o recrutamento de soldados após a expedição do decreto Voluntários da Pátria. As atividades pedem aos estudantes qual é a crítica social estabelecida a partir da charge e posteriormente, se o recrutado que é levado a força para o Exército Imperial era um membro da elite brasileira daquele período, obrigando o estudante a responder sim ou não e justificar sua resposta. Este exercício apresenta alguns pontos interessantes, como por

exemplo, possibilitar a aproximação dos alunos com a utilização de fontes históricas, assim como permitir uma visão crítica sobre acontecimentos passados que possuem relações de permanência com o presente, por exemplo, o trato desigual do Estado para com os seus cidadãos.

Pela situação visualizada na charge, o homem que está sendo recrutado claramente não é uma pessoa que compõe a elite brasileira, já que neste momento as elites pagavam para que pessoas, geralmente escravizadas, fossem enviadas nos seus lugares para lutarem no Paraguai. Os mais pobres como não tinham quem mandar, muitas vezes fugiam aos sertões brasileiros para não serem recrutadas. No entanto, algumas não conseguiam realizar tal feito e terminavam vivenciando a situação expressa na charge. Ou seja, as pessoas escravizadas ou empobrecidas eram colocadas em uma situação de vulnerabilidade muito maior em relação às elites. Atualmente, o Brasil não está em uma situação de guerra como aquela vivenciada na segunda metade do século XIX, no entanto, nas relações do cotidiano contemporâneo, o risco e a vulnerabilidade dos mais pobres, principalmente da população que habita as periferias e favelas das grandes cidades, ainda é uma realidade brasileira. Ou seja, acredito que um exercício que tenha como base e contexto o recrutamento forçado de pessoas a lutarem no Paraguai, também seja um possibilitador de questões mais amplas que chegam ao presente, estabelecendo uma relação entre os diferentes tempos históricos e o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes.

O terceiro e último exercício proposto no livro didático, tem como base duas fontes. A primeira delas é uma notícia publicada em um jornal da Bahia no ano de 1865, informando que todos aqueles que tivessem um

	<p>escravizado, forte de aproximadamente 20 anos e que desejava ingressar no exército imperial, deveria imediatamente comunicar a equipe do jornal para que o escravizado pudesse ser recrutado e levado para lutar “no Sul”. Já a segunda fonte é uma história em quadrinhos produzida no ano de 2013 que mostra o arrependimento do alistamento voluntário e impaciência de dois soldados brasileiros que não conseguem derrotar os paraguaios, dando a entender que se encontram na fase de estagnação do conflito, marcado pela guerra de trincheiras. Este último exercício, diferente dos anteriores, não exige dos estudantes uma análise tão profunda dos materiais colocados, pelo contrário, pede informações básicas como por exemplo: “A quem o jornal se dirige? O que está sendo anunciado na notícia? Como os soldados reagem ao participarem da guerra?”. Ou seja, trata-se de uma análise mais superficial com conhecimentos gerais adquiridos a partir do estudo do capítulo.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>Pode-se notar que há uma preocupação por parte dos autores em trabalhar com as diferentes perspectivas históricas sobre a Guerra da Tríplice Aliança que estão sendo trabalhadas na academia. Contudo, não há um avanço considerável em relação aos debates mais atualizados, tido que os autores do livro didático limitam muito a última vertente a Francisco Doratioto, o qual escreveu a obra mais vendida após uma intensa campanha de divulgação midiática de seu livro Maldita Guerra, produzido no ano de 2002. Autores como Ricardo Salles, André Salles, André Toral e Moniz Bandeira são esquecidos, ou seja, em linhas gerais não há uma atualização com o debate acadêmico, mas com apenas um autor que foi aquele que se tornou mais famoso.</p>

<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Podemos ver manifestações da cultura histórica brasileira desde o início das discussões quando o autor propõe um debate a partir das vertentes produzidas no Brasil (revisionista e neorrevisionista), que são formas que autores brasileiros entenderam os acontecimentos da Guerra da Tríplice Aliança, ou seja, trata-se de interpretações e relações passado-presente que impactaram a academia brasileira, observando sobretudo impactos que o conflito gerou para a história nacional. Esta é a preocupação dos autores do livro didático desde os textos até os exercícios sugeridos para os estudantes, busca-se problematizar a situação dos escravizados e demais pessoas que foram forçadas a ingressar na Companhia Voluntários da Pátria a partir do Decreto Imperial nº 3.371 de janeiro de 1865 expedido por Dom Pedro II, bem como os maus-tratos que muitos soldados sofreram dentro do exército imperial. Não há uma preocupação ou dados suficientes que nos permitam fazer uma reflexão a respeito da situação paraguaia ou dos demais países envolvidos no conflito. Enfatiza-se muito o fato de que existe mais de uma interpretação brasileira sobre o conflito, mas em nenhum momento se traz a problemática de que existem também pontos de vista paraguaios ou dos demais participantes. Assim, é possível inferir que se evidencia a cultura e a consciência histórica brasileira neste conflito, mas não é possível ver elementos de cultura histórica não brasileiros.</p>
---	--

Livro 04 – Livro: História Passado e Presente; Seriação: 2º ano do Ensino Médio; Editora: Ática; PNLD 2018;

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
----------	--------------------

Lugar social de fala da editora e do autor	<p>O presente livro também é de autoria da Editora Ática, destinado a estudantes do Ensino Médio, este livro faz parte da coleção “História Passado e Presente” que possui como autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Assim como a editora possui grande espaço e fama no mercado editorial brasileiro de obras didáticas, os autores Seriacopi e Gislane Azevedo também já possuem certa caminhada como organizadores de livros didáticos de história. Enquanto o primeiro (Seriacopi) não possui formação específica em História, mas é especialista em edição de livros didáticos de História, enquanto Gislane é graduada e mestra em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Os autores também são coautores da coleção do Projeto Teláris que foi analisada anteriormente.</p>
Estrutura da obra	<p>De forma muito similar aos livros didáticos analisados anteriormente, incluindo ao último pertencente à coleção do Projeto Teláris, também da Editora Ática, esta obra é dividida em quatro grandes unidades. No entanto, diferentemente das divisões do livro anteriormente analisado que em seus títulos dava enfoque aos processos políticos, a obra “História: Passado e Presente” aqui estudada, destaca em seus títulos perspectivas mais sociais que políticas. Por exemplo, a primeira unidade temática do livro tem o título “Diversidade Cultural” e a partir deste ponto de vista se estuda o contexto histórico desde a expansão portuguesa no processo das Grandes Navegações até a chegada de Portugal ao Brasil em 1500.</p> <p>A segunda unidade temática traz o título “Trabalho” ressaltando ao longo de três capítulos as formas de trabalho desenvolvidas no Brasil colonial, com destaque ao trabalho escravo africano e as diferentes funções para as quais estes foram designados, desde os engenhos de açúcar até chegar ao processo de ocupação do interior da colônia que abarca a</p>

descoberta das minas de ouro e uma série de outras profissões desempenhadas a partir de então, tanto por pessoas escravizadas como por trabalhadores assalariados. A terceira unidade temática traz o título “Luta pela cidadania”, ressaltando primeiramente os processos de luta ocorridos na Europa a partir das ideias iluministas que conduziram à processos revolucionários como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Posteriormente, os autores trazem a discussão de como os ideais iluministas chegam a América e impactam processos revolucionários nas colônias americanas, que inclusive conduziram aos processos de independência ou tentativa de independências, como foi o caso das 13 colônias da América do Norte, os processos separatistas da América Espanhola e as tentativas de emancipação que tivemos na América Portuguesa, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.

Novamente é na quarta e última unidade que é possível encontrar a parte que trata sobre a formação e desenvolvimento da monarquia brasileira e conseqüentemente sobre a Guerra do Paraguai, inserida no período do Segundo Reinado. Por se tratar de um livro de Ensino Médio, nota-se que os conteúdos são colocados de forma muito mais compacta que nos livros de Ensino Fundamental. Por exemplo, diferentemente do livro de 8º ano antes analisado, que abordava conflitos ocorridos na região do Prata antes mesmo da Guerra da Tríplice Aliança, como a guerra contra Oribe e Rosas, neste livro de 2º ano do Ensino Médio, podemos encontrar a guerra contra o Paraguai no capítulo 14 que possui o título “Segundo Reinado: Guerra do Paraguai e Café”, seguido pelo capítulo 15 que já abarca o fim da escravidão e a crise do reinado de Pedro II.

Nota-se que há uma certa dualidade quanto à importância da Guerra contra o Paraguai ao longo do capítulo 14, pois o fato

de que o mesmo conste no título do capítulo, denota que há uma preocupação em destacar este episódio como algo notável e marcante na história brasileira, principalmente durante o período monárquico de Pedro II. Contudo, ao fazer a análise do capítulo em si, é possível observar que a principal preocupação dos autores é explicar como estava organizado o Brasil durante este período, ressaltando principalmente a rivalidade entre conservadores e liberais na política e o desenvolvimento do café na economia brasileira, já que este passa a ser o principal produto de exportação a partir do século XIX, sobretudo no Segundo Reinado. A Guerra do Paraguai aparece como um hiato, pois primeiramente se tratam questões políticas nacionais entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, em seguida temos a narrativa que trata sobre a guerra, e finalizando o conflito é colocada a questão do café, ou seja, não há uma conexão lógica, ou relação entre os subtítulos colocados dentro do capítulo. Nem mesmo no capítulo seguinte que trata sobre o fim do Segundo Reinado, a Guerra do Paraguai não é mencionada. A única consideração feita neste sentido, é a informação que podemos encontrar ao final do próprio subtítulo “A Guerra do Paraguai (1864-1870)” que coloca de forma resumida o seguinte trecho:

“O fim dos combates também contribuiu para pôr em xeque o governo de dom Pedro II: as críticas à escravidão se intensificaram e a ideia de substituir a monarquia pela república começou a ganhar força”. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2016, p. 237).

O objetivo do próximo tópico é justamente demonstrar como esta breve narrativa sobre a Guerra foi construída no livro didático.

Construção da narrativa	<p>No que tange a narrativa sobre o conflito, a narrativa apresentada por Azevedo e Seriacopi (2016) é muito parecida com as já apresentadas análises de outros livros. O livro não entra em detalhes sobre o confronto e por se tratar de um livro de ensino médio, no qual os conteúdos são ainda mais condensados que o livro de Ensino Fundamental, podemos encontrar menos informações sobre a guerra. Como causa da guerra, mantém-se o argumento de que o principal motivo seria a formação dos Estados Nacionais na região do Prata. Segundo o que consta no material, o Império Brasileiro tinha receio de que houvesse uma unificação e formação de um grande Estado Nacional que abarcasse todos os antigos territórios do Vice-Reino do Prata, por isso, haveria invadido o Uruguai para depor o presidente Aguirre do Partido Blanco, que praticava ações antibrasileiras que desagradavam a Pedro II e aos estancieiros gaúchos. A invasão brasileira ao Uruguai teria gerado a reação de Solano López, aliado a Aguirre, de prender o navio Marquês de Olinda com o presidente da província do Mato Grosso a bordo, fato que teria levado ao início das hostilidades entre Paraguai e Brasil. A Argentina teria sido o segundo inimigo de López, já que mesmo não permitindo a passagem do exército paraguaio, teve seu território invadido pelas tropas paraguaias que marchavam ao Rio Grande do Sul. Este fato teria levado que brasileiros, argentinos e uruguaios (sob presidência do colorado Venâncio Flores) a assinarem o Tratado secreto da Tríplice Aliança contra o Paraguai.</p> <p>Após essa série de informações dada ao início sobre o conflito, o próximo tópico trabalhado pelos autores do livro didático é sobre o decreto que criou a Companhia Voluntários da Pátria, um grupamento militar criado em 1865 com o objetivo de formar um contingente até então inexistente para o conflito contra os paraguaios. Aborda-se nesta passagem</p>
--------------------------------	--

sobre os Voluntários da Pátria, a questão do envio de escravos por parte da elite para que não tivessem de lutar diretamente na guerra e também a função das mulheres que foram à guerra e lutaram de forma indireta do lado brasileiro, oferecendo serviços como preparo de alimentos, socorro aos feridos, fabrico de munições, entre outras funções auxiliares do exército aliado.

Uma vez dadas essas informações, o último tópico explicativo sobre o conflito já trata do saldo final da guerra com os números e resultados que impactaram os envolvidos nas hostilidades. Neste caso, não se mencionou em nenhum momento o Uruguai, a Argentina e nem a Inglaterra, que sequer é mencionada durante esta discussão da guerra contra o Paraguai. Antes de apresentar os resultados para o Paraguai e para o Brasil, os autores iniciam afirmando que: “A guerra se alastrou rapidamente. Em um primeiro momento, os paraguaios tiveram vitórias significativas. Aos poucos, porém, as tropas aliadas se organizaram e passaram à ofensiva. Os combates corpo a corpo foram sangrentos, marcados por atrocidades de ambos os lados”. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2016, p. 237).

Não há informações detalhadas sobre quais foram as fases da guerra, ou quais foram as atrocidades da guerra. Coloca-se os dois lados em uma situação de igualdade em práticas atroz. A mudança está nos resultados do conflito, o Paraguai é colocado como uma nação que saiu arrasada perdendo aproximadamente 40% de seu território para os vencedores da guerra, além de ter sua população masculina dizimada. Enquanto o Brasil perdeu mais de 30 mil soldados, além de ter saído completamente endividado do conflito e com um exército com ideais que colocaram a monarquia brasileira em xeque, representando o início do declínio do governo de Pedro II.

Por fim, é colocada uma análise detalhada sobre a obra de Pedro Américo representando a Batalha de Avañy. A partir dos elementos destacados, os autores mencionam que Américo tentou representar alguns líderes do Exército Imperial como o Duque de Caxias liderando as tropas aliadas no combate, mas ao mesmo tempo o artista representa a mortandade de civis, inocentes de todas as idades, principalmente do lado paraguaio.

A parte do quadro de Pedro Américo, são utilizadas duas imagens mais do conflito. Uma foto tirada da Companhia Voluntários da Pátria destacando o grande número de soldados negros que adentraram às fileiras do exército brasileiro após o decreto imperial de janeiro de 1865, para ressaltar a informação dada no texto de que muitos membros da elite mandaram seus escravos para lutarem em seu lugar na guerra. A outra imagem é uma foto datada de 1870 que mostra um padre brasileiro em meio de refugiados paraguaios a fim de auxiliar a população que sofria com a completa destruição do país após a guerra.

O que pode ser destacado de interessante nesta obra didática é o fato de ter abordado, ainda que brevemente, o papel das mulheres neste evento histórico. Por outro lado, o livro não traz abordagens multiperspectivadas e não informa ao aluno a existência de outras possíveis interpretações sobre o conflito. É uma obra que mantém uma narrativa que segue em ordem cronológica apontando uma série de acontecimentos que terminaram com o endividamento brasileiro e uma das mais graves crises da monarquia, assim como resultaram na completa destruição do país vizinho. As informações são colocadas de forma generalizada, como no caso em que é colocado que atrocidades foram cometidas pelos dois lados, mas não se comenta quais são tais

	<p>atrocidades, como por exemplo, a morte de crianças paraguaias na Batalha de Acosta Ñu em agosto de 1869.</p> <p>Quanto às imagens, por mais que se faça uma análise crítica da obra de Pedro Américo, não há de fato o levantamento de um debate a partir do uso de imagens. As mesmas aparentam estar mais na condição de representativas / ilustrativas.</p>
<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>Os três primeiros exercícios que podemos encontrar na obra de Azevedo e Seriacopi (2015), dentro do capítulo que aborda questões sobre o Segundo Reinado e a Guerra do Paraguai, são exercícios dissertativos que estão inseridos em um quadro intitulado “Organizando as ideias”. Dois dos três exercícios são sobre o conflito envolvendo a guerra contra o Paraguai. As atividades não solicitam aos estudantes uma análise mais aprofundada acerca do conflito, apenas informações gerais que constam nos textos e são centrais para o entendimento do que foi o conflito. Como exemplo temos: “Que Estados nacionais se envolveram diretamente na Guerra do Paraguai (1864-1870)? De que modo se desenvolveu o conflito e quais foram suas consequências para os países envolvidos?” (AZEVEDO, SERIACOPI, 2015, p. 240). Posteriormente a essas perguntas iniciais sobre elementos estruturantes do conflito, pergunta-se sobre o que foi o decreto Voluntários da Pátria e a participação de negros escravizados, assim como das mulheres neste grupamento militar brasileiro. A forma como as perguntas são colocadas aos estudantes, indica que os autores buscam uma resposta semelhante ou igual àquela que pode ser encontrada ao longo do texto explicativo dentro do próprio capítulo, ou seja, não há uma problematização a partir de questões sociais como a participação das mulheres historicamente esquecidas das narrativas históricas que envolvem guerras.</p> <p>Já ao final do capítulo, são colocados alguns exercícios objetivos retirados de provas de vestibular de universidades</p>

brasileiras, com todas as temáticas trabalhadas até aquele momento. Neste caso, as questões abordam as disputas políticas entre liberais e conservadores na regência de Pedro II, além de trabalharem com a Guerra contra o Paraguai e a importância do ciclo econômico do café para a economia brasileira.

Ao total são cinco questões de múltipla escolha colocadas aos estudantes, sendo que as duas primeiras se aproximam do conflito contra o Paraguai, como representado na figura abaixo:

1 (Unesp-SP) O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.

Segundo o texto, uma das preocupações da política externa brasileira para a região do Rio da Prata, durante o Segundo Reinado, era

- estimular a participação militar da Argentina na Tríplice Aliança.
- limitar a influência argentina e preservar a divisão política na área.
- facilitar a penetração e a influência política britânicas na área.
- impedir a autonomia política e o desenvolvimento econômico do Paraguai.
- integrar a economia brasileira às economias paraguaia e uruguaia.

2 (Mack-SP) A maior das guerras da América Latina conheceu no século XIX o Paraguai (1864-1870). Em 1864, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai assinaram a Tríplice Aliança contra o presidente paraguaio Solano López. Neste conflito considere as afirmativas

I. A questão fundamental da disputa foi a exploração da bacia do Rio da Prata para o comércio internacional, o que beneficiaria especialmente aos ingleses na região.

II. A expansão da economia paraguaia que o país pudesse exercer influência sobre a navegação dos rios. Com uma indústria florescente, o Paraguai necessitava escoar suas riquezas através do estuário do Rio da Prata.

III. Os países integrantes da Tríplice Aliança foram financiados pelo capital estrangeiro; portanto, não tiveram suas economias prejudicadas pelo confronto.

- se somente a afirmativa I estiver correta.
- se somente a afirmativa II estiver correta.
- se somente a afirmativa III estiver correta.
- se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

FIGURA 2 - FONTE: História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2016.

A primeira pergunta está mais associada à política imperial na Região do Prata nos anos que antecedem a Guerra da Tríplice Aliança, pois tenta causar uma reflexão sobre a

preocupação do Império Brasileiro a respeito de uma possível unificação do Paraguai e do Uruguai por parte da Argentina, criando uma república unificada dos antigos territórios do Vice Reino do Prata, a qual representaria uma ameaça imediata às províncias do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. Para evitar tal acontecimento era importante ao Brasil a existência tanto do Paraguai como do Uruguai como países independentes, desempenhando a função de Estados tampões, limitando a expansão política regional da Argentina ao mesmo tempo seguindo algumas ordens de interesse vindas do Rio de Janeiro.

Esta é uma questão que para ser respondida, seria necessária uma interpretação muito precisa sobre as poucas informações colocadas como causas que deram origem ao conflito contra o Paraguai, que segundo os autores podemos entender sendo: “a consolidação dos Estados nacionais na Região do Prata e a preocupação do Império em evitar a formação de uma grande nação platina [...] (AZEVEDO, SERIACOPI, 2015, p. 236). A preocupação imperial teria levado ao episódio que colocaria Venâncio Flores na presidência da Banda Oriental do Uruguai: “Em agosto de 1964, tropas brasileiras invadiram o Uruguai – independente desde 1828 – e derrubaram o presidente uruguaio Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, acusado de ter posto em prática medidas antibrasileiras”. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2015, p. 236).

Já a segunda pergunta objetiva com a autoria da Universidade Mackenzie, pergunta quais das três alternativas está correta a respeito da Guerra do Paraguai. No entanto, o fato desta questão ter sido realizada em um livro que está muito mais ligada à vertente neorrevisionista, resulta em algo problemático, pois a alternativa correta para a referida

questão é “alternativas I e II corretas”, que trazem as informações:

- I. A questão fundamental era a liberalização da Bacia do Rio da Prata para o comércio internacional, o que beneficiaria especialmente aos interesses ingleses na região.
- II. A expansão da economia paraguaia exigia que o país pudesse exercer controle sobre a navegação dos rios platinos. Com uma indústria florescente, o Paraguai necessitava escoar suas mercadorias através do estuário do Prata.

Ambas as alternativas apresentam explicações ligadas à vertente revisionista do conflito centrada na ideia do imperialismo inglês e de que o Paraguai era um país em pleno desenvolvimento industrial, representando uma ameaça e um mal exemplo para os demais países da região. A linha narrativa que o livro didático segue ao descrever o conflito, que se aproxima ao neorrevisionismo brasileiro, critica justamente estes pontos. A defesa é a de que com mais informações obtidas ao longo do século XX, tornou-se insustentável afirmar que o Paraguai era portador de uma “indústria florescente”, ou ainda, que a liberalização da Bacia do Prata “beneficiaria especialmente aos interesses ingleses na região”, já que os próprios autores da obra didática colocam que “As origens da Guerra do Paraguai estão ligadas à consolidação dos Estados nacionais na região do Prata e à preocupação do Império em evitar a formação de uma grande nação platina [...]” (AZEVEDO, SERIACOPI, 2015, p. 236). Ou seja, o livro passa uma informação de que o Império Brasileiro é o protagonista no processo e não os interesses comerciais da Inglaterra como sugere o exercício.

Outro ponto que dificulta a resposta do estudante nesta questão, é o fato de que a obra didática não traz nenhuma

	<p>contexto histórico ou informação de como era o Paraguai antes da eclosão do conflito em 1864. Ou seja, para o estudante não há como saber se o Paraguai realmente tinha uma economia ascendente com uma florescente industrialização. Neste caso, o uso de recursos didáticos adicionais para o trabalho docente não é apenas algo recomendável, mas também extremamente necessário.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>No que se refere à ligação da narrativa presente no livro didático com as discussões propostas pela academia brasileira, o livro se relaciona muito com alguns autores e suas obras lançadas no final do século XX. É possível encontrar nas referências bibliográficas do manual didático, alguns autores como Bóris Fausto com sua <i>Magnum Opus</i> “História do Brasil”, datada de 1998, assim como “As barbas do imperador”, também datada de 1998 e de autoria de Lilia Moritz Schwarcz, “Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889), de Ronaldo Vainfas (2001), além de alguns outros clássicos da historiografia brasileira como é o caso de “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr. (1996). Algo notável que pode ser ressaltado é o fato desta obra didática ser uma das poucas que não cita ou menciona em nenhum momento à Doratioto ou Chiavenatto, que são símbolos das narrativas históricas sobre a Guerra contra o Paraguai na academia historiográfica brasileira.</p> <p>Em pesquisa realizada nos referenciais bibliográficos, não foi possível encontrar nenhuma obra que trate especificamente sobre a Guerra do Paraguai, mas livros que abordam o período histórico do Segundo Reinado, como os mencionados acima.</p> <p>Quando se mencionam os escravos africanos e as mulheres que foram obrigados a ingressar no exército após o decreto Voluntários da Pátria, pode-se dizer que há uma aproximação com discussões mais atualizadas que buscam problematizar</p>

	<p>justamente grupos sociais historicamente esquecidos da história oficial nacional. Contudo, como mencionado na análise sobre a construção da narrativa, são apenas jogados dados e informações de como estes grupos chegaram ao Exército e quais foram as suas funções dentro desta instituição, não há uma problematização mais ampla que possibilite o início de uma discussão mais crítica relacionando com problemas estruturais da sociedade brasileira.</p>
<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Mesmo com uma narrativa compactada, podemos identificar alguns elementos que manifestam a cultura histórica brasileira quando a discussão é sobre a guerra contra o Paraguai. O próprio fato de ser uma narrativa resumida em menos de 05 páginas, já indica um certo “esquecimento programado” dos detalhes sobre o conflito típicos da historiografia escolar brasileira quando comparamos com as narrativas argentinas e paraguaias do mesmo episódio, ou seja, certamente é um indicativo de intencionalidade. Livros didáticos de história mais antigos no Brasil, datados do século XIX ou da primeira metade do século XX, como colocados na exposição teórica deste trabalho, apresentavam não menos que 10 ou 15 páginas sobre a guerra. O objetivo era claramente abordar todos os detalhes possíveis a fim de ressaltar pontos positivos/ de heroísmo do Brasil, assim como pontos negativos do Paraguai, a fim de alimentar o espírito e a construção do nacionalismo brasileiro nos estudantes. Com o passar dos anos, a importância sobre os livros foi diminuindo cada vez mais, até chegarmos em obras como essa aqui analisada, com narrativas compactadas e mencionando o assunto como uma espécie de anexo ao período do governo de Pedro II. Nestas narrativas, não há mais a tentativa explícita de construir um sentimento nacionalista como nos livros mais antigos, contudo, é possível notar que muitas vezes são ressaltadas as vitórias nacionais nas batalhas ao mesmo tempo em que são</p>

completamente esquecidas as derrotas, da mesma forma em que muitas vezes a questão da Cisplatina, que resultou na separação definitiva do Uruguai em relação ao território brasileiro durante o Primeiro Reinado, é rapidamente trabalhada se compararmos a episódios que tratam de regiões que buscaram a emancipação do Brasil e não atingiram seus objetivos.

Além disso, também é possível identificar que há um ocultamento dos erros brasileiros cometidos na campanha militar, sobretudo durante o comando do Conde d'Eu entre 1869-1870. Quando algo neste sentido é comentado, apenas menciona-se que os dois lados cometeram erros e abusos durante a guerra, o que não está errado, mas coloca-se os dois lados em uma situação de igualdade o que não é correto, já que a violência aplicada e a mortalidade de pessoas são extremamente desproporcionais ao longo do conflito, principalmente nos anos finais da guerra.

Outro elemento interessante deste livro é a grande importância que se dá à análise da obra "Batalha de Avañaty" de Pedro Américo, artista brasileiro que a mando de Pedro II retratou este confronto da guerra. A obra contribuiu muito para a construção do sentimento nacional e da ideia de brasilidade, formada em grande parte durante o Segundo Reinado e principalmente durante a campanha militar contra o Paraguai. Outras obras que também se tornaram símbolos da guerra e que são muito famosas em países como Paraguai e Argentina são de autoria de Cândido López, artista argentino que lutou nos contingentes de Bartolomé Mitre. O mesmo artista, inclusive, fez parte do ataque aliado de Curupayty de 1866, que mesmo sendo importante por marcar o início da fase de trincheiras da guerra quase não é lembrado no Brasil, pois resultou em uma grande derrota para a Tríplice Aliança. Durante a batalha de Curupayty, Cândido López foi

	<p>gravemente ferido. Sobrevivente, anos mais tarde (em 1893) pintou uma de suas obras mais célebres, intitulada “Después de la Batalla de Curupaytí”. No Brasil, o mais comum na historiografia oficial ainda são as ilustrações de Pedro Américo, algo que se perpetua nos livros didáticos como um importante elemento da cultura histórica nacional.</p>
--	--

Livros Paraguaiois

Livro 01 - Historia y Geografía; 3º ciclo; Editora: Santillana; 2010.

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
Estrutura da obra	<p>O livro da Editora Santillana datado do ano de 2010, assim como os demais livros do Paraguai que não possuem uma matéria específica somente destinada ao ensino de história, conta com partes sobre História e Geografia. Contudo, deve-se ressaltar que diferentemente de outros livros que possuem em sua grande maioria metade do conteúdo destinado à disciplina de geografia e a outra metade destinada ao ensino de história, o livro da Editora Santillana possui apenas os quatro primeiros capítulos destinados ao ensino da geografia e o restante à disciplina de história, ou seja, a parte que trata de assuntos históricos, neste caso, é muito mais extensa. Ao total, o livro possui em torno de 200 páginas, sendo aproximadamente 150 destinadas à disciplina de história que trata de assuntos diversos que vão desde o estudo do Iluminismo e as Revoluções decorrentes deste pensamento que passa a ser revolucionário na Europa e nos EUA, até o estudo das independências e formação dos Estados Nacionais na</p>

	<p>América Latina. Pensando especificamente na história paraguaia, podemos identificar alguns capítulos que vão desde a Revolução de Independência até o período do Paraguai entre os anos de 1870 – 1904.</p> <p>Pensando no tema a ser discutido neste trabalho, faremos uma análise do capítulo 16 que conta com pouco mais de 10 páginas e possui como título “Paraguay entre 1840 y 1870”, ou seja, aborda justamente o período que nos interessa, a época em que ocorre a Guerra da Tríplice Aliança.</p>
<p>Construção da narrativa</p>	<p>O capítulo é iniciado com a imagem da representação da Batalha de Tuyutí feita por Cândido López e uma mensagem dos editores do livro didático que afirmam que o Paraguai passou por dois momentos muito distintos ao longo do século XIX, o primeiro deles foi marcado pela bonança econômica e social, carregada de progresso em vários aspectos, enquanto que o segundo é marcado pelos resultados após a guerra em que o país ficou dizimado, quase sem população, com a capital tomada e limites territoriais recortados.</p> <p>A opção dos editores desta obra didática, assim como de outros autores no Paraguai, é começar a explicar os antecedentes do conflito que assolaria o Paraguai que vão desde a época da presidência de Carlos Antônio López. Neste caso, coloca-se uma linha do tempo que aborda os principais acontecimentos desde a criação do Consulado de 1841, composto por Carlos Antônio López e Mariano Roque Alonso, até o ano de 1870 em que ocorre a Batalha de Cerro Corá e resulta na morte de Francisco Solano López. Este será o recorte histórico utilizado para esta análise.</p> <p>A primeira explanação que podemos encontrar no livro, fala sobre o Congresso do ano de 1842 que trabalhou</p>

arduamente para a construção do reconhecimento da independência do Paraguai realizada no ano de 1810. Mesmo 30 anos após feita a independência, o Paraguai era um país completamente desconhecido para o restante do mundo. Auto isolado durante a época da Ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia, o Paraguai não tinha sequer a sua independência reconhecida pelos países vizinhos da região sul-americana. No congresso de 1842 criam-se os símbolos nacionais como a Bandeira do Paraguai com duas insígnias, colocadas uma de cada lado da Bandeira, sendo uma das únicas bandeiras do mundo a ser diferente na parte frontal e na parte do verso. O livro didático enfatiza os símbolos nacionais criados pelo Congresso de 1842, bem como as obras realizadas pelo governo no mesmo período, que incluem a:

Criação de uma moeda nacional: Até aquele momento o Paraguai utilizava ainda a moeda de outros países ou realizava trocas através de permutas/escambo;

Lei do Ventre Livre: Liberdade para todos os filhos de escravas nascidos a partir de 1842;

Estatuto de Administração e Justiça: Criação da Polícia e separação do poder judiciário do poder executivo;

Estabelecimento da primeira imprensa do país: O Paraguai foi a primeira região do Vice-Reino da Bacia do Prata a ter uma imprensa, mas a primeira imprensa legitimamente paraguaia, ou seja, feita após a independência de 1811 foi criada apenas pelo Congresso de 1842. O primeiro jornal a circular após este feito foi o: *El repertorio Nacional*.

Atenção ao culto católico: Inicia-se a construção da catedral (aparentemente da cidade de Asunción) e

negocia-se com a sede da Igreja Católica, o envio de um bispo ao país.

La bandera

El Congreso de 1842 también sancionó la ley que declaraba cómo sería el pabellón de la República del Paraguay.



• Anverso del escudo



• Reverso del escudo



Indicação dos símbolos nacionais criados a partir do Congresso de 1842. Fonte: Middleton et al., 2010, p.163

Já na página seguinte notamos os avanços alcançados a partir do Congresso do ano de 1844. A primeira grande mudança é que o Paraguai deixava de ter na liderança do país dois cônsules governando o país como em 1842 e passava a ter o seu primeiro presidente eleito da história. Dom Carlos António López eleito por 10 anos redigiu a Constituição Nacional em 1844, estabelecendo, conforme nos indica um dos subtítulos do material didático: "La ley que establece la Administración Política de la República del Paraguay". Sob forte influência dos ideais iluministas como separação dos poderes e igualdade de todos os cidadãos perante a lei, Carlos López buscou divulgar as

inovações realizadas em seu país para as demais nações da região, a fim de obter o reconhecimento de sua independência. Entre 1844 e 1847, países como Brasil, Uruguai, Bolívia, Venezuela e Áustria reconheceram o Paraguai como país independente. A exceção dos países da região foi a Argentina. Segundo, o exposto pelos autores da obra, o reconhecimento formal da independência paraguaia por parte da Argentina era o principal objetivo de Carlos Antônio López que necessitava da navegação do Rio da Prata para atingir sua saída ao mar. Como era a Argentina quem controlava este meio, era essencial para o avanço econômico e comercial paraguaio obter o reconhecimento de Buenos Aires. O grande entrave era o governante da Argentina na época. Juan Manuel de Rosas defendia que o Paraguai era uma província argentina e se negou até o ano de 1852 a reconhecer formalmente a independência. O fato de Rosas defender o Paraguai como uma província argentina, levou Carlos Antônio López a empreender uma intensa campanha de artigos e matérias publicadas no jornal *El paraguayo independiente* a partir do ano de 1845.

Com a queda de Rosas na Argentina em 1852, o Paraguai conseguiu o reconhecimento de sua independência pelo novo governo argentino e o seus primeiros tratados de navegação, dando origem a uma fase de avanços econômicos e sociais ao país. Os autores do livro colocam no subtítulo que o Paraguai entrara em uma fase na qual se tornara “Modelo de desarrollo socioeconómico durante la primera mitad del siglo XIX”. Pela primeira vez, Francisco Solano López é mencionado como o encarregado especial de viajar à Europa e trazer técnicos e materiais para o

desenvolvimento industrial e tecnológico do Paraguai, bem como um dos primeiros navios de guerra paraguaio: o *Tacuarí*. Carlos López iniciava uma série de reformas no Paraguai que buscavam estabelecer as bases do desenvolvimento econômico e social. Primeiramente, decidiu manter como terras estatais praticamente todas as propriedades rurais do país, garantindo o acesso da população camponesa às terras. Os principais produtos de exportação do Paraguai passaram a ser a Erva-Mate e a exploração de madeiras. Importante parte dos impostos coletados no país foram destinados à criação de uma força militar para possíveis problemas com os países vizinhos e se traçou no ano de 1856 uma linha comercial de vapores entre o Paraguai até as cidades de Buenos Aires e Montevideo.

Na década de 1850 Carlos António López é reeleito e começa uma série de reforma para o agora desenvolvimento industrial do Paraguai, que anos mais tarde seriam interpretados pelo revisionismo historiográfico como o mau-exemplo paraguaio que poderia colocar em risco a hegemonia dos produtos britânicos na região. É neste momento que são construídos o ferrocarril, a fundição de ferro de Ybycuí, os estaleiros navais, teatro nacional, Panteón, entre outros.

Na página 167 do livro didático, após a lista de avanços de Carlos António López, vemos uma foto de Francisco Solano López, ratificado pelo Congresso Nacional como presidente no ano de 1862. A narrativa didática já parte no primeiro subtítulo para a Guerra da Tríplice Aliança apontando as causas que teriam levado ao conflito. Entre elas estão: **a questão dos limites territoriais**, ou seja, as terras litigiosas em disputa entre o Paraguai e o Brasil na região da fronteira com a Província do Mato Grosso e

do Paraguai com a Argentina na região de Misiones e Chaco. O segundo ponto é **a questão da navegação**. Este ponto é interessante, pois os autores não mencionam especificamente a questão da navegação do Rio Paraná, mas a restrição da navegação do Rio Paraguai imposta pelo Paraguai ao Brasil, causando o isolamento da Província do Mato Grosso. O terceiro ponto destacado é **a transição de poder entre Carlos António López e Francisco Solano López**, ressaltando que enquanto Carlos López foi consciente da vulnerabilidade paraguaia e atuou de forma mais pragmática com seus vizinhos, Solano López acreditava não ser mais possível uma não intervenção paraguaia na política regional, ou seja, Solano López buscava romper definitivamente com o isolamento paraguaio que vinha desde a época de Francia. E por fim, o quarto e último ponto traz como importante consequência para o início das hostilidades **a situação política interna do Uruguai**, que passava por uma instabilidade revolucionária grande. O governo blanco ameaçado pelos colorados, bem como pelos interesses brasileiros e paraguaios, solicitara ajuda ao Paraguai alegando que os dois países estavam com suas independências ameaçadas. A situação saiu de controle quando as tropas brasileiras penetraram o território uruguaio, gerando o aprisionamento do navio Marquês de Olinda como retaliação às hostilidades do Brasil ao Uruguai.

A narrativa sobre a Guerra da Tríplice Aliança começa a ser discutida a partir da assinatura do Tratado Secreto da Tríplice Aliança, assinado entre Brasil, Argentina e Uruguai em 01 de maio de 1865. São colocados no livro didático algumas das principais cláusulas do Tratado, como: Os países aliados fariam uma guerra contra o

governo e não contra o povo; respeitariam a integridade territorial e independência do Paraguai; entre outros. O tópico seguinte, já com o objetivo de adentrar nas discussões referentes às batalhas da guerra, divide o conflito em dois momentos: a fase ofensiva, marcada pelo avanço das forças paraguaias nas Campanhas de Mato Grosso, Corrientes e Uruguiana e a fase defensiva, marcada pelo avanço das forças aliadas e destruição do Paraguai nas Campanhas de Humaitá, Pikysry e Cordillera. De forma geral, os eventos e as batalhas são colocadas de forma bastante breve. Na última etapa da guerra, são destacadas as batalhas de Piribebuy e Acosta Ñu que, segundo o livro, foram “tremendas batallas” que resultaram na aniquilação das poucas tropas ainda restantes com Solano López.

Como elementos de destaque, aparecerem os periódicos de campanha produzidos nos próprios fronts de batalha pelos paraguaios como o Cabichuí, Cacique Lambaré, El centinela e o La Estrella, todos eles com passagens em guarani. Os periódicos serviram como um instrumento para difundir as informações que López queria passar à sua população e se tornaram um símbolo artístico do Paraguai. O segundo elemento de destaque é a bravura na atuação das mulheres residentes, que assumiram o papel de fornecer todo o apoio logístico necessário às tropas paraguaias nos piores cenários da guerra. As destinadas não são mencionadas no livro. O terceiro elemento refere-se ao governo provisório instalado em Asunción em agosto de 1869, antes mesmo da morte de Solano López. O novo governo seguia os interesses das forças aliadas e demonstrava um ódio tremendo ao ex-presidente. Solano López foi considerado como: “fuera de la ley y para siempre arrojado del suelo paraguayo, como

	<p>asesino de su patria y enemigo del género humano” (Middleton et al., 2010, p. 172).</p> <p>Para finalizar a narrativa, são colocadas as principais consequências da guerra para o Paraguai, entre elas estão as consequências políticas como a construção de uma nova Constituição de 1870 que ficaria em vigor por aproximadamente 70 anos no país; as consequências sociais, destacando-se o papel das mulheres como reconstrutoras do país e o êxodo da população paraguaia do interior à capital, uma vez que estava terminada a guerra, muitos paraguaios buscaram uma vida na capital, que agonizou ainda mais em miséria, fome, doenças; por fim, podemos encontrar as consequências territoriais, já que muitos deles foram perdidos para o Brasil e para a Argentina que forçaram o Paraguai a entregar os antigos territórios litigiosos.</p>
<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>Podemos encontrar vários exercícios dissertativos ao final da narrativa no livro didático, sendo que todos eles solicitam aos estudantes que completem lacunas com passagens encontradas no texto apresentado no material, ou então que coloquem as informações tal qual foram mostradas no texto. Ou seja, a intencionalidade que podemos identificar nesta obra é a de que os alunos desenvolvam o exercício de reprodução das informações, não há nenhuma atividade que solicite um posicionamento ou argumentação de opinião por parte dos discentes.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>É possível encontrar um certo distanciamento do nacionalismo exacerbado muito presente no Paraguai, principalmente no tangente à figura do heroísmo de Solano López. Não é possível afirmar que estamos diante de uma narrativa que saia da órbita do revisionismo novecentista, pois encontramos alguns elementos como o</p>

	<p>fato de o Paraguai ser considerado uma das nações mais avançadas nos anos da gestão de Carlos António López. Contudo, nota-se uma mudança em relação à historiografia do século XX, marcada pelo ufanismo nacionalista da Ditadura de Stroessner e pelo avanço das artes como impulsionadoras do sentimento de ser paraguaio.</p>
<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Como mencionado anteriormente, o nacionalismo ainda que de forma menos intenso, se faz presente no livro didático. Há uma valorização de um passado de avanços tecnológicos destacados no período de Carlos António López, e uma valorização de indivíduos presentes na sociedade, como no caso das mulheres, que por terem sido as reconstrutoras do país, ganham destaque na historiografia didática. Ainda referente às mulheres, algo interessante que pode ser associado à cultura histórica, é o fato de que na grande maioria das vezes as residentes são lembradas e mencionadas. As destinadas raramente ganham o protagonismo. A diferença principal entre elas está no fato de que as residentes foram as mulheres que acompanharam as tropas de Solano López até os seus últimos dias. Como López anos mais tarde foi considerado o grande herói nacional, estas mulheres que ofereceram a infraestrutura, ainda que mínima para as tropas de López, ganharam destaque. Já no caso as destinadas, foram mulheres muitas vezes forçadas ao exílio em regiões distantes do Paraguai, por serem esposas, mães ou filhas de pessoas consideradas traidoras. Várias delas foram simplesmente abandonadas. Nota-se que há certa intencionalidade no esquecimento destas mulheres nas obras didáticas e na memória histórica paraguaia.</p>

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
Estrutura da obra	<p>O livro da Editora “El Mensú” do ano 2017 é um dos mais atualizados entre os livros didáticos paraguaios e apresenta algumas importantes diferenças em comparação com os livros didáticos brasileiros, como por exemplo, quando nos atentamos para a divisão que encontramos no material. Enquanto nos livros de história do Brasil, a divisão geralmente ocorre a partir de quatro grandes unidades temáticas, o livro Historia y Geografía da Editora “El Mensú” faz apenas duas grandes divisões temáticas. Essa divisão está relacionada com as disciplinas trabalhadas no livro que resulta em outra diferença em relação aos materiais brasileiros. Enquanto no Brasil é possível identificar livros didáticos que são unicamente de história e outros que abordam apenas a disciplina de geografia, no Paraguai as duas disciplinas são trabalhadas de forma conjunta, ou seja, os livros são de história e geografia ao mesmo tempo, como os próprios títulos sugerem. No caso desta obra aqui estudada, existem apenas duas unidades temáticas, sendo a primeira destinada ao estudo da disciplina de história, com o título: “Procesos históricos relevantes de la realidad paraguaya y americana”; e a segunda destinada ao estudo de geografia com o título: “Factores geográficos relevantes de la realidad paraguaya y americana”.</p> <p>Nos títulos, notamos que o revisionismo acadêmico paraguaio já se faz presente, pois mantem-se a lógica de trabalhar a história e a geografia do continente americano, dando grande enfoque aos processos e elementos nacionais de forma paralela, ou seja, diferentemente do que ocorreu no ensino de história do país até os primeiros</p>

	<p>anos do século XX, no qual a história paraguaia era considerada um anexo presente no estudo da história do continente americano, o ensino atual influenciado pelo novecentismo enfatiza os elementos que fomentam a identidade nacional.</p> <p>O livro ao total, desconsiderando as referências bibliográficas, possui a quantidade de 160 páginas, o que representa um número de páginas bastante reduzido em comparação a outros materiais didáticos. No tocante aos conteúdos trabalhados, nota-se pelos tópicos que a história é narrada em uma sequência cronológica que se inicia durante o período colonial do Paraguai e termina com debates sobre a situação do Paraguai ao final do século XIX, ou seja, como não há um avanço em direção à historiografia e situação do país durante o século XX, dá a entender que existe algum material complementar que complete a narrativa sobre a história mais recente do Paraguai ou que há certa restrição ao conteúdo da história do século XX, como a Ditadura de Stroessner (1954-1989), assunto extremamente sensível ainda no país.</p>
<p>Construção da narrativa</p>	<p>No que se relaciona com o período próximo à Guerra da Tríplice Aliança, esta obra didática seguindo um padrão parecido às demais obras estudadas, aborda de forma bastante detalhada o período dos “Karai Guasu” do Paraguai, ou seja, os grandes líderes do Paraguai que governaram desde a independência em 1811 até o término da Guerra da Tríplice Aliança em 1870. O recorte de investigação escolhido para esta obra, inicia-se no tema intitulado “Política Externa de Don Carlos António López”, que aborda as diferentes relações bilaterais entre o Paraguai e os países que mais estabeleceram algum tipo de relação durante a gestão de Carlos António López. As relações bilaterais estão divididas por tópicos, sendo</p>

que o primeiro deles refere-se às relações entre a República do Paraguai com o Império do Brasil. Neste, ressaltam-se alguns acontecimentos como o reconhecimento da independência paraguaia por parte do Brasil que se deu no ano de 1844, momento em que, segundo os autores, é marcado pelas pretensões da República Argentina sobre o território paraguaio.

O segundo ponto que ganha destaque é o *Tratado Varela-Bellegarde* assinado entre Carlos António López e Dom Pedro II no ano de 1850. O conteúdo do tratado expressava a cooperação mútua entre Paraguai e Brasil em caso de uma possível guerra contra a Argentina, além de manter a independência do Uruguai, acordo que teria sido desrespeitado pelo imperador brasileiro ao permitir que brasileiros se apoderassem de terras paraguaias localizadas ao norte do país, próximo à fronteira com o Brasil, na região de Salinas ao norte de Forte Olimpo.

A reação de López foi confiscar o passaporte dos invasores brasileiros e deportá-los do país, algo que teria gerado a indignação do imperador que reagiu mandando a já mencionada missão do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira como uma demonstração de força e intimidação ao Paraguai em 1855, missão que resultou em um vexame ao Império já que os navios não estavam preparados para a navegação nos rios da Bacia do Paraná e terminaram encalhando.

Após esta série de acontecimentos, o material didático destaca a assinatura dos dois últimos tratados de paz estabelecidos entre o gabinete de Carlos López e Pedro II: *Tratado López-Ferreira (1855)* - firmado entre o almirante brasileiro e o então general Francisco Solano López, encarregado de negociar os interesses do lado paraguaio. *Tratado Berges-Paranhos (1856)* – firmado no

Rio de Janeiro entre os diplomatas José María Berges do lado paraguaio e José Maria da Silva Paranhos do lado brasileiro. Ambos os tratados, de certa forma resultaram em uma vitória do lado paraguaio, já que os acordos de navegação, sobretudo sobre o Rio Paraguai, foram delimitados segundo os interesses e condições impostas pelo Paraguai. Além disso, os acordos postergaram as discussões sobre as áreas litigiosas de fronteiras por seis anos. É possível notar que nesta parte começa a aparecer a importante figura de Solano López na narrativa didática, tendo em vista que a única imagem presente nesta parte do livro é o retrato do general López feito por Aurelio Garcia em 1866.



FONTE: Irala et al. (2017, p. 51)

Em outros subtópicos é possível encontrar informações sobre as relações bilaterais entre o Paraguai de Carlos António López com a Argentina, com os Estados Unidos e ainda com a Grã-Bretanha. A narrativa das relações Paraguai – Argentina é construída de forma muito semelhante à narrativa do Paraguai com o Brasil. Ressaltam-se os tratados de navegação, comércio e territórios estabelecidos entre os dois países e alguns episódios de opressão por parte de Buenos Aires aos paraguaios, como foi o caso da proibição de entrada dos artigos paraguaios ao território argentino, imposta pelo General Rosas. No que tange a relação Paraguai – Estados Unidos, ressalta-se o impasse diplomático

ocorrido com o representante estadunidense Hopkins e sua missão que terminou de maneira caótica para as relações bilaterais dos dois países, já que o navio Water Witch entrou em águas proibidas e foi afundado por um tiro de canhão disparado pelo forte Itapirú, gerando em torno de 1859 um estado de guerra entre Estados Unidos e Paraguai.

Já no caso das relações Paraguai – Grã-Bretanha, é colocado como principal acontecimento a tentativa de assassinar Francisco Solano López que se encontrava em missão diplomática em Buenos Aires em 1859. Quando López estava retornando ao Paraguai ao bordo do navio Tacuarí, foi alvo de disparos de dois canhões britânicos. O governo portenho foi indiferente ao acontecimento, o que significa para os autores que: “La indiferencia porteña ante esta agresión demostró que la mediación había comenzado a ser perjudicial para el Paraguay” (IRALA, et al., 2017, p. 53).

Após trabalhados os tópicos das relações diplomáticas paraguaias na época de Carlos António López, são colocados alguns exercícios que abordaremos posteriormente. O segundo subtítulo que chama a atenção nesta obra analisada é o que trata da presidência de Francisco Solano López (1862-1870). Contrariando todas as versões tradicionalistas brasileiras e já demonstrando a personalidade culta de López, muito forte na perspectiva nacionalista paraguaia, o agora Presidente Solano López é colocado como uma figura preparada para assumir tal cargo, já que durante o governo de seu pai, havia participado de várias missões diplomáticas em defesa do Paraguai em questões litigiosas com o Brasil, Argentina, ou ainda em missões de apaziguamento como no caso do desentendimento com os Estados Unidos

após o naufrágio do *Water Witch*. O congresso elegera o líder por 10 anos que “siguió con la misma política de su padre, dedicando sus esfuerzos para el desarrollo del país, entre las obras realizadas durante su gestión, que estuvo marcada con el fuego de la Guerra contra la Triple Alianza, encontramos las siguientes: [...]” (IRALA et al., 2017, p.56).

A lista de feitos realizados por Solano López é extensa e inclui avanços em vários setores sociais, como o desenvolvimento da agricultura; criação de novas escolas de ensino básico; auxílio às famílias dos cidadãos mobilizados durante a guerra com sementes e dinheiro; melhores preços para os produtores de algodão; formalizou o idioma guarani; contratou arquitetos e engenheiros da Europa para a construção do Palácio de López em Asunción, etc. O último item que encerra a lista é o grande feito de heroísmo de Solano López: “Estuvo al frente del Pueblo paraguayo durante la Guerra contra la Triple Alianza, hasta su muerte ocurrida el 1 de marzo de 1870” (IRALA et al., 2017, p. 56).

O subtítulo que segue após esta breve introdução de Solano López denota de forma muito clara a perspectiva paraguaia sobre a região da Bacia do Prata. Este é um ponto muito interessante, pois é praticamente um subtópico paralelo ao que aparece nos livros didáticos de história do Brasil. É comum encontrarmos a construção de como o Império se encontrava na década de 1860 e de forma resumida como os demais países da Região do Prata também estavam no mesmo período. O Uruguai é colocado como um país que apresenta intensa disputa política entre Blancos e Colorados. A Argentina, uma nação afligida pela disputa entre unitaristas e federalistas e o Paraguai, uma nação com certo desenvolvimento

interno que buscava quebrar o isolamento histórico pela sua condição mediterrânea, através de uma política de aliança com o governo Blanco no Uruguai. Já quanto ao Império brasileiro, notamos uma série de revoltas ocorridas no Período Regencial (1831-1840), o Golpe da Maioridade instaurando de forma antecipada Pedro II como imperador em 1840 e a eclosão da Revolução Praiera (1848), que acaba sendo a única revolta que tivemos durante o segundo reinado entre 1840 – 1864. A década de 1850 é marcada por desentendimentos entre pecuaristas gaúchos com os uruguaios, mas de forma geral, pode-se dizer que a situação no país se encontrava estável. A questão com o Uruguai denotava de fato uma política imperialista do Brasil sobre a região, que inclusive já existia desde a época dos portugueses durante o período colonial. No entanto, é comum encontrarmos nos livros brasileiros alguns termos que tentam de certa forma desviar da questão do conceito imperialismo, ou ainda, tentam justificar porque o Brasil teve de mandar tropas ao Uruguai, fato que teria gerado a insatisfação paraguaia e a consequente prisão do navio mercante Marquês de Olinda juntamente à invasão da província do Mato Grosso. Por exemplo, no livro brasileiro 04 analisado neste trabalho é possível encontrar a informação de que Dom Pedro II tinha o receio de uma aliança dos Estados Nacionais da região do Prata que poderiam reestabelecer o antigo vice-reinado e preocupado com os interesses brasileiros terminou invadindo a Banda Oriental.

Já no caso de alguns livros paraguaios, notamos que a classificação para as ações brasileiras é expressamente colocada como imperialista, além de que o Império jamais havia respeitado territórios que eram legitimamente paraguaios ou que o Brasil aproveita a guerra para tomar

posse definitivamente destes territórios, como é o caso da narrativa trazida pela obra aqui estudada, conforme veremos abaixo.

No caso da obra didática da Editora El Mensú, notamos que o título escolhido pelos autores foi: “Situación general del país y del Río de la Plata en la época”. De forma semelhante coloca-se primeiramente uma autoanálise da condição paraguaia e posteriormente a perspectiva que este tem sobre os demais países presentes na região por volta de 1864. Destaca-se o pleno desenvolvimento paraguaio graças ao notável e brilhante trabalho realizado por Carlos López e que continuou com seu filho Francisco Solano López, ressaltando a criação de escolas por todo o país, a excelente produção agrícola e pecuária, bem como o moderno e bem equipado exército nacional. Todos estes fatores faziam o Paraguai ser uma referência no cenário internacional, já que mantinha encontros com as principais nações do mundo daquela época. Os demais países da região, segundo os autores, caminhavam na direção oposta.

La situación de los demás países del Plata no era muy armoniosa, ya que en Brasil, Argentina y Uruguay se estaba viviendo una época de anarquía y guerras civiles. Brasil tenía una política imperialista y pretendía adueñarse de los territorios legítimamente paraguayos. Por su parte en Argentina gobernaba Bartolomé Mitre, quien, si bien demostró interés en solucionar la cuestión de límites, no parecía dispuesto a ceder en sus pretensiones. Por último, Uruguay experimentaba una guerra civil, ya que Venancio Flores, con la ayuda de Argentina y Brasil se había levantado contra el gobierno

legítimo de Bernardo Berro, amigo del Paraguay. (IRALA et al., 2017, p. 56-57).

Nota-se que existe uma dualidade evidente entre a situação paraguaia e a situação dos demais países na região. Enquanto a condição do primeiro é de estabilidade e autodesenvolvimento sem prejudicar os demais países, a dos outros é marcada por conflitos e instabilidade. Claramente é possível estabelecer uma relação desta perspectiva com o revisionismo novecentista paraguaio, pois podemos notar primeiramente um grande apreço à figura de Solano López como um presidente diplomático que seguiu o desenvolvimento de seu pai, modernizando seu país e desenvolvendo pontos essenciais como educação, agricultura, exército, colocando o Paraguai em relação de paridade com as principais potências globais. Ressalta-se esse destaque paraguaio no cenário internacional, sobretudo quando comparado aos demais países da região marcados pela desorganização e atraso em questões de desenvolvimento interno. Os autores novamente colocam uma imagem de López sendo retratado de forma heroica, agora com seu cavalo Mandyju, que significa algodão em guarani, nome associado à coloração branca do animal.



Fonte: IRALA et al., 2017, p. 57.

Toda a narrativa construída até este momento pode ser considerada como um texto informativo expressando os antecedentes ou o chamado pré-guerra, já que é possível identificar a construção e desenvolvimento do Paraguai até 1864, assim como identificamos uma pincelada de como a região do Prata é representada sob o olhar da nação de Solano López. Contudo, é a partir da página 59 do material didático que podemos encontrar um subtítulo que se refere diretamente ao maior conflito da América do Sul, a chamada Guerra contra la Triple Alianza. A opção dos autores foi dividir o estudo deste conflito em quatro partes, que seriam praticamente o equivalente a quatro capítulos, já que dentro dos mesmos vemos subdivisões em tópicos que vão constituindo a narrativa. Tais capítulos serão apresentados resumidamente e depois detalhadamente para que seja possível captar e refletir sobre elementos da cultura histórica e da didática da história presentes nas narrativas.

O primeiro deles busca narrar os antecedentes e as causas que geraram a guerra, os autores o intitulam como: “La guerra contra la Triple Alianza (Primera Parte) Antecedentes y Causas”. O segundo capítulo se dedica em apresentar de forma detalhada e específica o Tratado Secreto da Tríplice Aliança. Diferentemente dos livros didáticos brasileiros que apenas o mencionam, nesta obra paraguaia os autores trazem o documento em sua íntegra e dedicam todo o segundo capítulo para desenvolver uma reflexão da perversidade do tratado firmado entre Brasil, Argentina e Uruguai, que quando divulgado internacionalmente, teria gerado indignação de diversos países da América Latina e de outros continentes, assim como gerou espanto em intelectuais dos próprios países que assinaram ao tratado como é o caso de Juan

Baustista Alberdi, teórico argentino que como já mencionado neste trabalho, é considerado por alguns como um dos primeiros intelectuais que teria traçado os caminhos do novecentismo paraguaio desenvolvido anos mais tarde por O’Leary, Báez, Decoud, entre outros.

O terceiro capítulo tem o objetivo de mostrar as principais batalhas e campanhas militares ocorridas ao longo da Guerra da Tríplice Aliança. É possível notar que não há um detalhamento tão grande das campanhas e batalhas militares como ocorre em outros materiais didáticos paraguaios. Ainda assim, a riqueza de detalhes destas batalhas expressada nas narrativas didáticas são de longe maiores que aquelas trazidas nos livros didáticos brasileiros da atualidade. Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado a narrar as consequências do conflito.

Agora que foram apresentados os objetivos e uma breve introdução de cada um destes capítulos, os abordaremos de forma mais detalhada a fim de refletir sobre os elementos presentes em suas narrativas. Portanto, retomaremos o primeiro capítulo intitulado “La guerra contra la Triple Alianza – Antecedentes y Causas”. O primeiro elemento interessante que podemos identificar é que mesmo o livro didático adotando como nomenclatura “La Guerra contra la Triple Alianza”, as discussões sobre o tema são iniciadas afirmando que o conflito também pode ser chamado de “Guerra Guasu, Guerra Grande ou ainda Guerra del Paraguay”. Os autores não apresentam uma reflexão sobre o porquê de termos várias nomenclaturas para o mesmo conflito, que seria notável sob o ponto de vista do Ensino de História, pois possibilitaria um estudo multiperspectivado, atrelando a multiperspectividade com o estabelecimento de diferentes conceitos ou nomes para um mesmo episódio, elemento

constitutivo de um livro didático ideal, segundo Rösen (1997). A forma como nos referimos ao conflito não é neutra, mas uma escolha motivada por diversos fatores, como por exemplo: o posicionamento ideológico de quem escreve a narrativa presente no material didático.

Retornando à narrativa do livro, vemos que os autores classificam a Guerra contra a Tríplice Aliança como um tema complexo relacionado a vários fatores que antecedem os próprios Estados Nacionais Modernos formados na região a princípios do século XIX. Podemos notar que existe uma divisão didática e metodológica que aborda os antecedentes do conflito em dois momentos distintos: primeiramente vemos uma construção histórica que se refere à formação das rivalidades e disputas presentes na região e datam da época das colonizações entre Portugal e Espanha; posteriormente, os autores citam as causas imediatas, ou seja, aqueles acontecimentos que giram em torno dos anos de 1863 – 1864. Os argumentos presentes em cada uma destas divisões didáticas estão expostos na tabela abaixo:

ANTECEDENTES	CAUSAS INMEDIATAS
a) El afán expansionista del Brasil.	a) La crisis política uruguaya.
b) La ineficacia de la diplomacia española.	b) La invasión brasileña al Uruguay.
c) La desintegración del Virreinato del Río de la Plata y los conflictos limítrofes.	c) El rompimiento de las relaciones entre Paraguay y Brasil.
d) La guerra argentino-brasileña.	d) Los intereses de Argentina y Brasil sobre el territorio paraguayo.
	e) La firma del Tratado Secreto de la Triple Alianza.
	f) Los intereses económicos británicos en el Río de la Plata.

TABELA 03: Antecedentes y Causas Inmediatas de la Guerra.

ANTECEDENTES

a) “El afán expansionista del Brasil”: Neste tópico é mencionado o histórico desrespeito primeiramente do Império de Portugal e posteriormente do Império Brasileiro em relação aos acordos territoriais estabelecidos na América do Sul. Cita-se como exemplo, o caso de Portugal que desrespeitando os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, invadiu e ocupou áreas de posse da Espanha como no caso da fundação da Colônia de Sacramento no Estuário do Prata, localizado atualmente na República do Uruguai.

b) “La ineficacia de la diplomacia española”: Neste ponto os autores apontam os fracassos e a inaptidão dos diplomatas espanhóis que a partir de tratados posteriores ao de Tordesilhas (1494), sempre terminaram concordando em assinar acordos favoráveis a Portugal, marcando a ineficiência ou desinteresse mesmo da Espanha com seus territórios coloniais. Como exemplo, menciona-se o Tratado de Madrid (1750), no qual a Espanha troca a Colônia de Sacramento pelas regiões guaranis, muitas delas localizadas na região do atual Rio Grande do Sul, algo que teria levado às Guerras Guaraníticas.

c) “La desintegración del Virreinato del Río de la Plata y los conflictos limítrofes”: Se nos dois primeiros tópicos podemos identificar uma acusação ao Império Luso-Brasileiro, que através de suas políticas imperialistas/expansionistas havia sempre desencadeado conflitos e rivalidade na região da Bacia do Prata, neste terceiro tópico vemos uma acusação direta à Argentina.

Segundo os autores do material didático, quando o último vice-rei espanhol do Rio da Prata foi expulso em 1810, Buenos Aires – a capital regional – tentou assumir o controle total do antigo vice-reinado sem considerar que as demais regiões ou províncias daquele também tinham interesses particulares e queriam formar Estados Independentes, como é o caso da região do Paraguai, considerada por Buenos Aires uma província rebelde.

d) “La guerra argentino-brasileña”: O quarto e último tópico estabelece uma acusação direta à Argentina e ao Brasil como causadores do conflito. A guerra intitulada como “argentino-brasileira” é conhecida no Brasil como a Guerra da Cisplatina (1825-1828), conflito travado entre as Províncias Unidas do Rio da Prata (que viriam a formar a Argentina) e o Império Brasileiro liderado por Dom Pedro I, que resultaria na formação de uma república independente, o Uruguai. Segundo os autores, do material didático aqui estudado, este conflito é a clara demonstração dos interesses expansionistas tanto do Brasil como da Argentina que buscavam se fortalecer à custa de outras nações como Paraguai e Uruguai.

Fazendo uma rápida síntese sobre os argumentos utilizados como antecedentes do conflito, vemos uma argumentação acusando diretamente Argentina e Brasil como grande responsáveis pelo conflito que eclodiria no ano de 1864. O Uruguai, mesmo sendo posteriormente país partícipe da Tríplice Aliança, é colocado em uma relação de igualdade com o Paraguai, ou seja, como nações que sofreram e tiveram de lidar com a política externa agressiva do Brasil e da Argentina ao longo do século XIX.

CAUSAS INMEDIATAS

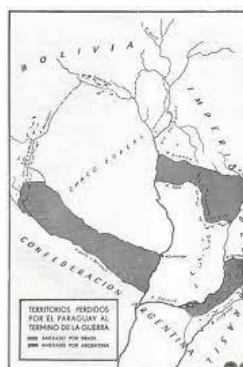
a) La crisis política uruguaya: Crise política uruguaia iniciada com a invasão de Venâncio Flores (líder colorado) com o apoio das tropas argentinas ao território uruguaio com o intuito de derrocar o presidente Bernardo Berro, aliado à Solano López e aos interesses paraguaios.

b) La invasión brasileña al Uruguay: A invasão brasileira ao Uruguai denota a escalada de tensão da crise política uruguaia que terminaria sendo o primeiro passo para o início da Guerra da Tríplice Aliança. Com o argumento de que brasileiros estavam sendo maltratados pelos uruguaios (blancos), o Império decidiu através do congresso pela invasão militar à Banda Oriental, além de assinar um acordo com Bartolomé Mitre (presidente argentino) para que o Uruguai fosse dividido entre Brasil e Argentina. O acordo teria preocupado imensamente o governo uruguaio que interpretou a aliança entre Pedro II e Mitre como um prelúdio de guerra que colocava em xeque as independências do Paraguai e do Uruguai. Sendo assim, o governo uruguaio solicita intervenção diplomática ao seu grande aliado na região: o Paraguai. Segundo os autores, Francisco Solano López enviou uma carta ao Rio de Janeiro, afirmando que qualquer ação militar brasileira sobre o Uruguai, seria interpretada pelo Paraguai como um atentado direto ao equilíbrio de forças na Bacia do Prata. O Brasil ignorou completamente o Paraguai e enviou as tropas imperiais em setembro de 1864, que contou com o apoio de Venâncio Flores. No entanto, antes mesmo da invasão brasileira, foi realizado um encontro entre representantes diplomáticos do Brasil, Argentina, Uruguai e Inglaterra. Os autores interpretam este encontro como o embrião da Tríplice Aliança.

c) El rompimiento de las relaciones entre Paraguay y Brasil: Com o fracasso diplomático após a invasão

brasileira ao Uruguai, Solano López em uma tentativa desesperada de deter as tropas brasileiras em direção ao Uruguai, aprisiona o navio mercante Marquês de Olinda que navegava nas águas do Rio Paraguai rumo à província do Mato Grosso e levava o presidente da referida região. Além disso, Solano López cortou todas as relações diplomáticas entre o Paraguai e o Brasil e decretou proibida a navegação de navios brasileiros sobre o Rio Paraguai, o que causava o isolamento do Mato Grosso em relação ao Brasil. Por fim, López ordena a ocupação da província mato-grossense em dezembro de 1864.

d) Los intereses de Brasil y Argentina sobre el territorio paraguayo: Aqui são representados os antigos interesses brasileiros e argentinos em ocupar os territórios litigiosos entre estes e o Paraguai. Estes territórios representam regiões das atuais fronteiras entre Mato Grosso do Sul e Paraguai no caso Paraguai-Brasil e aos territórios atualmente anexados pela Argentina na região de Misiones e Chaco. Os territórios perdidos pelo Paraguai após o término da guerra são representados na página 60, conforme vemos na imagem abaixo:



FONTE: Irala et al., 2017, p. 60

e) La firma del Tratado Secreto de la Triple Alianza: Tratado firmado em 01 de maio de 1865 entre Brasil,

Argentina e Uruguai que deveria permanecer secreto, mas terminou sendo publicado pela Inglaterra. A publicação inglesa teria gerado uma indignação de vários países do mundo que argumentaram a favor da causa paraguaia. Neste momento, o Paraguai já estava oficialmente em guerra com o Brasil, devido aos acontecimentos envolvendo o Mato Grosso; com o Uruguai, já que neste momento a invasão brasileira já tinha alcançado derrocar as forças de Aguirre e colocar Venâncio Flores (aliado a Mitre e a Pedro II) na presidência uruguaia, que alinhado aos interesses de seus aliados havia declarado guerra à Solano López; por fim com a Argentina, pois uma vez que a invasão do Mato Grosso não havia resultado no retrocesso das tropas brasileiras no Uruguai, Solano López planejou uma invasão ao Rio Grande do Sul. Para conseguir tal feito, era necessário passar pela província argentina de Corrientes. López solicitou formalmente a Mitre a passagem pacífica de suas tropas, que foi negada pelo governante argentino, resultando na invasão do referido território e a consequente declaração de guerra à Argentina.

f) Los intereses económicos británicos en el Río de la Plata: Neste ponto é colocada uma citação do historiador Felipe Pigna que a guerra foi resposta aos interesses britânicos que queriam acabar com o mau exemplo que o Paraguai representava, uma nação com desenvolvimento autônomo e sem dívidas externas, algo atípico quando pensamos nos demais países da América Latina, que já se encontravam sob empréstimos e consequentemente sob influência do capital e dos interesses da Inglaterra.

Assim como foi feita uma síntese das ideias apresentadas como antecedentes do conflito, o objetivo agora será realizar uma síntese das ideias apresentadas como causas imediatas do conflito. Notamos que do ponto “a)” ao ponto “f)” é possível encontrar uma evolução dos acontecimentos diplomáticos que marcam a primeira fase do conflito, desde a quebra das relações diplomáticas entre Paraguai e Brasil até a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1865, momento no qual Solano López já se encontra isolado e em guerra com três países. Existe uma continuidade e reafirmação no argumento de que a origem do conflito e, portanto, a culpa deste recai sobre os projetos expansionistas brasileiros e argentinos. O ataque paraguaio às províncias brasileiras e à província de Corrientes, diferentemente do que se propagou muito nas vertentes tradicionalistas brasileiras, não é um projeto megalomaniaco de Solano López em criar um grande Paraguai ou ser um Napoleão nas Américas, mas uma tentativa desesperada do presidente paraguaio em frear as tropas imperiais que marchavam em direção ao Uruguai para destituir o governo uruguaio aliado ao Paraguai. Outro ponto importante, é que López faz isso para cumprir com o acordo de cooperação estabelecido entre o Paraguai e o Uruguai e há uma preocupação destes dois países em serem engolidos pelas forças brasileiras e argentinas. A guerra não é a solução desejada por Solano López, destaca-se que o líder em 1864 tentou resolver a questão da invasão brasileira ao Uruguai de forma pacífica e diplomática, no entanto, terminou completamente ignorado pelo governo do Rio de Janeiro. Por fim, é possível identificar com clareza no último ponto, qual é a vertente historiográfica que embasa a narrativa sob o ponto de vista do Paraguai. O

revisonismo se faz presente na passagem do historiador Felipe Pigna que atribui grande parte do início do conflito aos interesses econômicos da Inglaterra – nação preocupada com o desenvolvimento autossuficiente do Paraguai (o mau exemplo das Américas).

O ponto que finaliza o primeiro capítulo, aborda justamente a questão da situação em que os países se encontravam no início da guerra. Novamente, o Paraguai é colocado como a nação que apresentava de longe as melhores condições, pois em 1864 contava já com o ferrocarril, linhas de telégrafo, fábricas, escolas, enfim, toda a infraestrutura que uma nação avançada poderia ter para a sua época. Tal desenvolvimento era fruto da gestão desenvolvimentista da época de Carlos António López. Já os outros países contavam com grandes crises internas que contradiziam em todos os sentidos a ideia de levar a civilização ao Paraguai. O Brasil é colocado como uma monarquia decadente e corrupta com grande parte de sua população sendo escrava. A Argentina, uma República em que mais da metade de sua população não possui sequer um pedaço de terra e há uma disputa política interna constante entre Buenos Aires e as demais províncias, muitas das quais inclusive não aceitavam lutar contra o Paraguai, achavam que a guerra não fazia nenhum sentido. Por fim, o Uruguai contava com um presidente que havia mergulhado o país em uma guerra civil com o apoio direto de argentinos e brasileiros. Ou seja, o apoio popular que Venâncio Flores tem é praticamente nulo. A participação deste na Tríplice Aliança é mais simbólica do que concreta.

Para reforçar esta perspectiva, menciona-se uma passagem do intelectual argentino Alberdi que afirma:

Si es verdad que la civilización de este siglo tiene por emblema las líneas de navegación por vapor, los telégrafos eléctricos, las fundiciones de metales, los astilleros y arsenales, los ferrocarriles, etc., los nuevos misioneros de civilización salidos de Santiago del Estero, Catamarca, La Rioja, San Juan, etc., etc., no sólo no tienen en su hogar esas piezas de civilización para llevar al Paraguay, sino que irían a conocerlas de vista por la primera vez en su vida en el “país salvaje” de su cruzada civilizatoria” (IRALA, 2017, p. 61)

Como é possível notar, existe uma crítica contundente por parte de Alberdi (importante opositor de Mitre na Argentina da década de 1860), carregada consigo de ironia e sátira. Os argentinos, que propagavam o mesmo discurso do Império brasileiro, levar a civilização a um país “selvagem, retrógrado, etc.”, nem sequer conheciam o que era civilização, ou os elementos constituidores de uma nação civilizada. Muitos dos soldados argentinos, conheceriam e veriam de perto pela primeira vez tais elementos justamente no Paraguai, que contava com toda a infraestrutura de uma nação considerada civilizada para o período. Como já mencionado algumas vezes, Alberdi mesmo sendo argentino, estava totalmente em contra à Guerra da Tríplice Aliança. Ele, assim como muitos argentinos de Corrientes e outras províncias do interior, acreditavam que o conflito deveria ser travado contra o Brasil, que poderia ser considerado uma ameaça aos ideais republicanos e historicamente tinha sido a principal ameaça para os países do Prata com sua política expansionista e intervencionista. É justamente por falas como a colocada acima que Alberdi é considerado por alguns como um dos precursores do revisionismo paraguaio.

Por fim, coloca-se ainda a chamada “Doctrina del Equilibrio” que apresenta a mudança de postura geopolítica do Paraguai de Carlos António López para a gestão de Francisco Solano López. Don Carlos, ainda que de forma muito tímida, começava a quebrar gradativamente o duro isolamento autocolocado durante a ditadura do Dr. Francia. Contudo, mantinha a postura de não intervenção nos assuntos políticos de outros países. Já Solano López, acreditava que a doutrina de equilíbrio da Bacia do Prata seria manter a paz regional, nem que para isso fosse necessário o intervencionismo militar, como no caso da invasão brasileira ao Uruguai, que desequilibrou a paz regional e resultou na Guerra da Tríplice Aliança.

O segundo capítulo que aborda o tema da Guerra contra a Tríplice Aliança é justamente sobre o tratado secreto que deu origem ao nome do conflito. Assinado em 01 de maio de 1865, os representantes da Argentina, do Uruguai e do Brasil, oficializaram uma aliança secreta que continha no total dezenove artigos estabelecendo as regras e possibilidades de cada país na luta contra o Paraguai, acrescido de um protocolo de quatro artigos que traziam em seu conteúdo o objetivo de demolir as fortificações de Humaitá – fortaleza paraguaia localizada nas margens do Rio Paraguai e passagem obrigatória para chegar a Asunción; saqueio de todas as armas localizadas em território paraguaio que seriam divididas entre as forças aliadas; captura dos troféus de guerra que da mesma forma seriam igualmente divididos entre as tropas aliadas; por fim o compromisso por parte dos líderes militares aliados em cumprir com o acordado no protocolo anexado ao Tratado Secreto da Tríplice Aliança.

Quanto ao conteúdo do Tratado em si, segundo a autoria do livro didático, podemos destacar que:

El art. 1 señala que el motivo de la alianza ofensiva y defensiva era la guerra “provocada por Paraguay”, el art. 2 menciona que los aliados pondrían todos los medios necesarios para cumplir con sus objetivos, en el art. 3 se disponía que el mando de los ejércitos aliados quedaba a cargo del presidente argentino Bartolomé Mitre, el art. 4 indica que las cuentas de guerra serían financiadas por cada Estado signatario, en el art. 5 los aliados se comprometían a ayudarse mutuamente, en el 6º y 7º se mencionan que los aliados no podrían firmar acuerdos de paz por separado con Paraguay y que la guerra solamente era con el gobierno del Paraguay.

Los aliados se comprometían por los artículos 8 y 9 del tratado a respetar la independencia y la integridad territorial de nuestro país, a pesar de que en el artículo 16 se repartían de antemano el territorio paraguayo, quedando éste apenas con la actual Región Oriental. El artículo 10 señalaba que todos los beneficios obtenidos durante la guerra serían repartidos por igual entre los tres países; por su parte en los artículos 11, 12 y 13 se especifican que una vez derrocado el gobierno paraguayo, los aliados asegurarían la libre navegación de los ríos Paraná y Paraguay y que los mismos se encargarían de “asegurar la paz” en el Paraguay. Toda la deuda de guerra quedaba a cargo de nuestro país por los artículos 14 y 15 del tratado. Este documento finaliza con los artículos 17, donde los aliados se comprometen cumplirlo fielmente, el 18 que habla del carácter secreto del tratado y el 19, que afirma la pronta vigencia del acuerdo, sin necesidad de la autorización legislativa. (IRALA et al., 2017, p. 64)

O que é possível notar a partir da narrativa exposta acima, é que com a exposição detalhada de cada artigo, os

autores buscam gerar justamente a indignação misturada com um toque de ironia, a partir do conteúdo do Tratado Secreto da Tríplice Aliança e seu protocolo em anexo. Como por exemplo, as aspas colocadas já no artigo 01 que coloca o Paraguai como o grande responsável pelo conflito, mesmo esse tendo eclodido após a invasão brasileira ao Uruguai. Ou ainda, o fato de nos artigos 08 e 09 os aliados dizerem que respeitariam a independência e a integridade do território paraguaio e em alguns artigos abaixo se contradizerem, pois eles já haviam pensado a repartição do território paraguaio entre os vencedores. Também no artigo 12 e 13 que afirma que os aliados iriam “assegurar a paz” no Paraguai, dando a entender que esta não existia antes da ocupação aliada, algo que é totalmente contraditório, já que os aliados haviam levado a guerra ao país. Por fim, um ponto realmente importante que é destacado a partir das narrativas e das ilustrações colocadas no livro, é o fato de que pelos artigos 06 e 07 os aliados fariam a guerra apenas contra o governo paraguaio e não contra o seu povo, no entanto, sabemos que o resultado foi o completo massacre da população. Os autores do livro didático colocam duas imagens, uma de Solano López com a legenda “según el Tratado Secreto, la guerra no era contra el pueblo, sino contra López. Los hechos demostraron que fue una guerra de exterminio” (IRALA et al., 2017, p.64) e a outra é uma foto da fortaleza de Humaitá destruída, cumprindo o acordado no protocolo adicional ao Tratado Secreto.



Según el Tratado Secreto, la guerra no era contra el pueblo, sino contra López. Los hechos demostraron que fue una guerra de exterminio.



El Protocolo adicional establecía la destrucción de las fortificaciones de Humaitá.

FONTE: Irala et al., 2017, p. 64-65.

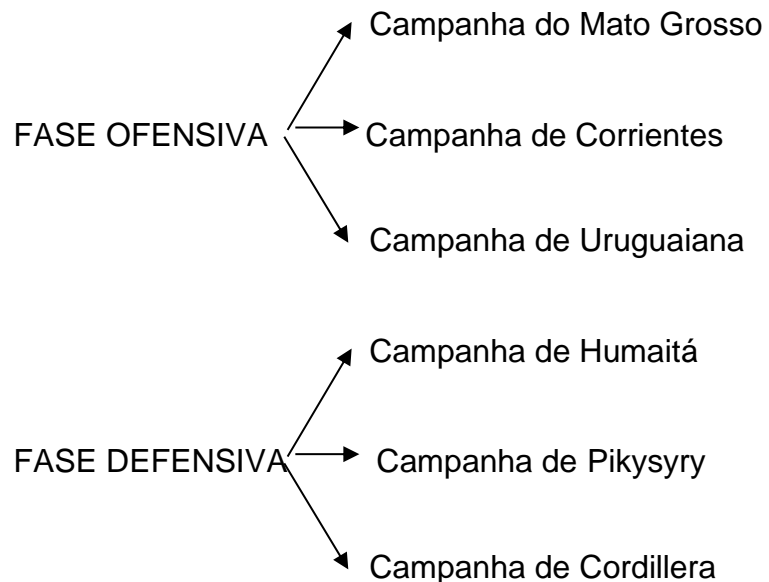
Posterior às discussões do Tratado, os autores mencionam como foram os preparativos do Paraguai em 1865 em meio à guerra. Solano López, uma vez que já contava com perdas humanas e militares com a derrota de Estigarribia na Campanha de Uruguaiana no Rio Grande do Sul, estava literalmente isolado. Neste momento, o avanço paraguaio ao sul havia sido detido e após a Batalha do Riachuelo, a navegação na Bacia do Prata estava completamente fechada ao Paraguai. Mesmo assim, a produção naval nos estaleiros e a produção de armamentos na fundição de ferro de Ybycuí, sítio histórico localizado no departamento de Paraguarí, onde foi produzido o emblemático cañón Cristiano, feito a partir da fundição do bronze dos sinos de várias igrejas do

Paraguai já na época em que o país estava com preso em seu território.

Além da manutenção da produção de armamentos, toda a população foi convocada para a guerra. Os homens foram convocados para ingressarem no exército, não importando a idade. Quanto às mulheres, essas ganham grande destaque por terem sido as agricultoras e fornecido toda a alimentação e matéria-prima necessária para a manutenção do Paraguai, além de terem ingressado no exército na condição de enfermeiras, cuidando dos feridos que retornavam dos campos de batalha. Nesta parte da obra os autores colocam apenas estas informações, mas as mulheres a parte destas funções desempenhadas, também pegaram em armas e foram combatentes diretas contra os aliados. Uma vez que terminou a guerra, elas eram grande parte da população sobrevivente e foram as responsáveis pela reconstrução do país. Nos anos posteriores o Paraguai ficou conhecido como a República das Mulheres, justamente por constituírem a grande maioria demográfica. Devido a estes elementos, constituiu-se no Paraguai a figura da mulher paraguaia, criou-se o dia 14 de fevereiro destinado a celebrar o heroísmo delas, no revisionismo novecentista, elas se tornaram um símbolo nacional e um dos principais elementos da bravura paraguaia.

Por fim, a última informação trazida quanto aos cuidados de López com o Paraguai nesta fase da guerra, tem a ver com a cólera, uma doença muito conhecida que se manifesta nas narrativas do conflito, em diferentes estágios. Vemos por exemplo, relatos da cólera em episódios como o da Retirada de Laguna escrito por Taunay, mas também nas narrativas do acampamento

aliado próximo a Tuiuti. No entanto, a informação referente à forma como os paraguaios lidaram com a cólera é pouco conhecida. Os autores do livro mencionam que Solano López preocupado com a questão de saúde pública no Paraguai, decretou a chamada Lei de Quarentena, pela qual todos os navios que chegavam a Asunción, provenientes de Humaitá, tinham que fazer quarentena antes de adentrar na capital, para evitar um contágio massivo da doença entre a população asuncena. Já o capítulo 03 do livro possui relação direta com as principais batalhas e campanhas do conflito. Diferentemente do que ocorre com outros livros paraguaios que terminam detalhando batalha por batalha, cada pequeno enfrentamento bélico entre os combatentes, esta obra divide a guerra em 06 grandes campanhas separadas em duas fases, conforme vemos abaixo:



Após feita esta classificação, os autores exploram com mais detalhes os objetivos paraguaios em cada uma das fases colocadas acima. No caso da Campanha do Mato

Grosso, liderada pelos coronéis Vicente Barrios e Francisco Isidoro Resquín, este último que posteriormente escreve suas reminiscências da guerra em um livro, tinha como objetivo neutralizar o avanço das tropas imperiais no Uruguai, ou seja, desviar a atenção do exército brasileiro, socorrendo assim o país aliado que se encontrava sob ataque. A missão no Mato Grosso foi um completo sucesso para as forças paraguaias que conseguiram tomar as cidades de Coimbra, Albuquerque, Corumbá, Miranda, e o arsenal de Dourado. A parte de conquistar os antigos territórios litigiosos com o Brasil, os paraguaios ganharam grande energia com o sucesso da missão, já que conseguiram tomar posse de uma quantidade importante de munições e armamentos da província do Mato Grosso.

Terminada a ocupação do Mato Grosso que durou em torno de duas semanas, Solano López planejou um novo ataque ao Brasil, com o objetivo novamente de forçar a retirada das tropas imperiais do Uruguai. O objetivo seria agora a Província do Rio Grande do Sul, localizada próxima ao front de batalha com a Banda Oriental. No entanto, para chegar ao Rio Grande era necessário passar pela província argentina de Corrientes. O congresso paraguaio em 1865 solicita formalmente a passagem das tropas paraguaias pelo território argentino em questão. A Argentina alegando neutralidade afirma não ser possível a passagem paraguaia, o que resulta na declaração formal de guerra do Paraguai à Argentina em março de 1865 e a ocupação de Corrientes. O comando paraguaio nesta ocasião possui novamente o agora general Resquín e o general Wenceslao Robles ocuparam a cidade de Corrientes apresando alguns navios argentinos como o Gualeguay e o 25 de Mayo.

Como havia uma grande simpatia e semelhança cultural da população de Corrientes com o Paraguai, a ocupação foi fácil e quase não houve resistência. Mitre, mesmo sendo comunicado da declaração oficial de guerra do Paraguai, alegou que os paraguaios tinham atacado sem uma declaração formal. A campanha de Corrientes terminaria em torno de cinco meses após a ocupação da capital da província, com a derrota paraguaia na Batalha Naval de Riachuelo, que terminaria definitivamente com o avanço paraguaio e deixaria Solano López preso em seu território.

Por fim, a campanha de Uruguiana no Rio Grande do Sul é liderada pelo Tenente Coronel Estigarribia e pelo Major Pedro Duarte. A força paraguaia cruzou o Rio Uruguai que delimita a fronteira entre a Argentina e o Brasil e atacou primeiramente a cidade de São Borja em junho de 1865 e posteriormente marchou ao sul rumo à Uruguiana. As tropas brasileiras teriam recebido ordens para abandonar a cidade e lutar quando reforços chegassem. Nesta ocasião, a força paraguaia foi dividida em dois grupos. Enquanto o tenente-coronel Estigarribia estacionou suas tropas em Uruguiana, as forças do Major Duarte estacionaram do outro lado do Rio Uruguai, na região de Yatay (próximo à cidade de Paso de los Libres). Ali se desencadearia uma das primeiras grandes derrotas do Paraguai, pois em agosto de 1865 o exército aliado com 10.000 homens alcançou a localidade e cercou as tropas de Duarte que contavam com aproximadamente 2.000 homens. As forças de Estigarribia estacionadas do outro lado do rio, não conseguiram socorrer aos compatriotas de Yatay que terminaram sendo massacrados. No mês seguinte, as tropas aliadas cercaram também a cidade de Uruguiana, causando a rendição das tropas paraguaias.

Neste episódio, o Paraguai perdia aproximadamente 5.000 homens que terminaram sendo vendidos como escravos aos aliados, ou foram forçados a ingressar nas tropas aliadas para lutarem contra o Paraguai. A derrota de Uruguaiana marcava o final da fase ofensiva paraguaia, a partir daquele momento, iniciava-se a fase defensiva da guerra, na qual o Paraguai lutaria contra as tropas aliadas dentro de seu próprio território.

FASE DEFENSIVA

A primeira fase da campanha defensiva é a mais extensa de toda a guerra, estamos falando da Campanha de Humaitá, que durou pouco mais de dois anos e marcou a estagnação do conflito. A primeira batalha que os autores do livro trazem, é uma tentativa de nova ofensiva paraguaia liderada pelo Coronel José Eduvigis Díaz, o qual atravessou o Rio Paraná e junto com aproximadamente 450 homens encontrou uma força aliada argentina de aproximadamente 4.000 soldados em Corrales. A batalha terminou resultando na derrota paraguaia. Os soldados mais o coronel Díaz conseguiram cruzar novamente o Rio Paraná e entrar em território paraguaio sem nenhuma interferência da esquadra brasileira estacionada próximo do campo de batalha.

A segunda batalha é uma nova tentativa de ataque do Paraguai, desta vez na região de Estero Bellaco em maio de 1866. O ataque surpresa teria gerado uma vantagem inicial aos paraguaios, mas as tropas aliadas conseguiram se reorganizar e reverter a batalha, gerando um grande e importante número de baixas às tropas paraguaias. A narrativa presente no livro didático informa que os aliados com receio de receberem um segundo ataque surpresa, decidem acampar ao norte de Estero Bellaco, na região

de Tuyutí, local em que Solano López ordena um massivo ataque às forças aliadas. Em 24 de maio de 1866 ocorria a maior batalha da história da América do Sul. Com uma força de aproximadamente 24.000 homens, os paraguaios atacam o acampamento aliado que continha 52.000 soldados. Durante cinco horas de batalha, o Paraguai não consegue vencer e perde importante quantidade de suas forças: 5.000 mortos e aproximadamente 7.000 feridos. Contudo, o lado aliado também perde um número considerável de soldados: aproximadamente 8.000 mortos.

Após Tuyutí, podemos ver que novamente de forma sobressaliente o elemento da bravura paraguaia. Segundo os autores: “Posteriormente se desencadenaron las batallas de Yataity Corá, Boquerón, Sauce y Curuzú donde los paraguayos demostraron un gran coraje.”

Após a série de batalhas ocorridas na primeira metade do ano de 1866, o conflito entra em um dos momentos mais marcantes para o nacionalismo paraguaio. Primeiramente, na região de Yataity Corá, ocorre o famoso encontro entre Francisco Solano López e Bartolomé Mitre, convocado pelo líder paraguaio que buscava colocar fim ao conflito e atingir a paz. É comum encontrarmos na literatura da Guerra da Tríplice Aliança, passagens em que Solano López afirmava que a guerra não era contra a Argentina, mas principalmente contra o Brasil, tentando atingir um acordo de paz com o presidente da República Argentina e líder das tropas aliadas até aquele momento, conforme estabelecido no Tratado Secreto da Tríplice Aliança. Contudo, Mitre seguindo o Tratado de 1865 firmado com Uruguai e Brasil, afirma que a única forma de alcançar a paz é mediante as condições estabelecidas pelo Tratado. López, considera

inaceitáveis tais condições e não alcança atingir um acordo de paz. Dois dias depois, recebe um comunicado por parte do líder argentino, afirmando que a guerra continuava. Este episódio da guerra, foi resgatado pelos paraguaios como uma das provas de que não era Solano López o ditador, ou o principal causador pelo conflito, pois este desde o princípio buscou a via diplomática/pacífica. Mesmo depois da guerra ter começado López tentou negociar a paz com a Tríplice Aliança o que contribuiu para a sua reconstrução como grande herói nacional nos anos 1900. O material da Editora El Mensú aborda esta passagem do conflito com as seguintes palavras:

El 10 de septiembre de 1866, Francisco Solano López invitó al General Bartolomé Mitre a una entrevista para buscar poner fin a la guerra, esta **Entrevista de Yataity Corá** se realizó el 12 de septiembre de 1866. El Mariscal López solicitó que las acciones bélicas pararan y que se llegara a un acuerdo de paz entre los combatientes. Mitre manifestó que la paz solo era posible con la aplicación del Tratado Secreto y López manifestó que dicha condición era inaceptable. Dos días después, el general Mitre envió una nota al Mariscal López informándole que la guerra continuaba. Este hecho histórico demuestra que el presidente paraguayo estuvo dispuesto a alcanzar la paz, pero la ambición de los países de la Triple Alianza era más que los deseos de paz. (IRALA et al., 2017, p. 72)



Entrevista de Yataity Corá entre Mitre e López em 1866. FONTE: Irala et al., 2017, p. 72.

Após a série de vitórias aliadas na Campanha de Humaitá, os aliados confiantes em uma vitória rápida sobre o Paraguai, organizam um grande ataque na região de Curupayty. A batalha ocorrida no dia 22 de setembro de 1866 é completamente ignorada no Brasil. Em muitos documentários e livros didáticos a mesma não é sequer mencionada. A explicação para tal esquecimento é intencional e nos indica que o ataque resultou em um erro crasso. Os paraguaios organizados em uma linha defensiva próxima à Fortaleza de Humaitá e sob o comando de José Eduvigis Díaz, colocaram inúmeros obstáculos entre as tropas aliadas e suas linhas defensivas, causando um avanço muito lento das tropas aliadas em um campo aberto ao alcance dos canhões paraguaios. O ataque frontal liderado por Bartolomé Mitre resultou em uma vergonhosa derrota para os aliados que fez a moral das tropas despencarem, estagnou a guerra por mais de um ano, causou a destituição de Mitre do comando aliado e impactou diretamente nos assuntos políticos do Brasil e da Argentina, já que parte da classe política e da população destes países começou a pressionar os seus governos para um acordo de paz com o Paraguai. As pinturas mais famosas da Batalha de Curupaity, são do pintor e ex-combatente argentino Cándido López, que saiu gravemente ferido dos campos de batalha.



Representação da defesa das tropas paraguaias em Curupaity por Cándido López. FONTE: Irala et al, 2017, p. 72)

A batalha de Curupaity é resgatada como um dos maiores momentos de glória das forças paraguaias durante a Guerra da Tríplice Aliança. Várias canções de cunho nacionalista produzidas no século XX e XXI resgatam Curupayty como um símbolo da bravura e valentia do povo guarani, como no caso da canção “Patria Querida” que em sua última estrofe menciona “Libre serás oh patria amada / Mientras tengamos el rubí / De nuestra sangre derramada / Triunfante allá en Curupayty. / El lema del valor / Que siempre ha de seguir / La raza paraguaya es vencer o morir.”

Contudo, mesmo após este momento de sucesso paraguaio, o Marquês de Caxias, futuro Duque de Caxias, chega ao acampamento aliado para assumir e reorganizar as tropas aliadas. Em 1868 três buques de guerra brasileiros conseguem ultrapassar a até então inexpugnável fortaleza de Humaitá e as tropas paraguaias já muito debilitadas e em número muito reduzido acabam sucumbindo no forte. Estava aberto o caminho para chegar em Asunción. Para alguns membros da classe política paraguaia, a passagem dos buques pelo forte de Humaitá resultava em um erro de Solano López e alguns destes, segundo informações trazidas pelo material didático, teriam entrado em contato com as forças aliadas para já naquele momento constituir uma junta de governo. É neste momento que López começa a perder o controle e apresentar o seu lado mais cruel, pois essas informações chegam ao líder paraguaio que condena imediatamente os envolvidos na traição e mergulha em um momento de total desconfiança. Solano López acusa pessoas, inclusive muito próximas a ele de serem

traidoras e instaura tribunais para condenar ao fuzilamento. Nas narrativas tradicionalistas brasileiras e paraguaias do pós-guerra, estas características colocam López como um ditador sanguinário e constroem a figura de um louco ocupando a presidência da República do Paraguai.

Após esta série de acontecimentos, começava a penúltima fase das batalhas na campanha de Pikysyry, marcada por batalhas que resultaram no completo aniquilamento das forças paraguaias. Muitos dos soldados de López neste momento da Guerra já eram idosos, crianças, ou ainda mutilados das batalhas anteriores. Após as batalhas de Ytororó, Avay, Itá Ybaté e Lomas Valentinas, o exército do Paraguai é completamente dizimado. Segundo a narrativa dos livros didáticos, López havia cogitado se render às tropas aliadas, mas após o “apoio incondicional” de seus chefes e oficiais, decide continuar com a guerra. A narrativa didática informa também, que em dezembro de 1868, Caxias esteve a ponto de capturar Solano López, que acreditando ter chegado o seu fim, chegou a escrever o seu testamento, como podemos ver na passagem abaixo:

El 26 de diciembre el ejército aliado llegó en las cercanías del Cuartel General y el Mariscal López creyendo llegado su fin, dictó su testamento. Sin embargo, inexplicablemente Caxias no lo tomó prisionero y López se dirigió hacia Cerro León. El 30 de diciembre de 1868 se rindió Angostura. La ocupación total de Asunción se produjo el 5 de enero de 1869 y López trasladó la capital a Luque y posteriormente a Piribebuy (IRALA et al., 2017, p. 73)

A tomada de Asunción pelas forças aliadas, compostas neste momento em sua imensa maioria por brasileiros, deu início as piores atrocidades que podemos registrar ao longo do conflito. Utilizando como referência o livro do historiador Hérib Caballero Campos, intitulado “El País Ocupado”, menciona-se que:

[...] “las tropas brasileñas inmediatamente se dedicaron al saqueo y a la profanación de tumbas de los cementerios asuncenos (...)”. Los soldados aliados no se conformaron con los objetos, muebles y otros tesoros hallados en las casas abandonadas, sino que también comenzaron a buscar tesoros enterrados, derribando casas, paredes, exhumaron cadáveres, etc.

Las mujeres que fueron tomadas prisioneras luego de la batalla de Itá Ybaté fueron víctimas de toda clase de vejámenes. La poca población restante pasaba hambre y se produjeron hasta secuestros de niños. Respecto al hambre señala Caballero Campos: “El hambre era tal que las personas morían a la vera de los caminos en donde eran enterrados por sus deudos o por alguien que se apiadara de los desgraciados. (...)”. Los niños eran secuestrados y enviados como regalos por parte de los soldados brasileños a sus familiares.” (IRALA et al., 2017, p. 73)

Menciona-se que em agosto de 1869 é oficializado um triunvirato na junta governativa em Asunción, considerado pelos aliados como o novo governo vigente no Paraguai. Solano López obviamente não reconhece tal governo que fazia valer todas as vontades das forças aliadas. Segundo as palavras encontradas no livro didático, a nova junta de governo considerava Solano López como “asesino de la patria y enemigo del género humano”.

Controlada Asunción, as tropas aliadas avançam ao interior do Paraguai na segunda metade do ano de 1869 para destruir as últimas esperanças de uma resistência de Solano López. Começava a última campanha da guerra: A campanha das Cordilleras. Mesmo sendo o momento mais trágico da guerra, o novecentismo paraguaio resgatou os últimos nove meses da guerra como o símbolo máximo da bravura e do heroísmo paraguaio em não se render jamais. A primeira grande batalha se dá na cidade de Piribebuy, naquele momento considerada a capital paraguaia provisória de Solano López. Após a conquista de Asunción, o até então líder das tropas aliadas – Caxias, considera que a guerra não tinha mais sentido após a tomada da capital. Pedro II não aceitando o fim da guerra enquanto Solano López estivesse vivo ou capturado, envia o seu genro para liderar as tropas aliadas, o Conde D'Eu, nomeado pelo livro didático como “el terrible Conde D'Eu”. De forma sádica e cruel, o Conde D'Eu ocupa a cidade de Piribebuy em 12 de agosto de 1869, captura o tenente-coronel Pablo Caballero, encarregado de defender a cidade e o degola. No mesmo ataque, o genro do imperador brasileiro manda incendiar um hospital com todos os feridos dentro.

Apenas quatro dias depois da ocupação de Piribebuy ocorre a segunda grande batalha da Campaña de la Cordilleras. No dia 16 de agosto de 1869 aproximadamente 3.500 crianças paraguaias foram mandadas ao campo de batalha em Acosta Ñu para lutarem contra as tropas aliadas que seguiam avançando. As “tropas” paraguaias, se assim podemos dizer, lideradas por Bernardino Caballero são dizimadas pelas forças brasileiras. Em homenagem às crianças mortas em Acosta Ñu, o dia 16 de agosto passou a ser o dia das

crianças no Paraguai. Após o término da batalha, resultando na morte de quase todas as crianças, Conde D'Eu mandou que o campo de batalha fosse cercado com os sobreviventes e feridos dentro e posteriormente, que o mesmo fosse incendiado, terminando de matar aqueles que por algum motivo ainda tinham ficado vivos.

A última grande batalha que colocaria fim à guerra se deu na região de Cerro Corá. Com pouco mais de 500 soldados, Solano López foi cercado próximo ao rio Aquidabán e recusou se entregar às forças brasileiras lideradas pelo General Câmara. Mesmo depois de ferido por uma lança, López não aceita se entregar e se levanta com sua espada oferecendo resistência à sua captura. A historiografia oficial paraguaia considera este o grande momento do nacionalismo paraguaio, já que Solano López teria gritado a frase que ecoa como o símbolo da bravura máxima "Muero con mi patria", a qual segundo algumas interpretações poderia ter sido também "Muero por mi patria". López termina sendo fuzilado, assim como o vice-presidente e o filho de Solano, Panchito López.

Um último subtópico trazido por este capítulo, cita os periódicos satíricos de guerra produzidos pelos paraguaios no front, como o "Cabichuí", "El Centinela", entre outros, no entanto, não são colocadas muitas informações sobre estes.

O último capítulo que trata da Guerra contra la Triple Alianza, aborda as terríveis consequências do conflito deixadas pelo conflito no Paraguai. As primeiras protagonistas a se destacarem são as mulheres, que após um importante trabalho logístico ao longo de todo o conflito, tiveram a missão de reconstruir um país completamente arrasado.

Posterior a la guerra y ante la situación catastrófica en que se hallaba nuestro país, le correspondió también a la mujer paraguaya la tarea de la reconstrucción nacional. Fueron ellas las que levantaron nuestro país de los escombros, cultivando los campos destrozados, criando a los niños huérfanos, cuidando a los lisiados de la guerra y a los ancianos, comercializando y dedicándose también a la pequeña actividad industrial. El hambre y la miseria pudieron vencerse paulatinamente gracias al gran esfuerzo desplegado por las mujeres paraguayas de la posguerra. (IRALA et al., 2017, p. 77)



La mujer paraguaya del posguerra. FONTE: Irala et al., 2017, p. 77)

Os outros subtópicos abordam os impactos demográficos, econômicos, territoriais e políticos. A mortandade beirou a estatística de 70% da população total do Paraguai, significa dizer que segundo esta estatística, de cada 10 pessoas aproximadamente 07 morreram, resultando em uma guerra de extermínio. Quanto aos aspectos econômicos, o Paraguai ficou sem absolutamente nada, os campos agricultáveis foram destruídos, a pecuária praticamente desapareceu, indústrias, casas e igrejas haviam sido saqueadas. Quanto aos aspectos territoriais, o Paraguai foi obrigado a assinar tratados internacionais que entregavam aproximadamente 160.000 quilômetros

	<p>quadrados de territórios de fronteira para a Argentina e para o Brasil e quanto à política, foi promulgada uma nova constituição no Paraguai e com ela surgiram também os partidos tradicionais. Quem governou inicialmente foram os liberais, que em sua política totalmente sustentada nos interesses externos, obedeceu às vontades dos vencedores da guerra.</p>
<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>O livro conta com vários exercícios. Ao final de cada um dos capítulos apresentados, o estudante deve responder a uma bateria de exercícios dissertativos, mas que em sua maioria, pedem para que os estudantes apenas reproduzam as informações apresentadas na narrativa do livro. É possível encontrar desde perguntas simples que pedem respostas dissertativas, até mapas mentais em branco que pedem aos estudantes para que completem com o nome das campanhas e batalhas apresentadas ao longo da narrativa, ou com os principais acontecimentos sucedidos no conflito. No entanto, é possível também encontrar algumas informações que buscam coletar a opinião dos estudantes sobre determinado tema. Por exemplo, em uma das atividades é colocado no enunciado da questão o artigo 8 do Tratado Secreto da Tríplice Aliança. No conteúdo do referido artigo, os países aliados se comprometem a respeitar a independência e integridade territorial do Paraguai. Abaixo, vemos a pergunta “¿Crees que los aliados cumplieron con dicho artículo? ¿Por qué lo dices?”.</p> <p>Outro exercício que busca a formação de uma opinião a partir dos assuntos estudados é a atividade 06 da página 69 que solicita ao estudante: “Expresa una opinión sobre el contenido del Tratado Secreto de la Triple Alianza”.</p> <p>A parte destes exemplos, não há outro modelo de atividade que podemos encontrar, por exemplo, uma</p>

	<p>atividade de pesquisa a uma fonte externa que não foi citada no livro, ou ainda alguma informação que possa gerar um olhar multiperspectivado do conflito. Portanto, podemos afirmar que a intencionalidade a partir dos exercícios propostos é fixar a narrativa colocada no material e fomentar opiniões particulares dos estudantes, que provavelmente estarão em consonância com a visão trazida no livro. Desta forma, é possível identificar o sentimento de indignação, raiva, nacionalismo se perpetuando no material didático.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>Ainda que o livro traga de forma contundente diversos elementos do revisionismo novecentista paraguaio, acredito que é possível sim afirmar que a narrativa didática está ao menos tentando acompanhar parte das discussões produzidas no campo da historiografia. Vemos isso, sobretudo, quando os autores resgatam passagens de uma obra escrita por Hérrib Caballero Campos, historiador e docente vinculado a uma nova academia científica no campo da historiografia paraguaia pós ditadura de Alfredo Stroessner. Mas ressalto, o discurso nacionalista ufanista ainda se faz presente, ainda que de forma menos intensa que em livros mais antigos. O revisionismo segue sendo extremamente forte no Paraguai.</p>
<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Nota-se um nacionalismo muito presente no livro didático. Os autores, diferentemente de outras obras que abordam os temas de forma mais resumida, optam por detalhar vários pontos como é o caso dos artigos do Tratado Secreto da Tríplice Aliança, ou cada etapa e batalha da guerra. Em várias passagens são ironizadas as contradições presentes entre os acordos aliados com as ações praticadas ao longo e após o conflito. É possível observar a figura de Solano López muito presente como</p>

	um líder que buscou o diálogo, a paz, ao contrário das tropas aliadas que tinham interesses muito mais amplos que iam além da destituição do líder paraguaio.
--	---

Livro 03 - Historia y Geografía; 8º grado; Editora: Don Bosco; 2005.

CRITÉRIO	RESULTADOS OBTIDOS
Estrutura da obra	<p>A obra da Editora Don Bosco está dividida em cinco unidades e conta com um total de 372 páginas, incluindo anexos, glossários e bibliografia. O primeiro elemento da identidade nacional e cultural que podemos identificar no livro é o bilinguismo. Enquanto as três primeiras unidades estão escritas em espanhol com os títulos respectivamente: “El ocaso del colonialismo”; “El nacimiento de los Estados Criollos”; “¡Viva la República del Paraguay!”; podemos identificar as duas últimas unidades temáticas do livro escritas no idioma guarani, a segunda língua oficial do país, considerada e reivindicada pelo revisionismo novecentista como elemento constituinte da identidade e cultura histórica do país. Os títulos são: “Ñamopu’ã jey Paraguái” e “Amérika ha Paraguái mba’ejepurupy”, com destaque ao primeiro título que significa “Levantemo-nos de novo Paraguai”, fazendo uma referência à reconstrução histórica do Paraguai após a destruição da Guerra da Tríplice Aliança.</p> <p>A estrutura do livro didático paraguaio nos mostra como é fortemente presente o elemento da reforma educacional ainda do período novecentista. Durante o pós-guerra, entre os anos 1870-1900, a história paraguaia era praticamente inexistente nos livros didáticos, sendo apenas um adendo do capítulo que fazia referência à história dos países americanos. Como Amaral (1968) mencionava, até mesmo a história colonial paraguaia era</p>

marcada por um certo esquecimento ou penumbra, utilizando as palavras do autor. No que se refere aos primeiros governos do Paraguai independente, a situação era muito mais crítica, pois como o próprio governo liberal defendia, os governos de Francia e dos López eram os principais responsáveis que tinham levado o Paraguai a sua ruína, uma visão que se aproximava daquela proferida pelas narrativas tradicionalistas brasileiras produzidas ainda durante a época imperial.

Contudo, o revisionismo novecentista altera radicalmente essa visão criando o nacionalismo paraguaio que se expressa em diversos âmbitos culturais (dança, música, teatro, educação). Na educação e especialmente no ensino de história que desempenhará a função de criar o espírito nacionalista a partir da história oficial dos grandes feitos e personagens. Na análise desta obra, vemos que o livro inicia fazendo uma análise histórica dos pensamentos e revoluções que eclodem na Europa, sobretudo no século XVIII, e dariam lugar ao surgimento da sociedade burguesa. Entre as revoluções está a Revolução Francesa que após dez anos culmina no período da Era Napoleônica, período em que Napoleão Bonaparte toma o poder primeiramente como Cônsul e posteriormente como imperador e inicia um processo de expansionismo militar que termina com a invasão do território espanhol, fato que termina por enfraquecer a coroa espanhola e possibilita o início dos processos emancipacionistas promovidos pelos criollos na América. Em uma espécie de continuidade histórica a segunda unidade temática trabalha justamente os detalhes destes processos emancipacionistas, como foram sendo criadas as diferentes repúblicas latino-americanas a partir das guerras de independência lideradas pelos libertadores

	<p>como Simón Bolívar e San Martín. Como a disciplina de história é trabalhada de forma conjunta com geografia no Paraguai, metade da unidade temática promove este estudo no campo historiográfico, enquanto a outra metade trata de questões mais voltadas à geografia, como por exemplo: Os recursos da América, a composição da sociedade e economia e ainda a formação das zonas agropecuárias.</p> <p>A terceira unidade temática possui uma organização muito similar à unidade anterior, a grande diferença é que esta parte do livro tem o objetivo de mostrar o caso paraguaio, e o próprio título já indica o caráter nacionalista e ufanista construído ao longo do século XX: “¡Viva la República del Paraguay!”. Colocado em tom exclamativo, a terceira unidade busca explorar os detalhes da organização política, cultura, sociedade, economia, zonas industriais, migrações, temas ligados à geografia que permitem entender a composição do Paraguai. No entanto, um dos subtítulos presentes nesta parte do livro é o que mais chama a atenção para este trabalho, pois é justamente o que trata da Guerra da Tríplice Aliança sob a perspectiva paraguaia, ou seja, como este episódio é estudado.</p>
<p>Construção da narrativa</p>	<p>O referido subtítulo citado acima é nomeado como: “La epopeya de los siglos”, que pode ser traduzido como a Epopeia dos séculos e inicia-se já com um retrato de Francisco Solano López com a faixa presidencial e seu traje militar. No primeiro parágrafo, os autores do material didático explicam em um breve parágrafo a escolha do título “La epopeya de los siglos”:</p> <p>“Los adelantos técnicos en materia industrial, el auge comercial y el desarrollo sociocultural quedaron truncados por la guerra que sostuvo el Paraguay contra la Argentina, el Brasil y el Uruguay durante un lustro. Esta contienda de gran magnitud, nunca antes sufrida por los</p>

pueblos hispanoamericanos, se conoce como la Epopeya de los Siglos.” (BLANCO et al., 2005, p. 271

Já na introdução, é perceptível a presença e legitimidade do revisionismo historiográfico como vertente aceita. Diferentemente dos livros didáticos brasileiros que atualmente tendem a resumir a Guerra da Tríplice Aliança no menor número de páginas possível, vemos que no Paraguai o assunto é um dos temas centrais da disciplina de história e ocupa, no caso deste material, em torno de 20 páginas, explorando com textos, imagens e mapas mentais cada detalhe e fase do conflito, desde o pré-guerra até o pós-guerra, claramente enfocando na realidade paraguaia do antes e depois. O primeiro tópico a ser trabalhado é o “Gobierno de Francisco Solano López – La toma de poder”. De forma breve, é colocado como Francisco Solano López, em 1862 ministro da Guerra e da Marinha do Paraguai foi escolhido pela grande maioria do Congresso Nacional como presidente e sucessor de seu pai Carlos António López. Menciona-se que houve neste momento uma resistência por parte de uma minoria liberal, a tentativa de rever a constituição, incluindo a escolha de Solano López como novo presidente da República, mas que estes foram a imensa minoria e, portanto, terminaram silenciados. Assim dava-se início ao período do mandato de Solano López que segundo os autores: “Se iniciaba otra etapa en la vida política nacional, que terminaria cambiando radicalmente el acaecer histórico del Paraguay” (Blanco et al., 2005, p. 271).

Ainda abordando este momento pré-guerra, o material didático traz mais três subtítulos, sendo eles: “Las cuestiones Internacionales”, que tratam dos entraves e acordos diplomáticos envolvendo Paraguai – Brasil e Paraguai – Argentina, no assunto referente às terras

litigiosas entre estes países. O segundo subtítulo “Modelos de Estados diferentes” aborda como o Paraguai tinha dificuldades em negociar tanto com o Brasil e com a Argentina, devido às diferenças da organização política destes Estados Nacionais. No caso brasileiro, os autores mencionam que com a formação de um Império criado por Pedro I após a independência em 1822, o Brasil adotou uma política expansionista para com a Região da Bacia do Prata, ocupando o Uruguai e regiões estratégicas do Alto Paraguai. Por outro lado, a Argentina passava por um intenso conflito interno entre unitaristas e federalistas que havia gerado uma larga guerra civil no país. Aqui ressaltase a figura de Francisco Solano López como apaziguador da situação vivida na Argentina, já que teria sido ele que havia conduzido os grupos políticos à assinatura do Pacto de San José de Flores, episódio também enfatizado na obra “Genocídio Americano” de Chiavenatto (1979), em que o autor brasileiro indica que López teria ajudado um dos monstros que o devoraria anos mais tarde. Esta linha também é seguida pelo material didático paraguaio, o qual afirma que mesmo López conduzindo o apaziguamento argentino com o Pacto de San José:

“Sin embargo, en 1861, Mitre venció a su oponente, el General Urquiza y asumió el gobierno de su país. Dos años más tarde Mitre logró estrechar vínculos con Urquiza y la oposición federalista, preparándose ante un posible conflicto con el Paraguay”. (Blanco et al., 2005, p. 272)

O terceiro subtítulo “La doctrina del equilibrio” refere-se à mudança de postura entre o a política de Carlos António López para Francisco Solano López. Enquanto o primeiro sempre tentou evitar ao máximo envolver-se em um conflito direto com a Argentina ou com o Brasil, Solano López inspirado pela doutrina de estabilidade dos Estados, defendida por Napoleão III da França na Europa,

teria entendido que a única forma de manter o Paraguai prosperando, seria envolver-se nos conflitos da Região do Prata, os quais os demais Estados Nacionais (Brasil, Argentina e Uruguai) já estavam envolvidos. Solano López entendia que o Paraguai era e continuaria sendo um país constantemente ameaçado pelos vizinhos Brasil e Argentina, caso mantivesse a antiga postura de Carlos López. Segundo os autores: “Solano López opinaba que, si se alteraba la paz en uno de estos países, o si ambos se aliaban, la independencia paraguaya estaría en peligro y su reciente evolución económica se truncaría” (BLANCO et al., 2005, p. 272).

Após a introdução com os temas abordados acima, os autores entram na parte que desenvolvem a parte da Guerra da Tríplice Aliança propriamente dita. A escolha metodológica dos autores para esta abordagem didática, foi dividir de forma cronológica os vários acontecimentos que vão se sucedendo entre 1864-1870. Pode-se encontrar os tópicos que os autores elencam da seguinte forma:

Causas: La crisis uruguaya;
La nota del 30 de agosto de 1864;
La posición argentina;
La invasión al Uruguay;
Promesas de Urquiza. Inicio de la guerra;
Campaña de Mato Grosso;
Solicitud de permiso para pasar por las Misiones;
Fin de la Guerra en el Uruguay;
Posiciones argentinas;
Congreso Extraordinario. Declaración de guerra a la Argentina;
Campaña de Corrientes;
Tratado Secreto de la Triple Alianza;
Avance de Robles. Movilización general;
Batalla de Riachuelo – 11 de junio de 1865;
Campaña de Uruguayana;
Batalla de Yatay – 17 de agosto de 1865;
Hambruna. Capitulación de Uruguayana – 18 de noviembre de 1865;

Demografía, armamento y sanidad;
 Campaña de Humaitá;
 Victoria de Corrales – 31 de enero de 1866;
 Estero Bellaco – 2 de mayo de 1866;
 Batalla de Tuyutí – 24 de mayo de 1866;
 Publicación del Tratado Secreto;
 Combates en Yatayty Corá – 10 de julio de 1866,
 Boquerón y Sauce – 16 a 18 de julio de 1866;
 Yatayty Corá – 12 de setiembre de 1866;
 Victoria paraguaya en Curupayty – 22 de septiembre de
 1866;
 Bloqueo total del Paraguay;
 Bombardeo a Asunción;
 Los periódicos de Campaña;
 Los bailes en las trincheras;
 La represión de San Fernando;
 Campaña de Pikysyry;
 Combates: Ytororó – 06 de diciembre de 1868, Abay – 11
 de diciembre de 1868
 Lomas Valentinas – 21 de diciembre de 1868;
 Ocupación de Asunción, gobierno provisional;
 Campaña de las Cordilleras;
 Batalla de Piribebuy – 12 de agosto de 1869;
 Las residentas;
 Cerro Corá – 01 de marzo de 1870

Como é possível notar com os nomes dos subtítulos, a historiografia foi desenvolvida no livro abordando os grandes feitos e acontecimentos da guerra, característica típica das histórias oficiais produzidas, sobretudo, ao longo do século XIX, no caso paraguaio – século XX. Há um detalhamento muito grande da guerra, sendo narrado cena a cena do conflito, no entanto, não há em nenhum momento uma abordagem que traga a participação das minorias sociais na guerra, assim como não há, a tentativa de realizar um estudo multiperspectivado do conflito. Um tema que é bastante recorrente no Paraguai, que diz respeito à participação feminina no conflito, ressaltando a importância da mulher paraguaia, aparece de forma bastante limitada no conflito, restringindo este grupo às “Residentas” – mulheres paraguaias que

acompanharam a Solano López e suas tropas até o fim do conflito – no entanto, em nenhum momento se observa a presença das “Destinadas” – mulheres paraguaias que foram destinadas às regiões mais ermas do Paraguai, acusadas de traição a Solano López. Os soldados paraguaios são mencionados quando o objetivo é comentar sobre as festas e bailes que os mesmos faziam a fim de atormentar aos soldados aliados, que era considerado por muitos como um momento de diversão, assim como tomar mate, fumar, ou debochar dos aliados com os jornais satíricos de campanha como o Cabichuí. No entanto, não se comenta quem são estes soldados paraguaios,

A historiografia é bem factual e coloca aos estudantes uma série de acontecimentos dando a entender que aquela é a verdade sobre o passado, ou seja, foi aquilo que aconteceu e deve ser aprendido. A figura de Francisco Solano López em nenhum momento é questionada ou satirizada, como acontece em algumas situações com a imagem de Pedro II no Brasil sendo ironizado ou mesmo ridicularizado em algumas charges. Pelo contrário, Solano López sempre é narrado como um homem culto que teve de ir lidando com as diversas adversidades que se apresentavam ao longo do conflito, bem como as traições que o mesmo sofria, como no caso da relação com o caudillo argentino Justo José de Urquiza, o qual em um primeiro momento oferece conselhos e algumas ajudas ao presidente paraguaio, mas que em um segundo momento acaba acatando às ordens de Mitre e se une ao governo de Buenos Aires contra o Paraguai. A construção definitiva de López como herói, concretiza-se no último tópico que narra a última

batalha realizada em 01 de março de 1870 em Cerro Corá, no qual os autores apresentam que:

“Al iniciarse el año de 1870, el ejército paraguayo era apenas una legión reducida, sin víveres ni municiones, armada con lanzas y sables. El 14 de febrero la triste caravana alcanzó Cerro Corá, un valle rodeado por los cerros del Amambay y cruzado por el Río Aquidabán-nigüí. Sólo le restaba al Mariscal cumplir con el juramento empleado... **de morir con sus soldados en su último campo de batalla...**

En la mañana del 1 de marzo de 1870, los soldados imperiales al mando del General Cámara atacaron Cerro Corá, y el Mariscal López, al mando de unos cuantos hombres, los enfrentó. En el primer embate fue lanceado por un oficial y un cabo brasileños. Buscó refugio en las orillas del Aquidabán, donde recibió una intimación del General Cámara. Francisco S. López contestó **“Muero con mi Patria”**. Un disparo ordenado por el jefe enemigo – Cámara – terminó con su vida y con la Guerra de la Triple Alianza.

La batalla de Cerro Corá, el holocausto final del infortunio paraguayo, en donde López reparó sus errores y desaciertos, fue acogida con festejos en Asunción y en los campamentos aliados. Un gran número de prisioneros paraguayos, lloró la triste muerte de su Mariscal.” (BLANCO et al., 2005, p. 285)

Nota-se que os autores grifam em negrito os atos de heroísmo de Solano López e mesmo ao final quando há uma breve frase em que foi na Batalha de Cerro Corá o local em que López reparou seus erros e desacertos, logo em seguida há a passagem de que os prisioneiros paraguaios choraram a triste morte de seu marechal. A única parte que possivelmente pode gerar uma desavença à figura de Solano López, é quando os autores mencionam que durante as derrotas paraguaias ocorridas em dezembro de 1868, o marechal tomado por uma desconfiança imensa, começou a duvidar da lealdade de várias pessoas próximas a ele, incluindo militares e familiares, condenando-os e colocando-os na prisão, muitas vezes sob tortura, fato que piorou após a descoberta de correspondências secretas dos planos militares paraguaios que seriam destinados à Caxias, comandante do exército aliado nesta etapa do conflito.

Quanto às imagens retratadas ao longo da narrativa, boa parte delas são representações de batalhas feitas pelo artista argentino Cándido López, mas também temos fotos das ruínas da Fortaleza de Humaitá, assim como gravuras de outros artistas que retrataram a guerra de forma a ilustrar o que está sendo narrado no texto.

Finalmente chegamos ao último estágio que aborda justamente o pós-guerra e as consequências do conflito. Diferentemente do que ocorre na grande maioria dos livros brasileiros, nesta obra paraguaia não se aborda os impactos do conflito nos países envolvidos, mas apenas o que ocorreu no Paraguai uma vez que o conflito foi terminado. Destaca-se que mesmo após tantos sacrifícios e heroísmos, o Paraguai foi destruído em uma das primeiras guerras totais que o mundo pôde presenciar. Os autores estabelecem uma divisão em: Velho Paraguai X Novo Paraguai. O velho Paraguai seria todo o período que abarca a Independência e o governo de Francia iniciado em 1811 até 1870 quando se finda a Guerra da Tríplice Aliança. O Novo Paraguai é aquele iniciado a partir de 1870 que será marcado pela reconstrução do país. Neste momento, enfoca-se a tarefa de reconstrução nas mulheres, que passaram a ser agricultoras, comerciantes, entre outras funções, o que corrobora com o ideal de a mulher paraguaia ser a mais valente da América, ou ainda com a expressão já mencionada *Kuña Guapa*, que se refere à valentia da mulher paraguaia, ideia desenvolvida e concretizada sobretudo pelos autores novecentistas do revisionismo novecentista.

Por fim, ressalta-se ainda os territórios perdidos pelo Paraguai após a derrota para a Tríplice Aliança, neste caso, o recurso metodológico mais utilizado para expressar o impacto das perdas territoriais foi o uso de

	<p>mapas, que retratam as grandes extensões do território paraguaio que foram anexadas pelo Brasil e pela Argentina após o término da guerra.</p>
<p>Intencionalidade a partir dos exercícios</p>	<p>Uma vez finalizada a parte expositiva do livro didático, inicia-se uma seção chamada de “Talleres”, que significa “Oficinas”. Nestas oficinas encontram-se os exercícios que os alunos devem desenvolver, referentes à compreensão e entendimento do que foi estudado no capítulo. Existem as oficinas de aprendizagem; as oficinas de análise e compreensão; assim como as oficinas de reflexão.</p> <p>Dentro das duas primeiras oficinas, os autores do livro didático solicitam aos alunos que desempenhem linhas do tempo, quadros mentais, mapas conceituais, entre outras ferramentas que contenham os principais acontecimentos, datas, personagens e dados que envolvem o conflito contra a Tríplice Aliança. Com isso, nota-se uma aproximação com correntes históricas próximas ao positivismo do século XIX e início do século XX, que buscavam construir a história oficial justamente através das chamadas fontes oficiais, destacando grandes personagens e acontecimentos.</p> <p>Já no “Taller de Reflexión” é possível notar um distanciamento com esta versão mais clássica ou tradicional do campo da historiografia. Percebe-se que existe a partir dos conhecimentos adquiridos, uma tentativa de expansão de discussão para outros temas da história e das ciências humanas. Os exercícios ou reflexões dizem o seguinte:</p> <p>“La muerte de Francisco Solano López en Cerro Corá marcó el final de cinco años de guerra sangrienta, que dejó al Paraguay en ruinas. Esta página terrible de la historia de América nos ayuda a reflexionar acerca del valor de la paz y del entendimiento entre las naciones”</p>

	<p>“Escribimos mensajes cortos acerca de la paz, el entendimiento y el respeto entre las naciones, los pueblos y las personas”. (BLANCO et al., 2005, p. 291).</p> <p>Nota-se que o conhecimento sobre a Guerra da Tríplice Aliança, neste caso, abre a possibilidade para discussões éticas e morais sobre o respeito entre as nações, os povos e as pessoas. Como ao final das fábulas há uma lição de moral da história que ensina algo a se pensar em nossas práticas e atitudes, aqui os autores tentam promover a reflexão de que a violência, a guerra, a hostilidade, não são os caminhos corretos a serem seguidos, já que no passado quando os países da Região do Prata optaram por essa via, o resultado terminou sendo desastroso, sobretudo ao Paraguai.</p>
<p>O livro está acompanhando a renovação do pensamento histórico produzido na academia?</p>	<p>Considerando o contexto histórico em que o livro foi produzido e lançado (2005), ele acompanha o pensamento histórico acadêmico desenvolvido ao longo de todo o século XX paraguaio, e consolidado, sobretudo, durante o Stronismo (1954-1989). Em 2005, pode-se dizer que o Paraguai estava ainda caminhando para a abertura de um processo de renovação e/ou inovação do pensamento histórico acadêmico que pudesse estabelecer algum tipo de crítica à visão hegemônica do revisionismo historiográfico do século XX. Portanto, pode-se dizer que o livro está inserido dentro do pensamento histórico produzido no Paraguai, bem como está carregado de elementos de cultura histórica deste país.</p>
<p>Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos.</p>	<p>Durante toda a construção da narrativa historiográfica deste material, notam-se muitos elementos do revisionismo historiográfico novecentista paraguaio que resgata os atos de bravura e heroísmo a fim de alimentar o nacionalismo ufanista. A figura de Solano López como grande herói nacional está muito presente desde o começo do capítulo “La epopeya de los siglos”, e a mesma</p>

	<p>vai se concretizando à medida que o capítulo vai sendo aprofundado. A grande marca do início da narrativa é o retrato de Solano López com seu traje militar e com a faixa presidencial e o que mais simboliza o final do capítulo é o ato de coragem de López não se rendendo e dizendo que morreria com a sua pátria em Cerro Corá. A história e a organização social paraguaia, diferentemente do que ocorria nos primeiros anos após 1870, agora possui grande destaque, resgatando orgulhosamente símbolos e costumes nacionais.</p> <p>Elementos como a garra guarani, a bravura das mulheres paraguaias, o fato de o Paraguai ser uma das nações mais belas do mundo, assim como se apresentam nas polcas, guarânias, danças, também se mostram presentes na educação paraguaia.</p>
--	---

Pensando na primeira pergunta: “Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos?”, em relação aos materiais escolares brasileiros, podemos primeiramente identificar uma tendência didática dos livros de história sobre a Guerra do Paraguai no que diz respeito à profundidade das discussões. Enquanto os livros produzidos no pós-guerra até aproximadamente metade do século XX, geralmente dedicavam algo em torno de 50 páginas para discorrer sobre os acontecimentos detalhados da Guerra do Paraguai, vemos que com o passar dos anos o assunto foi perdendo espaço nos materiais e, atualmente, contam com algo em torno de 03 a 05 páginas e nada mais. A conflito travado na Bacia do Prata de 1864 – 1870, aparentemente foi perdendo a sua importância frente a outros acontecimentos que começaram a existir ao longo da história brasileira e hoje, mesmo sendo um dos temas centrais das partes que se dedicam a narrar os acontecimentos do Segundo Reinado, tem-se a impressão de que a contenda bélica é uma espécie de anexo ou adendo que contribuíram para a queda da monarquia de Pedro II. Os assuntos são tratados com extrema superficialidade.

Pode-se notar que temas sociais, sobretudo a partir dos anos 2000

inundaram as coleções ofertadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), fruto da intensa movimentação social de grupos considerados minoritários na sociedade, como indígenas, negros, mulheres, entre outros. Claramente, isso denota um grande avanço e temos que considerá-lo extremamente positivo, sobretudo em um país como o Brasil, que historicamente exclui estes grupos nos mais diferentes âmbitos sociais, incluindo, a posição deles na constituição da história nacional. Nota-se que as narrativas sobre a Guerra da Tríplice Aliança foram diretamente afetadas por esta movimentação nos materiais da atualidade e se relacionam com o neorrevisão, que aborda muito questões como a figura dos escravizados negros forçados pelo decreto imperial nº 3.371 a lutarem como “Voluntários da Pátria” e que quando voltam encontram familiares ainda sofrendo os mais diversos horrores da escravidão no Brasil. Ou ainda, é possível notar em algumas narrativas didáticas a menção que se faz às pessoas pobres, que sem condições de mandarem um representante para lutarem em seu lugar, também acabam sofrendo o destino do recrutamento forçado. Ou ainda, um último exemplo, a participação das mulheres, historicamente esquecidas, mas que em alguns materiais são colocadas como figuras importantes na logística das tropas aliadas ao longo das diferentes campanhas travadas em solo paraguaio.

Contudo, é possível notarmos também nos livros analisados, resquícios ainda de uma narrativa voltada à história dos grandes feitos e dos grandes heróis. Neste caso, as discussões que inserem grupos sociais considerados “minoritários” se dão após a Guerra do Paraguai, como por exemplo, na pressão gerada após o retorno dos ex-combatentes e no avanço das leis abolicionistas que culminariam no fim da escravidão em 1888 e conseqüentemente no agravamento da crise monárquica findada em 1889, enquanto no protagonismo encontram-se Duque de Caxias, Osório, entre outros líderes militares.

Outro ponto interessante que podemos destacar como elemento de cultura histórica presente nos livros didáticos de história é a importância dada a alguns acontecimentos específicos, ao mesmo tempo em que ocorre de forma intencional o esquecimento de outros. Por exemplo, atualmente no Brasil é praticamente consenso colocar a questão uruguaia como a causa inicial da guerra e o episódio do aprisionamento do Marquês de Olinda como estopim do conflito. Algumas vezes mencionam-se também os ataques ao Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul, ainda que brevemente. As batalhas que antes se sobressaíam nas narrativas brasileiras e

que podemos considerar como as mais épicas, sendo elas: Riachuelo e Tuiutí, hoje vemos que ora aparecem ora não são mencionadas. Em alguns materiais, comenta-se sobre a chamada Dezembrada – série de batalhas vencidas pelo Brasil em dezembro de 1868. Geralmente, o resgate é associado à representação do quadro “Batalha de Avaí” de Pedro Américo.

Esta parte das batalhas perdeu bastante força aparentemente pelo avanço das questões sociais. O elemento presente em 100% dos livros é a formação do decreto da Companhia Voluntários da Pátria e o recrutamento forçado ou algum tipo de abuso sobre os negros. Assim como o elemento 100% ausente dos livros didáticos brasileiros são algumas batalhas como Curupayty ou Acosta Ñu. Podemos inferir que esse “esquecimento” das últimas batalhas mencionadas, pode ser entendida como parte do processo de abandono das narrativas sobre batalhas, mas também há tempos, mesmo quando os conflitos ainda eram protagonistas da história sobre a Guerra do Paraguai nos materiais escolares do Brasil, estes dois enfrentamentos não eram comentados pois o primeiro representa gigantesca derrota das forças aliadas para o Paraguai e a segunda, representa uma espécie de vitória vergonhosa sobre as crianças. Além disso, podemos também afirmar que o “esquecimento” de batalhas como Curupayty e Acosta Ñu não é um mero acidente, mas na verdade uma intencionalidade. A omissão ou destaque de tais batalhas, com certeza faz parte do objetivo geral da narrativa, ou seja, pode ser considerado um elemento estruturante de segunda ordem que corrobora para o ponto de vista que o historiador tenta transmitir a partir do texto.

Isso é algo muito evidente da cultura histórica brasileira. Em documentários, quadros, aulas, museus, raramente se comentam estes dois acontecimentos, bem como os intervencionismos imperialistas brasileiros como no caso da Missão do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira. Historicamente se constituiu e se propagou na narrativa histórica oficial brasileira, a seleção de conteúdos que buscam colocar como antecedentes da guerra, a arrogância e loucura de Solano López, nunca um intervencionismo imperial. No final do século XX, inspirados pelo revisionismo histórico brasileiro, era comum que nos livros didáticos de história do Brasil, pudéssemos encontrar certa concessão de inocência sobre a figura do presidente paraguaio, mas da mesma forma, o Brasil não era responsabilizado. A Inglaterra era considerada a grande vilã e motivadora do Tratado da Tríplice Aliança. Com o passar do tempo, mesmo nos materiais didáticos marcados pelo elemento do

imperialismo inglês, os autores tentavam enfatizar mais os acontecimentos, geopolítica, e resultados do conflito.

Nos livros didáticos mais recentes, marcados por uma visão mais neorrevisionista, notamos que a postura de tentar manter uma perspectiva mais neutra ainda prevalece. É comum encontrarmos passagens nas quais os autores mencionam que os interesses de Pedro II e Solano López se esbarravam, ou ainda, que conflitos violentos aconteceram dos dois lados, colocando Brasil e Paraguai em uma relação de igualdade no quesito “atrocidades cometidas ao longo do conflito”. Outro elemento que vem em uma ascendente nos materiais brasileiros, é mencionar em algum momento que o conflito pode ser entendido sob diferentes pontos de vista, já que é possível uma interpretação mais vinculada ao revisionismo e outras mais ligadas ao neorrevisionismo. Este elemento se aproxima daquilo que Rüsen (1997) considera como o livro didático ideal, mas nas narrativas propriamente ditas, ainda se dá a confusão através de elementos de uma vertente com outra, ou ainda, a preponderância de uma visão sob as demais.

Um elemento presente em todos os materiais didáticos brasileiros, refere-se ao desfecho trágico da guerra para o lado paraguaio que teve grande parte de sua população dizimada após o término do conflito. Já para o Brasil, o impacto recaiu diretamente sobre as finanças do Império que se endividou com a Inglaterra, bem como se sentiu o impacto da pressão exercida pelo Exército nos rumos políticos do país, já que nos mais tarde, os próprios militares colocariam fim à Monarquia e dariam início à República.

Por fim, nota-se que existe um processo de transformação dos materiais didáticos brasileiros, no sentido de que estes ganham mais discussões referentes a temas sociais e há uma diminuição da narrativa dos grandes feitos e heróis, ainda que ela siga presente em algumas obras analisadas. Este fato acompanha as transformações da cultura histórica nacional na atualidade que passa por mudanças devido às reivindicações históricas de grupos sociais sempre excluídos das narrativas oficiais. Contudo, nota-se por outro lado que não há um acompanhamento real da narrativa didática com a narrativa acadêmica, pois mesmo que apareçam temas sociais, os mesmos são tratados com extrema superficialidade, da mesma forma como toda a narrativa sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Muitas temáticas são “jogadas” nos livros, mas não são de fato abordadas ou exploradas pelos autores do material didático.

Quanto aos elementos da cultura histórica brasileira referentes à Guerra do Paraguai que se propagam na atualidade nos livros didáticos, notamos ainda a certa debilidade ou sensibilidade a alguns temas caros para o Brasil, como a ausência de narrativas sobre derrotas na guerra, ou a ausência de narrativas que expressem o caráter expansionista imperialista da monarquia brasileira na região do Prata. A partir da breve narrativa sobre as relações exteriores do Segundo Reinado, notamos que se perpetua no ensino escolar, uma perspectiva de que os conflitos que levariam ao conflito com o Paraguai foram a instabilidade localizada na Argentina e principalmente na região do Uruguai.

Pensando agora na mesma pergunta “Como a cultura histórica se apresenta e se propaga a partir dos livros didáticos?”, mas tendo como fonte de estudo os livros didáticos de história do Paraguai, notamos que existe um enraizamento teórico mais consolidado no país vizinho. O revisionismo novecentista criado, expandido e consolidado ao longo do século XX, mantem-se mais fiel à narrativa dos grandes feitos e dos grandes heróis. Enquanto no Brasil, comentávamos que os debates sociais de certa forma ganharam espaço e adentraram nos materiais didáticos, no Paraguai notamos ainda uma visão nacionalista ufanista criada por Cecílio Báez, Juan O’Leary, entre outros, que narram com grande riqueza de detalhes batalha trás batalha da guerra, bem como as campanhas nas quais elas estão inseridas.

Se por um lado a história da Guerra da Tríplice Aliança perdeu parte de sua importância na cultura histórica brasileira ao longo dos anos, no Paraguai notamos o conflito como elemento central da cultura história nacional. Sem dúvidas é possível traçar um Paraguai pré-guerra e um Paraguai pós-guerra que se manifesta em monumentos históricos, filmes, quadros, cultura, assim como nos livros didáticos, que trazem esses elementos e os perpetuam através do ensino de história às novas gerações.

Na grande maioria dos livros analisados, nota-se a presença de uma narrativa que ressalta os grandes avanços sociais e tecnológicos do Paraguai de Dom Carlos António López, ao mesmo tempo em que as nações vizinhas, sobretudo Brasil e Argentina mantinham uma política expansionista/intervencionista na região, ameaçando a soberania paraguaia e uruguaia. Diferentemente do que ocorre no Brasil, no Paraguai é comum o estudo de tratados internacionais da época, envolvendo os países da Bacia do Prata. Grande parte dos tratados referiam-se a

acordos de navegação ou aos territórios litigiosos em disputa desde a formação dos Estados Nacionais da região.

Os tratados e hostilidades por parte de brasileiros e argentinos, mostram que os responsáveis pelo conflito teriam sido estes e não o Paraguai que apenas buscava seu desenvolvimento autônomo. Outra grande diferença está na importância dada ao Tratado Secreto da Tríplice Aliança. No Paraguai, não é raro encontrar um livro com todos os artigos firmados entre os representantes das Relações Exteriores do Brasil, Argentina e Uruguai em 01 de maio de 1865. Em todos estes acontecimentos, é desenvolvida gradativamente a figura de Solano López como um diplomata habilidoso e um líder equilibrado que tentara atingir uma convivência pacífica com seus vizinhos diversas vezes, algo que não foi possível, sobretudo devido à ambição de Pedro II e Bartolomé Mitre, alinhados aos interesses do capital externo.

Enquanto no Brasil, apenas algumas batalhas são mencionadas, quando se mencionam batalhas, os livros paraguaios fazem questão de comentar a respeito de todas as batalhas, localizadas em campanhas que se dividem em duas partes: Primeiramente, uma parte ofensiva marcada pela Campanha do Mato Grosso, Corrientes e Uruguiana, e posteriormente, uma Campanha defensiva marcada por Humaitá, Pikysry e Cordillera. Os combates travados contra a Tríplice Aliança são tidos na cultura histórica e na memória histórica paraguaia, como símbolos da bravura e garra guarani, ou seja, do povo paraguaio, que não se rende nunca. Nestas batalhas, emergem outras protagonistas da história nacional, como a figura da mulher paraguaia ou dos “niños mártires de Acosta Ñu”. E pode-se destacar ainda, que as narrativas sobre as batalhas, principalmente nos confrontos da Campanha de Pikysry ressaltam as inúmeras atrocidades cometidas pelas tropas aliadas nos anos finais da guerra. Enquanto no Brasil vemos as narrativas mencionando as atrocidades cometidas por ambos os lados, no Paraguai vemos claramente uma predominância das atrocidades brasileiras sobre os paraguaios.

Quanto ao final do conflito, vemos que a tendência no Brasil é destacar as inúmeras consequências trazidas para o Império, mas também a completa destruição e extermínio que acontece em solo paraguaio. Já no Paraguai, não há uma preocupação em explicar a realidade dos outros países no pós-guerra, mas apenas a realidade nacional. Os livros ressaltam que o Paraguai completamente arrasado, passou a ter uma população majoritariamente composta por mulheres e anciãos. As antigas fronteiras disputadas com Brasil e Argentina foram perdidas e o Paraguai

passou por um período de ocupação aliada em Asunción somada a uma junta governativa instaurada em 1869 que seguia os interesses liberais das tropas estrangeiras. As antigas estancias da pátria, bem como todos os avanços da época de Don Carlos António López, ficaram apenas no passado, já que o presente passou a ser marcado pela completa destruição.

Por fim, nota-se que as narrativas históricas estruturadas nos livros didáticos paraguaios, estão em total consonância com a narrativa revisionista novecentista paraguaia do século XX e refletem a perpetuação de uma cultura histórica nacional que se propaga além do ensino de história, pela música, artes, dança, entre outros elementos culturais. Ainda que possamos ver em materiais pós – 2015, como os três analisados nesta pesquisa, o fôlego e tentativa de uma narrativa a partir de uma renovação acadêmica paraguaia com autores como: Ignácio Telesca, Luc Capdevila e Hérib Caballero Campos.

No que tange o segundo ponto, referente aos exercícios propostos e as intencionalidades por detrás destes, podemos notar que em grande parte, tanto nos livros paraguaios como nos livros brasileiros, o objetivo dos autores dos materiais didáticos é uma fixação dos conteúdos apresentados e o desenvolvimento da habilidade de reprodução e/ou repetição deles por parte dos alunos. Foram poucos os exercícios que exigiram uma análise mais pessoal ou argumentativa por parte dos estudantes que poderia ser essencial para o desenvolvimento e articulação de tempos históricos distintos, elemento característico do avanço da consciência histórica (RÜSEN, 2006) ou ainda de conceitos estruturantes de segunda ordem relacionados à aprendizagem e literacia histórica (LEE, 2016).

Colocaremos um exemplo do que foi feito em grande parte das fontes analisadas. Era comum encontrarmos uma passagem narrando determinado fato histórico, como: “Como resposta, Solano López mandou prender o navio Marquês de Olinda que navegava sobre as águas do Rio Paraguai”. Os exercícios colocados pelos autores dos livros didáticos ao invés de tentarem exigir e explorar competências/habilidades de articulação de pensamento e raciocínio histórico, ou ainda desenvolver elementos estruturantes de segunda ordem como a própria empatia histórica e tomada de decisões a partir de perguntas como: “Em sua opinião, será que a atitude de López foi a mais correta? Justifique”, acabam optando por perguntas que levam o estudante a copiar passagens do livro didático ou apenas reproduzir de forma mecânica/sistemática o conhecimento que já está pronto, sem

questioná-lo, como por exemplo: “O que fez Solano López quando os brasileiros invadiram o Uruguai? Resposta = Mandou prender o navio Marquês de Olinda que navegava sobre as águas do Rio Paraguai”.

Podemos notar que nos livros brasileiros “Historiar” e “História – Passado e Presente”, encontramos as exceções para esse padrão de exercícios, já que os autores decidem explorar nas atividades, a questão da multiperspectividade presente nas narrativas. A partir do momento em que o estudante se depara com a possibilidade de mais de um passado possível para o mesmo acontecimento histórico, começa-se a eliminar a ideia da história como verdade incontestável e começa a se formar a ideia da historiografia como uma interpretação ou possibilidade de se ver o passado a partir de determinada interpretação, interesse ou disputa sobre o tema abordado. Isso sim, pode ser considerado um possível exercício capaz de desenvolver na práxis elementos e competências estruturantes de segunda ordem que possibilitam não somente o conhecimento de um passado ou de um conteúdo de história, mas a capacidade de desenvolver o pensamento e raciocínio histórico, tornando o indivíduo mas apto a estabelecer nexos entre passado presente e futuro, possibilitando-o a significar elementos passados capazes de orientar o presente e futuro a partir das distintas realidades e desafios impostos em sua práxis.

Nota-se maior limitação deste tipo de atividades entre os livros paraguaios quando comparamos com as obras didáticas brasileiras. A exceção entre os livros paraguaios é o último livro analisado, que ao longo das narrativas expõe diversas imagens e representações dos diferentes conflitos travados na guerra, bem como imagens que representam a destruição causada pelas tropas aliadas ao Paraguai. A partir das imagens, os autores pedem que os estudantes narrem ou expressem o que sentem a partir da interpretação daquelas representações, o que poderíamos aproximar de um exercício de empatia histórica presente como elemento de literacia histórica (Lee, 2016). Quanto aos outros materiais, as atividades consistem no desenvolvimento de mapas conceituais e reproduções dos discursos presentes na narrativa oficial trazida pelos autores que se encaixa em uma tentativa de reprodução de conhecimentos históricos já mencionados. O que aparentemente os autores dos livros buscam, sobretudo no Paraguai, é perpetuar e consolidar a narrativa já enraizada, como estratégia de manutenção do forte nacionalismo existente no país.

Quanto à terceira pergunta a ser respondida, “Por que o conhecimento histórico nas escolas não está acompanhando as produções acadêmicas?”, acredito

que em parte isto se dê devido à histórica divisão entre conhecimento histórico e Didática da História, mencionado por Rüsen (2006) em seu estudo sobre Didática da História. Conforme o historiador alemão aponta, a ciência da História surgida no século XIX se fragmentou da Didática da História que até aquele momento era intrínseca à sua episteme. Ou seja, até o século XIX os historiadores produziam conhecimento histórico e conseguiam desenvolver de forma muito mais clara uma argumentação defensiva do porquê aquele conteúdo era importante ou relevante para quem iria consumi-lo. Tinha-se a ideia da história como orientadora e mestra da vida *Historia Magistra Vitae*. Com a formação da história separada de sua didática, a segunda área de conhecimento composta não mais por historiadores, mas por professores de história, passou a ser uma reprodutora dos conhecimentos produzidos pela ciência histórica propriamente dita.

Desta forma, os livros didáticos por muito tempo e ainda hoje são entendidos por alguns, como um simples aglomerado resumido e simplificado do complexo conhecimento histórico produzido por intelectuais das universidades. Os professores não teriam, mas a função de produzir conhecimento, mas reproduzi-lo de forma simplificada (didatizada) aos alunos das escolas. Essa visão começou a ser superada a partir da segunda metade do século XX, mas ainda é possível sentir uma espécie de herança desta perspectiva mais autoritária do mundo acadêmico sob o mundo escolar.

Este recorte histórico nos permite entender em partes as origens desta disparidade entre o conhecimento acadêmico e do conhecimento escolar. Considerado superado ou não no Brasil, nota-se que os livros didáticos ainda sofrem uma espécie de delay (atraso) em relação as discussões em vigor na academia. Mesmo, com a produção de inúmeras obras, artigos, pesquisas e estudos neorrevisionistas feitos no Brasil, boa parte dos livros didáticos ainda utilizam como referência principal das discussões Doratioto (2002), o que é algo interessante para se questionar: se os livros estão trazendo inúmeras questões sociais inéditas, como a participação de negros, mulheres, em grande parte motivados pelo fôlego da historiografia neorrevisionista de diferentes autores que escreveram antes mesmo de Doratioto, por que ele ainda segue sendo a referência? Inúmeras vezes já criticado ou questionado na academia brasileira, assim como os livros que buscam fazer o encontro de perspectivas trazem Chiavenatto (1979) como marco teórico revisionista e o colocam aparentemente como o único desta corrente.

Fazendo a associação com os livros pesquisados no Paraguai, temos de levar em consideração outro processo histórico de formação historiográfica, já que o Paraguai teve sua produção acadêmica, ou uma renovação historiográfica interrompida por quase quatro décadas devido à ditadura de Alfredo Stroessner. Muitos dos livros didáticos, trazem como referências de seus livros escritores que datam do início do século XX, momento de criação do revisionismo e resgate histórico do nacionalismo paraguaio.

No entanto, vale ressaltar que alguns livros mais novos, posteriores a 2015, como o da Editora “El Mensú”, trazem passagens transcritas de autores que compõem uma nova academia historiográfica paraguaia, como Héríb Caballero Campos, assim como trazem autores argentinos ligados às novas produções acadêmicas da contemporaneidade como é o caso de Liliana Brezzo. Mas, de forma geral o (delay) também atinge os materiais didáticos paraguaios, a partir da análise sobre os livros didáticos, foi possível notar que este desconexo entre a história acadêmica e a história escolar existe em ambos os países. Pode-se considerar a divisão da história contra a didática da história como uma explicação possível para ambos os países. Mesmo assim, para que seja possível uma aproximação mais exata à realidade dos dois países, é necessário entender os processos históricos de cada um deles. No caso paraguaio, sem dúvidas a Ditadura de Stroessner contribuiu para o controle e para a retenção de inovações das narrativas. No caso brasileiro, temos de lembrar novamente na intensa disputa que paira sobre as narrativas presentes nos livros de história. Trata-se de luta colossal entre interesses governamentais, alinhados com interesses do mercado editorial, PNLD, escolas, professores, entre outros agentes envolvidos no processo de escolha dos materiais didáticos. Sem dúvidas, essa disputa também contribuiu para o retardo das atualizações acadêmicas nas narrativas escolares.

5 CONCLUSÕES

A partir do estudo aqui realizado é possível notar que os livros didáticos de história podem ser considerados fontes de estudo a partir da Didática da História e que eles podem também ser considerados elementos pertencentes a um complexo meio denominado Cultura Escolar, mais especificamente relacionados à história documentada (ROCKWELL, EZPELETA, 2007), assim como ele expressa características e informações da cultura histórica do local em que foi produzido.

Esta pesquisa tomou como conteúdo temático, o caso da Guerra do Paraguai, também conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra Grande, dependendo do local de origem que se refere ao enfrentamento militar. A chamada Guerra do Paraguai no Brasil, longe de ser um tema considerado finalizado ou esgotado, até hoje se apresenta na história e na historiografia como um campo de disputa ideológica entre os países envolvidos naquela que se tornou a maior guerra da história da América do Sul.

As várias perspectivas internacionais e intranacionais que podemos ter a respeito dos acontecimentos e das personagens envolvidas no conflito, nos mostra que a história não é uma ciência que narra verdades incontestáveis sobre o passado, mas se trata de interpretações embasadas cientificamente na área da ciência historiográfica que estão carregadas de interesses e significados daqueles que a escrevem. A escrita e legitimação de uma narrativa histórica sobre as demais é antes de tudo um exercício de empatia com a narrativa que escolhemos como a mais apropriada e está relacionada diretamente com a real capacidade de orientar nossas inquietudes e impasses entre os tempos históricos passado-presente-futuro que Rüsen (2006) classifica como consciência histórica.

As narrativas históricas estando carregadas de significado, interesses e legitimações de quem as escreveu, não podem ser interpretadas nas aulas de história como textos comprovadores de uma verdade absoluta sobre o passado. Da mesma forma que as narrativas históricas são problematizadas no campo acadêmico, devem ser problematizadas nas escolas, no Ensino de História com os alunos, pois acredito que tal problematização mostra-se exercício e etapa obrigatória para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica carregada de competências de segunda ordem (Lee, 2016) necessárias para a formação de um conhecimento histórico significativo no ensino básico.

Posso considerar ainda este trabalho como uma modesta tentativa de demonstração de que a Didática da História diferentemente do que se acreditou no passado, também é capaz de produzir pesquisa e conhecimento histórico. Os professores de história não são meros reprodutores de conhecimento histórico produzido na academia, mas também indivíduos pesquisadores ativos que podem utilizar a sala de aula, a escola, os livros didáticos como fontes de pesquisa, da mesma forma que um historiador analisa fontes em arquivos nacionais, ou em museus. Neste caso, pode-se notar que os livros didáticos não são meramente manuais orientadores da prática docente, mas também documentos resultantes de um processo construtivo que se relaciona com a própria história do local em que este foi produzido.

Realizar o estudo de um livro didático, abrange o estudo do contexto histórico e regional de sua produção – sua historicidade. Nesta pesquisa, é possível notar, por exemplo, que existem diferenças entre o processo de formação do material didático brasileiro e paraguaio. O mesmo objeto em questão (livro didático), em países tão próximos, resulta sendo tão distinto ao mesmo tempo. O mesmo tema trabalhado – Guerra do Paraguai / Guerra contra la Triple Alianza – é abordado de forma tão semelhante entre livros didáticos do mesmo país, mas de forma tão distinta quando comparamos as narrativas brasileiras com as paraguaias. Enfim, pesquisar um livro didático exige conhecimento a respeito do tema que será pesquisado para que seja possível identificar as narrativas em disputa naquele documento, já resultante de disputas e interesses que abarcam mercado editorial, governo (no caso brasileiro – relação com o PNLD), autores, professores e escolas.

No tocante ao tema em si que foi trabalhado nesta pesquisa, é possível notar uma das belezas da historiografia: como é possível que as mesmas fontes históricas possam resultar em interpretações e posicionamentos tão diversos? Como é possível as inquietações, experiências pessoais e interesses próprios, moldarem nossa perspectiva sobre a fonte e permitir que vejamos aquilo que faz sentido naquele momento para nós? Esta talvez seja a prova mais concreta de como a nossa consciência histórica está diretamente associada com a cultura histórica de onde pertencemos, assim como está relacionada com nossas práxis, nossas individualidades. A história, jamais se esgotará, pois, novos problemas, novas inquietações, podem nos convidar a revisitar fontes históricas já exploradas um milhão de vezes e mesmo assim, dependendo da resposta que queiramos encontrar, talvez seja possível perceber fatos inéditos em um conteúdo que sempre esteve visível e

oculto ao mesmo tempo.

Por fim, posso deixar como minhas considerações finais, ressaltar a importância de se estudar o Paraguai e sobretudo a Guerra do Paraguai. Este conflito, resultou literalmente no extermínio físico de um povo que levou a guerra até as suas últimas consequências e terminou devastado, com uma população composta quase exclusivamente por mulheres e anciãos. Até crianças foram à guerra como soldados e foram mortas por tropas imperiais. Como se não bastasse o extermínio físico implicado ao Paraguai, a historiografia brasileira fez a questão de em suas primeiras narrativas constituir uma história oficial baseada em afirmações de que o Brasil, país historicamente intervencionistas nos assuntos políticos do Prata teria sido o primeiro agredido por um tirano paraguaio chamado Solano López.

Com a imposição da junta governamental liberal, aliada aos interesses brasileiros e argentinos em Asunción em 1869, o Brasil não só gerava a violência física ao Paraguai, como também a violência ideológica. A “história paraguaia” construída a partir dos liberais cometia um dos atos mais sórdidos ao Paraguai, negava àquele povo conhecer à sua própria história. Como mostramos, a história nacional passou a ser um mero anexo da história americana estudada em grande parte da matriz curricular desta disciplina. Seria somente a partir do século XX, trinta anos após o término da guerra que o Paraguai começaria novamente a constituir sua identidade nacional desvinculada às narrativas relacionadas aos interesses da Tríplice Aliança.

O revisionismo e o neorevisionismo que identificamos ao largo da história da historiografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança, permite-nos inferir que este processo foi e segue sendo extremamente necessário para que pudéssemos desvencilhar-nos de velhos preconceitos e estereótipos construídos a partir das primeiras narrativas. Ainda há caminho a ser trilhado, no Brasil não se pode cair no esquecimento as atrocidades brasileiras cometidas em solo paraguaio. Não se pode esquecer que crianças foram covardemente mortas pelo genro de Pedro II, não se pode esquecer que feridos inocentes foram queimados vivos nos campos de Acosta Ñu ou durante a ocupação da cidade de Piribebuy. Não se pode continuar acreditando que temos um louco/ditador/tirano de um lado, enquanto do outro tínhamos um imperador sem defeitos que foi vítima de ataques de alguém que queria ser um Napoleão das Américas. Um país foi aniquilado, povos inocentes dos dois lados foram acometidos pela tirania de seus líderes.

Da mesma forma, acredito que está ou ao menos deve estar entre as principais pautas da Academia Historiográfica Paraguaia pós-1989 (fim da ditadura stronista), questionar o nacionalismo extremo paraguaio, já que ele dificulta uma reflexão mais ampla e inovadora no âmbito da historiografia. Ou seja, para a História não é interessante concretizar o apreço a uma figura histórica e exaltar sua vida, sem ao menos questionar os erros e limitações da personagem em seu contexto. Como mencionado neste trabalho, a culpa pela aniquilação e guerra total no Paraguai também recai sobre os ombros de Solano López, que julgou, condenou, torturou e executou inocentes nos tribunais de San Fernando. Ainda, mandou crianças, mulheres e idosos para lutarem contra tropas aliadas, mesmo quando sabia que a guerra estava perdida e que aquelas pessoas mandadas para o front provavelmente morreriam. É correto afirmar que a historiografia, sobretudo a nacionalista brasileira, exagerou nas acusações a Solano López o colocando como o único responsável e grande tirano do conflito. Mas também não podemos afirmar que Solano López não foi um ditador ou mesmo um tirano, pois as suas ações durante a guerra, sobretudo após a queda da Fortaleza de Humaitá provam que sim tivemos um líder que não mediu suas consequências e tratou com extrema violência sua própria população. Contudo, sabe-se que mudar a visão sobre a figura histórica de López no Paraguai é uma tarefa extremamente árdua, tido o nacionalismo enraizado na cultura popular através da música, dança e demais representações artísticas, bem como pela imposição política sobretudo do Partido Colorado durante a longa ditadura de Alfredo Stroessner.

Enfim, resgatar a memória daqueles que caíram nos mais diferentes campos de batalha faz-se necessário, o respeito ao Paraguai é necessário, já que no Brasil é visto nada mais como um país produtor de drogas, “moambas” e produtos falsificados. É necessário conhecer o episódio da guerra contra a Tríplice Aliança para que mitos possam ser desconstruídos, tais como aqueles que colocam o Império como a nação atacada, mas jamais como a nação imperialista que ameaçava e desrespeitava a soberania paraguaia e uruguaia nos anos anteriores ao conflito. Ou ainda, pensar que o Paraguai e Solano López foram simples vítimas do imperialismo dos países vizinhos ao longo do conflito. Como dito em algumas passagens deste trabalho, entre os Estados Nacionais não há vítimas ou inocentes, apenas culpados. Se quisermos encontrar os verdadeiros inocentes deste conflito, devemos olhar para aqueles que foram obrigados a lutar e cair nos campos de batalha por imposição, seja

ela advinda de Pedro II, Bartolomé Mitre, Venâncio Flores ou Solano López.

Caso este trabalho, ainda que de forma mínima, tenha contribuído para uma nova perspectiva sobre o conflito, caso tenha contribuído para uma visão mais respeitosa entre os países, caso tenha contribuído para mostrar que o Ensino de História pode ser considerado uma área produtora e não apenas reprodutora de conhecimento histórico, então todo o esforço, carinho e dedicação colocado para a realização desta pesquisa terá valido a pena.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, F. Para que serve a Guerra, hoje? *Coletâneas do Nosso Tempo*. Departamento de História de Rondonópolis. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Ano 04, números 4 e 5, set. 2000/2001. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Editora Universitária, 2001.
- ALBERDI, Juan Bautista. **Historia de la Guerra del Paraguay**, Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962.
- AUBERT, Pedro Gustavo. Em tempos de pax: a região platina e a presença do Brasil. **SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA DA UERJ, X, Rio de Janeiro**, p. 2268-2278, 2015.
- BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. **Currículo sem fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 115-126, 2007.
- BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História-Journal of Theory of History**, v. 3, n. 1, p. 20-58, 2010.
- BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 29-42, 1989.
- BREZZO, Liliana María; REALI, Maria Laura. La Guerra del Paraguay entre líneas. Los proyectos archivísticos y la correspondencia de Juan E. O’Leary y Luis A. de Herrera (1905–1926). **Diálogos**, v. 24, n. 3, p. 155-177, 2020.
- CAINELLI, Marlene Rosa; DE OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. Dossiê-Livro Didático de História: conhecimento histórico e Didática da História no mundo contemporâneo. **História & Ensino**, v. 24, n. 2, p. 13-28, 2018.
- CAMPOS, Herib Caballero. El país ocupado. **Paraguay: El lector**, 2013.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memorias del coronel Juan Crisóstomo Centurión: ó sea Reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay**. JA Berra, 1897.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-119.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano. A Guerra do Paraguai**. Editora Brasi, 1979.

Comisión Nacional de Conmemoración del Bicentenario. **Paraguay en la visión de dos siglos**. Editora: Comisión Nacional de Conmemoración del Bicentenario, 1042 p., 2011.

CORONATO, Daniel Rei. O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança. **Diálogos**, v. 24, n. 3, p. 6-24, 2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 1. ed. Bauru: EDUSC, 1999. 256 p.

DE ALMEIDA, João Vieira. **Patria, livro dedicado a' mocidade brasileira**. São Paulo: Editora Casa Eclética – Rua Direita, 6., 1899. 333 p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. Editora Companhia das Letras, 2002.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Artes Médicas, 1993.

GONZAGA, Jéssica. A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864). **Diálogos**, v. 24, n. 3, p. 25-42, 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, No.1, 1988, pp. 5-27.

JARDIM, Wagner Cardoso. Versão Oficial: A Guerra do Paraguai em livros didáticos no Brasil. In: **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015, 18 p.

JULIA, Dominique. A Cultura como Objeto Histórico. Tradução Gizele Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 09-43, 2001.

JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires; IZECKSOHN, Vitor. Juan Bautista Alberdi, a Guerra do Paraguai e os Revisionismos Históricos. **Diálogos**, v. 24, n. 3, p. 132-154, 2020.

KÖRBER, Andreas. **Historical consciousness, historical competencies – and beyond? Some conceptual development within German history didactics**. 2015, 56 S. - URN: urn:nbn:de:0111-pedocs-108118

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, n. 60, p. 107-146, 2016.

LEE, Peter. 'Walking Backwards into Tomorrow' Historical Consciousness and Understanding History. **History Education Research Journal**, v. 10, n. 2, p. 34-67, 2012.

MOREIRA, Mary Monte de López. **Historia del Paraguay**. Editora Servi Libro, Asunción, 369 p., 2016.

MOSCATO, Daniela Casoni. O que ensinam e como ensinam os Livros Didáticos de

História para os adolescentes? Uma experiência de leitura crítica do Guia de Livros Didáticos de História—Anos Finais do Ensino Fundamental (PNLD 2017). **História & Ensino**, v. 24, n. 2, p. 87-106.

OLIVEIRA, Esdras Carlos. As relações do livro didático de história com historiografia e teoria da história: analisando as coleções Integralis (IBEP) e história-cultura e sociedade (FTD). **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 24, n. 1, p. 81-99, 2016.

OLIVEIRA, Itamar Freitas; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Cultura histórica e livro didático ideal: algumas contribuições de categorias rüsenianas para um ensino de História à brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 21, n. 2, 2014.

PNLD 2010, Guia de livros didáticos: História. – Brasília : **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2009. 348 p.

POMER, León. **La guerra del Paraguay: gran negocio!**. Ediciones Caldén, 1968.

QUINTEROS, Marcela Cristina. A Guerra Guasu na construção da identidade nacional no Paraguai. **Diálogos**, v. 24, n. 3, p. 178-197, 2020.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. Processo inacabado de construção. **Currículo sem fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 131-147, 2007.

RÜSEN, Jörn. ¿ Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. **Unpublished Spanish version of the German original text in K. Füssmann, HT Grütter and J. Rüsen, eds**, p. 3-26, 1994.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. El libro de texto ideal. Reflexiones entorno a los medios para guiar las clases de historia. **Iber: Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia**, v. 4, n. 12, 1997, p. 79-93.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. **Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: UFPR**, p. 51-77, 2010.

SALLES, André Mendes. A guerra do Paraguai na literatura escolar. **Tempo de histórias**, Brasília, n. 21, p. 66-82, 2012.

SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai nas edições do livro didático de história do Brasil: Da Colônia à República, das autoras Elza Nadai e Joana Neves. **Educação Básica** revista, v.3, n. 2, 2017, p. 291-311.

SANSÓN CORBO, Tomás. La historiografía uruguaya sobre la Guerra de la Triple Alianza. Trayectos, tradiciones, ¿resignificaciones? **Diálogos**, v. 19, n. 3, Maringá, Set.-Dez. 2015, p. 955-979.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. **História Revista**, v. 17, n. 1, 2012.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em revista**, v. 22, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, Fidel Miranda. **Genocidio contra Paraguay por la Triple Alianza**. Ciudad del Este, 2016, .

SILVA, Ivan Bilheiro Dias; DE PAULA, José Luiz Oliveira. Historiografia patriótica: a "versão tradicional" da Guerra do Paraguai e seus desdobramentos a serviço de um patriotismo militar brasileiro. **CES Revista**, v. 25, n. 1, p. 115-125, 2011.

SOUZA, Eder Cristiano de. Cinema, Cultura Histórica e Didática da História: repensar a relação entre filmes e conhecimento histórico. **Revista de Teoria da História- Journal of Theory of History**, v. 12, n. 2, p. 202-229, 2014.

SOUZA, Eder Cristiano de. Livros Didáticos e Epistemologia da História: perspectivas e abordagens do Conhecimento Histórico na Cultura Escolar. **História & Ensino**, v. 24, n. 2, p. 135-161, 2018.

SOUZA, Eder Cristiano de; BENÍTEZ, Alba Beatriz Salinas. Multiperspectividade" e controvérsias no documentário "Guerra do Paraguai—a nossa grande guerra. **Revista NUPEM**, v. 11, n. 23, p. 81-98, 2019.

SQUINELO, Ana Paula. Debates historiográficos contemporâneos: a Guerra do Paraguai e suas vias discursivas. **MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). Caderno de Resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.**

SQUINELO, Ana Paula. Nesta "efeméride" o que temos a comemorar? O ensino de História e a Guerra do Paraguai 150 anos depois-análise da Coleção Didática Projeto Radix: História (PNLD 2014). **Historiæ**, v. 5, n. 1, p. 262-295, 2014.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. **-Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995, p. 287-296.

WILLIAMS, Raymond. **The long Revolution**. New York: Columbia University Press, 1961.

LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA PESQUISA

AZEVEDO, Gislaine; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente**. São Paulo: Ática, 1ª Edição, v.2, 2016, 288 p.

BARRIOS, Elizabeth et al. **Historia y Geografía 8, 3 ciclo**. Asunción: Santillana, 2010, 186 p.

CONTRERA IRALA, Jorge Daniel. **Historia y Geografía 8º grado**. Ciudad del Este: Editorial el Mensú, 2017, 161 p.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 8º ano: Ensino Fundamental, anos finais**. São Paulo: Saraiva, 3ª Edição, 2018, 248 p.

REYES ROMERO, Ana Carolina, et al. **Historia y Geografía 8**. Asunción: Editorial Don Bosco, 2005, 372 p.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc, 8º ano: Ensino Fundamental, anos finais**. São Paulo: Saraiva, 2ª Edição, 2018, 248 p.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno **Teláris História, 8º ano: Ensino Fundamental, anos finais**. São Paulo: Ática, 1ª Edição. 2018, 256 p.